

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Elise Azambuja Souza

**COBERTURA DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MARIANA/MG
PELO PORTAL *EM.COM.BR*: DAS FONTES AOS ENUNCIADORES**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Santa Maria, RS
2019**

Elise Azambuja Souza

**COBERTURA DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MARIANA/MG PELO
PORTAL EM.COM.BR: DAS FONTES AOS ENUNCIADORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Márcia Franz Amaral
Coorientadora: Dra. Júlia Capovilla Luz Ramos

**Santa Maria, RS
2019**

Souza, Elise Azambuja
Cobertura do desastre socioambiental em Mariana/MG
pelo portal em.com.br: das fontes aos enunciadores /
Elise Azambuja Souza.- 2019.
225 p.; 30 cm

Orientadora: Márcia Franz Amaral
Coorientadora: Júlia Capovilla Luz Ramos
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2019

1. Cobertura jornalística 2. portal em.com.br 3.
desastre 4. fontes 5. enunciadores I. Amaral, Márcia
Franz II. Ramos, Júlia Capovilla Luz III. Título.

Elise Azambuja Souza

**COBERTURA DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MARIANA/MG PELO
PORTAL EM.COM.BR: DAS FONTES AOS ENUNCIADORES**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Comunicação**.

Aprovada em 01 de fevereiro de 2019:

COMISSÃO EXAMINADORA:

Márcia Franz Amaral
Márcia Franz Amaral, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Frederico de Mello B. Tavares
Frederico de Mello Brandão Tavares, Dr. (UFOP)

Laura Strelow Storch, Dr^a (UFSM)

**Santa Maria, RS
2019**

AGRADECIMENTOS

Sempre que chego ao final de uma etapa, ao olhar para trás, lembro da famosa frase de Lavoisier: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Todos nós, como parte dela, passamos por inúmeros processos de transformação, recriamos nosso estar no mundo e guardamos as trocas de afetos e experiências como pequenos fragmentos da nossa mutável identidade. Sou grata a todos que estiveram comigo ao longo dessa caminhada e que foram fundamentais para a conclusão dessa pesquisa, que representa, além de uma importante fase na minha trajetória, a minha transformação na Elise que sou hoje. A estas pessoas devo meus sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Eliana e Paulo Cezar que me ensinaram, pelo exemplo, tudo o que sei sobre a vida e todos os valores que carrego.

Aos meus avós e segundos pais, Arminda e Juracy, que são meu porto-seguro desde o meu nascimento e a quem devo todas as minhas conquistas.

Ao meu namorado, Márcio Martins, com quem dividi, além da vida cotidiana, a trajetória acadêmica. O amor que nos une foi o força para juntar todas as pedrinhas no caminho e para erguer, aos poucos, o nosso grande castelo.

Aos amigos de longa data, Kamila, Eugênia, Michel, Alison e Patrick por estarem sempre presentes, mesmo que à distância, e por serem bons parceiros tanto para conversas sérias e cultas como para boas e descontraídas risadas.

À minha orientadora, Márcia Franz Amaral, mulher e pesquisadora que inspira! Obrigada por me acolher, ensinar, acompanhar com carinho e compreensão e, sobretudo, por acreditar em mim e me motivar a continuar.

À minha coorientadora, Júlia Capovilla Luz Ramos, outra mulher inspiradora que se tornou amiga do peito! Obrigada pela amizade e companheirismo, pelos encontros de aprendizado, por todo o auxílio no processo da pesquisa e pelas injeções de confiança.

Às queridas colegas e amigas do grupo de pesquisa Estudos de Jornalismo, Juliana Motta, Isabel Caline, Daniela Huberty, Lara Nasi e Mirian Quadros. O acolhimento no grupo e a troca de inquietações e de afetos encheram essa caminhada de alegria e gratidão.

Aos professores Laura Storch e Frederico Tavares, por aceitarem avaliar este trabalho e por estarem presentes na construção dele através de suas instigantes contribuições na banca de qualificação.

À Capes pela bolsa que permitiu dedicação integral à pesquisa.

RESUMO

A COBERTURA DO DESASTRE SOCIOAMBIENTAL EM MARIANA/MG PELO PORTAL EM.COM.BR: DAS FONTES AOS ENUNCIADORES

AUTOR: Elise Azambuja Souza
ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

O presente trabalho tem como objeto de estudo a cobertura do portal mineiro *em.com.br* sobre o desastre ocorrido no município de Mariana em 5 de novembro de 2015 com o rompimento de uma barragem de rejeitos da mineradora Samarco. Partindo da compreensão do caráter público do jornalismo e de sua responsabilidade em protagonizar coberturas que abordem a pluralidade de versões, ampliada em casos controversos como os desastres, adotamos a Teoria Polifônica da Enunciação (DUCROT, 1987) que propõe a diferença entre locutores e enunciadores enquanto diferentes instâncias enunciativas, como principal aporte teórico-metodológico para compreender os pontos de vista mobilizados pelas fontes acionadas. Para tanto, analisamos quatro fases da cobertura compreendidas no período que ficou conhecido na imprensa como “Rota da Lama”. Em apoio a essa perspectiva nos filiamos à abordagem do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) de maneira a antever as disputas localizadas no entorno do desastre em questão e os diferentes campos problemáticos para os quais são jogados luz a partir de sua irrupção. Em um paralelo às estratégias rituais de objetividade (TUCHMAN, 2016), concluímos que o acionamento de fontes na cobertura se dá como um ritual estratégico de polifonia, e que os pontos de vista mobilizados pelas fontes evidenciam diferentes campos problemáticos do acontecimento, os quais se constituem como os verdadeiros orquestradores dos discursos sobre ele.

Palavras-chave: cobertura jornalística; portal em.com.br; Mariana; desastre; fontes; enunciadores.

ABSTRACT

COVERAGE OF THE SOCIOENVIRONMENTAL DISASTER IN MARIANA/MG BY THE EM.COM.BR PORTAL: FROM SOURCES TO ENUNCIATORS

AUTHOR: Elise Azambuja Souza

ADVISOR: Márcia Franz Amaral

The object of study of the present paper was the coverage by the portal *em.com.br* from Minas Gerais of the disaster caused by the collapse of the tailings dam operated by the mining company Samarco in the town of Mariana on 5 November 2015. Based on the understanding of the public character of journalism and its responsibility to provide coverages that address the plurality of versions, we adopted the Polyphonic Theory of Enunciation (DUCROT, 1987), which proposes the difference between speakers and enunciators as distinct utterance instances, as the main theoretical-methodological reference for understanding the viewpoints taken by the chosen sources. We analysed four phases of the coverage from within the period known in the press as "Rota da Lama". In support of this perspective, we subscribed to the event approach (QUÉRÉ, 2005) in order to envision the disputes located around the disaster in question and the different problematic fields on which light is shed after its irruption. In parallel to the ritual strategies of objectivity (TUCHMAN, 2016), we concluded that the use of sources in the coverage happens as a strategic ritual of polyphony, and the viewpoints mobilised by the sources evince different problematic fields of the event, which are the real orchestrators of the discourses about it.

Keywords: journalistic coverage; em.com.br portal; mariana; disaster; sources; enunciators.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rota da Lama	16
Figura 2 - Tipos de fonte na primeira fase.....	95
Figura 3 - Tipos de fonte na segunda fase.....	95
Figura 4 - Tipos de fonte na terceira fase.....	96
Figura 5 - Tipos de fonte na quarta fase	97
Figura 6 - Fluxo de denominações	103
Figura 7 - Fluxo de enunciadores sobre causas.....	109
Figura 8 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos	120
Figura 9 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos	121
Figura 10 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos	122

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	FONTES JORNALÍSTICAS: SUJEITOS EM RELAÇÃO	31
2.1	JORNALISTAS E FONTES: UMA RELAÇÃO ATRAVESSADA POR CONSTRANGIMENTOS	32
2.2	“OUÇA SEMPRE O OUTRO LADO”: A RELAÇÃO COM AS FONTES NA ÓTICA DO JORNALISMO E DOS MANUAIS DE REDAÇÃO	43
2.3	DA FONTE ÀS VOZES: AS FONTES A PARTIR DA PERSPECTIVA DISCURSIVA	53
3	OS ACONTECIMENTOS NO JORNALISMO E O ACIONAMENTO DAS FONTES	61
3.1	OS DESASTRES COMO ACONTECIMENTOS.....	61
3.2	O PODER HERMENÊUTICO DO ACONTECIMENTO EM MARIANA: CAMPOS PROBLEMÁTICOS DESVELADOS.....	64
3.3	DO ACONTECIMENTO AO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: A COBERTURA DE DESASTRES PELO JORNALISMO	73
4	FONTES E ENUNCIADORES NA COBERTURA DO DESASTRE PELO PORTAL <i>EM.COM.BR</i>	79
4.1	ESPECIFICIDADES DA COBERTURA <i>ONLINE</i>	79
4.1.1	O portal <i>em.com.br</i>	83
4.2	PERCURSO METODOLÓGICO	89
4.3	MAPEAMENTO DE LOCUTORES: AS FONTES ACIONADAS	92
4.4	MAPEAMENTO DE ENUNCIADORES: PONTOS DE VISTA SOB ANÁLISE ..	98
4.4.1	Enunciadores sobre denominações: de acidente a crime.....	98
4.4.2	Enunciadores sobre causas: das falas protocolares ao esvaziamento ..	104
4.4.3	Enunciadores sobre desdobramentos: do rio ao mar	110
4.5	OS ENUNCIADORES E OS CAMPOS PROBLEMÁTICOS.....	124
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	137

1 INTRODUÇÃO

Cinco de novembro de 2015. A população de Mariana, município do estado de Minas Gerais que tem na mineração a principal atividade econômica, vivia mais um dia normal quando uma barragem de rejeitos se rompeu. A maioria dos moradores de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, localizado a menos de 5 km da barragem, não conseguiu nem mesmo pegar seus pertences e documentos. Quando foi avistada, a grande quantidade de rejeitos que descia pelo vale já não deixava tempo para nada. Abaixo dos dejetos, o distrito desapareceu.

Dentro de poucas horas a informação já circulava em portais de notícia e, à noite, esteve entre as manchetes dos principais telejornais do país. As informações ainda eram imprecisas, não havia certezas sobre o número de vítimas, sobre as causas do rompimento e nem mesmo sobre as proporções do desastre. Os dias seguintes foram de intensa cobertura. A mídia acompanhava o avanço dos milhões de metros cúbicos de rejeitos liberados com o rompimento que destruiu completamente o distrito de Bento Rodrigues, chegou aos rios Gualaxo do Norte e do Carmo e desceu pelo Rio Doce atingindo todas as localidades ao longo do percurso. No décimo sexto dia, a onda de rejeitos chegou ao mar, no estado do Espírito Santo (Figura 1), trazendo consequências irreversíveis para a fauna e para flora. O desastre deixou, entre mortos e desaparecidos, 19 pessoas, e mais de 1,2 mil desabrigados.

A barragem de Fundão, da mineradora Samarco S.A., era controlada pela brasileira Vale e pela empresa britânica *PH Billiton*. De acordo com relatório do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (POEMAS, 2015), a barragem, que entrou em operação no ano de 2008 e teria vida útil até 2022, estava em processo de renovação do licenciamento ambiental. Dos 55 milhões de metros cúbicos de rejeitos armazenados, pelo menos 30 ou 40 milhões foram liberados no ambiente, volume que não pode ser definido aqui com precisão, já que nem as informações da mídia e nem os inúmeros estudos e relatórios publicados sobre o desastre apresentam congruência. Essa disparidade é apenas uma das pontas soltas na trama do acontecimento e reflete, de certa forma, as inúmeras disputas que o rodeiam.

Figura 1 - Rota da Lama



Fonte: Estado de Minas¹

O trabalho de mineração é conhecido por oferecer riscos não só aos mineradores como ao ambiente e à comunidade do entorno, algo que pode ser comprovado pelas inúmeras ocorrências envolvendo essa atividade até hoje. Só em Minas Gerais foram registrados pelo menos outros sete rompimentos de barragens antes desse (POEMAS, 2015), mas nenhum deles alcançou proporções tão devastadoras como o rompimento da barragem do Fundão. A avalanche de rejeitos em Mariana já foi considerada a maior catástrofe ambiental do país² e mais do que isso, o maior “acidente” da história com barragens de rejeitos em todo o mundo³, tendo despejado uma quantidade duas vezes e meia superior ao segundo pior deste tipo.

¹ A figura faz parte do especial “A vida depois da Lama” em que a equipe de reportagem do Estado de Minas seguiu o caminho dos rejeitos um ano após o desastre e disponibilizou o conteúdo através de uma figura interativa, que pode ser acessada no link: <https://www.thinglink.com/scene/849987265772912642?buttonSource=viewLimits>

² O rompimento da barragem foi considerado a maior catástrofe ambiental do país pela então Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. (EXAME, 2015) Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/mariana-e-a-maior-catastrofe-ambiental-do-pais-diz-ministra/>

³ Reportagem do jornal O Globo chamou a atenção para o fato de o volume de rejeitos derramados no rompimento da barragem em Mariana ser muito superior em relação a acidentes anteriores, podendo ser considerado o maior acidente da história em proporções mundiais. (O GLOBO, 2016) Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/acidente-em-mariana-o-maior-da-historia-com-barragens-de-rejeitos-18067899>

Entretanto, essa não foi a última vez em que uma tragédia deste tipo marcou a história do Estado. Três anos depois do rompimento da barragem da Samarco outra barragem controlada pela Vale, desta vez na Mina do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), se rompeu⁴. Embora a quantidade de rejeitos que inundou a localidade seja, em média, quatro vezes menor que a que foi despejada em Mariana, o número de vítimas fatais foi imensamente maior⁵, tornando-se uma grande tragédia humana. As inúmeras consequências de médio e longo prazo que seguem afetando a região em Mariana e que também são uma realidade em Brumadinho, expondo uma lição não aprendida, são motivos para que essas grandes tragédias não deixem de ser objeto de pesquisas e, sim, ganhem ainda mais visibilidade midiática e científica.

Entre os impactos sentidos em Mariana, conforme consta no relatório POEMAS (2015), está a destruição total da paisagem devido à espessa camada de lama que cobriu as regiões mais atingidas. O baixo teor de nutrientes dos rejeitos tornou a área praticamente estéril para a recuperação ambiental, além de dificultar a passagem de água e o desenvolvimento de plantas, fatores que indicam que, em condições naturais, essas regiões precisam de um prazo bastante extenso para a recuperação. O ocorrido também provocou sérios problemas nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e no Rio Doce, causando assoreamento, fator que pode intensificar o problema das inundações nas cidades que se situam às margens. O rompimento destruiu, também, Áreas de Preservação Permanente (APP), unidades de conservação, assentamentos rurais e terras indígenas.

Embora a preocupação com as questões ambientais não seja novidade, sabemos que a pauta não está na ordem do dia do jornalismo. Autores como Lozano Ascencio (1995) apontam que são as catástrofes as principais portas de entrada para o tema nos jornais que, ao realizarem a cobertura, fazem de todos nós protagonistas da história relatada. Também são esses momentos, que pelo seu caráter repentino, desestabilizam as rotinas produtivas das redações e oferecem um olhar privilegiado para as práticas jornalísticas, assim como para a sociedade como um todo, o que também é destacado pelo autor ao afirmar que

⁴ Barragem de rejeitos da Vale se rompe em Brumadinho (ESTADO DE MINAS, 2019). Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/01/25/interna_gerais,1024468/barragem-de-rejeitos-da-vale-se-rompe-em-brumadinho.shtml>

⁵ Até a redação final deste trabalho 176 corpos já haviam sido encontrados em Brumadinho (MG) e 134 pessoa seguiam desaparecidas.

estudos realizados em situações de emergência priorizam os momentos em que todos os tipos de atitudes sociais emergem e se resumem, o que em condições normais levaria muito tempo para surgir, ou simplesmente não surgiria (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 83, tradução nossa)⁶.

De tal maneira, e considerando os graves danos ambientais e humanos causados e aos fatores sociais, econômicos e políticos envolvidos, justifica-se o interesse em compreender a maneira pela qual se deu a cobertura do portal *em.com.br* sobre o desastre ocorrido em Mariana/MG no dia 5 de novembro e quais vozes ganharam visibilidade nesse processo. Ao nosso ver, a qualidade da informação jornalística prestada é diretamente proporcional à pluralidade de vozes e opiniões e é responsabilidade do jornalismo garantir igual acesso aos variados setores e atores sociais envolvidos e a todas as perspectivas de um acontecimento, fator que ganha ainda mais importância quando se trata de um desastre com tamanha proporção. Mesmo depois de passados mais de três anos da data do ocorrido ainda é possível acompanhar na mídia, apesar da menor frequência, notícias relacionadas aos desdobramentos do caso, o que mostra a gravidade das consequências que continuam a impactar a população local.

Em todo esse contexto, o jornalismo apresenta uma importante função ao possibilitar que a sociedade tenha acesso às inúmeras versões que envolvem os acontecimentos. “A investigação jornalística proporciona que o leitor, distante dos órgãos de poder, entenda os mecanismos pelos quais circulam as decisões de interesse comum” (LOOSE, 2010, p. 29), portanto, realizar uma análise a partir da perspectiva midiática apresenta possibilidades de compreensão presentes no atravessamento entre o acontecimento e sua interpretação.

Um desastre dessa magnitude é um acontecimento conforme entendido por Quéré (2005), já que irrompe sem aviso e possui um imenso poder de afetação ao entrar na experiência individual e coletiva, carregando consigo uma carga de sentidos que desestabilizam os quadros interpretativos até então estáveis. Para o mesmo autor, os acontecimentos são dotados de um poder de revelação e, ao irromperem, evidenciam campos problemáticos da sociedade, além de possuírem um caráter inaugural, tornando-se tanto marco final de um processo em curso como

⁶ “Los estudios que se realizan en dichas situaciones de emergencia ponen de relieve los instantes en los que afloran y se resumen toda clase de actitudes sociales que em tiempos normales tardarían mucho en surgir, o sencillamente no surgirían”.

o início de uma nova era. Dizer isso é o mesmo que dizer que os acontecimentos emergem sempre pudes de significações conflitantes, de disputas de sentidos, de possibilidades de interpretação. No caso de Mariana, essas disputas envolvem uma atmosfera muito maior do que pode parecer à primeira vista e que são de várias ordens (social, econômica, cultural, ambiental, etc.), além de abrangerem um grande número de personagens com diferentes graus de envolvimento.

Diante do caos provocado pelos acontecimentos, em especial os desastres, o jornalismo se apresenta na figura de organizador de sentidos e constrói uma cobertura que tenta, a todo momento, restabelecer a ordem (FRANÇA, 2012). Para isso, recorre a fontes que o ajudem a reconstituir e explicar os fatos e suas circunstâncias, às quais são concedidos determinados papéis (AMARAL, 2015). A compreensão do desastre passa pela necessidade de expor os nós que formam a grande teia do acontecimento, os pontos de vista que se encontram em disputa. Mais do que pelo peso que as várias interpretações ganham na compreensão do evento, a concessão de lugar a elas dadas pelo jornalismo perpassa o imaginário sobre a profissão, que impõe a neutralidade, imparcialidade e a objetividade como ideais. Aliás, não é fácil a tarefa de encontrar um jornalista que, em seus tempos de formação, não tenha escutado em sala de aula ou mesmo na redação que é preciso sempre “ouvir os dois lados da história”. Deve-se ter em mente, no entanto, que a balança em que se pesa os pontos de vista de um acontecimento nem sempre se constitui apenas de duas medidas. Nesse movimento, outras possibilidades podem estar sendo negligenciadas, já que quanto mais complexo e problemático é o acontecimento, mais disputas se estabelecem em seu entorno.

Esse jogo se acirra quando estamos diante de casos como o desastre em Mariana, em que há influência de fortes interesses econômicos e políticos e em que a busca por respostas para as causas e consequências resulta inevitavelmente na nomeação de responsáveis. A necessidade de expor ou esconder a dinâmica predatória da atividade mineradora que exerce papel de centralidade econômica na região, transforma-se em uma disputa pelo poder de enunciar sobre o desastre.

Essa disputa começa já no ato de denominação do acontecimento, atitude que parece simples, mas que vem carregada de sentidos e exerce uma força de configuração que pode determinar sua interpretação. Como nos lembra Berger (1998, p. 22), “a luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar ou

desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público”. De acordo com a autora, a natureza do jornalismo é fazer crer e o seu poder simbólico se traduz na credibilidade, que também está em constante negociação. Considerando que é o jornalista o responsável por legitimar aquilo que enuncia “na passagem do acontecido para seu relato” (BERGER, 1998, p. 22), evidencia-se a importância da pluralidade de vozes nesse discurso, principalmente em função das pesadas contradições que cercam o acontecimento.

Compreendemos o jornalismo como um lugar de produção e circulação de sentidos que está sujeito a um contrato de leitura, calcado na relação de credibilidade estabelecida entre jornalistas e fontes (MACHADO, 2006). A importância das fontes no jornalismo é indiscutível, um dos motivos para isso é apontado por Santos (1997, p. 67) quando afirma que “o jornalista raramente está em posição de observar o acontecimento – ele precisa de alguém que lhe faça um relato o mais correto possível, que é a fonte”.

De acordo com Schmitz (2011, p. 62, 63), “o jornalismo vale-se dos conflitos, diversidade de ideias, variedade de opiniões, multiplicidade de interesses e da complexidade das relações humanas” e deve prestar contas à sociedade como um todo. Para o autor, a maior parte das notícias são plurais, por emanarem de vários tipos de fontes. Entretanto, acreditamos que a presença de diversos agentes no texto jornalístico – que além do número de fontes incluem o jornalista-indivíduo e o jornalista-instituição – não garante, por si só, o caráter polifônico da notícia (LEAL; CARVALHO, 2015b; MACHADO, 2006). Gonçalves (2014) também está entre os autores que apontam que “mesmo quando há um esforço em ouvir personagens e informantes de diferentes posturas e pontos de vista, não há garantia de uma pluralidade de vozes”.

Assim sendo, partimos da ideia de que todo e qualquer discurso, incluso o discurso jornalístico, embora seja essencialmente dialógico – pela sua natureza interdiscursiva ou intersubjetiva – não é necessariamente polifônico. Nesse sentido, nos alinhamos à discussão levantada por Ducrot (1987) sobre a origem da enunciação. O autor questiona a teoria da unicidade do sujeito da enunciação, expressa pela máxima “um enunciado – um sujeito” e propõe, na contramão desta perspectiva a Teoria Polifônica da Enunciação, na qual distingue os papéis ocupados por locutor e enunciador em determinado discurso.

É exatamente a partir desta concepção que Machado (2006, p. 8, grifo da autora) afirma que “[...] não há como reconhecer pluralidade e diversidade, no jornalismo, sem que se identifique um discurso **efetivamente** polifônico. Sem polifonia, no sentido da perspectiva de Ducrot, estamos diante de um discurso falsamente plural”. Para a autora, portanto, a única maneira de identificar a polifonia está no estudo dos enunciadores. Tendo em vista essas considerações, algumas questões centrais motivam nossa pesquisa: que manifestações das fontes (locutores) têm visibilidade nas matérias jornalísticas sobre o desastre em Mariana? Que pontos de vista (enunciadores) podem ser elencados acerca das denominações, causas e desdobramentos do acontecimento? Podem ser evidenciadas marcas de polifonia na análise destas manifestações? Qual a relação existente entre os locutores, quem eles representam nos diferentes campos problemáticos e os enunciadores mapeados?

Nos três anos que sucederam o desastre, algumas pesquisas já se dedicaram a olhar para ele a partir da perspectiva do seu tratamento midiático (COSTA, 2016; PEDROTTI, 2016; FERNANDES, 2017; ALVES, 2017; MIANO, 2017; CARNEIRO, 2017; CARVALHO, 2018; CÂMARA, 2018). Entretanto, poucas pesquisas centraram suas preocupações na participação das fontes jornalísticas nas coberturas. Identificamos apenas dois estudos que circundam essas questões, a dissertação apresentada por Douglas Elias Carvalho ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que intitula-se “O Samarco no Jornal Nacional: narrativa de personagens do maior desastre socioambiental do Brasil”, e a dissertação de Marco Túlio Pena Câmara, intitulada “Para nunca esquecer: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Entendendo os desastres como acontecimentos a partir de autores como Adriano Duarte Rodrigues e adotando as perspectivas da narrativa com base em Luiz Gonzaga Motta e da dramaturgia no telejornalismo a partir de Iluska Cotinho, Carvalho (2018) recorre à Análise de Conteúdo como metodologia para analisar as personagens presentes na narrativa do Jornal Nacional sobre o desastre e os papéis atribuídos a elas. Ao final da análise o autor conclui que as vítimas foram as protagonistas da maior parte das reportagens analisadas e representaram a dimensão humana do desastre, enquanto

à Samarco foi atribuído o papel de “grande vilã”, movimento que também acarretou na preservação da imagem da Vale e da *BHP Billiton*, suas controladoras.

Já Câmara (2018) tem como objeto de pesquisa os cadernos especiais sobre o desastre nos jornais “O Tempo” e “Lampião”, um jornal-laboratório da Universidade Federal de Ouro Preto, e adota uma perspectiva que denomina “interdisciplinar” utilizando a Análise de Discurso, a partir das contribuições da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau, como metodologia. O objetivo é compreender as especificidades dos contratos subjacentes aos cadernos especiais e identificar como é feita a gestão das fontes e dos pontos de vista de cada veículo, recorrendo, para tanto, ao conceito de polifonia a partir de Oswald Ducrot e seus desdobramentos, com base em Alain Rabatel. Observando os jornalistas no papel de locutores, o autor defende que estes gerenciam os pontos de vista, podendo manifestar o posicionamento do veículo a partir dos termos axiológicos empregados e das fontes acionadas.

Assim, Carvalho (2018) confere centralidade às personagens e aos papéis atribuídos a elas no processo de análise da cobertura e Câmara (2018) admite o poder de configuração atribuído às fontes acionadas, recorrendo ao conceito de polifonia a partir de Oswald Ducrot. Entretanto, Câmara (2018) o extrapola, chegando à gestão dos pontos de vista a partir de Alain Rabatel, utilizando-a como forma de compreender as posições mobilizadas pelo jornalista enquanto locutor. Tendo em vista essas duas experiências, pretendemos explorar uma nova perspectiva sobre a cobertura do acontecimento, tomando como problemática a polifonia no discurso jornalístico a partir da mobilização das fontes enquanto locutores e dos enunciadores mobilizados por elas, bem como dos campos problemáticos em que se inserem tais pontos de vista. Dessa forma, nos dedicaremos a destacar ainda outras pesquisas que guardam semelhanças com nossa problemática, tanto no eixo geral das fontes quanto em relação à polifonia e que, de certa forma, serviram de auxílio para construção da nossa investigação.

Começamos pela dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco por Manoel Moura dos Santos, que tem como título “Sentidos deslegitimadores e legitimantes do MST no Jornal Nacional”. A pesquisa parte da hipótese de que os sentidos a respeito dos sem-terra, resultantes da heterogeneidade de vozes, são a base para se produzir efeitos monofônicos sobre o movimento e procura compreender, portanto, como

essa heterogeneidade aparece no discurso telejornalístico, mais especificamente no Jornal Nacional. Apesar de não trabalhar diretamente com a problemática das fontes jornalísticas e de ter como objeto o discurso jornalístico como um todo, a pesquisa se caracteriza como um estudo de vozes a partir dos pressupostos da análise do discurso e dos estudos da enunciação, e percebe que a produção do Jornal Nacional observada coloca em cena diferentes vozes sociais que se complementam, concorrem ou contrapõe. Entretanto, mostra que classificar o discurso do JN como polifônico não descarta os sentidos monofônicos presentes nele, já que, no nível dos enunciadores, são notadas perspectivas de enunciação predominantes que são legitimadas e incorporadas à fala dos jornalistas e que vão ao encontro da voz da emissora, enquanto as vozes contrárias são preteridas.

Outra dissertação que tem como escopo a utilização de fontes no jornalismo e, mais especificamente, relaciona a questão à qualidade da informação prestada foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul por Michele Rossi. Com o título “Fontes como indicadores de qualidade no produto jornalístico: discussão em matérias sobre o conflito na Fazenda Buriti nos jornais O estado e O progresso”, o trabalho entende que as fontes são pilares fundamentais para a construção da notícia e que, por meio delas, é possível avaliar seu conteúdo. Desse modo, procura entender como as fontes se apresentam em notícias publicadas sobre um caso de conflito entre indígenas e produtores rurais na Fazenda do Buriti, em Sidrolândia (MS), e elabora uma categorização das fontes usualmente utilizadas nas matérias analisadas e como aparecem. O objetivo é criar uma ferramenta para parametrizar a qualidade dos textos jornalísticos.

A articulação dessas questões também aparece na dissertação de Leise Taveira dos Santos, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A pesquisa “Narrativas jornalísticas e construção da realidade: o caso Isabella no ‘tribunal’ da mídia” pretende investigar se houve ou não colisão de interesses entre o direito à informação e os direitos constitucionalmente garantidos na cobertura do caso Isabella. Para tanto, procurou entender se o fato foi coberto de acordo com as regras jurídicas, quais critérios foram utilizados pela mídia para dar voz aos envolvidos, que tipo de narrativa foi sendo desenhada e se esta fomentou cidadania ou se poderia ter sido conduzida de outra maneira. Com esse objetivo, a autora articula conceitos

como dispositivo, a partir de Giorgio Agamben, e as teorias do jornalismo, a partir de autores como Traquina e Pena, além de trazer o conceito de polifonia, a partir de Bakhtin, como uma noção desejável no jornalismo. Ao investigar como as vozes que cercam o caso são produzidas e reproduzidas percebe que a polifonia acaba se perdendo e dando lugar a discursos monolíticos com o predomínio da vozes de autoridades, noção que contraria, também, o dispositivo constitucional.

Ainda destacamos uma quarta pesquisa de dissertação que se desenvolve a partir desta interface. Apresentada por Vicente William Darde ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o estudo teve como título: “As vozes da Aids na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo”. Apontando o dever do jornalismo de representar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea, considerando a natureza pública e o compromisso social do campo jornalístico e partindo da hipótese de que há o predomínio de fontes oficiais no discurso jornalístico sobre o tema, a pesquisa tem por objetivo verificar se os jornais analisados tratam de forma equilibrada a pluralidade de vozes para falar sobre Aids. A orientação teórico metodológica se deu através da Análise de Conteúdo, com conceitos de Laurence Bardin e da operacionalização dos conceitos de locutor e enunciador de Oswald Ducrot. Em resposta à problemática de pesquisa, o autor conclui, a partir da análise de enunciadores, que os jornais analisados não tratam de forma equilibrada a pluralidade de vozes legitimadas para falar sobre o tema Aids, havendo o predomínio de pontos de vista dominantes e o apagamento das vozes dos portadores do vírus.

Em uma análise mais detalhada de todas as dissertações que se aproximam de nosso universo de estudo, percebemos que poucas relacionam diretamente os conceitos de polifonia com a utilização de fontes como é o objetivo de nossa pesquisa, demonstrando o quanto esta relação ainda é pouco abordada e reafirmando a necessidade de discuti-la. Notamos ainda que apenas as pesquisas de Câmara (2018) e Darde (2006) articulam essas questões com os conceitos de enunciador e locutor propostos por Oswald Ducrot como é nosso propósito. Esse último estudo em específico, valida o uso dos conceitos propostos por Ducrot para a investigação da polifonia no jornalismo, algo que, conforme aponta, não seria possível a partir de uma análise que levasse em conta apenas o nível das fontes.

Outra importante questão que precisamos salientar diz respeito aos resultados das pesquisas encontradas. A maior parte das investigações que se dedicaram à discussão sobre a pluralidade de vozes e as fontes jornalísticas indicam o predomínio de determinados sentidos e pontos de vista, concluindo que há uma forte tendência à monofonia nestes discursos. Esses resultados evidenciam a relevância das inquietações que motivam nossa pesquisa. Percebemos assim, por análises de coberturas já realizadas, que a questão da qualidade da informação polifônica é contestável, uma lacuna que reflete e é refletida pelo campo acadêmico.

Tendo essas questões em vista, é nosso interesse protagonizar uma investigação que se dedica a compreender a maneira como se dá o acionamento de fontes no jornalismo e sua relação com as formas de entendimento de pluralidade – estritamente ligados a uma cultura profissional que determina a consulta às fontes como forma de se aproximar da verdade (TUCHMAN, 2016) –, saindo do nível elementar das fontes e entendendo-as enquanto sujeitos ativos, que participam de determinado discurso. Diante do ângulo de nossa problemática, a subjetividade das fontes abre ainda uma segunda porta, que leva à mobilização de campos problemáticos aclarados pelo acontecimento em questão.

Além de evidenciar o caráter relacional das fontes jornalísticas, lançando uma diferente perspectiva de olhar sobre elas, essa pesquisa também traz como desafio o distanciamento em relação ao desastre. Embora não seja empecilho para o desenvolvimento da investigação, a distância física de Mariana faz com que os movimentos de pesquisa tenham que dar conta do que a experiência não dá. Assim, nos valemos dos estudos do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) para mapear as disputas de sentido que cercam o acontecimento e, diante disso, nosso objetivo é refletir não apenas sobre a pluralidade de fontes no jornalismo como forma de construir notícias e coberturas polifônicas, como também sobre os diferentes campos problemáticos do desastre em Mariana que são trazidos pelas fontes a partir dos enunciadores que mobilizam.

Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa é analisar quem são e o que dizem as fontes jornalísticas (locutores) sobre as denominações, causas e desdobramentos do desastre socioambiental em Mariana para problematizar a questão da polifonia a partir dos diferentes pontos de vista (enunciadores) mapeados e dos campos problemáticos mobilizados por eles. Essa pesquisa tem, ainda, como objetivos específicos, a) discutir como acontecimentos desastrosos são

configurados pelo portal de notícias Estado de Minas e o papel das fontes jornalísticas neste processo; b) mapear as fontes (locutores) que ganham visibilidade nas matérias analisadas; c) sistematizar o que dizem sobre as denominações, causas e desdobramentos do desastre; d) relacionar a manifestação das fontes com os pontos de vista (enunciadores) mobilizados por elas e com os campos problemáticos que se relacionam.

As denominações figuram como uma das instâncias a serem analisadas justamente pelo fato de apresentarem um grande peso sobre a forma como o acontecimento é percebido e interpretado. Dessa forma, julgamos importante justificar nossa escolha por tratá-lo através do termo desastre, o que se dá em conformidade com a definição empregada pela Defesa Civil para se referir ao “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais” (CASTRO, 1998). O uso do termo também se pauta pela Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)⁷, a partir da qual seria classificado como um desastre tecnológico relacionado à obras civis.

Nossa investigação tem como objeto empírico o portal de notícias mineiro *em.com.br*, ligado ao jornal Estado de Minas. A cobertura do desastre pelo portal se desenrolou ao mesmo tempo que o próprio acontecimento, o que, ao nosso ver, proporciona um olhar privilegiado sobre a forma como o jornalismo lida com situações desestabilizadoras como os desastres. Embora um grande espaço do jornal impresso tenha se dedicado ao assunto, tendo sido publicadas 87 páginas desde o dia do desastre até o dia 22 do mesmo mês, a escolha por centrar a análise no portal encontra motivação específica: por se tratar de uma plataforma que possibilita a atualização contínua, característica específica do jornalismo *online* (PALÁCIOS, 2002) e que ganha destaque quando estão em jogo assuntos de maior interesse. Prova disso é que nesse mesmo período, mais de 500 matérias foram publicadas no site. Ademais, outra das características destacadas por Palácios (2002, p.6) é a memória, que “pode ser recuperada tanto pelo Produtor da informação, quanto pelo Utente, através de arquivos online providos com motores de busca (*search engines*) que permitem múltiplos cruzamentos de palavras-chaves e datas (indexação)”,

⁷ Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/documents/3958478/0/Anexo+V+-+Cobrade_com+simbologia.pdf/d7d8bb0b-07f3-4572-a6ca-738daa95feb0>

algo que, em função de nossa distância do estado de Minas Gerais, possibilita uma maior facilidade de acesso e coleta dos materiais publicados.

O *corpus* analisado é composto por quatro fases da cobertura que abrangem uma média de 24 horas cada e compreendem marcos importantes na evolução do acontecimento. A primeira fase encerra as 24 horas iniciais do rompimento da barragem, representando seu momento de irrupção e as primeiras reações ao desastre. A segunda compreende os dias 8 e 9 de novembro de 2015, período que vai desde o corte de abastecimento de água na cidade de Governador Valadares/MG, uma das localidades mais prejudicadas com a falta de água potável, até o embargo das atividades da mineradora pelo Governo de Minas Gerais. A terceira fase vai do dia 17 ao dia 18 de novembro, quando o governo de Minas Gerais decreta situação de emergência na região do Rio Doce. Já a quarta e última fase abarca o dia 21 de novembro, data em que os rejeitos liberados com o rompimento da barragem de Fundão desaguam no mar, no município de Linhares/ES.

Considerando os objetivos propostos, nosso quadro teórico-metodológico tem base na Pragmática Linguística ou Semântica de Ducrot (1987), através da Teoria Polifônica da Enunciação, em que o autor difere as figuras do locutor e do enunciador. O estudo de enunciadores a partir da perspectiva de Ducrot (1987) tem sido incorporado nas pesquisas em jornalismo por permitir que se extrapole o levantamento dos indivíduos envolvidos no processo de construção das notícias e se alcance o nível dos ângulos de vista manifestado pelos locutores, sejam eles jornalistas ou fontes, possibilitando uma discussão mais aprofundada sobre a pluralidade no jornalismo (MACHADO, 2006).

Conforme indica Machado (2006, p. 8), uma investigação com foco nos enunciadores exige uma articulação dos conceitos fundadores da Análise de Discurso (AD), partindo do entendimento que “essa perspectiva está diretamente associada a uma posição de sujeito, conformada também por inscrições culturais, sociais e históricas, que podemos – na estrutura da AD – reunir nas Formações Ideológicas”. Compartilhamos o entendimento do jornalismo enquanto um discurso protagonizado por sujeitos situados social e historicamente, entretanto, levando em conta as especificidades da ocorrência e da cobertura de um desastre, como o caso em análise, optamos por nos afastar das definições ligadas à AD e desbravar um novo caminho teórico-metodológico, buscando apoio nos conceitos de dupla vida e poder

hermenêutico, ligados aos estudos do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) e que aqui são buscados no empírico para compreender a origem e a articulação da mobilização de enunciadores nas manifestações das fontes jornalísticas. A união dessas duas perspectivas permitiu a investigação, em um primeiro momento, dos campos problemáticos para os quais são jogados luz através do acontecimento analisado e que, em certa medida, predizem as disputas localizadas no *corpus* analisado, onde são mapeadas as vozes manifestadas pelas fontes.

Tendo em vista a articulação teórico-metodológica empregada para responder ao nosso problema de pesquisa, estruturamos o presente trabalho em quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Fonte jornalística: um sujeito em relação” revisamos os estudos clássicos sobre a relação entre jornalistas e fontes e ainda outros textos que apresentam orientações sobre o acionamento das fontes no jornalismo, como os manuais de redação, e abordamos os processos que conformam a produção de notícias, que, dentro de uma cultura profissional, fazem com que a relação entre jornalistas e fontes seja perpassada por constrangimentos – e que o que chega aos leitores seja o resultado de um processo de edição conforme as políticas editoriais, que angulam o acontecimento. Entendendo o jornalismo como um discurso, mobilizamos ainda o conceito de polifonia (BAKHTIN, 2010) e a distinção entre locutores e enunciadores proposta por Ducrot (1987) através da Teoria Polifônica da Enunciação como uma forma alternativa de olhar para as fontes jornalísticas, a qual empregaremos em nossos procedimentos analíticos.

Em “Os acontecimentos no jornalismo e o acionamento das fontes” tratamos dos estudos do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) como forma de olhar para os desastres e apresentamos os conceitos de dupla vida e poder hermenêutico, os quais são buscados no empírico e identificados no quadro do desastre em Mariana. O intuito é antever os campos problemáticos abertos pelo desastre em Mariana e que, conseqüentemente, coordenam os discursos sobre o acontecimento, podendo ser convocados pelas fontes mapeadas. Ainda nesse capítulo falamos sobre algumas das regularidades na cobertura de desastres pelo jornalismo que são determinantes na definição das denominações, causas e desdobramentos do acontecimento como eixos analíticos, além de explorarmos algumas questões específicas com relação ao acionamento de fontes nesse tipo de cobertura.

No terceiro capítulo, além de tratarmos das especificidades das coberturas *online* e abordarmos de forma mais específica o portal de notícias que é objeto deste

estudo, nos dedicamos a explicar a forma como definimos o *corpus* da pesquisa e construímos os procedimentos metodológicos com base na Teoria Polifônica da Enunciação (DUCROT, 1987). Ainda nesse capítulo, apresentamos o mapeamento de locutores e enunciadores, a partir do qual levantamos a participação das fontes na cobertura do portal *em.com.br* e as vozes mobilizadas por elas, evidenciando o fluxo de campos problemáticos do acontecimento nessas manifestações.

2 FONTES JORNALÍSTICAS: SUJEITOS EM RELAÇÃO

A produção de textos noticiosos está essencialmente assentada sob a consulta a fontes, seja com a finalidade de confirmar informações ou de esclarecer acontecimentos. De acordo com Schmitz (2011) as fontes são o centro de qualquer apuração justamente porque é a partir delas e de seu conhecimento em diferentes níveis, capazes de informar e contextualizar os fatos, que o jornalista mede a realidade e faz suas confirmações para, posteriormente, informar o público. De acordo com ele, por definição, fontes são interlocutoras de si ou de organizações, que assumem esta posição por estarem

envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos; que agem de forma proativa, ativa, passiva ou reativa; sendo confiáveis, fidedignas ou duvidosas; de quem os jornalistas obtêm informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia. (SCHMITZ, 2011, p. 9)

Entre os recursos possíveis na utilização de fontes de informação em um texto noticioso está não só a relativa garantia de credibilidade das informações, como a humanização da notícia, além da isenção de responsabilidade do próprio jornalista sobre declarações literais através do uso de aspas (SCHMITZ, 2011).

A partir desses pressupostos, o capítulo teórico de entrada do trabalho está orientado para a questão central que conduz a pesquisa: o caráter relacional das fontes e das relações que estabelecem com o jornalismo. Embora saibamos que as considerações sobre essa relação será conclusiva apenas em relação à cobertura específica do portal *em.com.br* sobre o desastre socioambiental em Mariana, que elegemos como objeto de análise, almejamos tomar o caso como base para refletir de forma mais ampla sobre essa problemática no campo do jornalismo como um todo.

A construção teórica costurada entre os subcapítulos tem o objetivo de apresentar as várias formas de compreender e mobilizar a ideia de fonte. Para tanto, começamos expondo os variados estudos clássicos sobre fontes que, entendendo-as como sujeitos interessados, demonstram que a relação entre estas e os jornalistas interferem na produção das notícias. Em um segundo momento, partimos para a compreensão das fontes em sua dimensão teórico-normativa, revisando o

que se diz sobre o assunto tanto nos textos teóricos do jornalismo como nos principais manuais de redação do país.

Por fim, a partir da definição das características do discurso jornalístico abrimos a discussão para a dimensão da subjetividade, que traz outras possibilidades de compreensão da ideia de fonte. Entendendo todo e qualquer informante como um sujeito que enuncia a partir de determinado lugar, resgatamos os conceitos de “locutor” e “enunciador” a partir da Teoria Polifônica da Enunciação (DUCROT, 1987) e, com isso, abordamos o conceito de polifonia.

2.1 JORNALISTAS E FONTES: UMA RELAÇÃO ATRAVESSADA POR CONSTRANGIMENTOS

As relações que se estabelecem entre jornalistas e fontes no processo de apuração e construção das notícias é foco de estudos e publicações desde a década de 1970, a partir de diferentes perspectivas que refletiram as principais inquietações de cada período e que versam, principalmente, sobre a tipificação das fontes e questões referentes à autonomia nesse relacionamento. Santos (1997) é um dos autores que sistematiza com clareza os estudos de fontes ao longo da história e demonstra que, com o passar do tempo, o foco de observação é transferido das organizações noticiosas para as fontes como promotoras de notícias.

Sigal (1973), um dos pioneiros nos estudos de fontes, já observava que as notícias eram resultado daquilo que era transmitido pelos informantes. Para o autor, a notícia é resultado do que as fontes manifestam, da mediação da organização noticiosa e das convenções da profissão. Esses constrangimentos, de acordo com ele, também interferem na escolha das fontes a serem ouvidas, visão que demonstra a postura ativa do jornalista na decisão de quem ouvir. Nesse sentido, a definição da notícia estaria submetida a dois níveis de dependência: à escolha da fonte e às informações que esta repassa.

Com relação à forma como as informações das fontes chegam ao jornalistas, Sigal (1973) também aponta para a existência de canais informativos, classificados nas categorias rotina, que incluem acontecimentos oficiais e encontros com porta-vozes oficiais, releases, julgamentos e discursos, por exemplo; informal, que abrange fugas de informação, encontros reservados e relatórios de outras organizações noticiosas; e iniciativa, onde se encaixam entrevistas conduzidas por

iniciativa do jornalista, testemunhos em primeira mão, como no caso de desastres naturais, ou mesmo conclusões dos próprios jornalistas.

Molotch e Lester (1974), que classificam os acontecimentos em quatro categorias, sendo elas “rotina”, “escândalo”, “acidente” e “acaso”, introduzem a figura dos “promotores de notícias” (*news promoters*) para denominar as fontes interessadas em divulgar determinados acontecimentos ou, até mesmo, impedir a divulgação de alguns deles. Nessa abordagem, os jornalistas (*news assemblers*) transformam os materiais recebidos em acontecimentos públicos, mas não se tem uma definição exata da autonomia deles sobre o que publicar.

Considerando que há interesse, também, por parte das fontes, a ideia de uma relação de negociação é trazida a partir da perspectiva de Gans (1979). De acordo com o autor, ambos estabelecem uma luta na qual jornalistas querem conseguir informações que as fontes escondem, ao mesmo tempo em que as fontes querem convencer os jornalistas a divulgar o que lhes interessa. A “dança” é comumente usada como metáfora para expressar a ideia do autor, exprimindo uma relação em que fonte e jornalista buscam um ao outro mutuamente, mesmo que com diferentes interesses, o que resulta necessariamente em um processo de negociação (e de poder).

Essa relação que se mantém mesmo quando as motivações diferenciam-se está na base do pensamento de outros autores, como Ericson et al (1989) que, observando a relação com fontes institucionais, admitiram a existência de uma troca, entretanto, a partir de ações independentes de cada uma das partes. Os autores definiram quatro tipos de *status* referentes ao acesso às informações institucionais: segredo, confidência, censura e publicitação, que vão desde a completa restrição até o acesso desimpedido a informações. As fontes, de acordo com eles, movimentam-se dentro dessa configuração, abrindo ou fechando a guarda, enquanto os jornalistas tentam esquivar-se desses filtros, na tentativa de obter mais informações.

De maneira geral, essas e outras teorias sobre o tema são fortemente influenciadas pelos graus de importância que definem para as fontes consultadas, estabelecendo, para isso, uma tipificação das fontes, capaz de influenciar sua posição diante dessa relação. A primeira e mais simples divisão entre fontes oficiais e não-oficiais (ou anônimas) já era utilizada para demonstrar a divergência de

acesso aos *media* desde Sigal (1973), quando defendia que as fontes oficiais desfrutavam de maior visibilidade e credibilidade.

Em uma perspectiva mais crítica, alinhados a uma abordagem gramsciana e entendendo o jornalismo como um meio subordinado aos interesses das classes dominantes, Hall et al (2016) também identificaram a supervalorização das fontes oficiais. Criticados por exagerarem na passividade dos meios jornalísticos, os autores cunharam o termo “definidor primário” para se referir às fontes autorizadas que possuem maior condição de acesso aos *media* e, além disso, orientam a forma como os fatos serão narrados, oferecendo a interpretação elementar sobre eles. “Então esta interpretação ‘comanda a ação’ em todo o tratamento subsequente e impõe os termos de referência que nortearão todas as futuras coberturas ou debates” (HALL et al., 2016, p. 316). São considerados definidores primários, além de fontes essencialmente oficiais, os especialistas e grupos de interesse organizados, como os sindicatos, por exemplo.

Posteriormente, outros autores extrapolaram a divisão entre oficiais e não-oficiais e definiram tipificações mais específicas para definir as fontes de informação de acordo com a utilização. Para Pinto (2000) a definição das fontes se dá pela natureza (pessoais, documentais), pela origem (públicas ou privadas), pela duração (episódicas ou permanentes), pelo âmbito geográfico (locais, nacionais ou internacionais), pelo grau de envolvimento nos fatos (oculares ou indiretas), pela atitude face ao jornalista (ativas ou passivas), pela identificação (assumidas ou anônimas) e pela estratégia de atuação (preventivas ou defensivas).

Lage (2011) classifica as fontes de acordo com a sua natureza: as oficiais, que são mantidas pelo estado, instituições com poder no estado ou empresas e organizações; as oficiosas, que mesmo ligadas a uma instituição não estão autorizadas a falar em seu nome; e as independentes, que são desvinculadas de relações de poder. O autor também divide as fontes entre primárias e secundárias – sendo as primárias aquelas que fornecem as informações essenciais para a construção de uma matéria, e as secundárias aquelas que fornecem informações genéricas –, e entre testemunhas e experts, àquelas cuja diferenciação se dá em termos de experiência vivida e pelo domínio sobre alguma área ou matéria específica que ajude à explicar tecnicamente tal evento.

Já Schmitz (2011) considera que as fontes são ajustadas de acordo com a editoria e as classifica como oficiais, que em geral relacionam-se como a mídia em

decorrência do regime do governo; populares, que aparecem como vítimas, cidadãos, reivindicadores ou testemunhas; empresas, que influenciam e são vigiadas pela sociedade; especialistas, que transmitem conhecimentos específicos; e os artistas ou notáveis, que estão em busca de destaque.

Em uma outra perspectiva, Amaral (2013) defende que as fontes são escolhidas de acordo com o tipo de evento que está sendo relatado. As fontes autorizadas são aquelas que representam determinada instituição; os experts, que são consultados para explicar o fato devido a seus conhecimentos técnicos específicos; e as testemunhas, que são aquelas capazes de relatar os fatos por terem presenciado ou sofrido as consequências do evento. Este último tipo de fonte, de acordo com a autora, ganha notoriedade e importância em acontecimentos inesperados como as catástrofes, por exemplo, já que conferem legitimidade à reconstituição dos fatos. “O uso dos testemunhos no jornalismo pode ser associado à ideia de um *zoom* na extrema singularidade” (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 252).

Independentemente do tipo de fonte a que nos referimos, é a partir da relação que estabelecem com os fatos que se deseja apurar e informar que estas se tornam responsáveis por fornecer as bases do texto noticioso, o que inclui a livre iniciativa das fontes. Grande parte dos estudos de fonte contemporâneos, direcionam-se para o que se convencionou chamar de “Revolução das Fontes” (CHAPARRO, 1994) movimento que ocorre com a profissionalização dessas, que passam a organizar-se, principalmente em assessorias e agências, e que assumem caráter ativo frente aos veículos, pois “produzem uma enxurrada de releases e promovem suas notícias como produtos em uma grande liquidação” (GONÇALVES, 2014, p. 90).

Essa nova configuração que demonstra o caráter proativo das fontes frente à mídia levou ao questionamento da metáfora “fonte” por Neveu (2006, p. 94) já que, de acordo com o autor, “ir à fonte sugere um comportamento ativo para se abastecer de um produto (água ou informação) naturalmente disponível. Esse jogo de conotações combina com as imagens do jornalista curioso e investigador”. Se a metáfora for levada a cabo, o que temos hoje é uma fonte ativa, que oferece água ao invés de ficar à espera de alguém que venha buscá-la.

É justamente nesse sentido que Leal e Carvalho (2015a, p. 617) propõem o termo “agente” para fazer referência a esses novos tipos de informantes que estão “presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a

partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado, propondo pontos de vista que revelam visões sociais de mundo diversas”. Para os autores, os “agentes” atuam de maneira distinta e não-linear na cadeia noticiosa, apresentando poderes também distintos, podendo ter tido a iniciativa ou terem sido capturados pelo processo noticioso. De qualquer uma das formas, atribuem sentidos aos acontecimentos ativamente, o que reforça a necessidade de análise cuidadosa de seus pontos de vista. Ademais, o entendimento sobre os agentes jornalísticos “requer acionar a perspectiva das disputas de sentido em jogo, dinâmica que tende ao infinito, e, portanto, sempre acionando novos agentes interessados em matizar os acontecimentos narrados” (LEAL; CARVALHO, 2015a, p. 618)

Nesse cenário, a organização das fontes leva a ações de proatividade diante dos veículos de comunicação. Nos moldes atuais, empresas, organizações e até mesmo órgãos do governo buscam se posicionar diante da mídia por meio das assessorias de imprensa que objetivam

gerar e gerir um vínculo durável com a mídia, por meio de ações contínuas, estruturadas e planejadas, não somente pelo simples fornecimento de informações ou atendimento à demanda dos jornalistas, mas na construção de um mosaico que leva a entabular diálogos e à formação de opinião favorável dos diversos públicos, para consolidar uma posição destacada no mercado e na sociedade (SCHMITZ, 2012, p. 248).

O estreitamento de relações com a mídia possibilitado pelo intermédio de fontes profissionais, aumenta, também, a confiabilidade e a recorrência a elas. Traquina (2016, p. 241) lembra que “pessoas com maior autoridade, essas que têm contatos regulares com os profissionais do campo jornalístico, permitindo assim provar a sua credibilidade, são favorecidas no processo de produção de notícias”. Dessa forma, cria-se também uma dependência em relação aos “canais de rotina” (SIGAL, 1973) abertos por essas relações, estratificando ainda mais o acesso aos *media*. Exemplo dessas oportunidades de acesso desiguais entre fontes foi percebido na pesquisa realizada por Molotch e Lester sobre uma catástrofe na Costa da Califórnia em 1969 e citada por Traquina (2016, p. 241), em que os pesquisadores concluíram que “os responsáveis do Governo Federal e os porta-vozes das empresas petrolíferas tiveram mais acesso aos *media* do que os ecologistas”.

Questões como essas pressupõem que a relação entre jornalistas e fontes precisa ser cuidadosa no que diz respeito à credibilidade das informações e ao exercício ético da profissão. Como lembra Schmitz (2011, p. 60), os meios de comunicação, ao distribuírem as informações, assumem responsabilidades públicas, enquanto as fontes seguem a “ética das consequências e a sua responsabilidade está vinculada ao resultado do que informa ou não. Segue um modo singular de dizer, com base nos seus interesses, não necessariamente na verdade, mas no que acredita”. Esse jogo de interesses causado pela diferença de motivação entre jornalistas e fontes, para Gonçalves (2014), também poderia ser chamado de “um grande cabo de aço”.

Mesmo um tanto modificado pelo caráter proativo que assumem as fontes nessa relação, os jornalistas não figuram apenas como intermediários, mas também desempenham papel ativo na seleção e enquadramento das informações e, portanto, precisam “conciliar a colaboração produtiva da fonte e o distanciamento crítico que o trabalho jornalístico supõe”. O distanciamento crítico exigido dos jornalistas tem seus contornos ampliados no imaginário social, que associa a figura do repórter com a de um investigador (semelhante a Sherlock Holmes), capaz, nesse caso, de conduzir diligências, controlar as fontes, organizar as informações recebidas e dar voz ao relato. Ou seja, é “como se o relato jornalístico fosse uma compilação da astúcia e da vitalidade de um repórter e da colaboração passiva das versões oferecidas pelas fontes” (GONÇALVES, 2014, p. 89).

Essa comprometimento cobrado do jornalismo se relaciona com os valores profissionais que surgiram no século XIX com o desenvolvimento da imprensa, fundada em princípios positivistas que instituíram não só a objetividade e a procura pela verdade, como a noção de serviço público, ideais com os quais a profissão identifica-se até hoje (TRAQUINA, 2012). Nesse sentido, mesmo que valores como a objetividade permaneçam apenas como ideais, as questões que envolvem o caráter público do jornalismo estão intimamente ligadas ao exercício profissional nas sociedades democráticas, fazendo do jornalista uma espécie de “cão de guarda”, um vigilante dos interesses da sociedade.

É essa postura de cobrança e a ideia de “[...] defesa da liberdade, da verdade, da justiça, da pluralidade de opiniões e de pontos de vista, e da vigilância dos atos do governo” que fundamenta, de acordo com Bucci (2000, p. 18), a ética jornalística. A ética sustenta uma certa deontologia no campo, capaz de orientar as decisões

individuais do jornalista diante de impasses justamente porque o jornalismo é um lugar de conflito. A palavra ética tem sua origem no grego *ethos*, que faz referência a uma cultura compartilhada por uma coletividade (costumes, valores, crenças). É justamente essa cultura que orienta o trabalho dos profissionais, já que, mais do que uma normatização comportamental, a ética põe em jogo valores partilhados que devem ser seguidos por todos os membros de uma organização jornalística que, nesse caso, estão sob vigilância do público (BUCCI, 2000).

Traquina (2016, p. 235) vai ao encontro dessa ideia quando lembra que “as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias (*newsmaking*) só podem ser entendidas inserindo o jornalista no seu contexto mais imediato – o da organização para a qual ele ou ela trabalham”. De fato, não é nova a ideia de que a influência das organizações e, de forma mais geral, da cultura profissional, são determinantes no processo de construção das notícias, proposição que aparece nos estudos de fontes desde Sigal (1973).

A existência de procedimento ritualizados no jornalismo também está na base dos estudos de *newsmaking*, que entendem a cultura profissional como um “emaranhado de retóricas de fachada e astúcias táticas, de códigos, estereótipos, símbolos, tipificações latentes, representações de papéis, rituais e convenções” (Garbarino, 1982, p. 10 apud Wolf, 2001, p. 189) sob os quais se constroem convenções profissionais, que

[...] determinam a definição de notícia, legitimam o processo produtivo, desde a utilização das fontes até a seleção dos acontecimentos e às modalidades de confecção, e contribuem para se precaver contra as críticas do público (Garbarino, 1982, p. 10 apud Wolf, 2001, p. 189).

Essas convenções estabelecem formas de driblar a escassez de tempo de meios, como a definição de valores notícia e de rotinas produtivas. Essas últimas são, de acordo com Wolf (2001), compostas por diversas fases, variáveis conforme a organização, mas podem ser sintetizadas em três principais: recolha, seleção e apresentação das informações. As fontes são componentes fundamentais da fase de recolha e consideradas determinantes para a qualidade da informação produzida, embora sua importância permaneça reduzida na mitologia profissional em detrimento do papel ativo do jornalista.

No entanto, Wolf (2001, p. 2018) também lembra que, na prática “[...] são as notícias que procuram os jornalistas” e que os estudos de *newsmaking* demonstram a existência de canais abertos tanto para o acesso jornalistas-fontes, quanto para o contrário, e a redução das possibilidades de canais à uma rede estável de fontes em função da necessidade de se estabelecer uma rotina produtiva. Todas essas questões, apontam que a utilização das fontes, independente da forma de acesso, seguem critérios e convenções que estão na base da cultura profissional.

Tuchman (2016) que também realizou pesquisas de *newsmaking*, da mesma forma, ressalta a adoção de determinadas estratégias e operações habituais que respaldam e conseqüentemente moldam a produção jornalística. Ao refletir sobre a questão da objetividade no jornalismo, defende que a mesma funciona como “uma noção operativa [...] para minimizar os riscos impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (TUCHMAN, 2016, p. 114). A objetividade, nesse caso, imposta como método ideal para a produção noticiosa, é perseguida através de um conjunto de procedimentos (incluindo aí a consulta à fontes) que, eficientes ou não, são compartilhados pela comunidade jornalística de forma ritualizada.

Entre os procedimentos que conferem objetividade, Tuchman (2016) destaca o que chama de “uso judicioso das aspas” como forma de o jornalista “tirar as suas opiniões da notícia, conseguindo que os outros digam o que ele próprio pensa”. Assim, as citações diretas que aparecem entre aspas nas notícias podem figurar como provas suplementares, como instrumento de sinalização de que aquela fala não pertence ao jornalista e, ainda, como forma de questionar termos e designações utilizadas pelas fontes. Nesse último caso, as aspas podem indicar o questionamento ou contrariedade do repórter. Para Maingueneau (2001, p. 140), em uma visão semelhante, o distanciamento e autenticidade conferidos pelas aspas se dão porque o discurso direto “simula restituir as falas citadas”.

A objetividade também é ressaltada por Solosky (2016) como uma dos principais procedimentos a serem seguidos pelos jornalistas. Para o autor, sua adoção resulta na proteção do jornalista e da organização, tanto para assegurar a lealdade do leitor, que deve receber informações livres de posicionamentos ideológicos, quanto para delegar às fontes a responsabilidade pela exatidão das informações divulgadas. Esta norma é vista como resultado do profissionalismo jornalístico, base cognitiva que determina uma estrutura de referência para a ação

dos profissionais e que acarreta na naturalização de algumas decisões, entre elas, a seleção de acontecimentos a serem noticiados e a escolha das fontes de informação que, de acordo com o autor, obedecem a uma estrutura de poder e tendem a manter o *status quo*.

Ainda para Solosky (2016), seguindo uma lógica transorganizacional, o profissionalismo jornalístico fornece as bases para o exercício da profissão, define o modo como são procuradas e relatadas as informações, e se apresenta como uma forma de controle de comportamento dos jornalistas, difundido e introjetado ainda na fase de aprendizagem profissional. O autor ainda aponta a definição de políticas editoriais e a criação de regras internas às organizações como formas de controle das atividades profissionais. Nesse sentido, vale ressaltar algumas dessas questões internas às organizações que, enquanto práticas habituais, exercem influência na forma como se constroem as notícias.

Dentro da estrutura das redações, as informações apuradas passam por um processo de codificação, que, conforme Medina (1988), se utiliza de vários elementos de composição da mensagem, como angulação, coleta de dados e edição, e em relação aos quais estão postos esses constrangimentos. Embora a publicação trate de um período em que a realidade das redações era diferente, quando analisamos os processos citados pela autora de maneira geral e, mantendo o foco no tópico sobre o qual discorreremos – sua relação com o tratamento das fontes jornalísticas –, fica evidente o quanto a participação das fontes está condicionada aos elos do processo que levam à construção da mensagem.

O primeiro elemento citado por Medina (1988) diz respeito à angulação da pauta. Esta pode se dar, de acordo com a autora, em três níveis: o nível pessoal, o nível grupal e o nível-massa. A angulação no nível pessoal, mais rara, diz respeito às estratégias estilísticas singulares que são adotadas por determinados jornalistas que, em razão disso, ganham destaque e notoriedade. As formas mais comuns de angulação, que determinam a maneira pela qual se dá a transformação da pauta em um processo de captação são as caracterizadas pelos níveis grupal e massa. O primeiro, diretamente relacionado à organização jornalística, ocorre quando a empresa “conduz o comportamento da mensagem da captação do real à sua formação estilística” (MEDINA, 1988, p. 37). Tal nível, de certa forma, sempre perpassa a angulação predominante a ser adotada.

Já o nível massa tende a ser adotado quando a empresa jornalística se caracteriza, conforme indica a autora, como uma “grande indústria da informação” e, portanto, preocupa-se em “embalar a informação com ingredientes certos de consumo” (MEDINA, 1988, p. 74) com a preocupação em “corresponder a um gosto médio”, influenciando na formulação dos textos, na apresentação visual das informações e no próprio conteúdo a ser veiculado.

Esse primeiro elemento tem peso significativo na formatação dos processos de captação das informações ou coleta de dados, fase em que se dá a consulta a fontes e em que a figura do repórter assume os papéis de agente e intermediário.

Como agente, [o repórter] interfere numa realidade contígua e extrai dela uma representação – as informações que levará para a sala de redação. Vai aí todo um relacionamento perceptivo e técnico. Perceptivo, porque como indivíduo condicionado pelo potencial próprio e pela carga cultural de seu meio percebe o fato numa interação psicológica. E técnico, porque pela aprendizagem assistemática ou sistematizada em escola, cumpre determinados pré-requisitos: a observação do fato, a descrição minuciosa dos dados julgados essenciais, a busca de informações complementares de todas as pessoas representativas de uma vivência do acontecimento, a busca da opinião especializadas de observadores científicos da realidade (MEDINA, 1988, p. 86).

Nesse processo de captação, o relacionamento entre repórter e fonte e o nível de preparo do profissional para conduzir a entrevista são variáveis que, para Medina (1988), podem se impor como obstáculos. Isso em função da falta de preparação ou especialização dos jornalistas para tratar de determinados temas (algo que pode ter origem na própria estrutura da organização jornalística) e até mesmo dos tabus e preconceitos carregados pelas fontes em relação aos jornalistas, como o caso citado pela autora das fontes intelectualizadas que, de antemão, apresentam expectativas negativas com relação ao trabalho dos repórteres.

Assim como a angulação, a edição também orienta a coleta de dados. A edição “está inscrita em um quadro complexo de produção jornalística, que conjuga o gesto individual, as estratégias empresariais e as práticas jornalísticas a condições históricas de possibilidade” (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 17) e embora seja uma das atividades mais comuns e significativas do trabalho jornalístico, se considerarmos que noticiar é ofertar ao público uma realidade editada, há pouca teorização sobre esse processo. Ao mencionar a edição como segundo componente estrutural da mensagem jornalística, Medina (1988) centra suas considerações na

figura do editor, cargo que na década de 1970 substituiu o do chefe de reportagem em uma transformação funcional e técnica que culmina na especialização de grupos de profissionais reunidos em editorias, as quais se abrem às solicitações do mercado, tratando de temas mais específicos. O editor

por definição, é o sujeito “bem informado”, sensível à demanda, que antevê a oportunidade de determinadas coberturas, que sabe selecionar as informações “essenciais” que o repórter traz, que sugere perguntas e, acima de tudo, que *angula* a matéria. Neste momento, editoria e angulação mantêm uma relação estrutural indiscutível. O editor está em perfeita sintonia com a angulação da empresa, com a angulação-massa – ou seja, age como elemento regulador da oferta e da demanda (MEDINA, 1988, p. 79, grifo da autora)

O trabalho do editor, portanto, começa antes do trabalho de apuração do repórter e, segundo Medina (1988), continua depois dessa etapa, já que a formulação definitiva do material, o destaque dado a ele, o título ideal, o uso de imagens e todos os aspectos referentes à diagramação são definidos pelo editor em conformidade com a angulação definida anteriormente.

Todas as questões que dizem respeito ao processo de edição ao qual é submetida a informação dentro da estrutura de produção jornalística fazem perceber o quanto o produto final se trata do encaixe das informações apuradas em um formato com determinados direcionamentos, podendo conferir mais ou menos destaque à determinadas informações e informantes em detrimento de outros. Ao fazer uma revisão de todo o processo que leva à construção das notícias oferecida ao leitor, Furtado (2006, p. 65) lembra que o repórter “para construir seu texto, inevitavelmente deixará de fora parte do material colhido. Ao escrever, utilizará alguns enunciados das fontes e elaborará os seus próprios enunciados”. Depois disso,

a matéria passa por vários processos de seleção de manifestações discursivas até chegar ao leitor, pois, além de repórter, muitos outros profissionais ainda participarão da elaboração da redação final da reportagem (redator, editor de área, editor chefe, etc.) O repórter entregará a sua matéria para um superior, que irá reescrevê-la, passando o novo texto para seu superior e assim sucessivamente, dependendo da estrutura da redação (FURTADO, p. 65, 2006)

Assim, a autora aponta para as várias perdas sofridas no caminho percorrido pelo texto que, sobretudo, devem, ao fim e ao cabo, estar alinhadas às informações

e à política editorial da empresa jornalística e às normas de estilo, podendo até mesmo modificar o sentido daquilo que foi dito pelas fontes no início do processo.

Mesmo que por um longo período o processo de edição dos dados coletados pelo repórter tenha se centrado na figura principal do editor, esta vem se apagando conforme as redações vão se reestruturando. Em 2006, Soster já apontava o quanto a chegada da internet e, junto dela, da facilidade de acesso à informações e rapidez na produção, impactou o trabalho dos jornalistas, fazendo com que se tornassem “pouco perceptíveis as fronteiras entre quem escreve e quem edita, diluindo a figura do editor, antes de primeira importância e facilmente identificável nas redações, a todo o corpo da redação” (SOSTER, 2006, p. 36). Essa diluição é ainda mais evidente na atualidade, com destaque para os portais de notícias *online*, questão que será explorada de forma mais específica no item 4.1, onde trataremos das especificidades das coberturas nos meios digitais.

De qualquer forma, independentemente da figura estabelecida de um editor, o processo de edição jornalística permanece na base da produção de notícias, como forma de “constranger o acontecimento ao espaço jornalístico” (MAROCCO; BERGER, 2006, p. 17). As formas como se estabelecem esses componentes estruturais das mensagens jornalísticas, como angulação, apuração e edição, estão relacionadas com o aparato estrutural das empresas jornalísticas que, retomando Solosky (2016), se constituem como relações intraorganizacionais inseridas em uma lógica interorganizacional. Ambas as dimensões também estão presentes em produções normativas e teóricas que orientam a prática profissional e serão melhor observadas a seguir.

2.2 “OUÇA SEMPRE O OUTRO LADO”: A RELAÇÃO COM AS FONTES NA ÓTICA DO JORNALISMO E DOS MANUAIS DE REDAÇÃO

Ao escrever sobre os fatores que fundamentam a noção de objetividade no jornalismo, Tuchman (2016) aponta que um dos atributos formais necessário a uma notícia é a apresentação dos “dois lados da questão”. As fontes consultadas no processo de apuração de uma notícia podem apresentar “pretensões de verdade” distintas e expor essas versões opostas seria, portanto, um dos passos seguidos pelos profissionais do campo para garantir objetividade à notícia.

Entretanto, é preciso sublinhar que a objetividade, assim como a imparcialidade, tem mais potencial para ser vista como um ideal do que como algo concreto. Para Tuchman (2016), a objetividade trata-se de um ritual estratégico definidor de alguns procedimentos operacionais que escudam o trabalho jornalístico, entre eles: a construção do texto a partir de uma ordem hierárquica apropriada, o uso das aspas, a apresentação de versões conflitantes e de fatos que comprovem tais versões.

O que se encontra no cerne desta questão e motiva as discussões sobre o caráter idealmente objetivo do jornalismo é a pretensão de verdade solicitada pelo próprio campo jornalístico, noção que está estritamente ligada à ideia de neutralidade. No entanto é preciso recordar que a preocupação com a construção de notícias imparciais nem sempre esteve na ordem do dia do jornalismo e do público dos jornais. Alguns autores, como Amaral (1996, p. 25-26) nos lembram que até a primeira metade do século XIX “a imprensa era sobretudo político-partidária, comprava-se (assinava-se) jornal para saborear a versão parcial dos acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários”. Os princípios de imparcialidade, isenção e neutralidade que requerem que o jornalista se desnude de suas opiniões e que podem ser resumidos na ideia de objetividade jornalística, surgem apenas com a imprensa comercial, ainda no século XIX, na Inglaterra, França e Estados Unidos e são adotados, de acordo com Amaral (1996) a partir da influência de quatro fatores específicos: o surgimento das agências de notícias; o desenvolvimento industrial; as duas guerras mundiais e o advento da publicidade e das relações públicas.

A questão da objetividade pode ser de certa forma resumida à tentativa de cercar ao máximo a verdade, conceito que também não é sólido e livre de questões. Em seu livro “Jornalismo: teoria e prática”, Pery Cotta (2005) problematiza a questão da verdade no jornalismo, e recorre à Aristóteles para pensar o conceito. Segundo o autor

Um jornalista nunca poderá alcançar a ‘verdade’, inclusive porque o conceito exato sobre ela ficou complicado, depois de Aristóteles, por causa da necessidade prévia de saber a causa e a realidade do acontecimento. O jornalista nunca tem em mãos o ‘verdadeiro’ em cada fato porque trabalha sempre com o que parece verdadeiro ou verossímil (para ele e para suas fontes) (COTTA, 2005, p. 53).

Diante disso, compara as formas de se alcançar a verdade defendidas pelo filósofo com o trabalho jornalístico, entre elas, a busca de provas. Nesse raciocínio as fontes de informação, com seus depoimentos e versões sobre determinado fato têm tanta importância no jornalismo como as provas testemunhais na retórica aristotélica. Esta última se propunha a apresentar versões contraditórias e assinalar suas diferenças e verossimilhanças para tirar conclusões e se aproximar ao máximo da verdade, e é dela que seria tributária, para Cotta (2005), a tradicional ideia de buscar várias fontes de informação que permanece no jornalismo.

Ainda em 1969, na vigésima edição da publicação “Cadernos de Jornalismo e Comunicação”⁸, encontramos um artigo assinado por Octávio Bomfim que, ao tratar da apuração da notícia, destaca a importância da exatidão dos dados apurados para a “veracidade” da informação. Conforme o autor, “o bom jornalista tem consciência de que é sempre necessário obter todos os ângulos de um acontecimento, sem o que não dará ao leitor a informação completa” (BOMFIM, 1969, p. 43). O autor aponta ainda cinco formas de apuração feitas pelos repórteres com o intuito de levantar informações: a observação direta, no próprio local do acontecimento; a coleta, realizada por meio de conversas com fontes e acesso a documentos; o levantamento, uma espécie de investigação conduzida pelo repórter; o despistamento, que admite o uso de recursos circunstanciais para descobrir segredos; e, por fim, a análise, processo em que o jornalista confronta informações afim de levar o panorama crítico dos acontecimentos ao público.

Tais procedimentos, principalmente aqueles que requerem uma postura mais cética do profissional e uma averiguação mais acurada, como o levantamento e a análise, guardam semelhanças com as ideias que Rossi trabalha em “O que é Jornalismo”, publicado originalmente em 1980. O autor ressalta que qualquer pessoa pode ser fonte e a sua credibilidade sempre deve ser avaliada pelo repórter, o que exige um trabalho atencioso de apuração, já que, mesmo as fontes altamente credenciadas podem faltar com a verdade caso esta as comprometa. Nesse sentido, nenhum possível informante deve ser rejeitado e o repórter deve “pensar cada informação passada pelas fontes, confrontá-la com outras, oriundas de outros

⁸ Os Cadernos de Jornalismo e Comunicação foram publicados de 1965 a 1973 pelo Jornal do Brasil. O objetivo da publicação, inspirada no *Winners e Sinners*, publicado internamente no *The New York Times*, era debater a produção jornalística a partir das experiências dos próprios profissionais. Disponibilizados para o público, os cadernos foram a primeira iniciativa que externava o *modus operandi* das redações brasileiras. (BRONOSKY, 2010).

informantes, avaliá-la em função de seus próprios conhecimentos ou informações anteriores sobre o tema – e, assim, compor o seu próprio quadro” (ROSSI, 1991, p. 51).

Nesse cenário, inúmeras publicações que se dedicam a conceituar e explicar os meandros da profissão guardam no horizonte a visão de que o jornalista nunca deve se limitar a uma única fonte de informação, sendo fundamental ouvir informantes alternativos. No próprio livro de Cotta (2005) essa ideia aparece de forma recorrente. O autor lembra que,

[...] para cada fato, o jovem jornalista aprende cedo na redação, há várias versões. O repórter deve ser “imparcial” na apuração e fiel na reprodução (não no sentido de não tomar parte, mas como respeito às diversas partes), ouvindo todas as versões, mesmo as aparentemente enganosas ou conflitantes. Todo fato tem pelo menos duas versões. Ou dezenas delas, conforme o número de pessoas envolvidas no ocorrido. Há que ter muito critério na avaliação da notícia ou de qualquer informação recebida, pois o jornalista é responsável, perante a sociedade, pelos fatos por ele descritos. (COTTA, 2005, p. 58).

Ainda falando sobre os passos perseguidos pelo jornalista na busca pela verdade, o autor (2005, p. 74) ressalta a importância da dúvida como princípio, lembrando que o repórter “[...] jamais poderá ficar plenamente satisfeito ouvindo apenas uma única versão do fato”. E completa: “ter essa posição crítica diante dos fatos e das versões impede que o repórter seja levado pelo jogo de interesses naturais que envolvem o acontecimento” (COTTA, 2005, p. 74). Quando fala sobre os processos essenciais à apuração, retorna à ideia de que a consulta a várias fontes é obrigatória, salientando que “o repórter terá de consultar, de preferência, várias fontes. Em seguida, checar os dados e informações que conseguiu, através do cruzamento deles” (COTTA, 2005, p. 97).

No “Manual do Foca: guia de sobrevivência para jornalistas”, livro direcionado principalmente à estudantes de jornalismo e profissionais recém formados e que traz os preceitos básicos da profissão, Taís de Mendonça Jorge aponta que a entrevista, uma das formas mais difundidas para obtenção de informações, é uma “quebra de isolamento e serve à difusão de vozes, ao pluralismo informativo” (JORGE, 2008, p. 113) e cita quatro tipos de entrevista. A “entrevista-rito”, realizada com frequência e para a qual existem respostas padrão, como as entrevistas com jogadores ao final de cada partida; a “entrevista anedótica”, comumente realizada em *talk shows* nos quais o entrevistador faz piadas com o entrevistado; a “entrevista-diálogo”, que

considera a “entrevista verdadeira”, na qual o entrevistado se abre e há contribuição de ambas as partes; e, por fim, as “confissões”, que são de caráter testemunhal e vêm geralmente carregadas de forte apelo emocional e com o apagamento do entrevistador.

Nesse ponto, a autora coloca que o aprofundamento da pauta pode levar a outros tipos de entrevista, como as enquetes, os confrontos, que seriam debates e painéis sobre temas polêmicos; as entrevistas investigativas, nas quais o jornalista procura meios indiretos para averiguar informações; ou aquilo que chama de entrevista conceitual, em que “o entrevistador procura ouvir os dois lados da questão” (JORGE, 2008, p. 115). Ao falar sobre a redação do texto jornalístico, Jorge (2008, p. 125) menciona ainda que “o fantasma que persegue o jornalista consciente é o da justiça. Seu papel é mostrar os dois lados da situação que, como observador, deve transportar a quem está longe”.

Outra publicação semelhante é o livro “Jornalismo diário: reflexões, recomendações, dicas e exercícios”, de Ana Estela de Sousa Pinto. Com um tom ainda mais didático, a autora traz inúmeras recomendações junto a exercícios práticos. Ao falar sobre os elementos básicos da apuração, Pinto (2009, p. 89) destaca que as fontes têm seus próprios interesses e, portanto, o repórter não pode confiar cegamente na entrevista, sendo necessário “[...] levantar dados concretos, ouvir várias versões, obter documentos”. Para a autora, as opiniões relevantes sobre o fato e as várias versões/lados em casos de acusação ou que se apresentam de forma controversa estão entre os principais aspectos a serem apurados, junto das informações do lide, do contexto histórico e das possíveis dimensões quantitativas.

No capítulo “Para além dos fundamentos”, Pinto (2009) trabalha questões específicas sobre a cobertura de grandes acontecimentos e reportagens de fôlego, como casos judiciais e tragédias, destacando que sempre há “outro lado” a ser ouvido na história. Também adverte que,

O que você escreve afeta a vida dos outros. Pode destruir reputações, arrasar famílias, marcar para sempre uma pessoa. Muitos fatos admitem mais de uma versão. Esteja atento a elas. Em situações de conflito – disputas, acusações, processos –, isso é ainda mais patente. Sempre ouça as partes envolvidas. De preferência, ouça ainda a opinião de gente que conhece o assunto, mas não é diretamente afetada pelo caso (PINTO, 2009, p. 173).

Com relação aos casos judiciais, a necessidade de ouvir o lado oposto é tão substancial que a autora dá indicações de como tratar as fontes que apresentam versões conflitantes, como os acusados, e do que fazer caso esses não sejam encontrados ou não queiram se pronunciar. Quanto à cobertura de desastres, Pinto (2009) destaca que o choque ligado à experiências limite pode afetar a memória, portanto, todas as declarações devem ser checadas e confrontadas com outros relatos, mesmo aquelas que provêm de fontes oficiais. Segundo a autora, mesmo as fontes que inspiram mais confiança podem disseminar boatos na ansiedade de encontrar culpados.

Mario Erbolato, em seu livro “Técnicas de codificação em Jornalismo”, que teve sua primeira edição publicada em 1978 e é considerado um livro clássico sobre o tema, também dedica-se a sistematizar algumas dicas para o profissional e, com relação às fontes de informação, vai ao encontro dos demais autores. Erbolato (1991, p. 129) apresenta uma lista de diretrizes entre as quais encontramos a seguinte orientação: “Divulgue todas as opiniões e aspectos em torno de uma controvérsia”.

Para a elaboração das normas que apresenta, o autor utiliza como base os livros que orientam a escrita jornalística de forma mais direta: os manuais de redação. Erbolato (1991, p. 128) lembra que os manuais apresentem normas relativas a cada jornal e reúnem “orientações de ordem moral e instruções técnicas sobre como devem ser feitas as matérias, além de regras de gramática” e cita alguns manuais considerados modelo no Brasil, entre eles, os dos jornais Zero Hora e O Estado de S. Paulo. Estes também são citados como modelos por Bronosky (2010) que dedicou-se a pesquisar a gramática dos manuais e sua forma de apropriação nas redações.

Segundo Bronosky (2010), a primeira iniciativa manualística foi do antropólogo Gilberto Freyre, que em 1929 apresentou uma proposta ao jornal *A Província de Pernambuco* com base nos modelos norte-americanos de *stylebooks*. Entretanto, devido à resistência dos jornalistas, acostumados ao modelo europeu de escrita mais livre e opinativa, a proposta não vingou e o modelo norte-americano de jornalismo, baseado na isenção e na objetividade, só ganhou força no Brasil na virada do século XIX para o século XX. Assim como o princípio da objetividade no jornalismo esteve ligado ao surgimento da imprensa comercial, a adoção dos manuais de redação no Brasil também esteve relacionada ao ingresso da imprensa

nas lógicas de mercado, o que aconteceu na década de 1950. Nesse período, os manuais entraram em algumas redações junto a várias outras transformações editoriais e gráficas que tinham por objetivo disciplinar, racionalizar e agilizar as atividades jornalísticas (BRONOSKY, 2010).

Entretanto, de acordo com o autor, a popularização dos manuais aconteceu só na década de 1980, quando o jornal Folha de S. Paulo teve a iniciativa de publicar o Manual Geral da Redação (1984), o primeiro a ser disponibilizado para o público em geral. Foco de ataques pela tentativa de controle excessivo do trabalho jornalístico, o manual foi reformulado e uma nova versão foi publicada em 1987, servindo de modelo para vários outros jornais.

Hoje popularizados, os manuais, embora se constituam como um conjunto de normas específicas, não são adotados de forma rígida e literal nas redações, mas “[...] funcionam para os jornalistas como um dispositivo modelador de suas ações, onde se apresentam múltiplas possibilidades de uso” (BRONOSKY, 2010, p. 65). Citando Patrício (2002), que analisou o conteúdo dos manuais dos principais veículos impressos do país, o autor destaca que, embora a ideia de objetividade seja questionada nos próprios manuais, esses ainda se norteiam pelos ideais de isenção e pluralidade.

Podemos confirmar essa assertiva já na primeira seção do Manual da Redação da Folha de S. Paulo (2013), que se dedica a explicar o projeto editorial ao leitor e onde o jornal é definido como pluralista e apartidário. Nesse ponto, a publicação destaca que “o pluralismo, apequenado muitas vezes na auscultação meramente formal do ‘outro lado’ da notícia, deveria renovar-se na busca de uma compreensão mais autêntica de várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (MANUAL..., 2013, p. 17). Quando relata os procedimentos seguidos para a produção do jornal, salienta a importância do cruzamento de informações com a seguinte afirmação:

Toda boa reportagem exige cruzamento de informações. Esse mecanismo jornalístico consiste em, a partir de um fato transmitido por uma determinada fonte, ouvir a versão sobre o mesmo fato de outras fontes independentes. O recurso é útil tanto para comprovar a veracidade de uma notícia quanto para enriquecer a reportagem com aspectos não formulados pela fonte original (MANUAL..., 2013, p. 26).

Segundo o Manual, o procedimento chamado de “ouvir o outro lado” é acionado quando se tem em mãos informações que possam comprometer indivíduos ou entidades. Logo, estas devem ser ouvidas e ter suas versões publicadas. Em alguns casos, tais versões podem até mesmo desmentir a informação inicial e levar o jornalista a refazer a apuração. A publicação ainda destaca que “as práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato comporta mais de uma versão e de que o julgamento desse fato não compete ao jornalista, mas ao leitor” e que essas práticas permitem ao jornalista não endossar “versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública, nem o erro que possa ser cometido por pessoas, instituições, empresas ou grupos” (MANUAL..., 2013, p. 27).

Alguns verbetes também ressaltam as ideias acima, como “Jornalismo crítico”, onde o jornalista é orientado a identificar atitudes contraditórias e veicular “diferentes versões sobre o mesmo acontecimento” (MANUAL..., 2013, p. 45), e “Pluralismo”, onde se lê que “[...] todo fato se presta a interpretações múltiplas, quando não antagônicas. O leitor da Folha deve ter assegurado seu direito de acesso a todas elas. Todas as tendências ideológicas expressivas da sociedade devem estar representadas no jornal” (MANUAL..., 2013, p. 48).

O manual do jornal O Estado de S. Paulo, o Estadão, que ao lado da Folha é considerado um dos principais jornais do país, traz, já nas instruções gerais, que os textos devem ser imparciais e objetivos e que versões conflitantes sobre um mesmo assunto sempre devem conter atribuição de fonte. A publicação (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O ESTADO..., 1992, p. 56) conta ainda com os verbetes “Opiniões” e “Ouvir os dois lados”. No primeiro, destaca-se que as opiniões do jornal devem ficar restritas aos editoriais e aos especialistas. “Para oferecer ao leitor maior diversidade de opinião, o jornal tem críticos, comentaristas, analistas, articulistas, correspondentes e outros que, em matérias assinadas poderão expor suas opiniões”. No segundo, que “os dois ou mais lados envolvidos numa notícia deverão ser sempre ouvidos, se possível, antes da publicação dos fatos ou declarações”. E segue: “A observação vale especialmente para os casos em que haja acusações a alguém. Lembre-se: o direito de resposta é sagrado” (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO DE O ESTADO..., 1992, p. 56).

Outro periódico de destaque no país, o jornal O Globo traz em seu Manual de Redação e Estilo (1997, p. 22) a lembrança de que “toda pesquisa sobre o passado

recente deve levar em conta que não há informante mais traiçoeiro do que a memória de cada um. Raramente é fiel a reconstituição baseada em apenas uma fonte”. Ainda pior é confiar em versões recuperadas de terceiros e naquelas que se mostram um tanto exageradas, portanto, o cuidado do jornalista com as informações que recebe deve ser diretamente proporcional ao interesse da fonte em divulgá-las. Quando se refere a matérias sobre controvérsias, o manual evidencia que o ideal é que tragam “a opinião de um, a opinião de outro e a apuração do jornal. A contribuição do jornalista está tanto na busca do parecer de isentas autoridades como, sempre que o assunto permite, na observação do repórter” (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO, 1997, p. 24).

Em relação a situações em que existem choques de opinião e posições de acusação e defesa, o Manual de Redação e Estilo de O Globo (1997, p. 37) destaca que “deve-se cuidar para que os textos a respeito estejam próximos uns dos outros, e com igual destaque, para evitar que o leitor tome conhecimento de apenas um lado da questão”. Entretanto, o texto chama a atenção para o fato de que mostrar apenas a versão da acusação e a resposta da defesa não são suficientes para constituir uma legítima reportagem de investigação, já que esta seria “fruto de trabalho exaustivo de levantamento e conferência de informações [...] aquilo que o jornal, por seus próprios meios, verificou ser verdadeiro e digno de publicação” (MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO, 1997, p. 47).

O Manual de Ética, Redação e Estilo (1994) do jornal Zero Hora também traz algumas orientações nesse sentido. Entre as normas éticas estabelecidas pela publicação encontramos verbetes como “Imparcialidade”, no qual “a reportagem deve abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição” (MANUAL DE ÉTICA..., 1994, p. 17). Outro verbeito que merece destaque é “Precisão”, ao definir que:

O jornalista de ZH tem o dever de conferir a veracidade de informações que possam produzir controvérsia. [...] Zero Hora entende que a simples publicação de versões conflitantes não é sinônimo de imparcialidade. Informações desconstruídas podem confundir o leitor. Cabe ao jornal apurar a verdade, com isenção e abrangência (MANUAL DE ÉTICA..., 1994, p. 19).

Assim como algumas publicações anteriores o manual também trata especificamente dos casos de acusação jurídica, indicando que a versão da defesa

sempre deve ser publicada, preferencialmente no mesmo dia da versão oposta. Caso haja recusa de entrevista por parte do réu ou das vítimas, ou ainda de seus porta-vozes legais, a orientação é informar ao público sobre a tentativa falha de obter retorno.

Orientação semelhante é encontrada no Manual da Redação do Estado de Minas (s/d.), publicação de suma importância visto que o jornal é objeto desta pesquisa. A publicação também destaca a necessidade de publicar a versão dos acusados, de preferência, junto a da acusação e salienta, corroborando com a ideia de que a grande busca do jornalismo está na procura pela verdade. O texto destaca que o jornal

[...] não se satisfaz com a simples reprodução das diferentes versões. Ser imparcial não é difundir coisas a meio caminho entre a verdade e a mentira, sem o esforço de refletir a realidade. A informação de qualidade reclama um esforço adicional. O jornalista deve procurar 'a verdade que está camuflada atrás da verdade aparente' (MANUAL DA REDAÇÃO..., s/d., p. 165-166).

Em outros momentos da seção, dedicada ao estabelecimento de um Código de Ética profissional, salienta-se que “O ESTADO DE MINAS não tem assuntos proibidos. A informação deve abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou discriminação” (MANUAL DA REDAÇÃO..., s/d., p. 163). E ainda, que “o jornal abre suas páginas para o debate dos assuntos públicos e, independente de suas posições editoriais, admite o pluralismo e diversidade de opiniões” (MANUAL DA REDAÇÃO..., s/d. p. 161).

A maior parte das teorias e manuais, portanto, faz referência à ideia de abrir espaço à pluralidade de fontes e opiniões. Para entendermos melhor o que leva à recorrência dessas orientações, podemos resgatar o pensamento de Solosky (2016) sobre a política editorial e as produções normativas, como os manuais. Para ele, tais iniciativas que têm como base o profissionalismo jornalístico são, na realidade, mecanismos de controle interorganizacional responsáveis por acionar ideais partilhados. Tais ideais, como já mencionamos, têm como base princípios éticos que preveem o distanciamento do jornalista como forma de isenção, mas também, como forma de resguardo.

Mas se esses ideais e procedimentos são seguidos com o objetivo de cercar a verdade, de confrontar versões para chegar a relatos verossímeis e verificáveis, também é preciso recordar o quanto essa noção escapa à compreensão quando os

relatos das fontes, na maioria das vezes, não são mais que diferentes ângulos e perspectivas fechadas em si de um mesmo fato, algo como “diferentes verdades”. Isso porque, também é preciso considerar o caráter subjetivo das fontes, que, ao serem consultadas no processo de apuração de uma informação mobilizam opiniões e ideias em que acreditam ou que estão em posição e condição de falar. Se tratamos mais especificamente da apuração de acontecimentos-limite pelo jornalismo, adiantando o tópico que trataremos no próximo capítulo, as fontes podem mobilizar diferentes sentidos que, no campo da experiência, encontram-se em disputa.

Dentro deste panorama se torna evidente a necessidade de considerar o papel assumido pelas fontes de informação consultadas no quadro dos acontecimentos cobertos pelo jornalismo e o fato de que elas, assim como os jornalistas, são sujeitos interessados que podem mobilizar diversas posições em seus discursos.

2.3 DA FONTE ÀS VOZES: AS FONTES A PARTIR DA PERSPECTIVA DISCURSIVA

Discutir a relação entre jornalistas e fontes e os processos que levam à produção das notícias como se apresentam exige lembrar que a subjetividade perpassa esse processo. Julgamos importante conduzir nossa reflexão acerca das fontes a uma dimensão que compreende sua participação na configuração das notícias a partir da condição de sujeitos. Isso porque entendemos o jornalismo como uma linguagem, um discurso pelo qual circulam, se produzem e se interpretam sentidos; processo esse que é protagonizado por sujeitos e no qual interferem condições de produção específicas (MACHADO, 2006).

Como qualquer outro tipo de linguagem, o jornalismo é dialógico nos termos de Bakhtin, o que significa dizer que gera novos discursos em resposta a ele, ao mesmo tempo em que se trata de uma resposta a um discurso anterior, criando um diálogo contínuo. Essa forma de entender a linguagem questiona a unicidade do sujeito enquanto origem dos enunciados e faz emergir duas dimensões presentes em qualquer discurso que, de acordo com Machado (2006), interessam ao jornalismo: a interdiscursividade e a intersubjetividade. A primeira diz respeito à

relação de um discurso com outros e a segunda, que nos interessa particularmente, trata da relação entre sujeitos na constituição dos discursos.

Admitir o jornalismo como um discurso produzido por e para sujeitos situados historicamente demanda assimilar a influência da exterioridade social, cultural e ideológica sobre sua produção e, conforme Machado e Jacks (2001, p. 2), “fazer a objetividade e subjetividade conviverem em um mesmo espaço exige um pensamento de maior complexidade, não excludente, que aceite o movimento das contradições”. Considerar apenas o caráter intersubjetivo dos discursos, para Machado (2006), já é suficiente para mostrar a opacidade que os constitui e acabar com a ideia de quem carregam uma verdade absoluta, com apenas uma possibilidade de interpretação.

É importante sublinhar aqui que ao nos referirmos a sujeitos não estamos tratando dos indivíduos fontes (ou jornalistas). Machado e Jacks (2001, p. 2, grifo das autoras) lembram que

Um mesmo indivíduo se fragmenta em muitos sujeitos, e é o *sujeito que fala* e fala de um lugar determinado. O mesmo indivíduo é cindido em diversos sujeitos, que se formam no interior do processo discursivo e que podem se movimentar de acordo com a maré [...] não temos consciência, pelo menos não na maioria das vezes, de que nos colocamos como sujeitos diferentes em nossos discursos.

Mesmo que não tomemos essa lógica a partir das definições estritas da Análise de Discurso Francesa (AD), que entende a forma pela qual o indivíduo assume determinadas posições de sujeito⁹ em seu discurso a partir de um processo inconsciente e feito de esquecimentos¹⁰, é importante levar em conta a noção desse sujeito que, ao enunciar, o faz de determinado lugar, noção que guarda semelhanças com o questionamento da unicidade do sujeito proposta por autores como Bakhtin (2010) e Ducrot (1987) a partir da ideia de polifonia.

A noção de polifonia está relacionada com a questão da heterogeneidade discursiva¹¹ (MAINGUENEAU, 1998). Sabe-se que todo enunciado, ao ser emitido,

⁹ A posição de sujeito é o lugar que o sujeito ocupa ao emitir seu discurso e sempre está contida em uma Formação Discursiva (FD), conceito formulado por Foucault e apropriado por Pêcheux, que determina o que pode e deve ou não ser dito em uma conjuntura dada (MACHADO; JACKS, 2001)

¹⁰ Pêcheux (1995) afirma que o sujeito sofre de dois tipos de esquecimentos, acreditando que seus dizeres só podem ser ditos de tal maneira (esquecimento nº2) e que ele mesmo é a fonte de seu dizer (esquecimento nº1)

¹¹ A heterogeneidade, em um discurso, pode caracterizar-se como mostrada ou constitutiva. A primeira refere-se à presença localizável de um discurso outro, já a segunda, refere-se ao

apresenta marcas dos protagonistas de sua enunciação. Apesar disso, sempre que emitido, todo e qualquer enunciado pode dar conta de outros pontos de vista que não os do emissor (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008), já que sua voz está sempre carregada de várias outras, conformadas em relação a um contexto.

Para Bakhtin, filósofo russo e líder intelectual do Círculo de Bakhtin que deixou um imenso legado nos estudos de linguagem, qualquer análise linguística deve ser feita de forma contextual, levando em conta os fatores históricos, culturais, sociais e ideológicos envolvidos na relação entre emissor e receptor. Embora corrente no século 20, foi no desenvolvimento teórico deste autor que o termo polifonia ganhou destaque e novidade, aparecendo na obra *Problemas da Poética de Dostoiévsky* (1929).

Dostoiévski é, de acordo com Bakhtin (2010, p. 5), o criador do romance polifônico, gênero este que diferencia-se plenamente da forma já constituída dos romances monológicos e homofônicos europeus. Diante das novas características presentes na obra do romancista, alguns críticos literários que a observaram chegaram a conclusões que, ou ignoravam a criatividade do artista, tentando encaixá-la nos padrões já instituídos, ou interpretavam a diversidade de consciências presentes na obra como fruto de um romance sociopsicológico. Em ambos os casos, para o autor, o maior erro estava em interpretá-la como uma única voz. O diferencial de Bakhtin em sua crítica foi perceber a existência de consciências imiscíveis que, em sua coexistência, conferiam caráter polifônico à obra.

A multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis e a autêntica polifonia de vozes plenivalentes constituem, de fato, a peculiaridade fundamental dos romances de Dostoiévski. Não é a multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances; é precisamente a multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade” (BAKHTIN, 2010, p. 4-5, grifo do autor).

Com base no conceito de polifonia proposto por Bakhtin (2010), Ducrot (1987) propõe uma sistematização apresentada através da Teoria Polifônica da Enunciação. A discussão levantada pelo autor sobre a origem da enunciação e as personagens enunciativas que entram em cena, assim como o conceito de Bakhtin,

interdiscurso, a presença não-localizável de outros discursos que interferem na constituição do discurso presente (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008).

questiona a unicidade do sujeito, expressa pela máxima “um enunciado – um sujeito” e distingue, principalmente, os papéis ocupados por locutor e enunciador em determinada narrativa.

Segundo Ducrot (1987), suas pesquisas situam-se em uma disciplina que denomina “pragmática semântica” ou “pragmática linguística”, já que tem como foco das investigações a questão da eficácia das palavras em determinadas circunstâncias. Uma pragmática da linguagem relaciona-se, portanto, com o alcance e as condições da ação humana realizada pela linguagem. Nesse sentido, analisa enunciados que pretendem incitar ações, admitidas como efeitos da enunciação.

O enunciado, para Ducrot (1987), noção que distingue de forma rigorosa do conceito de frase, seria sua ocorrência em uma manifestação particular, tornando-a, assim, observável. Logo, se uma mesma pessoa disser as mesmas palavras em dois momentos distintos, estamos diante de dois diferentes enunciados observáveis em seu contexto específico.

“O acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado” é o que Ducrot (1987, p. 168) define como enunciação. Esse acontecimento se caracteriza como momentâneo, ou seja, a enunciação em si não existia antes e não existirá depois do breve momento em que o enunciado aparece. Isso não implica dizer que a enunciação é ato de alguém que emite este enunciado. O teórico faz questão de defini-la como o simples aparecimento de um enunciado justamente para que o conceito de enunciação não circunscreva a noção de sujeito falante em si mesma, mas reafirma que esta ideia não exclui a existência desse sujeito que procura comunicar um sentido.

Ducrot (1987, p. 172) faz ainda outras observações sobre as questões da enunciação. Ele utiliza o termo sentido para caracterizar semanticamente um enunciado, termo que se refere, portanto, ao que se comunica ao interlocutor. O autor ainda considera que os enunciados possuem uma força ilocutória, ou seja, certo poder que obriga a agir, como é o caso de uma promessa, ou obriga falar, por exemplo, no caso de uma pergunta. Nesse sentido, afirma que toda enunciação faz referência a si mesma através do enunciado e, portanto, “[...] o sentido do enunciado é uma representação da enunciação”.

Toda essa construção teórica serve de base para que o autor possa desenvolver reflexões acerca do sujeito da enunciação. Para questionar essa visão, começa observando as propriedades desse sujeito que são, de acordo com ele, a

capacidade psico-fisiológica necessária para enunciar algo, o fato de ser a origem dos atos ilocutórios relacionados à produção do enunciado e a designação pelas marcas da primeira pessoa. Para ele, essas três propriedades não necessariamente podem ser atribuídas a um ser único.

O lugar do sujeito na teoria de Ducrot (1987) pode acabar parecendo confuso, afinal, o autor pensa a enunciação de forma independente de um produtor. Entretanto, admite a existência de um ou vários sujeitos de origem quando se refere ao sentido do enunciado. É nesse ponto em específico que se faz presente a distinção entre as duas principais personagens enunciativas: o enunciador e o locutor.

Como locutor o autor define aquele que assume as marcas linguísticas da primeira pessoa e a responsabilidade pelo enunciado caracterizando-se como um ser do discurso. Mesmo que possam coincidir, locutor e sujeito falante têm definições distintas, já que o segundo remete ao ser empírico, que é descartado das análises de Ducrot (1987) por não participar do processo de produção de sentido. Tendo como foco, portanto, apenas o que define como “ser do discurso”, Ducrot (1987) desenvolve ainda uma subdivisão no conceito, denominando locutor-L¹² aquele que é responsável por dada enunciação e somente é visto como tal enquanto desenvolve esta propriedade, e locutor-λ um ser completo que possui a capacidade de ser origem do enunciado, mesmo que não o esteja sendo no momento.

Considerando que o aparecimento de um enunciado pode fazer emergir vozes que não são necessariamente do locutor, Ducrot (1987, p. 192) define a noção de enunciador, que possibilita compreender uma das formas mais frequentes de polifonia. Os enunciadores referem-se aos seres que se expressam através da enunciação, “se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”. Em uma comparação elucidativa, o autor afirma que “o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor”.

Dessa maneira, os enunciadores não se caracterizam como seres empíricos, podem ser resumidos como o ponto de vista a partir do qual se orienta o enunciado. No processo de enunciação se faz necessário, portanto, que determinados

¹² O locutor-L nas teorias de Ducrot é associado à ideia de *ethos*, que, diferentemente do conceito tratado anteriormente, diz respeito à imagem de si dada pelo locutor em sua enunciação e que a torna, ou não, aceitável.

enunciadores passem a existir no sentido dos enunciados, seja porque o locutor assimila tal ponto de vista, atualizando o enunciador ou porque quer que este apareça, mesmo que não se alinhe a ele, o que não o torna menos significativo.

Assim, se retomarmos as ideias iniciais, pensar que “o indivíduo cindido em vários sujeitos só pode falar porque se desloca e se descentra” e que “o sujeito sempre fala de um lugar, e que este lugar pode ser diferente daquele que ocupou há um minuto” (MACHADO; JACKS, 2001, p. 3) proporciona reflexões análogas à ideia de que é a situação enunciativa que faz com que os locutores ponham em cena determinados enunciados e enunciadores e não outros. Ainda, que os locutores podem enunciar a partir de lugares distintos, mobilizando diferentes enunciadores. As autoras também colocam que

O sujeito vai então se posicionar ocupando um lugar determinado, o lugar de onde fala. Essa interpelação é marcada, como lembra Mikhail Bakhtin (1986), pelo horizonte social de um época e de um grupo. Por isso às vezes podemos dizer uma coisa em um lugar, para uma pessoa, e não podemos dizer a mesma coisa em outro lugar, para outra. Porque sob uma determinada configuração ideológica, que diz respeito ao lugar que ocupamos e ao papel que representamos, nos é permitido dizer isto, mas não aquilo (MACHADO; JACKS, 2001, p. 3)

Nesse sentido, entender as fontes jornalísticas (bem como os próprios jornalistas) como indivíduos cindidos em vários sujeitos que, ao enunciar, se posicionam como locutores e mobilizam determinados enunciadores passíveis de aparição em dada situação enunciativa e conforme o papel representado por eles naquela configuração contextual em específico é mais do que dizer que existem enunciados que cabem a determinados tipos de fontes, mas que estas, enquanto sujeitos, são formadas por inúmeras possibilidades de enunciação a serem mobilizadas em cada contexto.

No jornalismo, as proposições de Ducrot (1987) para a análise das vozes que conformam um discurso têm sido adotadas justamente para questionar o estatuto dos enunciados, problematizando a multiplicidade de pontos de vista que podem ali estar contidas. Isso porque, de acordo com Machado (2006) o nível mais elementar de definição de vozes presentes em um discurso, que dá um conta de um locutor (quem fala), um alocutário (para quem fala), e um delocutário (de quem se fala), não dá conta da problemática que circunda o campo. Diante da natureza pública do jornalismo e da sua constituição enquanto “lugar de circulação de diferentes saberes

sobre os fatos e o mundo”, Machado (2006) defende que as pesquisas avancem para o nível de identificação das diferentes perspectivas de enunciação.

Mapear apenas os locutores presentes no discurso jornalístico, classificando as categorias de fonte a que pertencem, para a Machado (2006, p. 9), “não se mostra suficiente para evidenciar quem de fato tem voz social no discurso jornalístico”. Somente a adoção de estudos que cheguem ao nível dos enunciadores, também entendidos como perspectivas de enunciação, podem trazer contribuições para o campo do jornalismo, já que apenas nesse nível de análise seria possível constatar a verdadeira pluralidade e diversidade social.

Machado (2006) destaca que, em comparação com o mapeamento de locutores, bem mais simples (já que estes têm suas marcas de identificação nos textos, podendo ser o jornalista que assina, a fonte citada ou o próprio veículo, por exemplo), a identificação dos enunciadores se torna mais complexa porque exige, em sua perspectiva, a articulação de conceitos da AD como posição de sujeito, Formações Discursivas (FD) e Formações Ideológicas (FI), entretanto, sem chegar aos enunciadores, não seria possível identificar a polifonia em um discurso jornalístico. Como forma de elucidação dessa questão, a autora aponta que

[...] podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista e as fontes. Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador. Se, além disso, o jornalista se posicionar ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo enunciador. Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes, que, na verdade, é monofônico, pois é constituído por um único enunciador. Como se esta complexidade não fosse suficiente, é preciso pensar em uma situação oposta, mas factível, quando um mesmo locutor se posiciona ora de uma perspectiva, ora de outra – e o que seria um texto monofônico pode ser, na verdade, polifônico. Embora pareça estranho, esse é o tipo de movimento de vozes presente em alguns editoriais, por exemplo, quando a empresa jornalística não quer se posicionar claramente (MACHADO, 2006, p. 8-9).

Assim, fica evidente que a presença de muitos locutores não é sinônimo de muitos enunciadores, assim como a insuficiência das discussões que se restringem a mapear os sujeitos que participam de determinado discurso no nível de classificação das fontes. Logo, a adoção da perspectiva de Ducrot (1987) para alcançar a dimensão das enunciações contidas nas manifestações de locutores é

um passo importante na problematização do estatuto das fontes e nos apresenta uma forma ainda mais complexa de compreender essa questão no âmbito jornalístico.

3 OS ACONTECIMENTOS NO JORNALISMO E O ACIONAMENTO DAS FONTES

Este capítulo mobiliza a perspectiva teórica do acontecimento (QUÉRÉ, 2005) e, nele, nos dedicaremos a traçar as características dos desastres que fazem com que possam ser considerados acontecimentos, além de apresentarmos os conceitos de dupla vida e poder hermenêutico (QUÉRÉ, 2005) e como estes podem ser vistos empiricamente no caso do desastre em Mariana. O primeiro conceito sintetiza a ideia de que o acontecimento inaugura um passado e um futuro que lhe são próprios e que interferem sobre a forma como é compreendido. Já a ideia de dupla vida compreende que o acontecimento tem duas dimensões: a existencial, ou seja, a vivenciada, e a simbólica, na qual é interpretado, construído simbolicamente e ganha uma configuração demandada justamente pelo caráter desestabilizador de sua irrupção, processo que entendemos ser engendrado pelo jornalismo e, conseqüentemente, atravessado pelo acionamento de fontes.

Ao nosso ver, essa operacionalização apresenta potencial para auxiliar no entendimento do quadro sócio histórico que torna os acontecimentos possíveis, bem como da emergência dos sentidos que lhe são atribuídos pelos indivíduos que participam do discurso sobre o desastre, além de contribuir para a compreensão dos possíveis campos problemáticos evidenciados pelos enunciadores mapeados na cobertura do desastre socioambiental em Mariana.

Entendendo o protagonismo do jornalismo na construção simbólica dos acontecimentos, tratamos ainda das regularidades presentes nas coberturas jornalísticas de desastres e que aparecem justamente a partir da tentativa de reduzir as discontinuidades provocadas pelos desastres e colocá-lo em ordem lógica de sentidos para o leitor, com destaque para as denominações, causas e desdobramentos do acontecimento, questões que são definidas como balizadores nas coberturas de desastres e, portanto, funcionam como eixos de análise desta pesquisa.

3.1 OS DESASTRES COMO ACONTECIMENTOS

“As vítimas contaram que de repente, no fim da tarde, escutaram um estrondo e logo após viram uma movimentação de terras. Procuraram se proteger como dava, subiram em carros, caminhões, casas e muros”. Esse foi o relato do tenente dos

bombeiros Roberto Dutra para os repórteres do Estado de Minas no dia do rompimento da barragem da mineradora Samarco. Segundo a reportagem¹³, ele foi um dos primeiros a chegar para o resgate em Bento Rodrigues e ficou impressionado com o cenário que encontrou. A declaração dada por ele sobre o que ouviu das vítimas evidencia uma das características mais marcantes de qualquer desastre: a irrupção abrupta.

Esse traço é destacado por Lozano Ascencio (1995) que define as catástrofes¹⁴ como eventos que, gerados pela natureza, pela ação humana ou, até mesmo, por algo alheio ao meio ambiente, mudam repentinamente aquilo que era até então invariável e que se configura na medida em que é percebido e expressado pelos sujeitos inseridos no contexto. Além de totalmente destrutiva e repentina, uma situação catastrófica caracteriza-se pela rapidez, violência e magnitude com que acontece. “A catástrofe, pelo fato de existir, subverte, transforma, modifica, desequilibra e regenera um estado estável de coisas” (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 91, tradução nossa)¹⁵. Mais do que isso, ao interferir em um sistema até então sem variações, esse tipo de evento produz modificações irreversíveis, pois

A formação de catástrofes envolve o salto de um estado para outro, a conservação ou geração da forma observável (da mudança e do que muda), e a impossibilidade formal e material de retornar ao estado anterior. A estabilidade é modificada, desenvolvida, expandida pela aquisição de outra forma (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 65, tradução nossa)¹⁶.

Assim, uma catástrofe chega subitamente e modifica o presente sem que se possa voltar atrás. Essa definição guarda semelhanças com o conceito de acontecimento de Quéré (2005), que evidencia justamente seu caráter inesperado e inaugural ao afirmar que “ele introduz, necessariamente, alguma coisa de novo ou inédito. [...] O acontecimento introduz uma descontinuidade, só perceptível num fundo de continuidade” (QUÉRÉ, 2005, p. 61). O autor também ressalta que nem tudo que acontece é necessariamente descontínuo, afinal, também existem

¹³ Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705042/bombeiro-relata-destruicao-em-bento-rodrigues-u201ctsunami-de-lama.shtml

¹⁴ O termo catástrofe é utilizado pelo autor e aqui é adotado como sinônimo de desastre.

¹⁵ “La catástrofe, por el hecho de existir, subvierte, transforma, cambia, desequilibra y regenera un estado de cosas estable”.

¹⁶ “La formación de catástrofes supone el salto de un estado a otro, la conservación o generación de la forma observable (del cambio y de lo que cambia), y la imposibilidad formal y material de retornar al estado anterior. La estabilidad se modifica, se desarrolla, se expande adquiriendo otra forma”.

acontecimentos previstos. Ainda assim, mesmo nestes casos emerge alguma novidade. Entretanto,

Os acontecimentos importantes são, em grande parte, inesperados. Quando se produzem, não estão conectados aos que o precederam nem aos elementos do contexto: são descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas; rompem a seriação da conduta ou a do correr das coisas (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Nesse sentido, Quéré (2005) defende a ideia de que todo acontecimento se constitui como uma ruptura do quadro de sentidos vigente, abrindo novas possibilidades de significação ao romper com a lógica esperada. Ainda outros autores trabalham a noção a partir dessa perspectiva, como Rodrigues (2016, p. 51), quando afirma que “é acontecimento tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais”.

Justamente por essa característica abrupta e desestabilizadora que os desastres podem ser entendidos como acontecimentos, guardando ainda outras particularidades, como o grande poder de afetação que carregam. A capacidade de interferir na experiência individual ou coletiva suscitando reações é o que justifica sua singularidade “porque o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que ele é suportado por alguém” (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Em perspectiva semelhante, França (2012, p. 45) assinala que o acontecimento “se passa no domínio da experiência e se realiza - ou não - a partir de seu poder de afetação na ação dos sujeitos, de sua capacidade de interferência no quadro da normalidade e das expectativas previstas no desenrolar do cotidiano de um povo”. Esse entendimento sobre o poder de afetação dos acontecimentos também está presente no horizonte da definição de desastres a partir de um ponto de vista sociológico, o qual considera todo o processo social que envolve a compreensão dos desastres como “[...] acontecimentos coletivos trágicos nos quais há perdas e danos súbitos e involuntários que desorganizam, de forma multidimensional e severa, as rotinas de vida (por vezes, o modo de vida) de uma dada coletividade” (ZHOURI, 2016, p. 37).

Retomando a perspectiva de Quéré (2005), é precisamente na ideia de afetação que está uma das chaves para compreender a forma a partir da qual o autor entende o acontecimento, que carrega consigo a dimensão da experiência, para distingui-lo do fato. Babo-Lança (2005, p. 85) afirma que o autor adota uma

abordagem experiencial do acontecimento para “romper com a apreensão empirista do acontecimento que tende a tratá-lo como facto positivo no mundo, individualizável numa trama causal e num contexto preestabelecido de sentido”. Assim, propõe uma inversão de perspectivas, entendendo que, mais do que uma ocorrência individual dentro de uma trama causal, o acontecimento, ao entrar no quadro da experiência e ser sentido e interpretado “revela uma situação, desvenda possibilidades e eventualidades, produz efeitos e significações mediante as consequências que lhe advém” (BABO-LANÇA, 2005, p. 85).

3.2 O PODER HERMENÊUTICO DO ACONTECIMENTO EM MARIANA: CAMPOS PROBLEMÁTICOS DESVELADOS

Tendo a experiência em seu horizonte, Quéré (2005) mobiliza dois importantes conceitos – o poder hermenêutico e a dupla vida – que, intrinsecamente ligados dizem não só sobre o acontecimento em si, mas sobre toda a conjuntura social que o envolve, apresentando grande potencial explicativo de suas amarras. Isso porque, a descontinuidade dos acontecimentos impulsiona a necessidade de ordená-lo, inseri-lo em uma ordem de sentido, o que o leva a uma segunda fase de sua existência, também entendida como sua segunda vida: a simbólica. Justamente nesse processo que são recuperados os nós que atam o acontecimento ao passado e ao futuro que inaugura, evidenciando seu poder hermenêutico. É nesse sentido que Quéré afirma que “[...] a principal origem da compreensão do acontecimento está no próprio acontecimento” (2005, p. 61).

O trabalho da mídia situa-se na passagem da dimensão existencial do acontecimento à sua dimensão simbólica. Embora o acontecimento passe a significar a partir do momento em que entra no quadro da experiência, sem necessitar da mediação da narração, é exatamente sua irrupção que “faz falar [...], demanda ser compreendido e impulsiona o processo de semiotização dentro do qual passa a uma outra fase de sua existência” (FRANÇA, 2012, p. 45).

Os acontecimentos são a principal matéria prima do jornalismo. Eles podem ser divididos, a partir da sua forma de emergência, em dois tipos: os previstos e os imprevistos (RODRIGUES, 2016). Mesmo aqueles que apresentam certa previsibilidade fazem emergir alguma novidade, uma mudança no quadro de sentidos (QUÉRÉ, 2005). Mas são os imprevistos que movimentam de forma

particular o campo jornalístico, já que, como aponta Rodrigues (2016, p. 51) “quanto menos previsível for, mais probabilidades têm de se tornar notícia e integrar assim o discurso jornalístico”. Isso porque os acontecimentos imprevistos carregam toda a sorte de critérios de noticiabilidade, com destaque para um dos elementos básicos da notícia: a atualidade imediata (FONTCUBERTA, 1993).

A constituição simbólica do acontecimento também pode ser entendida como uma interpretação do acontecimento vivido. Para Berger e Tavares (2010, p. 122) “[...] é do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico e esse intervém na percepção daquele”. Na concepção de Rodrigues (2016, p. 55) o acontecimento jornalístico também pode ser entendido como um meta-acontecimento, já que “ao relatar um acontecimento os media, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo”. Dentro da estrutura de produção jornalística, o acontecimento ganha contornos que o tornam inteligível,

Ocorre, assim, que o jornalismo também opera exatamente em direção oposta a essa ideia de ruptura, promovendo a integração do ‘novo’ às categorias do já existente, como construído pelo sistema de informação e pela própria experiência social. Há, pois, uma figuração dos acontecimentos com base em uma estrutura arquetípica, há um padrão que retém alguns acontecimentos e despreza outros, os fatos visam os acontecimentos procurando de certa maneira estabilizá-los (ANTUNES, 2007, p. 30).

É nesta segunda dimensão, a vida simbólica ou, podemos dizer, o acontecimento jornalístico, onde estariam situadas as disputas sociais em torno do sentido do acontecimento. O discurso midiático é capaz de transmitir os acontecimentos para além dos limites de sua ocorrência (REBELO, 2006) e ao emergirem nesse processo como organizadores de sentidos, recorrem à fontes que o auxiliem nesse processo de ordenamento, motivo para que a construção simbólica do acontecimento seja atravessado, em certa medida, por estas fontes e pelos pontos de vistas que colocam em cena. A explicação causal que emerge do acontecimento e que, segundo Quéré (2005), é da ordem da representação, quando protagonizada pelo discurso jornalístico, leva em conta os sujeitos que participam dele e a forma a partir da qual demonstram e movimentam as disputas que cercam o acontecimento.

Exemplo dessa tentativa de ordenamento foi a movimentação dos veículos de comunicação que perseguiram as questões relativas ao desastre em Mariana na

tentativa de colocá-lo em uma sequência lógica (e, claro, cronológica) para seu leitor. No caso do portal em.com.br, do dia 5 de novembro de 2015, quando ocorreu o rompimento, até as 17h10 do dia 21 do mesmo mês, quando foi noticiada a chegada dos rejeitos ao mar, foram publicadas mais de 500 matérias. Assim, a cobertura caracterizou-se pela atualização contínua de notícias ao passo em que as informações oficiais iam sendo divulgadas e o acesso à vítimas e testemunhas ia se tornando possível. Dessa maneira as matérias publicadas começaram a construir um discurso fragmentado em que as informações complementavam-se no intuito de estabelecer um todo coerente. Esse processo descortina o prolongamento do acontecimento para o passado e para o futuro “[...] assim como uma explicação causal. Que emergem graças ao acontecimento. E que são da ordem da representação, ou melhor, da imaginação” (QUÉRÉ, 2005, p. 62).

Tratando especificamente das catástrofes Lozano Ascencio (1995) coloca que, para que possamos defini-las, compreendê-las

[...] temos, por um lado, que estabelecer o momento ou espaço de ruptura de uma trajetória estável e, por outro, a reestruturação de outros momentos ou outros espaços de outras trajetórias possíveis ou sucessivas. O estabelecimento significa relacionar a mudança ao que muda, e a reestruturação narrativa significa relacionar a versão da mudança com a versão do que muda. Estamos, então, em dois níveis: o nível de mudança que ocorre e o nível do que é dito sobre essa mudança. A relação entre estes dois níveis é irreconciliável, porque enquanto no primeiro a catástrofe subverte a ordem, no segundo, a história de catástrofes (E-Ka> estabiliza a ordem e controla as perturbações mediante significados). Em um há informação e novidade e, no outro, redundância e compreensão (LOZANO ASCENCIO, 1995, p. 91, tradução nossa)¹⁷.

Em uma costura bastante semelhante, Quéré (2005, p. 62) sustenta que “[...] uma vez que o acontecimento se deu, podemos reduzir essa descontinuidade invocando os sinais precursores, comparando-os a acontecimentos similares do passado, ou reconstruindo um contexto causal”, citando como exemplo a recuperação do contexto em termos geológicos, no caso de um tremor de terra.

¹⁷ “Para definir catástrofes tenemos, por un lado, que establecer el momento o espacio de ruptura de una trayectoria estable y, por otro, reestructurar otros momentos u otros espacios de otras trayectorias posibles o sucedientes. El establecimiento significa poner en relación el cambio con lo que cambia, y la reestructuración narrativa significa poner en relación la versión del cambio con la versión de lo que cambia. Nos encontramos entonces en dos niveles: el nivel del cambio que ocurre, y el nivel de lo que se dice de ese cambio. La relación entre estos dos niveles es irreconciliable, porque mientras que en el primero la catástrofe subvierte el orden, en el segundo, el relato de catástrofes (E-Ka> estabiliza el orden y controla las perturbaciones mediante significados. En uno hay información y novedad, y en el otro, redundancia y comprensión.

Essa reconstrução, semelhante à colocação do acontecimento em uma linha do tempo, leva ao seu surgimento como ponto de chegada de um passado que lhe é próprio e declara certa previsibilidade.

Percebemos esse tipo de recuperação no caso do desastre em Mariana, que não foi o primeiro rompimento de barragem registrado em Minas Gerais. Reportagem¹⁸ publicada ainda no dia em que a barragem da Samarco se rompeu, relembrou outros cinco eventos desse tipo ocorridos no Estado. O primeiro foi ainda em 2003 e o último, em 2014, apenas um ano antes. A lembrança de outros tantos eventos semelhantes chama a atenção para uma lição não aprendida, o que culminou em mais um desastre, e leva à reflexão sobre os motivos pelos quais os outros casos não tenham ganhando a visibilidade midiática em nível nacional concedida ao rompimento da barragem Mariana.

Os rompimentos anteriores inserem o acontecimento em um contexto de risco iminente, entretanto, a retrospectiva apresenta a causa de apenas um deles, atribuindo-o às fortes chuvas na região, o que nos leva à ideia de que não houve grandes esforços para encontrar as razões dos casos anteriores. Pelos dados recuperados, todos os rompimentos registrados foram enquadrados a partir dos danos humanos e ambientais causados. Em contrapartida, o grande poder de afetação (QUÉRÉ, 2005) e comoção do caso em Mariana, que afetou o Rio Doce, um dos principais rios da região e de importância nacional e que já nas primeiras horas apresentou um grande potencial de destruição, deixando inúmeros desaparecidos, o coloca em outro patamar.

Mais do que isso, no dia seguinte ao rompimento, o portal recuperou documentos que já evidenciavam o risco do empreendimento, como o Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais, elaborado em 2014 pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) que, embora ateste a ausência de risco no momento da avaliação, classifica o empreendimento no mais alto nível de risco ambiental¹⁹, e o laudo técnico elaborado em 2013 pelo Instituto Prístino durante o processo de renovação da licença do complexo, que apontava a existência de uma área de

¹⁸ ESTADO DE MINAS, 2015. Barragens de rejeito já causaram diversas tragédias em Minas Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/05/interna_gerais,705019/barragens-de-rejeito-ja-causaram-diversas-tragedias-em-minas-gerais-r.shtml>

¹⁹ ESTADO DE MINAS, 2015. Barragem que rompeu em Mariana era empreendimento de alto risco. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705086/barragem-que-rompeu-em-mariana-era-empreendimento-de-alto-risco.shtml

instabilidade, o que poderia resultar em colapso da estrutura²⁰. Essas questões inserem o desastre em uma ordem de sentido que evidencia seu poder de revelação de campos problemáticos, como defende Quéré (2005), para quem os acontecimentos também apresentam um caráter inaugural, abrindo campos de possíveis. Exemplo de como se dá essa abertura é que

[...] há coisas que acontecem e que julgávamos impossíveis de acontecer, porque excediam o pensável ou o nosso sentido do possível. Ao acontecerem, somos obrigados a reconhecer que havia possibilidades, potencialidades ou eventualidades (QUÉRÉ, 2005, p. 63).

Assim, o acontecimento joga luz para um passado que é relativo a ele e nesse movimento, podem ficar evidentes situações sintomáticas. O caso do rompimento da barragem da mineradora Samarco, colocou sob os holofotes a não coincidência entre os vários rompimentos já ocorridos e sua extrema relação com o modelo econômico da atividade mineradora, que teve crescimento expressivo no Brasil nos últimos quinze anos, conforme apontam Silva e Andrade (2016). Essa relação é abordada por Wanderley et.al (2016, p. 41) que, com base nas hipóteses de Davies e Martin (2009), concluem que “[...] se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento de barragens” (WANDERLEY et. al, 2016).

A hipótese citada refere-se a um ciclo de investimentos e extração que se relaciona com a movimentação dos preços do mercado, em que a elevação dos preços levaria a investimentos e processos de licenciamento apressados e a posterior queda dos valores daria lugar à intensificação da produção com a finalidade de compensação. Pensando nessa conjuntura, não parece coincidência que tenha sido justamente no período em que o valor dos minérios de ferro alcançou seu pico, entre 2005 e 2008, que a Barragem de Fundão tenha sido licenciada, sem atender de maneira satisfatória as condicionantes ambientais para sua aprovação (WANDERLEY, et. al, 2016).

O grande potencial de destruição do desastre, que vitimou fatalmente 19 pessoas, deixou milhares de desabrigados e fez sumir um distrito inteiro, também revela a situação de vulnerabilidade das vítimas enquanto campo problemático e,

²⁰ ESTADO DE MINAS, 2015. Laudo técnico alertou para instabilidade em área de barragem em Mariana. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705089/laudo-tecnico-alertou-para-instabilidade-em-area-de-barragem-em-marian.shtml

consequentemente, como agravante das consequências. Zhouri et. al (2016, p. 37) destacam que a comunidade ribeirinha de Bento Rodrigues, assim como inúmeras outras, apresenta um histórico de construção de moradias e modos de vida em torno das dinâmicas fluviais (nesse caso, do Rio Doce), locais que foram posteriormente transformados em áreas de risco com a chegada dos megaempreendimentos minerários. “Com o evento, aqueles que já eram afetados pela operação do complexo minerário sofreram perdas de vida e a deterioração de sua saúde, além de bens materiais e do comprometimento permanente de seu território”. Essas questões também são mencionadas por Wanderley et. al (2016, p. 41) que sustentam que

[...] a não utilização de tecnologias mais seguras e avançadas e a ausência de rigor no processo de licenciamento, tanto por parte do Estado quanto por parte da empresa, estão em estreita relação com o fato de que os maiores impactados pelos empreendimentos são comunidades política e economicamente vulneráveis.

Para Zhouri et. al (2016, p. 37) esses problemas se mostram sintomáticos de um processo historicamente constituído e em curso no Brasil, que diz respeito à “vulnerabilização social que obstruiu recursos das vozes daqueles que estão em persistente fragilização ao passo que desresponsabiliza os sujeitos geradores dessas descompensações sociais”.

Retomando a ideia de Quéré (2005, p. 61) de que a redução das descontinuidades do acontecimento é feita “ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”, podemos pensar no quanto essas inúmeras questões já indicavam a previsibilidade e as potencialidades do acontecimento e de suas consequências. Indo além, ainda podemos observar como alguns desdobramentos dos desastres também possuem um ponto de ancoragem em seu passado relativo, como é o caso das manifestações em relação à empresa.

Responsável pela barragem que entrou em colapso, a mineradora Samarco sofreu inúmeras sanções, como multas bilionárias, a obrigatoriedade de tomar providencias quanto aos danos ambientais e sociais causados²¹ e manifestações públicas de cobrança de atitudes (que seguem acontecendo mesmo depois de mais

²¹ Através do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado entre os acionistas da Samarco e o governo instituiu a criação da Fundação Renova com o objetivo de implementar ações para reverter os danos causados pelo desastre.

de dois anos da tragédia)²². Em contrapartida, o embargo das atividades da mineradora na região, que aconteceu cinco dias após o rompimento, ocasionou, também, manifestações a favor da empresa²³, protagonizadas por cidadãos em geral e até mesmo por políticos que pediam pela volta de suas atividades.

Agindo como “profetas virados para o passado” (ARENDDT, 1980 apud QUÉRÉ, 2005) encontramos, novamente nas questões econômicas que envolvem a mineração, um campo problemático que é posto em cena. Wanderley et. al (2016) assinalam que a principal fonte de arrecadação dos municípios em que há extração de minérios é referente à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Dentre todos os municípios mineiros, Mariana foi o que mais recebeu repasses no ano de desastre, um volume de recursos que corresponde a 80% da arrecadação do município e que põe a região em uma situação de dependência econômica. O cenário se repete em relação à oferta de empregos, uma vez que o setor é responsável pela maioria das vagas disponibilizadas.

Se a maior parte dos acontecimentos se inscrevem em campos problemáticos já constituídos, que perduram enquanto os problemas e as respectivas causas se mantêm, também novos campos problemáticos se constituem com a emergência de acontecimentos, nomeadamente a partir do trabalho realizado em torno deles, explicitando o que está em causa, no âmbito da regulação política das condições do viver em conjunto numa coletividade (QUÉRÉ, 2005, p. 73).

Nesse sentido, é preciso que determinados eventos aconteçam e sejam colocados em causa para que algumas questões sejam percebidas e problematizadas. Quéré (2005) exemplifica que o atentado de 11 de setembro colocou o terrorismo e a segurança internacional dos Estados Unidos em novos patamares, da mesma forma, o rompimento da barragem em Mariana levantou a discussão sobre as questões precárias de segurança das barragens de rejeitos, anteriormente encobertas, jogando-as na esfera pública.

O mesmo documento recuperado pelo Estado de Minas um dia depois do desastre que apontava o alto risco do empreendimento da mineradora Samarco

²² ESTADO DE MINAS, 2018. Vítimas da tragédia em Mariana fazem manifestação nesta quinta-feira. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/04/05/interna_gerais,949341/vitimas-da-tragedia-em-mariana-fazem-manifestacao-nesta-quinta-feira.shtml

²³ G1, 2016. Protesto pede volta das atividades da Samarco em Mariana. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2016/03/protesto-pede-volta-das-atividades-da-samarco-em-mariana.html>

também alertava para a situação de outras barragens²⁴. O Inventário publicado em 2014 relatou que 8% das barragens do Estado são considerados empreendimentos de alto risco, mas a colocação dessa questão como um problema para o futuro se deu somente com o rompimento de Fundão. A própria matéria fazia referência a relatos anteriores, entretanto, o gancho para tratar do assunto foi o rompimento em Mariana. Ou seja, o medo de uma tragédia já figurava no campo de possíveis em função de um acontecimento anterior e foi retomado a partir deste novo acontecimento.

Questões como essas também impulsionaram ações concretas em direção à mudanças no procedimentos de segurança dos empreendimentos mineradores, evidenciando as novas projeções possibilitadas pelo acontecimento (QUÉRÉ, 2005). Exemplo disso são as discussões sobre o Código da Mineração que, apesar do encaminhamento do projeto de lei que solicitava sua alteração datar de 2013, ainda se encontrava em tramitação e, com o desastre, volta a ser pautado e discutido. Mais tarde surge ainda um projeto de lei apresentado pela Comissão Extraordinária das Barragens à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em 2016 (ainda em tramitação²⁵) e que prevê medidas mais rígidas no processo de implantação, classificação de risco e fiscalização das barragens e que expõe as tantas falhas na legislação e nos processos de fiscalização enquanto campo problemático.

Pensando propriamente sobre a constituição e evolução dos campos problemáticos, Quéré (2005, p. 72 e p.73) destaca que sua discussão pública é devedora de suportes e arenas múltiplas na qual contribuem todos os tipos de atores sociais e instituições, entretanto não pretere o papel da mídia nesse processo, o qual seria “[...] decisivo enquanto suportes, por um lado, da identificação e da exploração dos acontecimentos, por outro, do debate público através do qual soluções são elaboradas ou experimentadas”

Colocando sob uma visada crítica a ideia de que o trabalho dos media levaria a uma forma de degradação do acontecimento autêntico, o autor entende que,

²⁴ ESTADO DE MINAS, 2015. Relatório indica que 8% das barragens de contenção em Minas não são seguras. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705094/relatorio-indica-que-8-das-barragens-de-contencao-em-minas-nao-sao-se.shtml

²⁵ “Foi rejeitado pela Comissão de Minas e Energia, em 2º turno, o parecer de autoria do deputado João Vitor Xavier (PSDB) ao Projeto de Lei (PL) 3.676/16, que dispõe sobre o **licenciamento ambiental e a fiscalização de barragens no Estado**. A reunião aconteceu nesta segunda-feira (9/7/18), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)” (REJEITADO, 2018, *online*).

Esses comentários constituem uma das formas de desenvolvimento do inquérito que explora o potencial de esclarecimento e discriminação dos acontecimentos, já que problematizam as situações discordantes por estes criados ou reveladas com vista a uma resolução. Não se pode fazer completamente justiça a esse fenómeno sem se reinscrever o trabalho de informação feito pelos media num processo mais geral de configuração de acção coletiva num espaço público democrático, através da exploração das causas e das consequências dos acontecimentos em diferentes campos problemáticos, e a projeção das acções que o seu aparecimento incita a empreender. Essa exploração pode fazer-se recorrendo a controvérsias públicas – que são prova de verdade, rigor e justiça -, apresentadas ou organizadas nos e pelos media, **com a participação da maior diversidade de actores** (QUÉRÉ, 2005, p. 74, grifo nosso).

Nesse sentido, o papel do jornalismo é essencial para a redução das discontinuidades provocadas pelos acontecimentos, em especial, os desastres. Entretanto, é preciso considerar que este tipo de evento também provoca rupturas nas rotinas produtivas das redações e as dificuldades encontradas na cobertura de desastres alinham-se às dificuldades de dar uma ordem de sentido ao acontecimento. Para isso, algumas questões específicas e que têm potencial explicativo são focalizadas no processo de apuração, constituindo-se como regularidades na cobertura de desastres, entre elas, destacam-se as causas e consequências, âmbitos que, junto às denominações dadas a eles, apresentam um grande potencial de configuração dos acontecimentos.

Retomando a ideia de França (2012) de que os acontecimentos “fazem falar” é preciso lembrar que a própria autora aponta que o processo de construção simbólica do acontecimento é dado em relação à trama social como um todo e que a observação da forma como é comunicado, por ela mesma, dá conta apenas de uma das dimensões. Contestando a ideia de Charaudeau de que um acontecimento precisa ser nomeado para que exista, França (2012) defende que o acontecimento existe por ele mesmo e é sua ocorrência que incita a interpretação e a denominação do mesmo. Portanto, olhar para os acontecimentos como ocorrências desencadeadoras de sentido possibilita “ver mais que discursos: permite perceber os discursos dando forma, configurando, organizando sentidos dispersos, contraditórios, anárquicos suscitados por ocorrências, ações, intervenções” (FRANÇA, 2012, p. 46), o que pode gerar, segundo a autora, um olhar privilegiado para a conexão intrínseca entre o potencial de afetação do real e os sujeitos que, afetados, dizem sobre as consequências.

3.3 DO ACONTECIMENTO AO ACONTECIMENTO JORNALÍSTICO: A COBERTURA DE DESASTRES PELO JORNALISMO

As questões tratadas anteriormente demonstram a forma como os acontecimentos abrem novos campos de possíveis e revelam setores problemáticos e, diante disso, a maneira pela qual se dá a tentativa do jornalismo de conferir sentido ao relato noticioso de desastres, citando o caso específico do rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana. Assim como postula Quéré (2005), a costura do acontecimento com os precedentes e projeções inaugurados por ele é uma forma de reduzir descontinuidades e de inseri-lo em uma ordem de significação, procedimento que é percebido na movimentação do jornalismo quando esse está diante de eventos-limite que precisam ser noticiados. Entretanto, vale destacar aqui algumas questões mais restritas ao campo do jornalismo e à forma como este lida com a desestabilização e as rupturas provocadas por grandes desastres e que é percebida na forma de regularidades nas coberturas, como o ato de denominar, a busca pelas causas e os desdobramentos, três características que são elencadas como balizadores de nossa análise.

Ao contrário de outros locais, como os Estados Unidos, o Japão e alguns países Europeus, o Brasil não é comumente afetado por graves desastres climáticos, terrestres e ambientais, como furacões, ciclones e terremotos. Mesmo assim, a história do país vem sendo marcada por vários episódios extremos, como a grande enchente no Vale do Itajaí, em Santa Catarina (2008); os deslizamentos de terra no Morro do Bumba, no Rio de Janeiro (2010); e as enxurradas na região serrana do Rio de Janeiro (2011), para citar alguns. Isso sem falar nos desastres causados exclusivamente por ações antrópicas, como é o caso do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, além de outras tragédias recentes, como o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria/RS (2013) e o acidente aéreo com a equipe da Associação Chapecoense de Futebol (2016).

Todos esses acontecimentos, em maior ou menor grau, provocam quebras nas práticas rotineiras das redações e desafiam as dinâmicas internas dos veículos de comunicação. Pela incapacidade de serem previstos e por surgirem e se desenrolarem sem qualquer espécie de controle, exigem, por parte dos profissionais da imprensa, estratégias que deem conta do acontecimento e assegurem a realização da cobertura mesmo quando não há informações

confirmadas, já que, afinal de contas, as próprias fontes a quem os jornalistas recorrem enfrentam as mesmas dificuldades.

Ao tratar sobre as características das coberturas de desastres, Santos (2014) lembra que a irrupção de um desastre é o momento no qual as redações devem acionar seus planos de emergência, entretanto, nem todas possuem um. A recorrência de determinados tipos de acontecimentos, como enchentes, por exemplo, garantem *know-how* para lidar com situações similares mas, ainda assim, a singularidade de cada evento faz com que nunca haja um nível de preparação efetiva. “Nenhum plano, estratégia ou treinamento vai preparar o jornalista, ou qualquer outro profissional de emergência, para tudo o que acontece em um desastre” (SANTOS, 2014, p. 110).

As características próprias de cada desastre, portanto, inserem diferentes desafios aos profissionais, impõem determinadas dificuldades e se constituem como experiências únicas de trabalho. Em sua pesquisa, Santos (2014) entrevistou 13 jornalistas que atuaram nas coberturas dos desastres ocorridos em Santa Catarina (2008) e no Rio de Janeiro (2011) e entre as principais dificuldades mencionadas pelos profissionais nessas ocasiões destacam-se desde entraves operacionais até questões relativas ao sensível e à dimensão humana dos desastres.

O mais difícil, de acordo com os entrevistados, é entrevistar as pessoas afetadas, devido a carga emocional e o constrangimento que isso envolve. Há também dificuldades operacionais. As mais recorrentes são em relação a lidar com a quantidade enorme de informação obtida em campo no tempo necessário, principalmente diante das dificuldades logísticas e operacionais como locomoção, acessos bloqueados, desconhecimento do local, desabastecimento de víveres, água potável e gasolina, queda de energia e de canais de comunicação, como internet. A importância da organização institucional dos órgãos de resposta é lembrada ao ser relatada a necessidade de fontes oficiais, principalmente por causa da dificuldade de acesso a informações corretas e também da circulação de informações desencontradas (SANTOS, 2014, p.188).

De fato, os obstáculos e contratemplos não são poucos diante desse tipo de cobertura, o qual Camps (1999) considera um dos mais complexos do trabalho jornalístico. Isso porque, de acordo com a autora, os desastres apresentam características que alargam as dificuldades de trabalho e que guardam semelhança com o relatado nas entrevistas com os profissionais, como o fato de repercutir em vários aspectos da vida da comunidade; de interferir na locomoção, transmissão de materiais e comodidade de trabalho; de modificar o expediente e a organização das

equipes, exigindo trabalho fora de horário e auxílio de jornalistas de várias editorias; de produzir circunstâncias dramáticas e caóticas, que interferem na identificação de fontes idôneas e de distorções por parte de afetados; e mesmo nas condições psíquicas e emocionais do profissional diante do sofrimento e angústia generalizados. Além disso, por não apresentarem duração precisa, as características temporais de cada desastre também interferem de forma determinante, já que podem ter uma duração breve (casos em que há muito volume de informação para pouco tempo), ou uma duração prolongada (que pode gerar períodos de vazio informativo).

Segundo Camps (1999), o ponto de partida da cobertura que, como tal, permitirá a definição mais imediata das prioridades, processos de apuração e fontes a serem consultadas, está em determinar o tipo de desastre que ocorreu. Nesse momento, ao classificar os tipos de acontecimentos desastrosos cobertos pelo jornalismo e dividi-los em desastres naturais e de origem antrópica, a autora destaca sua anuência acerca da inadequação do termo “desastre natural”, já que, segundo especialistas da área de proteção civil, não existem fatalidades e todos os desastres têm relação com questões humanas, ainda que seja a incapacidade de prever sua ocorrência ou de atenuar os danos causados.

Essa questão terminológica indica o quanto o ato de denominar um acontecimento implica em diferentes formas de configurá-lo. De certa forma, as denominações dadas aos desastres também refletem um ato de interpretação que, a partir dali, pode orientar a apuração e a cobertura jornalística como um todo. Corroborando com essa questão, Berger (1998, p. 22) considera que “a luta que é travada no interior do campo do jornalismo gira em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público”. Como exemplo disso, podemos pensar nas diferentes significações geradas a partir da classificação de um desastre, a exemplo do ocorrido em Mariana, como um acidente ou como um crime, por exemplo. Além de provocarem sentidos distintos, a inclusão de um evento em cada uma dessas categorias poderia resultar em diferentes formas de apuração e consulta a fontes, já que um acidente se distancia da esfera jurídico-criminal, ao contrário de um crime.

O peso da denominação atribuída a um acontecimento é grande, e no exemplo citado pode significar a indicação de responsabilidade. Entretanto, mesmo

em casos de desastres provocados majoritariamente por questões ambientais, os termos usados para denominá-los podem atribuir diferentes sentidos e devem ser alvo de atenção. Prova disso é a recorrência de glossários nos manuais para a cobertura jornalística de desastres para indicar os diferentes significados de termos como alagamento, enchente e enxurrada²⁶, por exemplo.

Defendendo a cobertura jornalística como uma das construtoras públicas do acontecer catastrófico, Amaral (2015; 2016) traz ainda outras características que permeiam o movimento do jornalismo em busca da estabilização de sentidos sobre o ocorrido. Surgindo, em um primeiro momento “no tom do ‘ao vivo’”, a cobertura precisa explicar, mesmo que provisoriamente, o acontecimento, até que se tenha subsídios para construir um relato mais detalhado. Esse processo, para a autora, é presidido pela busca das causas e responsáveis pela tragédia. Para tanto, o jornalismo esquadrinha e reconstitui o acontecimento, acionando discursos de outros campos sociais para “[...] explicar as causas, medir as consequências e tornar públicas as experiências vivenciadas” (AMARAL, 2015, p. 43). Para tanto, “vale-se da fala de agentes sociais para recompor a cena e, neste processo, busca diversas fontes jornalísticas e concede para as suas declarações determinados papéis” (AMARAL, 2015, p. 44).

Nesse acionamento, surge como marcador a característica da personalização, que ocorre de maneira acentuada no relato das vítimas e toma o rumo contrário quando o assunto é a apuração de responsabilidades. Há, nas primeiras horas, a tergiversação das fontes ligadas ao poder e um certo distanciamento das fontes especialistas que ainda tentam tirar conclusões sobre o ocorrido, o que leva ao protagonismo das fontes testemunhais (AMARAL, 2013). É na fala desse tipo de fonte que emerge a emoção. Conforme indica a autora (2013) são os relatos carregados de angústia e sofrimento que conferem veracidade, dando a impressão de reproduzir a experiência imediata, garantindo não só credibilidade ao relato como a captação da audiência.

Na tentativa de alcançar o inalcançável, que é a apreensão do acontecimento existencial, as fontes testemunhais ajudam a compreender e dar a dimensão do

²⁶ O glossário do Guia RRD, Mídia e Jornalistas, publicado pelo Itaú Unibanco, indica que o termo alagamento designa água acumulada no leito das ruas e no perímetro urbano por fortes precipitações pluviométricas, em cidades com sistema de drenagem deficiente, o termo enchente diz respeito à elevação do nível de água de um rio, acima de sua vazão normal, já enxurrada se refere a um volume de água que escoar na superfície do terreno, com grande velocidade, resultante de fortes chuvas.

desastre, embora sua participação não seja regra nesse tipo de cobertura (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016). Os autores (2016, p. 246) apontam que as falas testemunhais sempre são produzidas em nome de terceiros “pois aqueles que não podem mais falar são as verdades testemunhas integrais”, e explicam as diferentes formas através das quais o jornalismo aciona esse tipo de discurso:

Em primeiro lugar, o testemunho midiático de um desastre está envolvido em um cenário que deve ser descrito e em uma rede de atores sociais em que sua fala é inserida. Há um espaço afetado, o ponto zero onde se registra o transtorno destrutivo, o lugar onde se manifesta a instabilidade e se registram as perdas materiais e humanas. Há também um entorno vulnerável, uma zona real ou prevista onde pode levar-se a cabo outro transtorno destrutivo. Esta classe de cenário é mais subjetiva que a anterior porque está delimitada pelo conhecimento, a experiência e a antecipação dos sujeitos. A diferenciação entre o entorno atingido e o entorno vulnerável depende dos papéis que jogam os sujeitos protagonistas em uma situação de instabilidade. Assim, os protagonistas dos ambientes violados, em primeira instância, são os sobreviventes e os que presenciaram o fato, ou seja, o que denominamos de testemunhas. Posteriormente, os protagonistas são os voluntários ou profissionais de salvamento, os especialistas e, num terceiro momento, os responsáveis pela tragédia (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2016, p. 246)

Amaral e Lozano Ascencio (2016) destacam que o uso dos testemunhos é uma forma de conferir singularidade ao relato e que, para comporem uma cobertura de qualidade, devem não só enquadrar o acontecimento como funcionar enquanto portas para o aprofundamento da pauta, evidenciando a dimensão social e crítica do desastre, enfoques necessários ao cumprimento do papel social do jornalismo. Os meios de comunicação não são apenas “prestadores de serviço” a quem a população recorre para buscar informação e alento à sua situação, mas também devem funcionar como canais de prevenção, indo além da cobertura do imediato, centrada não apenas nas narrativas sobre a destruição, mas transformando os riscos em pautas permanentes antes que se convertam em “notícias quentes” (LOZANO ASCENCIO; AMARAL, 2018).

É evidente que a ênfase do trabalho jornalístico no contexto imediato dos desastres está ancorada em uma lógica onde predominam os valores notícia que, diga-se de passagem, estão sempre compreendidos em situações perturbadoras como essas. Essa condição não justifica a predominância de coberturas que, ao enfatizarem o drama pessoal das vítimas, apelam para narrativas sensacionalistas. O que é preciso levar em conta é que muitas das catástrofes vividas na contemporaneidade se referem mais ao resultado de situações de negligência e de

processos históricos de vulnerabilidade social (VALENCIO; VALENCIO, 2017), do que propriamente a eventos inesperados e extraordinários. Essa questão leva ao entendimento de que os veículos jornalísticos poderiam ir além da cobertura do “durante” e do “imediate”, assumindo um papel fundamental no médio e longo prazos ao evidenciar os riscos, auxiliando na redução deles (AMARAL; LOZANO ASCENCIO, 2017) e ainda, acompanhando os desdobramentos e fiscalizando a tomada de providências por parte do poder público e dos responsáveis.

As limitações do trabalho jornalístico frente aos desastres levam a discussões muito mais extensas sobre as lógicas mercadológicas de produção das notícias que, além de não conceberem tempo e investimento para a especialização dos profissionais, obedecem a um ritmo frenético ao os colocarem em condições precárias de produção. Nesses moldes é preciso refletir sobre os papéis, mas também sobre os limites do jornalismo, já que existem situações e momentos “nos quais o que se espera da mídia é muito mais do que a mídia pode dar” (SANTOS, 2014, p. 116). Se a função dos veículos jornalísticos diante dessas circunstâncias pudesse ser resumida em uma frase, arriscamos dizer que, conforme postula Santos (2014, p. 125) “o papel do jornalismo no desastre se traduz em não ir embora”.

4 FONTES E ENUNCIADORES NA COBERTURA DO DESASTRE PELO PORTAL *EM.COM.BR*

4.1 ESPECIFICIDADES DA COBERTURA *ONLINE*

Várias das questões que tratamos até aqui, especialmente no primeiro capítulo, e que dizem respeito às rotinas produtivas e às formas de fazer jornalismo, como o trabalho de edição, assumem características específicas quando tratamos da produção de notícias *online*. Para tanto, se mostra pertinente nos determos por um momento nas especificidades da cobertura jornalística voltada para portais de notícias e que por si só carrega diferentes características daquela produzida para outros formatos, como o impresso ou o televisivo. Esses contornos específicos são mais destacados no caso das coberturas de eventos inesperados como os desastres. Nesses casos, a quebra das rotinas produtivas afeta as equipes de jornalismo como um todo e não raras vezes, no caso dos grupos de mídia, aqueles que comumente trabalham de forma segmentada acabam se unindo no processo de apuração, auxiliando-se mutuamente na produção de conteúdo.

De qualquer forma, alguns dos desafios da cobertura permanecem distintos já que, enquanto as equipes de TV precisam de imagens que comprovem, exemplifiquem, demonstrem o acontecimento, os jornalistas de web correm contra o relógio para publicar informações em tempo real, característica que se acentua nesse tipo de cobertura, mas que é própria dos *sites* de notícias. A iniciativa de divulgar as notícias conforme vão acontecendo através de um fluxo contínuo é destacada por Adghirni (2002, p. 1) como “a meta dos jornais online em busca do tempo real”. Segundo a autora, a noção de “tempo real” foi introduzida no jornalismo a partir do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação que possibilitaram a circulação veloz e eficaz de informações em redes globalizadas. **“Ou seja, os jornais passaram a funcionar como agências de notícias que despejam informação em fluxo contínuo diretamente para o público que é convidado a reagir e a participar dos acontecimentos”** (ADGHIRNI, 2002, p. 4, grifo da autora).

A atualização contínua também é destacada por Palácios (2002) como uma das seis principais características do jornalismo *online*. Segundo o autor

A rapidez do acesso, combinada com a facilidade de produção e de disponibilização, propiciadas pela digitalização da informação e pelas

tecnologias telemáticas, permitem uma extrema agilidade de actualização do material nos jornais da web. Isso possibilita o acompanhamento contínuo em torno do desenvolvimento dos assuntos jornalísticos de maior interesse (PALÁCIOS, 2002, p. 3)

As outras cinco características, que são explicitadas em consonância com outros autores como Bardoel e Deuze (2000) e Canavilhas (1999), são a multimídia/convergência, que diz respeito à convergência dos formatos tradicionais e sua disponibilização em múltiplas plataformas; a interatividade, que possibilita a interação do leitor com o produtor da informação, com outros leitores e com o próprio conteúdo através da hipertextualidade, a terceira característica. Esta se refere à capacidade de interconexão de vários textos e conteúdos através dos *links*. A personalização ou customização é a possibilidade de configuração do conteúdo jornalístico de acordo com os interesses individuais do leitor e, por fim, a memória se refere à disponibilidade de um espaço ilimitado para armazenamento e disponibilização de material noticioso sob vários formatos.

Esta última, possibilita a “quebra dos limites físicos” de volume de conteúdo disponibilizado impostas às mídias tradicionais, o que diferencia em grande medida o jornalismo *online* dos outros formatos. “[...] O Jornalismo tem na Web a sua *primeira forma de Memória Múltipla, Instantânea e Cumulativa*” (PALÁCIOS, 2002, p. 6, grifo do autor) e, ainda, a possibilidade de combinar todas essas características em seu produto. Quanto a esse último ponto, o autor esclarece que são potenciais abertos pelas novas tecnologias, mas que nem todos esses elementos são necessariamente explorados pelos portais jornalísticos “por razões técnicas, de conveniência, adequação à natureza do produto oferecido ou ainda por questões de aceitação do mercado consumidor” (PALÁCIOS, 2002, p. 2), não existindo, portanto, um modelo canônico de jornalismo *online*, fazendo com que encontremos diferentes formatos noticiosos na web.

Ao falar sobre o jornalismo *online*, Deuze (2006) nos lembra que o jornalismo é, e sempre foi, dependente da tecnologia. Desde o aparecimento dos primeiros jornais europeus, a tecnologia disponível em cada época sempre foi utilizada com o objetivo de alcançar aquilo que, para o autor, é uma premissa básica da profissão: “a transmissão rápida e perceptível de informação” (DEUZE, 2006, p. 17). Mas é nas plataformas digitais que os componentes tecnológicos assumem papéis determinantes em relação às definições operacionais.

O jornalista online tem que fazer escolhas relativamente ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimédia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interactividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto). (DEUZE, 2006, p. 18)

Diante dessas características e enquanto prática social distinta, o jornalismo *online* pode ampliar ou mesmo mutilar alguns processos tradicionais do contexto midiático (DEUZE, 2006). A chegada da internet nas redações permitiu a agilidade na apuração e na publicação de notícias e gerou uma “ânsia publicadora” crescente (MARTINEZ, 2007). Esse processo modificou as estruturas das redações e a forma até então consolidada de produção de notícias. Como nos lembra Martinez (2007), nas redações tradicionais as funções eram bem definidas e delimitadas. Desde a participação das agências enquanto fornecedores de informações primárias e dos pauteiros, até os repórteres, fotógrafos e editores, cada um desempenhava suas tarefas consecutivamente até o fechamento programado do jornal.

O desejo de querer fazer tudo naquele que Martinez (2007) chama de “ritmo frenético do noticiário no ciberespaço” e a adaptação aos novos meios digitais levou à dissolução de alguns processos, como a rotina ditada pelos meios industriais; e de algumas funções, como a figura central do editor. Com isso, a autora destaca que o repórter, de apenas mais um personagem no processo, passa a ser o detentor dos meios de produção, inversão que agiliza a produção de conteúdo mas que pode trazer alguns problemas. Por vezes, esse profissional domina os *softwares* mas não apresenta grande experiência com o tratamento da informação, que também não passa por filtros ou revisões. Assim,

além de muitos textos “subirem” para as telas sem revisão alguma, direto das mãos dos repórteres, falta o olhar de outra pessoa que amplie e explore melhor um material às vezes rico que o repórter não consegue sozinho catalogar, dividir e formatar (MARTINEZ, 2007, p. 18)

Jorge, Pereira e Adghirni (2009) também evidenciam as mudanças no processo de edição que, protagonizado pelos repórteres, dispensa o trabalho específico do editor. Os autores citam portais de notícias brasileiros em que ocorre esse processo direto de publicação com o intuito de disputar o furo jornalístico, como é o caso do G1 e o UOL. “Um minuto ou dois podem fazer grande diferença na web. O controle de

produção é feito pela própria chefia, que cobra do repórter quando há demora entre a última matéria e a próxima” (JORGE; PEREIRA; ADGHIRNI, 2009, p. 78).

No contexto da convergência midiática, além do trabalho de redação, edição e publicação das notícias, por vezes, os repórteres ainda acumulam a função de produtores de imagens, sejam elas fotos ou vídeos, produzindo material para publicação tanto no *site* como no impresso, ou mesmo na tv. Assim, acabam atuando como jornalistas multimídia que, à figura de super-heróis como Super-Homem e Batman, como brincam Jorge, Pereira e Adghirni (2009), possuem os “super poderes” de produzir conteúdo em diferentes linguagens para diferentes plataformas. Entretanto, as novas dinâmicas que exigem multi-habilidades (*multiskilled*) dos jornalistas, para Kischinhevsky (2009), colocam em evidência a precarização do mercado de trabalho que busca, na verdade, profissionais “multifunção” com conhecimento prévio em edição de áudio e vídeo e programação de web, por exemplo, abreviando investimentos das empresas jornalísticas em qualificação profissional.

Diante disso e da necessidade de atualização contínua, mesmo que a ideia do simples replicamento de informações característica da primeira fase do jornalismo na web já esteja superada, os jornais e jornalistas ainda acabam esbarrando, por vezes, no reaproveitamento de informações de outras plataformas enquanto estratégia operacional (que pode ser citado aqui como recurso comum na cobertura de desastres em função das dificuldades operacionais acentuadas). Entretanto, o processo de edição não deixa de ser condicionado pelas lógicas da internet, fazendo com que, junto da preocupação com a informação, venha também o cuidado com a disposição do conteúdo textual e audiovisual.

Outro ponto determinante com relação ao jornalismo *online* são as alterações das dinâmicas possibilitadas pelas redes sociais na Internet que, para além de modificarem as práticas de leitura, possibilitam o contato imediato entre jornalistas e fontes e entre os jornalistas e os editores ou chefes de reportagem, bem como o envio instantâneo de materiais para a redação. Os dispositivos móveis, dessa forma, auxiliam no processo de alimentação do fluxo contínuo de informações e mídia em tempo real, onde ocorre, hoje, a “guerra da informação” (JORGE; PEREIRA; ADGHIRNI, 2009, p. 78).

O processo acelerado de apuração e de publicação de notícias que marcam mudanças nas práticas e rotinas profissionais também possibilitam alguns contornos

específicos quando se trata da cobertura de desastres que, obedecendo a lógicas próprias e sendo moldadas conforme o desenrolar do acontecimento, contam com o apoio decisivo dos recursos tecnológicos. As redes sociais *online* são instrumentos que podem auxiliar na apuração de informações em tempo real, por exemplo. Um estudo publicado em 2017 na revista *Science Advances*²⁷ que analisou os *tweets* dos afetados pelo furacão Sandy, em 2012, apontou o *Twitter* como um grande termômetro dos estragos causados por grandes desastres em áreas específicas antes mesmo das avaliações técnicas levantarem tais dados. Isso, em função da rapidez e intensidade com que o “tuiteiros” comunicam a situação vivenciada na rede.

Situação semelhante pôde ser percebida nas contas oficiais durante o rompimento de barragem em Mariana. Foi através delas que a equipe do Estado de Minas tomou conhecimento do ocorrido, conforme detalharemos no próximo tópico. Da mesma forma, o uso de recursos como páginas atualizadas em tempo real podem ser importantes ferramentas na publicação de informações sobre o desenrolar de acontecimentos inesperados, estratégia utilizada no caso de Mariana pelo portal *em.com.br* e por outros portais de notícias, entre eles o também mineiro *O Tempo*.

4.1.1 O portal *em.com.br*

O presente estudo tem como objeto empírico o portal *em.com.br*, uma das páginas do Portal Uai²⁸, que congrega conteúdo de vários veículos do grupo Diários Associados (DA) em Minas Gerais. De acordo com Gonçalves (2013), que em sua dissertação se dedicou a pesquisar a união de linguagens no portal Uai, este representa uma das poucas iniciativas efetivas de convergência no Brasil. Fundado em 1996, o Portal Uai é o mais antigo *site* de notícias do Estado e abriga outros portais e *sites* como uma espécie de guarda-chuva, entre eles o *em.com.br*, representante do jornal Estado de Minas.

²⁷ EL PAÍS. Twitter é o primeiro a medir os estragos das grandes catástrofes. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/tecnologia/1457704699_399299.html?id_externo_rsoc=FB_CC> Acesso em: 14 mar. 2017

²⁸ Disponível em: <http://www.portaluai.com.br>

Fundado em 1928 a partir da compra das oficinas do Diário da Manhã²⁹ por Pedro Aleixo, Álvaro Mendes Pimentel e Juscelino Barbosa³⁰, o jornal Estado de Minas nasceu com o ideal de representar a identidade mineira. Em decorrência de problemas financeiros oriundos da concorrência com outros jornais, do pouco incentivo publicitário e das resistências políticas, o tabloide de doze páginas, que iniciou com uma tiragem de 5.000 exemplares, foi vendido, em 1929, para Assis Chateaubriand, que o integrou ao grupo Diários Associados. Mais tarde, o grupo DA viria a ser tornar um grande conglomerado de mídia, com a compra de vários veículos pelo país e a inauguração da primeira emissora de televisão brasileira, a TV Tupi.

O jornal Estado de Minas foi o objeto de pesquisa da tese de Vera França que, mais tarde, foi transformada no livro “Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro” (1998). Entendendo um jornal, para além da publicação de notícias, como um ponto de cristalização da vida e do sentimento de uma sociedade, com todos os seus valores, momentos e relações, França se dedica a perceber esse movimento de passagem nas páginas do jornal. Descrevendo o EM como um jornal tradicional, “tanto por sua linha editorial como por sua identificação com os setores mais conservadores da sociedade” (FRANÇA, 1998, p. 16), a autora o caracteriza como uma referência local, tendo sido fruto de uma experiência pioneira e duradoura de jornalismo em Belo Horizonte, que condensa as características da imprensa mineira como um todo.

Esse vínculo com o Estado que, como nos relembra França (1998), vem inscrito no próprio nome do jornal, revela uma ideia de pertencimento a uma identidade social historicamente construída e sustentada, que permanece até hoje no imaginário do jornal sobre si. “A existência do jornal é enraizada na história e nas características da cidade de Belo Horizonte e imersa numa atmosfera emocional particular, sentimento marcado pelo ‘ser mineiro’” (FRANÇA, 1998, p.61), característica essa que, embora não possa ser definida com precisão, aparece de forma muito acentuada nos modos de fazer o jornal.

²⁹ O Diário da Manhã havia sido fundado em 1927 por Augusto de Lima Júnior, membro uma família política tradicional, junto de outras figuras reconhecidas na época, Clemente de Faria e Hugo Werneck (ARANTES; MUSSE, 2012).

³⁰ Os dois primeiros eram membros do Conselho Deliberativo da Capital. O último era diretor do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais (ARANTES; MUSSE, 2012).

A investigação conduzida por França, à época, destacou o papel do Estado de Minas como um instrumento de socialização que, invocando referências comuns e tempos compartilhados localmente, sintetizava um “olhar mineiro” sobre o real, cotejando valores sociais e se apresentando como “guia da opinião sábia e equilibrada dos mineiros”, através da discussão ‘serena’ dos fatos, segundo os interesses que fundamentam a vida social em Minas” (FRANÇA, 1998, p. 237).

Por essa e outras razões, o jornal Estado de Minas “sobreviveu à concorrência e com um alto índice de preferência, ganhou a reputação de ser ‘o grande jornal dos mineiros’” (FRANÇA, 1998, p. 102). Alvo de grandes investimentos, o jornal, que já tinha ampliado sua capacidade gráfica para 60 mil exemplares por hora e mudado seu formato para *standard* na década de 1950, teve crescimento expressivo nas décadas de 1970 e 1980. Em 1979, inaugurou o Parque Gráfico Geraldo Teixeira da Costa, o mais moderno do estado e que possibilitou o início da impressão em *off-set* e o aumento da tiragem. Já na década de 1980, com a ampliação do parque gráfico, o periódico começou a rodar suas primeiras capas coloridas. Mas foi na década de 1990 que o Estado de Minas se consagrou pioneiro na América Latina ao garantir acesso às suas páginas por meio do computador (ARANTES; MUSSE, 2012, p. 117).

Segundo o *site* do Diários Associados (2008, *online*)³¹,

A Internet no grupo Associados Minas surgiu em novembro de 1995, quando foi criada a página do Caderno de Informática de Estado de Minas, primeiro passo para a homepage do jornal. Em 29 de janeiro de 1996, reforçando o caráter de constante evolução dos Associados, o Estado de Minas lançou a Net Service e passou a ser o primeiro jornal do Brasil a prover acesso a Internet. [...] Em 20 de setembro, a Net Service trocou de nome e se transformou no Uai. Além de provedor de acesso, o Uai se consolidou também como o maior portal de conteúdo de Minas Gerais.

Congregando os portais e *sites* de todos os veículos do grupo³², o Portal Uai era o representante do Jornal Estado de Minas na internet, com espaço próprio para publicação de notícias das editorias de Política, Gerais, Economia, Nacional, Internacional, Educação e Ciência e Tecnologia. Porém, em 2010, “uma decisão empresarial, justificada pela

³¹ Disponível em: http://www.diariosassociados.com.br/home/veiculos.php?co_veiculo=17

³² Em sua pesquisa Gonçalves (2013, p. 70) realizou um mapeamento de todos os *sites* e portais abrigados no Uai contabilizando sete portais, um *site* parceiro, uma rede social e nove *sites* da casa. Entre os *sites* da casa figuram o EM Impresso e EM Digital, que funcionam apenas “como veículos institucionais ou espaço para consumo do conteúdo produzido em outras mídias”. O *em.com.br* se encaixa na categoria portal.

necessidade de reforçar a marca do impresso na web, levou à criação do *em.com.br*, que passou a exercer tais funções” (GONÇALVES, 2013, p. 74).

Ainda segundo Gonçalves (2013), o *em.com.br* é considerado carro-chefe do Portal Uai e possui produção própria em suas sete editorias.

No entanto, devido às dificuldades geográficas ou à equipe mais reduzida, quatro dessas editorias operam prioritariamente (ainda que não exclusivamente) com agências: Nacional, Internacional, Educação, Ciência e Tecnologia. No caso de Economia e Política, embora também contem com os conteúdos de agência, as notícias possuem produção própria mais alta dentro portal e contam com o aproveitamento das publicações do impresso. Já na editoria de Gerais, que cobre prioritariamente assuntos do Estado, existe o aproveitamento das notícias do Jornal Estado de Minas, mas, ao longo do dia, a produção é toda realizada dentro do portal (GONÇALVES, 2013, p. 75).

Tanto o jornal impresso como o portal possuem posição de destaque em Minas Gerais. Segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), em 2015, ano que ocorreu o desastre em Mariana, o Estado de Minas foi o 15º jornal com maior circulação no país, com uma média 48.695 exemplares diários. No mesmo ano, o jornal figurava na quinta posição com maior circulação digital, com uma média diária semelhante, 48.284. Em relação ao estado de Minas Gerais, o EM impresso foi quarto maior, e no quesito circulação digital perdeu apenas, com pouca diferença, para o jornal Super Notícia, que teve uma média de circulação diária de 49.332.

O trabalho do Estado de Minas também se destaca pelas premiações. Em 2017 o jornal foi o mais premiado do estado de Minas Gerais e oitavo da região Sudeste³³ em ranking divulgado pela publicação *Jornalistas & Cia*. Entre os prêmios colecionados pelo veículo, destaca-se o Prêmio de Jornalismo Promotor de Justiça Chico Lins, cujo objetivo é reconhecer trabalhos jornalísticos que versam sobre a atuação do Ministério Público, conquistado pela cobertura do desastre em³⁴.

A cobertura 'Tragédia Brasileira' contou com mais de 100 profissionais do EM, entre repórteres, repórteres fotográficos, editores, ilustradores, diagramadores e motoristas, que trabalharam para a edição impressa e para as diversas plataformas digitais. O tema foi noticiado e analisado nas

³³ ESTADO DE MINAS, 2017. Estado de Minas é o jornal mais premiado da história em Minas Gerais. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/01/21/interna_gerais,841410/estado-de-minas-e-o-jornal-mais-premiado-da-historia-em-minas-gerais.shtml>

³⁴ ESTADO DE MINAS, 2016. EM recebe premiação do Ministério Público pela cobertura da tragédia de Mariana. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/25/interna_gerais,728238/em-recebe-premiacao-do-ministerio-publico-pela-cobertura-da-tragedia-d.shtml>

páginas do impresso, publicado no portal *em.com.br* e na versão digital do jornal, que teve conteúdo especial. O desastre e seus desdobramentos ambientais, sociais, políticos e econômicos também dominaram as postagens do jornal (www.facebook.com/estadodeminas) e do Portal Uai (www.facebook.com/portaluai) nas redes sociais, com alcance superior a 20 milhões de pessoas por semana. As visualizações dos vídeos da cobertura nas fanpages no Facebook também superaram os 20 milhões em duas semanas (EM, 2016, *online*).

A característica mais marcante dessa cobertura, principalmente no portal *em.com.br*, foi a atualização instantânea e contínua de informações ao longo de vários dias, trabalho que começou ainda no dia 5 de novembro de 2015, com o deslocamento de uma equipe de reportagem para o local do desastre. Com o *link* para acompanhamento ao vivo publicado às 16h49 do mesmo dia, sob a manchete “Barragem de rejeitos se rompe em mineradora de Mariana: acompanhe ao vivo”, o portal do Estado de Minas foi o primeiro *site* de notícias a escrever sobre a tragédia. Os momentos vividos na cobertura, que começaram com correria na redação e desencontro de informação, foram narrados por Raquel Almeida no livro *Vozes e Silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental?* (2017). A autora realizou entrevistas com o coordenador de reportagem do Estado de Minas, Álvaro Fraga, e a subeditora do portal EM, Jociane Morais.

Na redação, tudo começou quando, ao monitorar as redes sociais, uma estagiária da editoria de Geral viu um *tweet* do Corpo de Bombeiros comunicando sobre o desastre. Inicialmente, a informação era de que a barragem havia rompido em Ouro Preto, mas ao contatar a sucursal do município, confirmou-se que o rompimento havia ocorrido em Bento Rodrigues. Sem demora, o coordenador de reportagem Álvaro Fraga enviou duas equipes para o distrito que, ao chegarem, foram responsáveis pelos primeiros vídeos da destruição. Para instalar os profissionais que chegavam ao local do desastre foram reservados dois quartos de hotel que acabaram se tornando, durante dois meses, a sucursal do jornal, fazendo a cobertura ininterrupta dos acontecimentos na região (ALMEIDA, 2017).

Para a equipe do portal, o início da cobertura também foi conturbado, já que no dia seguinte ao acontecimento foi preciso lidar com uma equipe reduzida em função da escala profissional, o que culminou no envio de apenas um repórter e um *trainee* para o local. Mas não demorou para que os editores percebessem que a cobertura seria longa e que mereceria uma edição especial tanto no *site* como no impresso. Ao final, um total de 110 profissionais haviam sido envolvidos. O jornalista

Álvaro Fraga ainda conta em seu relato que chegaram a trabalhar cinco equipes de reportagem simultaneamente e, para administrar as folgas de tantos jornalistas, foi preciso envolver repórteres de todas as editorias. Para facilitar o contato e manter a qualidade da cobertura em tempo real, as atualizações, fotos, vídeos e até mesmo os textos das matérias, eram enviados com frequência pelo *Whatsapp* (ALMEIDA, 2017).

Para Álvaro Fraga, um legado importante deixado pela cobertura do desastre foi o fato de os repórteres do Estado de Minas terem voltado para a reportagem na rua, tanto os mais novos como os mais experientes. “Hoje, com a internet, o jornalismo fica muito preso na redação e no gabinete, quase acomodado. Ali, não tinha como. Ninguém tinha acesso à informação. Para descobrir alguma coisa tinha que ir até lá, perguntar, ouvir, investigar. Tivemos a oportunidade de fazer jornalismo de verdade, de novo”, conclui. (ALMEIDA, 2017, p. 113)

Em uma análise sobre a forma como se deu cobertura do acontecimento nas primeiras 26 horas pela imprensa nacional, Almeida (2017) destaca o silêncio dos principais veículos de comunicação que protagonizaram uma cobertura tímida nas primeiras horas e quando publicavam informações, não davam a real dimensão da tragédia, repassando não mais que notícias protocolares. Diante disso, a autora lança a hipótese de que o fenômeno possa ter residido no distanciamento de alguns veículos de comunicação brasileiros em relação à realidade da região onde ocorreu o desastre, resultando em manchetes que reduziam o acontecimento a um rompimento de barragem “comum”, sem maiores prejuízos. Já em relação àqueles que tinham dados e conhecimento prévio sobre as barragens e moradores, por exemplo, a hipótese é a incapacidade de dimensionar o desastre. Para a autora (2017), os veículos da imprensa nacional apenas perceberam as reais dimensões do ocorrido quando este ganhou destaque nas redes sociais e através da cobertura da imprensa alternativa.

De acordo com Almeida (2017), em meio a essa situação, o Estado de Minas foi o veículo que mais rapidamente adotou estratégias alternativas para cercar o acontecimento, como a pesquisa sobre as mineradoras que atuavam na região e entrevistas com especialistas, por exemplo, o que possibilitou ao grupo EM a realização de uma cobertura que oferecia uma leitura contínua do acontecimento ao leitor.

4.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Com o intuito de responder aos nossos problemas de pesquisa, optamos por apoiar a metodologia aplicada nesse estudo na Teoria Polifônica da Enunciação, através da operacionalização dos conceitos de locutor e enunciador (DUCROT, 1987). Os conceitos, já apresentados no segundo capítulo, podem ser resumidos, respectivamente, ao responsável pelo enunciado e ao(s) ponto(s) de vista que este mobiliza. O mapeamento dos locutores que se manifestam nas matérias do nosso *corpus* e, posteriormente, seu agrupamento em enunciadores, permite o levantamento dos pontos de vista em disputa sobre causas, denominações e desdobramentos do acontecimento que estão representados na cobertura do portal e que nos dão condições de registrar o movimento de passagens de fontes a sujeitos-locutores que mobilizam determinadas posições diretamente imbricadas com os campos problemáticos que envolvem o acontecimento (QUÉRÉ, 2005).

Selecionar os momentos mais representativos da cobertura para comporem o *corpus* a ser analisado demandava compreender de forma mais ampla a cobertura realizada pelo jornal Estado de Minas em seu portal *online*. Para tanto, fizemos um mapeamento inicial no *site* do portal³⁵ através da observação e leitura dos conteúdos publicados nos primeiros dias após o rompimento da barragem. Vale destacar que o nosso principal interesse recai sobre os primeiros momentos de cobertura, fase em que as percepções e ideias sobre o acontecimento estão desestabilizadas e os esforços do jornalismo, que tem suas rotinas produtivas comprometidas, recaem todos sobre a tentativa de dar ordem aos inúmeros sentidos que começam a emergir, gerando uma maior dependência das fontes e fazendo com que os contornos dessa relação se tornem mais evidentes.

Sendo assim, coletamos todas as matérias publicadas nos primeiros dezesseis dias após o rompimento da barragem de Fundão, prazo que os rejeitos liberados com o rompimento levaram para chegar ao mar, na Praia de Regência (Linhares/ES). Narrado dia a dia, quase que em uma espécie de “contagem progressiva”, o trajeto seguido pelos rejeitos ficou conhecido, através da imprensa, como “Rota da Lama” ou “Caminho da Lama”. Embora a busca por palavras-chave específicas, como “Samarco”, “barragem” e “Mariana”, por exemplo, nos

³⁵ Disponível em: <https://www.em.com.br/>

direcionasse para conteúdos sobre o acontecimento, percebemos que para chegar à totalidade de matérias publicadas no portal diariamente seria necessário filtrar os resultados através da data, selecionando manualmente as notícias que diziam respeito ao desastre.

Assim, utilizando a ferramenta de pesquisa avançada do portal buscamos as matérias publicadas em cada um dos dezesseis dias, em todas as editorias, por ordem cronológica e não de relevância, e sem uso de palavras-chave. Nesse período foram publicadas uma média de trinta matérias diárias. Observando o caráter de continuidade da cobertura *online*, que permite a atualização das informações em tempo real, o que inclui, não apenas a atualização de um texto já publicado como a postagem de matérias em sequência, entendemos que fazer um recorte com base em matérias isoladas não resultaria em um *corpus* representativo. Portanto, construímos uma linha do tempo (Apêndice A) com as principais ocorrências noticiadas por dia, o que nos permitiu olhar para o material de uma forma mais ampla, identificando momentos representativos dos conflitos e, a partir disso, recortar quatro fases, compostas por uma média de 24 horas de cobertura cada, que compreendem marcos importantes na evolução do acontecimento.

A primeira fase encerra as vinte e quatro horas iniciais do rompimento da barragem, representando seu momento de irrupção e as primeiras reações ao desastre. A segunda compreende os dias 8 e 9 de novembro de 2015, período que vai desde o corte de abastecimento de água na cidade de Governador Valadares/MG, uma das localidades mais prejudicadas com a falta de água potável, até o embargo das atividades da mineradora pelo Governo de Minas Gerais. A terceira fase vai do dia 17 ao dia 18 de novembro, quando o governo de Minas Gerais decreta situação de emergência na região do Rio Doce. Já a quarta e última fase abarca o dia 21 de novembro, data em que os rejeitos liberados com o rompimento da barragem de Fundão desaguam no mar.

Com as fases definidas, partimos para o mapeamento dos locutores presentes em cada uma delas. É importante destacar aqui que embora admitamos a importância do conjunto de elementos apresentados ao leitor no ambiente *online* (imagens, vídeos), optamos por analisar apenas os textos publicados, desconsiderando outros tipos de conteúdo. Ainda diante da necessidade de efetuar um recorte para compor um *corpus* com viabilidade de análise em termos de volume de material, selecionamos apenas os trechos das matérias que apresentavam

citações diretas atribuídas às fontes através do uso de aspas. Optamos por analisar apenas as falas das fontes que apareciam marcadas pelas aspas por entender que, dentro do processo de edição jornalística, o uso desse recurso tem a finalidade de destacar as informações ali contidas, seja como forma de fixá-las como provas suplementares ou mesmo de isentar o jornalista e o veículo da responsabilidade sobre elas (TUCHMAN, 2016), fazendo com que estas evidenciem de forma expressiva o processo de construção das notícias e, mais especificamente, a forma como se dá a concessão de lugar às fontes.

Outra razão para definirmos esse recorte é o fato de termos as denominações atribuídas ao acontecimento como um dos eixos observados na análise. Cientes do processo de edição que sofrem as informações coletadas na apuração, optar por centrar a análise nos trechos destacados por aspas nos aproxima de uma garantia de que as denominações ali presentes são, de fato, aquelas que foram atribuídas pelas fontes a que se referem. Além disso, por entendermos que os sujeitos mobilizam determinados enunciadores ao se posicionarem como locutores, seria incoerente desconsiderar a subjetividade dos jornalistas no processo de redação e edição das notícias. Assim, as escolhas que marcam o processo de escrita de matéria, feita de transcrições, interpretações, supressões e paráfrases, podem deixar escapar, em determinadas construções frasais, enunciadores que foram mobilizados pelo próprio jornalista e não necessariamente pela fonte.

Também é importante mencionar que, embora a teoria de Ducrot (1987) não destaque a figura do locutor enquanto ser individualizado, sentimos a necessidade de tipificar e compreender quem eram e quem representavam cada uma das fontes para poder tensionar os enunciadores mapeados com o lugar de fala dos locutores que os mobilizavam. Somente assim seria possível adequar a metodologia adotada a uma análise que questionasse os estatuto e a participação das fontes jornalísticas. Cada uma das fontes citadas diretamente nas matérias, caracterizou, portanto, um locutor. Reunimos os locutores mapeados atribuindo-lhes siglas em ordem numérica para identificá-los. Posteriormente, os agrupamos conforme uma tipologia de fontes elaborada por nós que teve como inspirações primeiras as classificações de fontes elaboradas por Schmitz (2011) e Amaral (2013), mas que seguiu, fundamentalmente, a lógica dos campos problemáticos que cercam o acontecimento (Apêndices C, G, K e O). A decisão de ampliar as categorias de fontes se deu com o objetivo de expor os diferentes setores envolvidos nas disputas de sentido do

acontecimento e que, de outra forma, estariam agregados em uma mesma categoria. Exemplo disso são as fontes oficiais. Adotar esta classificação colocaria no mesmo grupo fontes que representam diferentes interesses e posições em relação ao acontecimento, como governantes, e equipes de resgate do corpo de bombeiros, por exemplo.

Na sequência, dispomos todas as citações coletadas em cada uma das fases em tabelas (Apêndices D, H, L e P), apontando os locutores responsáveis por cada uma delas e os pontos de vista evidentes sobre causas e desdobramentos, dando destaque também para as denominações empregadas. Embora a opção por analisar as manifestações acerca desses três eixos de significação possa parecer redutora, suprimindo pontos de vista que não se orientam para nenhuma dessas questões, optamos por fazer esse recorte em razão de se caracterizarem como pontos regulares nas coberturas de desastres e que, assim recortados, se consolidam como balizadores para a identificação de pontos de vista manifestados.

A partir da identificação dos pontos de vista evidentes nas citações dos locutores no três eixos analisados e colocação em cena dos campos problemáticos do acontecimento discutidos em nosso segundo capítulo, foi possível categorizar os principais enunciadores presentes nas manifestações das fontes, análise que será explorada a seguir.

4.3 MAPEAMENTO DE LOCUTORES: AS FONTES ACIONADAS

Conforme mencionamos anteriormente, nosso corpus deu conta apenas das citações diretas atribuídas a fontes jornalísticas. Assim, algumas matérias publicadas no período selecionado para a análise foram descartadas por não apresentarem citações diretas em sua extensão. Em sua maioria, essas matérias se tratavam de pequenas notas ou de informações mais protocolares com citações parafraseadas das fontes. Na primeira fase foram publicadas 35 matérias, dessas, 26 apresentavam citações diretas (74%)³⁶; na segunda fase, do total de 33 matérias publicadas, apenas 20 continham citações diretas (60%); na terceira fase, das 47 matérias, 39 apresentavam citações diretas (83%); já na quarta e última fase, 15 das 17 matérias incluíram citações diretas (88%). Dessa maneira, a totalidade do corpus

³⁶ As porcentagens apresentadas representam valores aproximados

foi composta por 100 matérias publicadas no portal *em.com.br*³⁷ durante as quatro fases que, juntas, somam 96 horas de cobertura.

Com relação aos locutores, vale destacar que estes foram numerados sequencialmente e não por fases. A partir dessa identificação numeral em sequência registramos a participação de 161 locutores. Desse total, 37 participam da primeira fase, 34 da segunda, 80 da terceira e 30 da última fase, com a ressalva de que alguns locutores têm seus discursos presentes em matérias de mais de uma fase, situação que ocorre com frequência com fontes governamentais e representantes da mineradora Samarco.

Para fins de classificação desses locutores enquanto fontes, e considerando nosso objetivo de compreender o lugar de cada um deles no quadro de sentidos sobre o desastre, como mencionamos anteriormente, optamos por adotar uma tipificação que não segue as já estabelecidas, mas a lógica dos campos problemáticos mobilizados pelo acontecimento e, diante disso, a razão pelo qual são convocados pelo jornalismo. Dessa forma, identificamos a presença de 12 tipos de fontes acionadas, assim classificadas: governamentais (aquelas que estão diretamente ligadas ao Governo e órgãos governamentais, como prefeitos e governadores, secretários, representantes do Ministério Público, etc); não-governamentais (que são representadas por organizações da sociedade civil); mineradora (representadas por fontes da Samarco e, ainda, de outra mineradora que atua na região); afetados³⁸ (que incluem as vítimas diretas e indiretas do desastre, como aqueles que perderam a casa, parentes e amigos); especialistas³⁹ (que falam em nome de universidades e instituições de pesquisa, fornecendo informações técnicas específicas); bombeiros⁴⁰ (que trabalham nas buscas e

³⁷ Os quadros de matérias publicadas em cada uma das fases e que compõem o corpus desta pesquisa podem ser vistos nos Apêndices B, F, J e N.

³⁸ É importante destacar que a categoria afetados inclui todos os atingidos pelo desastre, sem considerar os diferentes níveis de afetação possíveis. Assim, abrange desde aqueles que perderam casas e familiares até os que ficaram sem água devido ao corte no abastecimento. Optamos por incluir todos em uma mesma categoria por entendermos que todos enunciam a partir de um mesmo lugar no quadro social do desastre, não interferindo, para tanto, o grau de afetação.

³⁹ No caso das fontes especialistas, cabe destacar que figuram entre elas aquelas que não tratam de informações técnicas específicas sobre barragens e sobre a atividade minerária, mas dentro de suas áreas de pesquisa, abordam outros pontos de vista do acontecimento, como especialistas em redes sociais, que falam sobre a mobilização na redes.

⁴⁰ As fontes ligadas ao Corpo de Bombeiros poderiam ser consideradas governamentais. No entanto, ao fornecerem informações técnicas também poderiam ser incluídas na categoria especialistas. Oliveira (2016) ao analisar a cobertura da tragédia na Boate Kiss (Santa Maria-RS), afirma ainda que, nesse tipo de situação de perturbação as fontes oficiais e especialistas podem atuar como testemunhas. Diante desses impasses, e seguindo a lógica dos campos problemáticos do

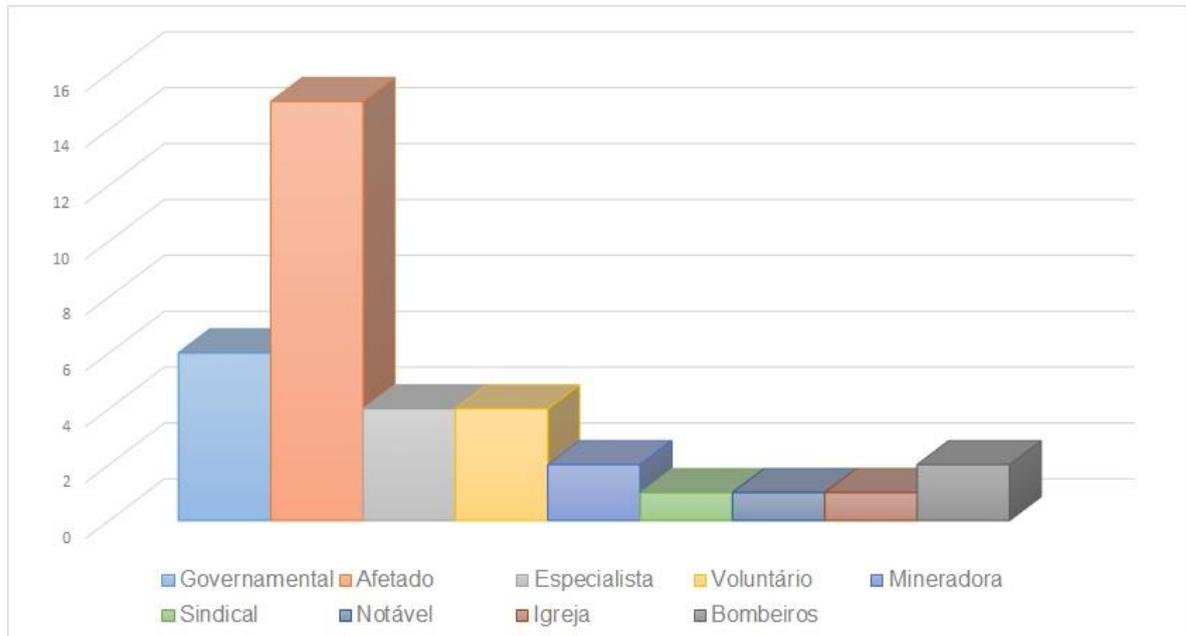
atendimento aos afetados) manifestantes pró-Samarco (que organizam e participam de manifestações a favor da empresa); manifestantes contra Samarco (que organizam e participam de manifestações contra a empresa); notáveis (famosos que se sensibilizam com o acontecimento e se mobilizam em favor dos afetados); voluntários (que auxiliam nas buscas e o no trabalho de atendimento aos afetados); sindicais (que falam em nome do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Extração Mineral de Mariana - Metabase); igreja (representada pela Arquidiocese de Mariana) e ainda uma fonte anônima, que não é identificada.

Antes de passarmos à apresentação e análise dos enunciadores mobilizados nas manifestações dos locutores, vejamos um breve panorama da participação dessas fontes em cada uma das fases analisadas. A primeira fase, que inicia com a primeira notícia sobre o desastre, marca o período de maior desestabilização do jornalismo frente ao acontecimento, pois caracteriza o momento em que todos buscam respostas sobre o que está ocorrendo e ainda não se tem a dimensão exata da tragédia. Nessa fase, participam através de citações diretas 15 fontes afetadas; 6 governamentais; 4 especialistas e 4 voluntários; duas fontes do Corpo de Bombeiros e duas da Mineradora; uma fonte sindical; uma fonte da igreja e um notável, conforme pode ser visto na Figura 2.

A segunda fase que analisamos abrange o momento em que as atividades da mineradora Samarco são embargadas, período em que as causas do acontecimento já estão sendo apuradas. Além disso, nessa fase, os rejeitos liberados com o rompimento já estão em Governador Valadares, que fica a aproximadamente 330 quilômetros de Mariana. O município, um dos maiores da região, sentiu o impacto da chegada dos dejetos pelo Rio Doce com o corte de abastecimento de água em função da probabilidade de contaminação. A cidade foi uma das que sofreu, sem água, por aproximadamente oito dias. Participam do *corpus* contido nessa fase 12 fontes afetadas; 10 governamentais; 5 bombeiros; 4 especialistas; um voluntário; um manifestante contra a Samarco e uma fonte da mineradora, conforme mostra a Figura 3.

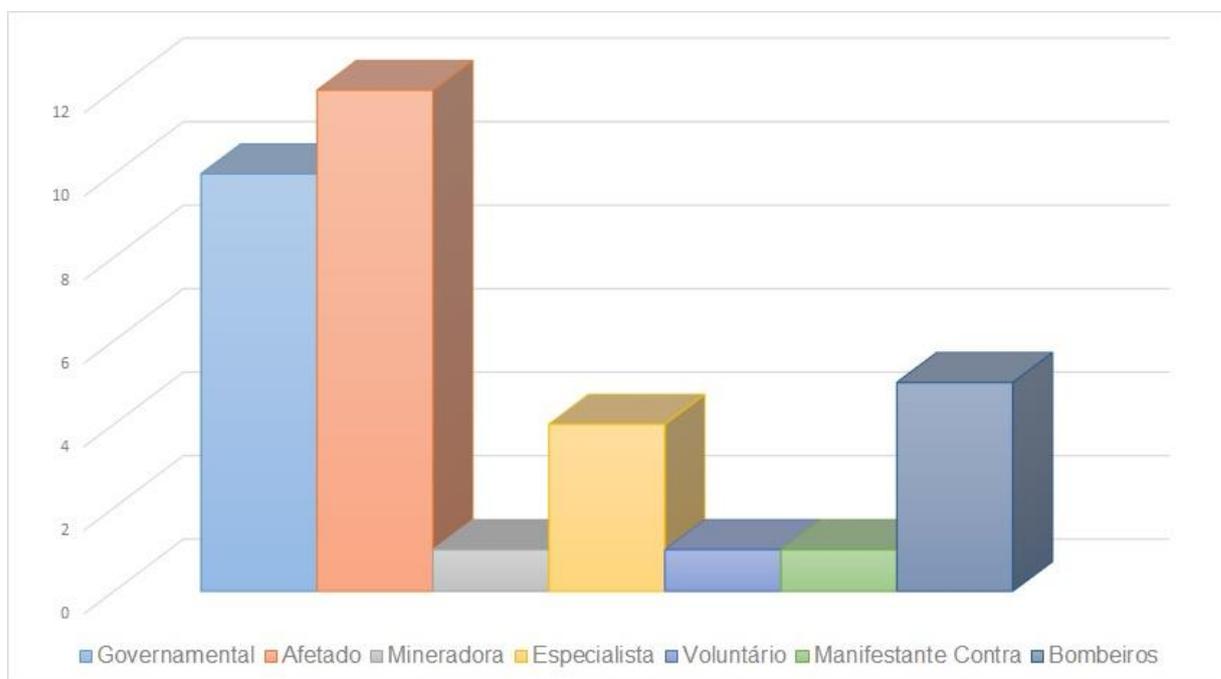
acontecimento e do trabalho de apuração jornalística que, independentemente do teor das manifestações, consulta esse tipo de fonte para obter informações sobre o trabalho de resgate, optamos por classifica-las sob a legenda "Bombeiros".

Figura 2 - Tipos de fonte na primeira fase



Fonte: elaborado pela autora

Figura 3 - Tipos de fonte na segunda fase

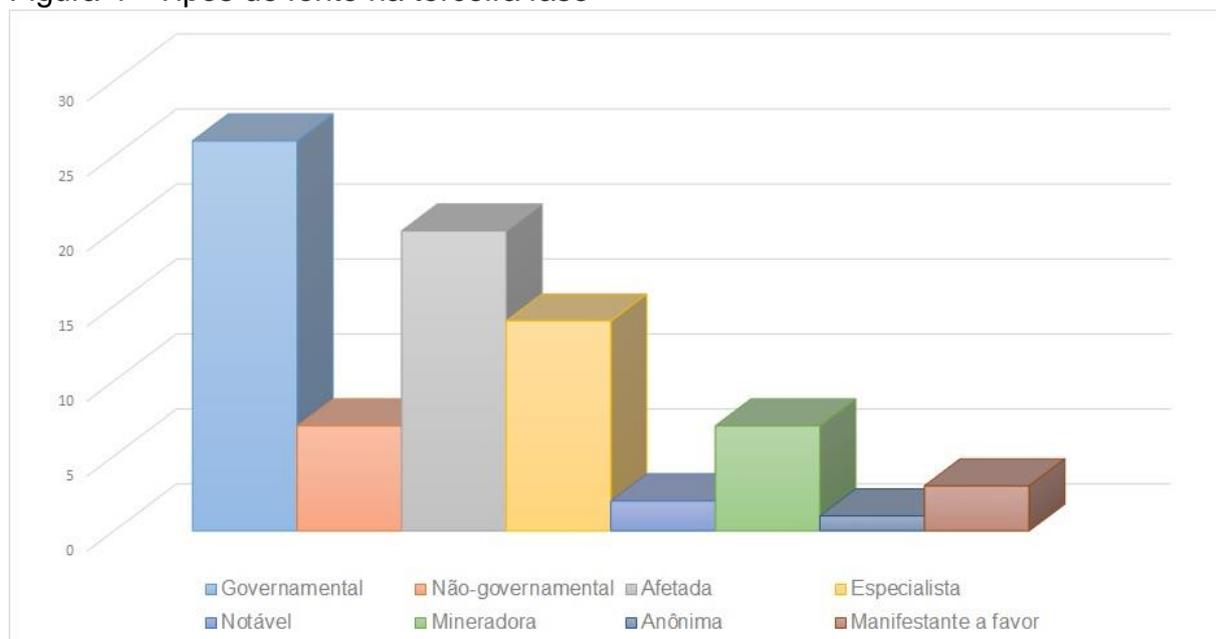


Fonte: elaborado pela autora

A terceira fase analisada inclui a data em que o Governo de Minas Gerais decreta situação de emergência na área de abrangência da Bacia do Rio Doce, da qual fazem parte cerca de 200 municípios. O decreto, com validade de 180 dias, permite que o Estado tome decisões, compre materiais e desloque equipes de

resgate em situação emergencial, sem atravessar os entraves da máquina burocrática. Além desse marco, a terceira fase também compreende outros importantes desdobramentos do acontecimento, como a abertura de inquérito pela Polícia Federal, o início das discussões sobre a situação da mineração e da legislação vigente no cenário político, o apontamento de prováveis causas para o rompimento e, ainda, o agravamento dos riscos em função das chuvas na região. Das quatro fases analisadas essa é a que apresenta os maiores registros: são 39 matérias em que participam 80 locutores, distribuídos em 26 governamentais; 20 afetados; 14 especialistas; 7 não-governamentais e 7 fontes da mineradora; 3 manifestantes a favor da Samarco; 2 notáveis e uma fonte anônima, conforme Figura 4.

Figura 4 - Tipos de fonte na terceira fase

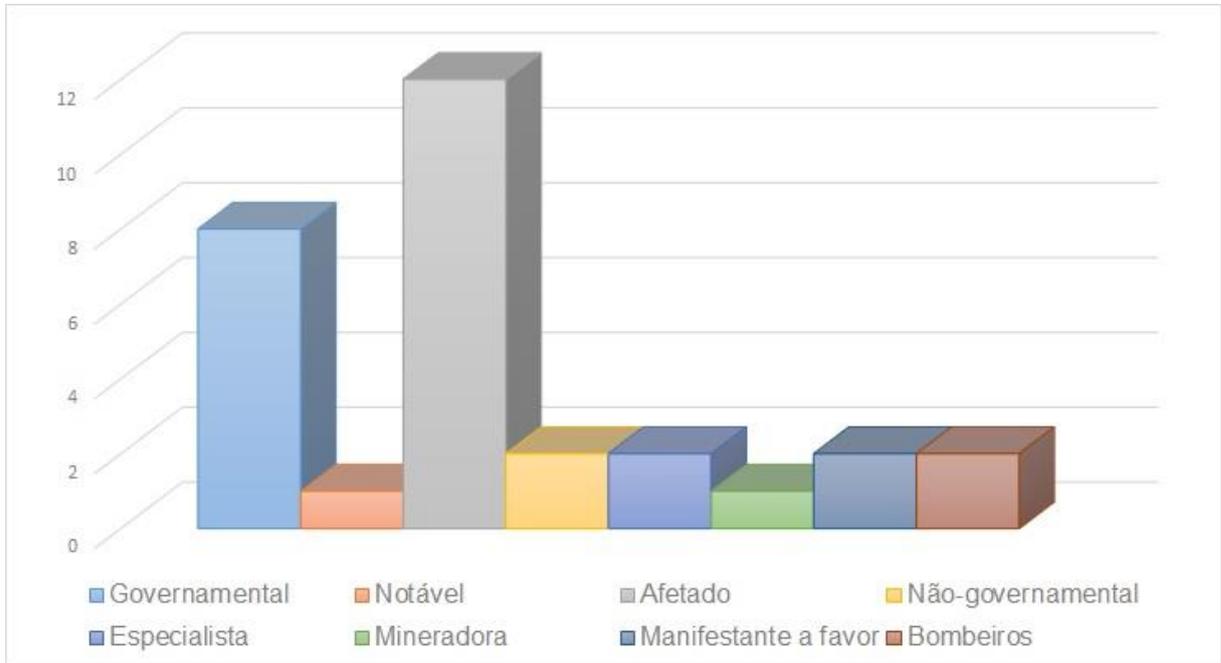


Fonte: elaborado pela autora

A quarta e última fase encerra o “Caminho da Lama” e marca a chegada dos rejeitos ao mar, na praia de Regência (Linhares, ES). No décimo sexto dia após o rompimento, as buscas aos desaparecidos ainda continuam e algumas decisões judiciais, principalmente no que diz respeito à recuperação do Rio Doce, são tomadas. Também é nessa fase que a preocupação com os danos ambientais está mais latente. Participam, através de citação direta, 12 afetados; 8 fontes governamentais; duas não-governamentais; dois especialistas; dois manifestantes a

favor da empresa; duas fontes do Corpo de Bombeiros e uma fonte da mineradora, como pode ser observado na Figura 5.

Figura 5 - Tipos de fonte na quarta fase



Fonte: elaborado pela autora

Ao olhar para os tipos de fontes que são citadas diretamente nas matérias publicadas em cada uma das quatro fases podemos perceber algumas movimentações quanto à participação delas nesse discurso. Fontes afetadas, governamentais e da mineradora são as únicas que aparecem nas quatro fases. Na primeira, temos a presença de uma fonte da igreja, categoria que não volta a aparecer. A segunda, inaugura o aparecimento de voluntários e manifestantes contra a Samarco que também são mapeados apenas nessa fase. Já na terceira aparecem pela primeira vez as fontes não-governamentais e os manifestantes contra a empresa, que voltam a aparecer na fase seguinte. A terceira fase é a que se apresenta de forma mais emblemática entre as quatro, pois é nela em que aparece uma fonte do tipo anônima, em que não é mapeada a presença de fontes do Corpo de Bombeiros, e em que as fontes governamentais aparecem de forma predominante, ao contrário das demais, em que o maior número sempre é o de fontes afetadas. Com a participação dos locutores devidamente mapeadas, passaremos à análise dos enunciadores manifestados em cada uma das fases.

4.4 MAPEAMENTO DE ENUNCIADORES: PONTOS DE VISTA SOB ANÁLISE

Apresentaremos a análise dos enunciadores mobilizados pelos locutores de forma a demonstrar a movimentação deles em cada um dos eixos ao longo das quatro fases. Mesmo que os enunciadores contidos em cada delas possam ser tensionados isoladamente, acreditamos que observar a forma como se movimentam oferece possibilidades mais frutíferas de compreensão dos fluxos de denominações, de atribuição de causas e de pontos de vista sobre desdobramentos ao longo do tempo, o que também permite perceber tal movimento em paralelo aos eventos que marcam cada uma das fases e fazem avançar sentidos operacionalizados pelo EM sobre o acontecimento.

4.4.1 Enunciadores sobre denominações: de acidente a crime

Na primeira fase observada, mapeamos a presença de cinco diferentes enunciadores sobre denominações. O primeiro enunciador (E1) denomina o rompimento da barragem como *acidente*, já o segundo enunciador (E2), como uma *tragédia*. Ambos são os enunciadores predominantes no recorte observado, reunindo quatro e três locutores respectivamente. Um terceiro enunciador (E3) relaciona o rompimento com causas naturais. Dois locutores enunciam a partir do E3, adotando as denominações *inundação* e *tsunami de lama*, o que coloca o acontecimento em similaridade à eventos naturais. Ainda um quarto enunciador, no qual filia-se apenas um dos locutores, utiliza a denominação *irresponsabilidade* e, por fim, um locutor traz o termo *catástrofe* para denominar o acontecimento (E5).

Os enunciadores predominantes acerca das denominações evidenciam posições bastante diversas. O E1, que traz a perspectiva da fatalidade, colocando o acontecimento como algo acidental, é composto pelos discursos de fontes governamentais, da mineradora, dos bombeiros e por uma fonte sindical. Entre os quatro locutores que enunciam a partir do E1, estão o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, um assessor da prefeitura de Mariana, o Coronel do Corpo de Bombeiros e um dos diretores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração de Ferro e Metais Básicos de Mariana (Metabase). Já o E2 e o E5 que trazem a visão do acontecimento como uma tragédia ou uma catástrofe, termos que geralmente são empregados como sinônimos e que, por si só, já se afastam de um

caráter de casualidade admitindo proporções muito maiores, aparece no discurso também de fontes governamentais, sendo elas o então prefeito de Mariana, Duarte Júnior e o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira, além de um voluntário que auxiliou no resgate de vítimas e da Arquidiocese de Mariana, a única fonte que representa a igreja e que, em todo o mapeamento, aparece apenas nesse eixo.

Ainda outros dois enunciadores compõem o cenário levantado nas primeiras 24 horas de cobertura sobre denominações. O E3 coloca o ocorrido em similaridade à eventos naturais e é representado por uma fonte governamental, na figura do Governador de Minas Gerais e um representante do Corpo de Bombeiros. Já o E4, perspectiva que atribui a culpa diretamente à empresa, caracterizando o evento como uma *irresponsabilidade* está evidenciada na fala de um dos diretores do Metabase, que também utiliza, em outro momento de sua fala, o termo acidente, conforme mencionado anteriormente.

Já na segunda fase temos a presença de apenas dois enunciadores que repetem denominações já utilizadas na primeira fase: *catástrofe* (E1) e *desastre* (E2). O primeiro é representado por duas fontes governamentais, o promotor de justiça Guilherme Meneghim e o prefeito de Mariana, que na primeira fase denominou o ocorrido como uma tragédia. Tal denominação é empregada no sentido de dar conta das dimensões das consequências. O termo *desastre* (E2) é trazido por uma fonte afetada que conta: “*minha filha me puxou pelo braço e me ajudou a sair quando aconteceu o desastre*”, usando tal denominação para ser referir ao momento exato em que houve o rompimento da barragem de rejeitos.

O maior número de denominações empregadas é percebido na terceira fase analisada. Sete enunciadores são mobilizados por 22 locutores. A maior parte deles repete denominações já mapeadas em outras fases, como *acidente*, ou a variação *acidente ambiental* (E1); *desastre*, ou a variação *desastre internacional* (E3); *catástrofe* (E4) e *tragédia* (E6). O E1, que aborda a perspectiva da imprevisibilidade, é trazido na fala de duas fontes governamentais, o ex-ministro do Meio Ambiente Carlos Minc e o governador do Espírito Santo que é o único a usar a variação, ao dizer: “*Nós precisamos cobrar responsabilidade da Samarco, nesse acidente ambiental mais grave do nosso país talvez*”; duas não-governamentais, o coordenador de campanhas do *Greenpeace* e o advogado do Instituto Socioambiental, que usa o termo quando afirma que: “*o valor de R\$ 50 milhões é irrisório para acidentes de grandes proporções, como o rompimento da Barragem do*

Fundão e seus desdobramentos”; uma fonte da mineradora, representada na figura da própria Vale; e um especialista que coordena o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig), que considera o rompimento “*o maior acidente da história da mineração no mundo em volume de material*”.

O E3, diante das demais, representa uma denominação mais genérica e aparece na fala de duas fontes governamentais, representadas pelo Estado de Minas Gerais e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad); dois afetados e um especialista, o diretor da Estação de Biologia Marinha Augusto Ruschi, André Ruschi, que usa a variação desastre internacional, entendendo os danos causados com a chegada dos rejeitos no mar como um prejuízo global. Apenas um especialista traz o E4 ao enunciar, salientando o tom de não-casualidade que dá ao termo ao enunciar que “*Catástrofes como a de Mariana não são acidentes*”; já o E6, que também reflete uma posição mais genérica, ao contrário do anterior, reúne um grande número de locutores, entre eles, três fontes governamentais, o governador de Minas Gerais, o Secretário da Semad e o senador Zezé Perrella; uma fonte da mineradora; um notável e dois especialistas, entre eles, o coordenador do Ivig, que anteriormente aparece utilizando o termo acidente.

Entre as denominações que aparecem pela primeira vez, figuram o termo *evento*, ou a variação *evento trágico* (E2), que está compreendido no âmbito da eventualidade e é trazido por duas fontes da mineradora, uma delas, a própria Vale, que também denomina o ocorrido como acidente; *fatalidade* (E5), que assim como o anterior também passa a ideia de inevitabilidade e é mobilizada pelo Deputado Federal Leonardo Quintão, e *crime internacional* (E7), que representa diretamente a responsabilidade e dolo da empresa sobre o ocorrido e é mobilizado por André Ruschi, fonte especialista que também atribui a denominação desastre internacional. Em ambos os casos, é o primeiro locutor a alçar o acontecimento ao nível de crime e de considerar o caráter internacional dos danos.

Na quarta e última fase temos apenas quatro enunciadores presentes. Três deles referem-se a denominações já utilizadas em outras fases: o termo *acidente* (E2) trazido por uma fonte especialista que, nesse caso, ao contrário das demais fontes desse tipo não é especializada em barragens ou em questões ambientais, mas em investimentos e, tratando sobre prejuízos financeiros, afirma que “*As perdas são reflexo do fato de não se saber quanto a empresa vai sofrer com o acidente*”; a palavra *tragédia* (E3) que é utilizado por dois locutores, um afetado e uma fonte

governamental, o prefeito de Mariana, que classifica o rompimento da barragem como a *“maior tragédia ambiental do país e maior derramamento de lama do mundo”*; e o termo *Crime Ambiental* (E4), destacado por um especialista em botânica. Na mesma perspectiva, apontando a responsabilidade e culpa da empresa sobre o ocorrido, surge ainda a denominação *ecocídio* (E1), também trazida pelo especialista em botânica e que faz alusão a um *“homicídio do ecossistema”*, fenômeno que, segundo ele, já vinha ocorrendo: *“O que aconteceu com a chegada dessa lama foi o capítulo final de um ecocídio”*.

Observamos, portanto, no fluxo de denominações (Figura 6) que em um primeiro momento a necessidade de dar nome ao acontecimento como forma de torna-lo inteligível, parte, em sua maioria, das fontes governamentais. Aparecem também as posições de fontes da empresa e sindicato, por exemplo, que filiados a visões antagônicas denominam o ocorrido a partir da perspectiva da responsabilização: enquanto a primeira quer eximir-se da responsabilidade, a segunda quer culpabilizá-la. Com relação à fonte sindical, percebemos que esta também utiliza o termo acidente para se referir ao acontecimento quando afirma: *“Todas as informações estão sendo sonegadas e ninguém tem agora oficialmente a dimensão desse acidente”*, entretanto, destaca que o acontecimento é fruto de uma atitude irresponsável, deixando transparecer seu ponto de vista: *“O que aconteceu foi uma irresponsabilidade”*. Percebemos também que nessas primeiras 24 horas não há a participação de afetados no eixo das denominações, a quem é reservado o papel de enunciar sobre os desdobramentos do acontecimento, como veremos mais adiante.

Já na segunda fase, quando o caos inicial dá lugar às investigações sobre as causas, há um esvaziamento nas denominações quando comparadas à primeira fase, principalmente aquelas que apresentam posições polarizadas e acusatórias. Ambas denominações utilizadas nesse segundo momento são empregadas a partir de sentidos que podem ser entendidos como sinônimos e aparecem não pela ânsia em nomear o acontecimento e compreender a situação que estava em curso, como anteriormente, mas com o intuito de dar a dimensão dos estragos que se alastram conforme a onda de rejeitos se movimenta ou ainda, no caso do E2, para se referir ao momento trágico do rompimento na experiência individual.

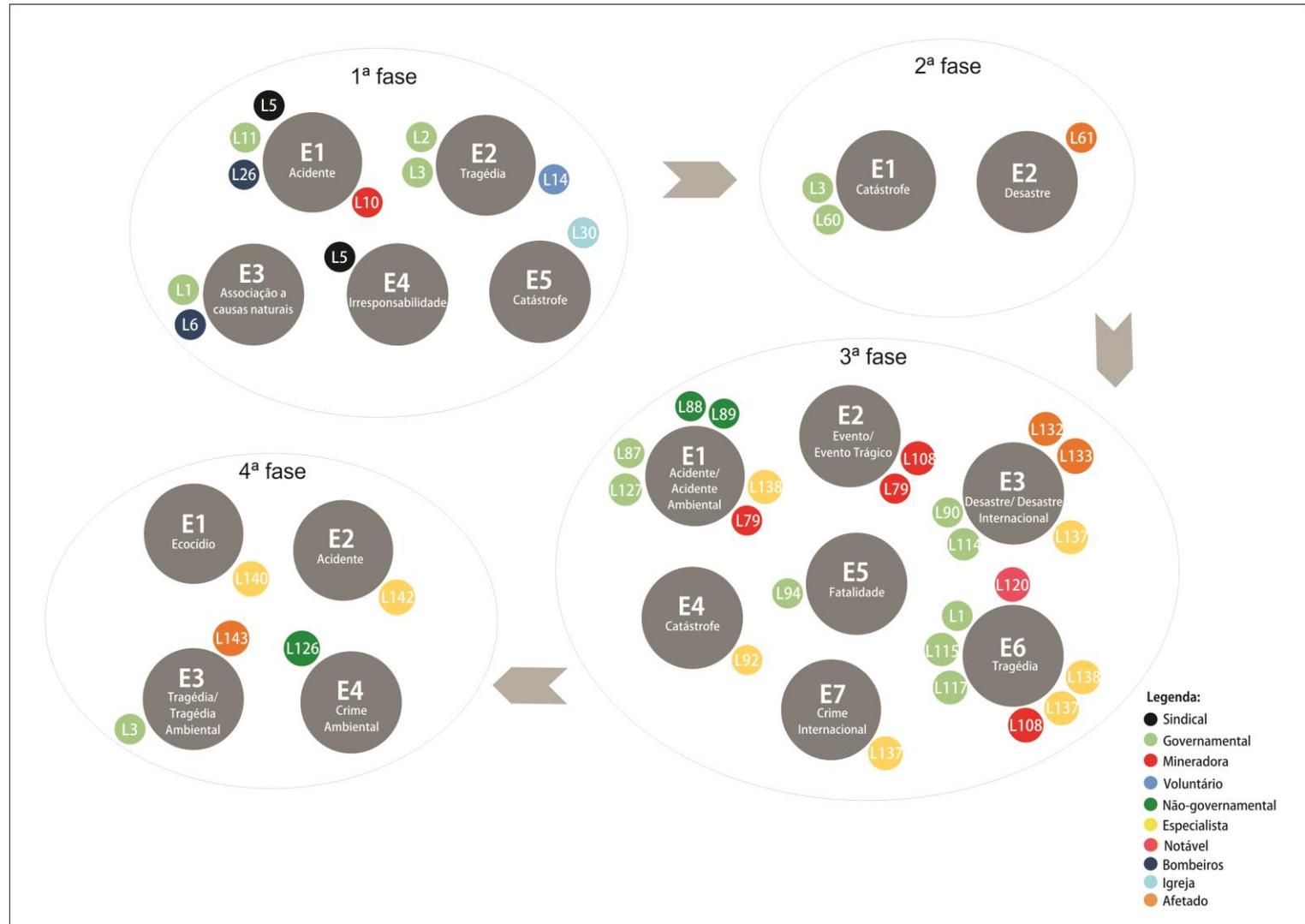
Em função do período de tempo mais extenso desde o rompimento da barragem, a terceira fase também marca o avanço das investigações e a abertura de

um inquérito policial. Em paralelo a isso, além de algumas denominações mais genéricas, que permanecem presentes nas falas das fontes governamentais e que se repetem em relação à primeira fase, notamos a presença, pela primeira vez, do termo crime para denominar o acontecimento. Junto a isso, aparecem denominações que alçam os prejuízos com os danos causados pelo rompimento a um patamar internacional, como a própria definição de crime internacional e desastre internacional, ambas mobilizadas por um único enunciador ligado à causa ambiental.

Novamente, temos a aparição do termo acidente, que indica certa inevitabilidade e é utilizado por um grande número de locutores, incluindo fontes da empresa, que nessa fase introduzem ainda a palavra evento para se referir ao ocorrido. A denominação acidente é empregada inclusive por alguns locutores dos quais não esperamos essa posição, como as ligadas à instituições ambientais. Entretanto, a maior parte dos locutores essencialmente ligados a esse setor, apesar de usarem o termo, indicam a preocupação com a extensão dos danos causados. Em oposição direta, temos a fala de um locutor que, usando o termo catástrofe para definir o acontecimento, diz claramente não se tratar de um acidente.

A definição do acontecimento como acidente aparece novamente na quarta fase, entretanto, com uma grande redução no número de locutores, sendo trazida por apenas uma fonte. Permanece, também, a definição genérica do rompimento como uma tragédia, mobilizada por duas fontes, e cresce a aparição de enunciadores que apontam a não-casualidade e conseqüente responsabilidade pelo acontecimento. Temos, novamente, a denominação crime ambiental e, ainda, o termo ecocídio que faz alusão ao “homicídio do ecossistema”.

Figura 6 - Fluxo de denominações



Fonte: elaborado pela autora

4.4.2 Enunciadores sobre causas: das falas protocolares ao esvaziamento

Na primeira fase analisada mapeamos a presença de 9 locutores enunciando sobre as causas do rompimento da barragem. Essas fontes evidenciaram o aparecimento de três enunciadores. O primeiro enunciador (E1) foi o predominante nas matérias analisadas, sendo representado por quatro entre as nove fontes que enunciam sobre causas, e traz a visão de que os motivos para o rompimento tendem a ser problemas internos ao empreendimento, como falta de segurança e fiscalização. Alinham-se a esse enunciador, uma fonte governamental, na figura do Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira, que declarou suas desconfianças com relação à segurança da barragem, afirmando que *“Nenhuma barragem rompe por acaso”*; e três fontes especialistas, entre elas, a coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) que garantiu: *“Há falhas no processo de licenciamento e também no monitoramento”*.

O segundo enunciador (E2) aparece no discurso de três fontes e traz a perspectiva de que o empreendimento estava regularizado e não apresentava problemas e que, portanto, os motivos para o rompimento tendiam a ser externos. Nesse enunciador em específico observamos que, entre as três fontes, duas são representantes da mineradora, o gerente de projetos da Samarco e o então presidente da Samarco, Ricardo Vescovi que destaca em sua fala a regularidade do empreendimento, conforme o trecho a seguir. *“Importante relatar que essas operações das barragens de Fundão e Santarém são regulares, licenciadas, monitoradas dentro do melhor padrão que a gente conhece, dentro do que a técnica preconiza”*. A terceira trata-se de um afetado pelo desastre, nesse caso, uma mulher que estava à procura do marido desaparecido que atuava como funcionário terceirizado no complexo minerário. A mulher lembra da forma positiva com que o marido se referia à empresa: *“Ele ficava espantado de ver que o trabalho era muito bem feito e achava que as obras poderiam terminar antes do prazo previsto para a empreitada. A empresa reforçou a equipe para trabalhar em dois turnos tentando acabar a obra antes da temporada de chuvas”*.

Ainda percebemos a presença de um terceiro enunciador (E3) que aponta ainda ser cedo para atribuir causas específicas para o rompimento. O E3 representado pelo discurso de uma fonte do Corpo de Bombeiros, o Coronel do Corpo de Bombeiros e do gerente-geral de projetos da Samarco, que também

enuncia a partir do E1, assinala: *“Não temos condições de afirmar nada neste momento. Estamos iniciando o processo de investigação técnica para chegar as causas”*.

Passando para a segunda fase percebemos que os discursos sobre causas são coordenados majoritariamente por fontes governamentais, com a presença de uma única fonte não-governamental. O delegado de Ouro Preto Rodrigo Bustamante, o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto e o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Mário de Lacerda Werneck Neto são as únicas três fontes que enunciam sobre causas e todas eles alinham-se ao primeiro enunciador (E1), que traz a posição de as causas estão sendo apuradas. O delegado e o advogado Mário Lacerda também enunciam a partir do E2 que já adianta a responsabilidade da empresa sobre o rompimento, conforme vemos no trecho a seguir, nas palavras do advogado: *“Quando recebe o licenciamento para o empreendimento, conferido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a empresa assume o risco presumido, ou seja, se algo der errado, ela é a culpada”*.

Já na terceira fase, como no eixo anterior, percebe-se a manifestação do maior número de enunciadores. Para sermos exatos, 20 locutores se manifestam a partir de 8 enunciadores. Mais uma vez temos a presença do enunciador “as causas estão sendo apuradas” (E2), trazido por seis locutores. Entre eles, duas fontes da mineradora, representadas pelo diretor-executivo de finanças da Vale e pelo gerente-geral de projetos da Samarco; três especialistas e uma fonte governamental, o promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Felipe Faria de Oliveira. Nessa fase, alguns dos locutores que enunciam a partir desse enunciador ainda indicam uma provável demora no estabelecimento definitivo das causas, como podemos observar na fala do especialista em barragens e consultor do MPMG, Joaquim Ávila: *“Soltar um laudo leva, no mínimo, de seis meses a um ano. Na barragem que rompeu no Canadá, em agosto do ano passado, o relatório preliminar só foi emitido em janeiro, ou seja cinco meses depois”*.

Os demais enunciadores mapeados nessa terceira fase evidenciam pontos de vista antagônicos sobre fiscalização e responsabilidade da empresa. O E1 traz a posição de que a fiscalização é falha e/ou duvidosa e é mobilizado por uma fonte governamental, o deputado Agostinho Patrus Filho, também presidente da Comissão

Extraordinária das Barragens⁴¹; duas não-governamentais, o coordenador de campanhas do Greenpeace, Nilo Dávida e o presidente do Sindicato das Agências de Regulação Nacionais, que destacou a situação de precariedade dos órgãos fiscalizadores ao declarar que *“A mineração brasileira está abandonada. Faltam recursos materiais, tecnológicos, financeiros e humanos ao DNPM⁴². Na fiscalização isso é ainda mais grave, porque os fiscais, sem diárias, transporte e equipamentos, ficam mais nas sedes do que em campo”* e, ainda, que *“Atualmente, os fiscais reclamam que só podem fazer suas vistorias por amostragem, sem condições de ir a todos os empreendimentos para avaliar a segurança”*; e dois especialistas. Do lado oposto, temos o E5, que indica a periodicidade e adequação da fiscalização e monitoramento, perspectiva mobilizada por dois locutores da categoria mineradora. Um deles se trata do diretor de operações e infraestrutura da Samarco, Kleber Terra, e o outro, é representado pela figura da Kinross Gold Corporation, mineradora que explora a área de Paracatu e menciona que seu empreendimento é *“periodicamente inspecionada por engenheiros especializados e credenciados que projetaram as barragens, por representantes da comunidade, órgãos reguladores estaduais e federais e auditores internos e externos”*, alinhando-se à posição de que o processo de fiscalização é eficiente.

Essa fase contém ainda a disputa entre o E8 que aponta a responsabilidade e a negligência da empresa e é trazido por uma fonte governamental, o governador do Espírito Santo; e uma não-governamental, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, Mário Lacerda, que afirma que *“um dano como esse mostra, no mínimo, negligência no que diz respeito à segurança de pessoas que poderiam ser atingidas”*; e o E7, mobilizado pelo diretor de operações e infraestrutura da Samarco, uma fonte da mineradora que já havia aparecido no E5, que indica que não houve falha da empresa. Na matéria, o representante da empresa afirma: *“Operamos com técnicas de monitoramento de barragens que são referência, portanto, não podemos dizer que a tragédia poderia ter sido evitada”*. Este último ainda ganha o reforço do E6, mobilizado por uma fonte especialista que assinala que a estrutura das barragens na região é geralmente adequada, afirmando: *“Temos os melhores*

⁴¹ A Comissão Extraordinária das Barragens foi constituída, na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, no dia 11 de novembro de 2015 com a finalidade de realizar estudos e propor medidas em relação ao desastre.

⁴² Departamento Nacional de Produção Mineral

consultores técnicos nessa área. Essas estruturas praticamente não se rompem por aqui”.

Também é no período compreendido na terceira fase que uma hipótese sobre a causa é descartada e outra é levantada. Ao mesmo tempo em que um relatório do Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo, uma fonte especialista, diante da hipótese inicial de que tremores de terra sentidos próximo ao horário do rompimento da barragem poderiam ser o agente causador, aponta que *“normalmente, tremores de magnitude 3 ou menores não causam danos diretamente a estruturas e construções e são sentidos apenas levemente”*, descartando essa possibilidade (E4), uma fonte apresenta nova causa provável. Identificada apenas como uma fonte próxima aos trabalhos de investigação do Ministério Público, a fonte anônima indica que *“A liquefação dos rejeitos sólidos, provocada por algo que já estava errado na estrutura, é a causa mais próxima para explicar o que ocorreu no dia do desastre”* (E3). Já na quarta e última fase não houve enunciadores sobre causas do acontecimento.

Dessa forma, olhando para o panorama geral dos enunciadores (Figura 7) temos, na primeira fase, a presença de um enunciador que não se posiciona diretamente, trazendo apenas a indicação protocolar de que *“as causas estão sendo apuradas”*, e a tentativa de atribuição de causas sendo disputada por fontes da mineradora e fontes especialistas que se posicionam em dois polos opostos sobre a responsabilização: especialistas apontam a responsabilidade da Samarco, mencionando as falhas internas do empreendimento, enquanto a empresa tenta se eximir da responsabilidade, recorrendo ao discurso de que o empreendimento era regularizado e seguia adequadamente e com excelência as normas técnicas. Participam desses discursos também, embora em menor número, fontes governamentais, entretanto também não trazem perspectivas conclusivas.

Com relação ao enunciador que tende à não-responsabilização da empresa, apontando os pontos positivos do empreendimento, chama a atenção a participação de uma fonte afetada. A presença dessa fonte nesse polo de enunciação representa um claro deslocamento em relação ao que se espera do seu lugar de fala, afinal, é esperado que um afetado pelo desastre se posicione contra o agente causador de seu sofrimento. O que podemos ponderar, analisando mais especificamente o teor de sua enunciação é o fato de que esta representa uma reação de incredulidade ao desastre em função da imagem positiva construída acerca da empresa, atitude que

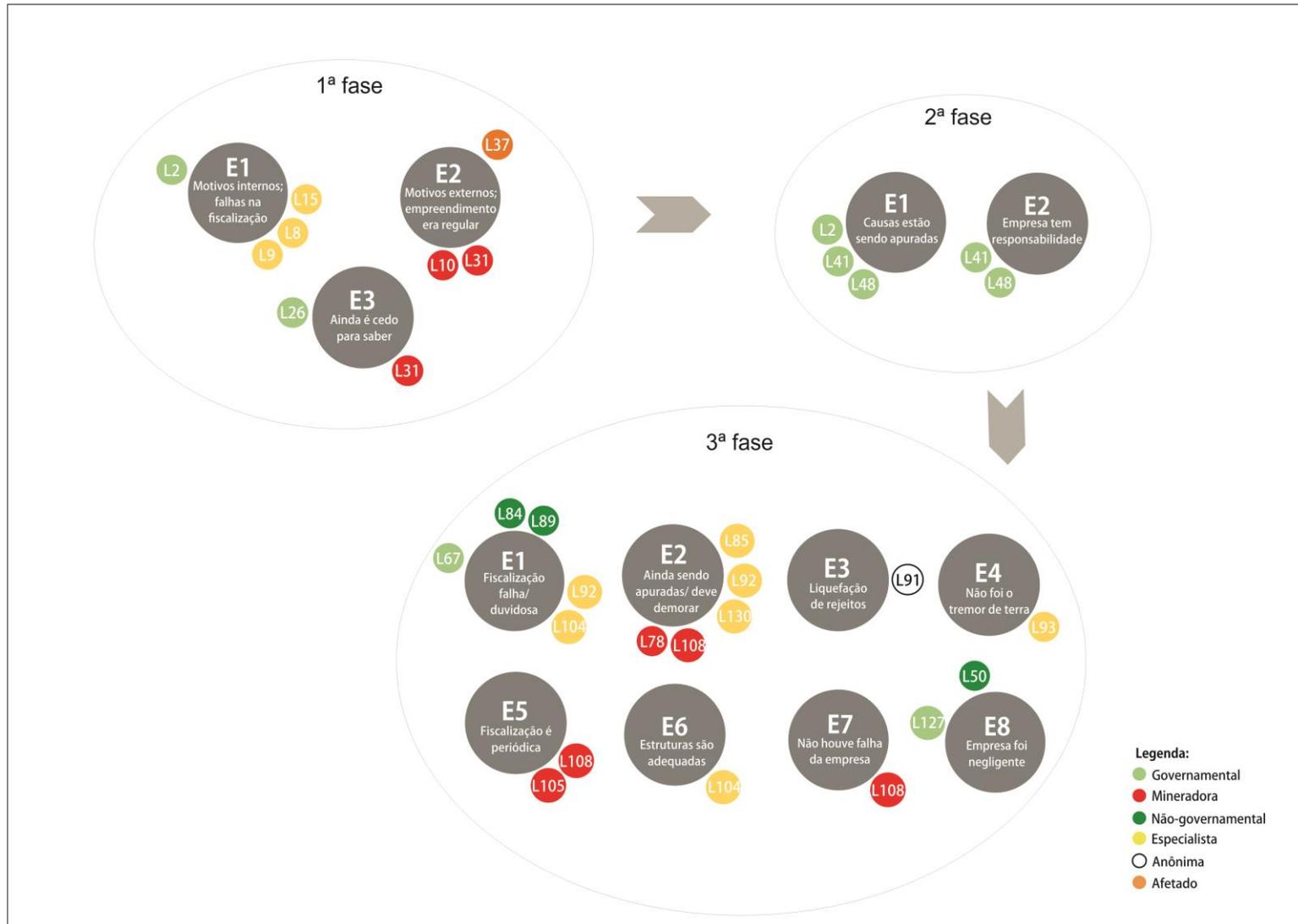
também expõe a relação de pertencimento e/ou interdependência da região com a mineração.

Olhando para a segunda fase vemos a presença de apenas dois enunciadores complementares e que, enunciados pelos mesmos locutores, indicam o andamento das investigações sob a égide de que “as causas ainda estão sendo apuradas” e, ainda, adiantam a responsabilidade da empresa sobre o ocorrido, embora não tragam nenhuma informação decisiva sobre as causas. A não conclusão das investigações que apuram as causas do rompimento, nessa fase, pode ser apontada como a provável razão para que esses locutores, enquanto porta-vozes de órgãos públicos comprometidos com o processo de investigação, não apontem causas concretas mesmo que o trabalho seja voltado à busca de provas da responsabilidade da empresa já conhecida por eles, conforme evidenciado pelo seu alinhamento ao E2.

Essa movimentação muda um pouco na terceira fase, que apresenta um número maior de enunciadores. Embora, novamente, não haja uma definição precisa das causas, há o descarte de uma das primeiras suspeitas levantadas: o tremor de terra sentido próximo ao momento do rompimento não seria o causador do problema. Há, ainda, uma primeira indicação do provável motivo do rompimento, descrito como a liquefação de rejeitos. A possível causa é apresentada por uma fonte não identificada, mas se mostra provável pela ligação que a fonte teria com os trabalhos de investigação conduzidos pelo Ministério Público. Além disso, nesse momento já são debatidas outras questões mais específicas sobre causas, como o trabalho de fiscalização que é apontado por algumas fontes especialistas, governamentais e não-governamentais como duvidosa e, pela empresa, como adequada e ainda são monitoramento das barragens.

Uma questão que merece destaque no que diz respeito aos enunciadores sobre causas é o seu esvaziamento na quarta fase analisada. Com um número bem menor de matérias e de locutores, a quarta fase, que marca a chegada dos rejeitos ao mar, reflete as preocupações crescentes com a extensão e gravidade das consequências ambientais, além do desespero de familiares de desaparecidos que, após dezesseis dias, ainda não foram encontrados. Diante dessas questões, o eixo das causas acaba ficando vago e os locutores que participam dessa fase, além de atribuírem denominações mais acusatórias, como vimos anteriormente, se concentram no eixo das consequências.

Figura 7 - Fluxo de enunciadores sobre causas



Fonte: elaborado pela autora

4.4.3 Enunciadores sobre desdobramentos: do rio ao mar

O eixo dos desdobramentos do acontecimento, dentre os três analisados, é aquele que reúne o maior número de locutores e de enunciadores mapeados. Também é o eixo que registra a maior participação de afetados pelo desastre. Já na primeira fase temos a participação de 31 locutores, distribuídos em seis enunciadores. O primeiro enunciador (E1) reúne uma fonte governamental, o governador de Minas Gerais; o comandante-geral do Corpo de Bombeiros, e uma fonte do sindicato. Todos afirmam ser cedo demais para dimensionar as consequências do evento, incluindo o número de vítimas, perspectiva destacada na fala do comandante dos bombeiros:

“Estamos fazendo a recontagem. Acredito que no meio da tarde vamos ter um número exato. Inicialmente, seriam 10 desaparecidos no distrito de Bento Rodrigues e mais 14 funcionários da empresa Samarco. Mas esses números ainda não são os oficiais [...] Os bombeiros estão passando nas comunidades e vendo se alguém ficou para trás. Infelizmente, neste tipo de acidente, é comum as pessoas voltarem para buscarem documentos ou animais de estimação e não conseguirem voltar”.

O segundo enunciador (E2) recorre à fé e à esperança para traduzir a impotência diante do desastre. A capacidade de orar pelas vítimas e enfrentar o acontecimento com coragem seriam, portanto, as únicas possibilidades restantes. Enunciam a partir do E2 um afetado e três fontes governamentais, entre elas o Promotor de Justiça Carlos Eduardo Pinto, o prefeito de Mariana, ao afirmar que: *“Todos estão desnorteados. Estamos pedindo a Deus para que as pessoas tenham conseguido sair dos locais mais atingidos a tempo”*, e o prefeito de Barra Longa que, diante dos prejuízos percebidos na cidade, diz: *“E não temos nem R\$ 1. Só temos coragem”*.

O terceiro enunciador (E3) traz à tona uma das faces mais chocantes da tragédia durante os primeiros momentos após o rompimento: o desaparecimento completo de algumas localidades sob os rejeitos, entre elas, o subdistrito Bento Rodrigues, que na fala de algumas fontes “não existe mais”. Seis locutores trazem essa perspectiva, entre eles uma fonte sindical; uma do Corpo de Bombeiros; e um voluntário que contou: *“Fui um dos primeiros a chegar ao local da tragédia. Estava tudo um caos. Só dava pra ver os telhados de algumas casas. A cidade foi destruída”*. Ainda, uma governamental, novamente na figura do prefeito de Barra

Longa, destacou que *“do distrito de Gesteira só sobrou a igreja”*; além do depoimento de dois afetados pelo desastre. Um deles lamentou: *“Aqui agora fica só na lembrança né? Não dá pra morar mais. A cidade foi devastada. Escola, posto médico... Foi tudo pra debaixo da lama.*

O maior número de locutores que enunciam sobre os desdobramentos do acontecimento na primeira fase se alinham ao E4 que atribui a gravidade das consequências à falta de aviso sobre o rompimento, o que, no momento da tragédia, impossibilitou o salvamento de algumas vítimas. Essa situação também foi agravada pela rapidez com que os rejeitos chegaram a Bento Rodrigues. Enunciam a partir dessa perspectiva seis afetados e dois voluntários. Percebemos esse viés na fala de afetados, como Rômulo Fernandes, morador de Barra Longa, quando diz: *“Ninguém falou nada. Eram só boatos”* ou mesmo na história contada pelo morador de Bento, Adair Mariano: *Minha mulher ficou desesperada e meu filho pegou o carro correndo para salvá-las. Dez minutos atrasado e não tinha dado tempo*". Também são destacas em determinadas falas a contrariedade de algumas vítimas, que optaram em não sair de suas casas e, conseqüentemente não puderam ser salvas, como fica claro na declaração de Altieris Caetano, outro afetado pelo desastre *"Teve uma senhora que não quis sair. Foi tentar buscar documentos. Outro senhor se fechou em casa e disse que a água não iria entrar. Não deu pra salvar todo mundo. Pelo menos quatro conhecidos morreram"*.

O quinto enunciador (E5) traz a perspectiva do drama pessoal das vítimas que perderam todos os seus bens e é mobilizado por dois afetados, que falam a partir de sua própria experiência: *“Perdi tudo, mas, graças a Deus, minha esposa e minha filha estão bem, eu estou bem”*; e por duas fontes governamentais e um voluntário, que indicam a existência de vítimas nessa condição, como o caso do assessor da Prefeitura de Mariana: *"O mais importante é acolher as famílias que perderam tudo no acidente, por isso a necessidade desse tipo de ajuda"*, se referindo às doações.

O sexto e último enunciador (E6) diz respeito ao clima de desorientação que se estabeleceu após o desastre. Quatro afetados e uma fonte sindical enunciam a partir do E6, evidenciando a falta de retorno da empresa e dos órgãos públicos sobre as vítimas e sobre como proceder diante do acontecimento, como pode ser visto no trecho a seguir: *“Até agora, ninguém falou nada para a gente. Fui até a*

portaria da Samarco e nos direcionaram para cá (a Arena). Fomos ao hospital e nos mandaram de volta”

A segunda fase apresenta números semelhantes à primeira. São 30 locutores enunciando a partir de seis enunciadores. O primeiro (E1) reúne dois afetados; um voluntário; e uma fonte governamental, o governador de Minas Gerais, e destaca a demora nas buscas por desaparecidos, o desespero dos parentes pela falta de notícias e a diminuição da esperança de encontrar sobreviventes por parte das autoridades. Um exemplo do primeiro caso é a fala de uma afetada que está em busca da mãe desaparecida. Ela alega: *“para a gente que está na espera, as buscas estão muito demoradas”*. O próprio governador revela sua descrença: *“Não quero tirar a esperança de ninguém, pode ser que consigamos resgatar alguém com vida, mas à medida que vai passando o tempo a esperança vai diminuindo”*.

O segundo enunciador (E2) se opõe ao primeiro ao trazer a expectativa de encontrar sobreviventes ou mesmo o potencial das buscas. Tal ponto de vista é representado por seis locutores. Duas fontes afetadas falam sobre a esperança de encontrar parentes desaparecidos, já que, na fala de uma delas: *“para Deus nada é impossível”*. Três fontes do Corpo de Bombeiros também se alinham a esse enunciador, tanto manifestando esperança, como é o caso do Comandante Geral: *“Trabalhamos até o último minuto na busca de vidas, em nenhum momento vamos trabalhar na busca de corpos”*, como evidenciando a eficácia das estratégias de busca, perspectiva que é trazida pelo Major Rubem da Cruz para rebater as críticas sofridas: *“Existem situações em que não adianta lançar mil pessoas no terreno. Seguimos uma tática operacional e priorizamos áreas onde há maior probabilidade de encontrarmos. É uma questão tática, não há necessidade de mais gente”*. Ainda uma fonte governamental enuncia a partir do E3, trata-se do prefeito de Mariana que manifesta sua intenção de não interromper as buscas e indica: *“Vamos continuar a dar apoio, dando carinho, vamos continuar a procurar as pessoas que estão desaparecidas”*.

O terceiro enunciador (E3) abrange a esfera do “drama pessoal” e reúne apenas afetados que falam sobre os danos e perdas sofridos e, diante disso, sobre a incerteza em relação ao futuro. *“A lama levou tudo. Só deu tempo de subir o morro correndo”* e *“Não sabemos o que vai acontecer conosco, ninguém diz nada de concreto. Só sabemos que estamos vivos. E daí?”* são alguns dos exemplos dos enunciados que mobilizam o E3.

A contaminação da água da bacia do Rio Doce, que levou ao corte de abastecimento em Governador Valadares (E4), é trazido por oito locutores, o maior número registrado nessa fase. O problema é abordado na fala de três especialistas, entre eles um infectologista e um médico sanitário. Ambos alertam, respectivamente, que *“a ingestão de produtos químicos pode levar a intoxicações as mais diversas. Além disso, a lama está pegando tudo, e se o sistema de esgoto é comprometido, você tem as contaminações provocadas por microorganismos de vida livre, como salmonela”*, e que *“vai haver uma mortandade enorme de peixe, pássaros e animais terrestres que bebem da água do rio. Não podemos pensar só no ser humano, mas em todas as espécies”*. Além deles; duas fontes governamentais, a prefeita de Governador Valadares e o gerente-geral da Usina Hidrelétrica de Baguari, que abastece a cidade, dissertam sobre a contaminação das águas. Eles contam que a água que chegou à Usina *“tinha mais água do que lama. Hoje, por volta de 9h20, chegou uma onda maior de lama, que deve demorar cerca de seis horas até chegar na cidade de Governador Valadares”*. O E4 aglutina ainda as dúvidas de moradores de Colatina (ES) que, antes mesmo da chegada dos rejeitos, já questionam a qualidade da água: *“Como vamos ter certeza de que essa água não vai trazer sujeira e riscos para a nossa saúde?”*

Cerca de quatro dias do rompimento da barragem, dois locutores alertam para os riscos existentes no local do desastre (E5) com objetivo de evitar que os atingidos voltem para buscar pertences ou procurar desaparecidos, como afirma a nota do Corpo de Bombeiros: *“Continua o alerta para que a população não se aproxime da chamada “zona quente”, ou áreas de risco. A medida garante a segurança dessas pessoas e evita acidentes como os ocorridos na quinta-feira, quando duas pessoas tiveram que ser socorridas após tentarem se aproximar dos locais”*, ou indicar o risco de reiniciar as atividades sem que sejam tomadas medidas, como destaca subsecretário de Estado de Regularização Ambiental, uma fonte governamental: *“É preciso realizar as correções necessárias para que o funcionamento da mina seja retomado”*.

O último enunciador (E6) é trazido por duas fontes governamentais, o delegado Rodrigo Bustamante e o promotor de Justiça Guilherme Meneghim; e uma não-governamental, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, Mário Neto. Apresentando um prisma semelhante ao que, no quadro das causas, aponta para a responsabilidade da empresa, este enunciador representa a ideia de que,

responsável pelos danos causados, a Samarco deve cumprir as exigências judiciais, pagando pelos prejuízos e prestando assistência às vítimas, como vemos na fala do promotor: *“temos mais de 600 pessoas atingidas por essa catástrofe, que estão desabrigadas e totalmente desamparadas, sendo necessária a tomada de providências imediatas para resguardar os direitos dessas pessoas. Então, para que esses direitos sejam resguardados, nós indicamos à empresa várias medidas”*.

Já na terceira fase temos várias perspectivas concorrendo. São 17 enunciadores que reúnem 70 locutores. Novamente vemos uma polarização com relação à qualidade da água que, nessa fase, começa a chegar às torneiras novamente. Quatro afetados e um especialista colocam em xeque a qualidade da água (E2), a Prefeitura de Governador Valadares, em nota, afirma que *“Não há como distribuir água para toda a população sem a garantia de que a água tem condições ideais para consumo humano. O abastecimento só foi reestabelecido quando tivemos a garantia de que era possível tratar a água. Portanto, a água que começou a chegar às torneiras é potável e de qualidade, sim”* (E3).

Outra perspectiva que volta a aparecer é a da insegurança no local onde ocorreu o desastre (E1), dez locutores manifestam essa questão, entre eles, cinco fontes governamentais, dois especialistas e três fontes da mineradora, entre elas, o geotécnico da Samarco, José Bernardo, que assinala: *“Com o esvaziamento (do Fundão), a Selinha (um dos três diques) sofreu a erosão. O atendimento é emergencial, e vamos reparar a partir do pé. Desenvolvemos uma rota para chegar lá, mas o material que está presente no interior da barragem não está consolidado”*. Já entre as fontes governamentais, figura a Prefeitura de Governador Valares que, na mesma nota em que atesta a qualidade da água, afirma que a situação das barragens *“ainda é instável e outros prejuízos podem ser causados ao Rio Doce”*. As duas fontes especialistas que indicam os riscos que ainda existem na região das barragens se alinham também ao E8 que aponta para o provável agravamento dessas em função da chuva. De acordo com um deles, *“a chuva vai para as barragens e pressiona as paredes. Se chover cinco dias sem parar, não sei o que pode acontecer”*.

Aparece novamente, na fala de cinco afetados, a esfera do drama pessoal (E11), que aborda, conforme exemplifica o trecho a seguir (dito por uma professora durante a volta às aulas para as crianças que estudavam em Mariana), não só as incertezas sobre o futuro, mas sobretudo a necessidade de recomeçar:

“Pretendemos recomeçar, porque a vida continua. Tirar a lembrança nunca vamos conseguir. Mas temos que mostrar a eles que tudo passa e que temos que continuar a vida”.

Dois enunciadores se referem aos danos causados pelo desastre. O primeiro deles trata prioritariamente sobre a extensão dos danos ambientais, lançando a hipótese de que o tempo para a recuperação deverá ser longo (E9). Alinham-se a este enunciador três fontes governamentais, dois especialistas e uma fontes da mineradora. Entre as fontes governamentais figuram a então presidente, Dilma Rousseff, que afirmou: *“Não temos a noção de quanto tempo vai levar para recuperar (o ecossistema da bacia do Vale do Rio Doce)”*; o ex-ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc e a então ministra, Izabella Teixeira, que apontou que o tempo para reestruturar o ecossistema não seria inferior a *“uma década”*. Ainda outro enunciador considera os prejuízos econômicos, sendo trazido em cases de três afetados, como o presidente do Distrito Industrial de Governador Valadares, que disse: *“Este ano, já tivemos que arcar com a alta da energia (50%), o aumento dos combustíveis, a crise na economia e agora esse desastre no Rio Doce”*

Com relação à tomada de providências, temos a manifestação de um enunciador que indica que a empresa está cumprindo e/ou cumprirá sua obrigação (E5) e é representada por cinco fontes da mineradora, por uma fonte governamental e por um afetado. Entre as fontes da mineradora, prevalece o discurso de que *“a Samarco está fazendo seu maior esforço”*, como fica entendido na fala do diretor de operação e infraestrutura, Kleber Terra. Já a fonte governamental, o delegado Rodrigo Bustamante, afirma que *“tudo que foi exigido pela Polícia Civil foi realizado pela Samarco”*, enquanto o afetado se refere à promessa da empresa de ajudar financeiramente os atingidos. Ainda outro enunciador indica que as instituições do governo estão fazendo sua parte, como prestar apoio aos atingidos ou cobrar a empresa, por exemplo (E4). Acionam este enunciador oito fontes governamentais, como é o caso do secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, ao salientar que *“todas as medidas emergenciais necessárias para amparar a população atingida serão tomadas”*; e um afetado, quando afirma, se referindo ao serviço de distribuição de doações pela Prefeitura de Mariana, que *“o atendimento está sendo bem prestado”*. Em contrapartida, uma fonte não-governamental, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB, Mário Werneck, traz a perspectiva da ineficiência do governo diante do ocorrido (E16),

principalmente no que diz respeito às multas: *“o poder público é preguiçosos e ineficiente. Nem quando tem dinheiro a receber trabalha”*.

Já em relação às prioridades de ação, temos dois enunciadores manifestados, um deles aponta que a prioridade é cuidar dos atingidos (E7) e é representado por cinco fontes governamentais e uma da mineradora; já o outro indica que tratar do dano ambiental é prioritário (E8) e aparece na fala de apenas uma fonte governamental e da mesma fontes da mineradora, a própria Vale, que por meio de nota aponta que tem como prioridade mitigar os *“graves efeitos do acidente, com foco em várias frentes, como a realocação das pessoas e os danos ambientais”*

Também temos dois enunciadores que se referem à multa a ser paga pela Samarco. Um deles, indica que o teto estabelecida para a multa a ser aplicada é irrisório diante dos danos causados e pode ser visto nas fala de quatro fontes governamentais e duas não-governamentais. Entre as não-governamentais destaca-se o advogado do Instituto Socioambiental, Maurício Guetta, que diz *“o valor de R\$ 50 milhões é irrisório para acidentes de grandes proporções, como o rompimento da Barragem do Fundão e seus desdobramentos”*; e entre as governamentais, o ex-ministro do Meio Ambiente Calos Minc: *“é preciso mudar a lei (de Crimes Ambientais), porque o teto da multa precisa ser corrigido, especialmente para acidentes como o de Mariana. Isso já deveria ter sido feito”*. No polo contrário, o diretor-executivo de finanças da Vale afirma que *“em relação à responsabilidade civil, o seguro é bem inferior à multa que o Ibama aplicou”* e o valor de multas a ser pago seria *“a grande incógnita para o futuro da empresa”*, acionando um enunciador que remete à falta de recursos da mineradora para cobrir os gastos com os danos (E10).

Ainda outros enunciadores que se referem a questões relativas à legislação aparecem nessa fase. Em diferentes perspectivas ambos dizem respeito ao novo código da mineração. O primeiro aponta que o código deve ser modificado em função do desastre em Mariana (E13) e está presente na fala de duas fontes governamentais, entre elas o deputado Sarney Filho que esclarece que a proposta que tramita na Câmara *“privilegia a atividade minerária em detrimento da sociedade e do meio ambiental”* acrescentando, ainda, que era preciso *“mudar o foco, privilegiar a questão socioambiental. E quanto antes a gente fizer isso, no calor dessa tragédia, mais chance a gente tem para aprovar (mudanças no código mineral)”*. Já o segundo, indica que o código deve ser votado conforme o texto

original (E14) e é trazido, também, por duas fontes governamentais, uma delas, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha: *“alguma coisa tem que ser feita [...] Provavelmente pedir a urgência regimental dos líderes e levar para o plenário e colocar o relatório em votação para poder decidir isso. Acho que tem que decidir sim e à luz dessa situação que está aí”*.

O último enunciador que se manifesta nessa fase defende a permanência da Samarco em Mariana (E15) e é trazido por dois manifestantes que participavam de um ato em defesa a empresa. Uma delas, a laboratorista química da Samarco, diz que, *“estamos supernervosos; temos filhos, escolas para pagar; estamos apreensivos. A empresa está errada, mas não é justo fechá-la. Serão muitos empregos perdidos”*

Na quarta e última fase, assim como na anterior, temos um grande número de enunciadores. Alguns dos enunciadores repetem pontos de vistas semelhantes às fases anteriores, destacando a recorrência de alguns problemas. É o caso da discussão sobre a qualidade da água, que continua dividindo opiniões. Enquanto uma fonte governamental, a Secretária de Saúde do município de Galiléia afirma que a água *“retirada de cisternas e córregos”* está contaminada (E1), o Ministro da Integração Nacional garante que *“não há risco de contaminação do rio, não há metais pesados no rio. Queremos garantir à população que a água tem qualidade normal e está sendo abastecida de maneira normal”* (E6).

A questão das buscas aos desaparecidos também volta a aparecer (E3). Mesmo passados 16 dias do acontecimento, as equipes ainda procuram por 11 desaparecidos, situação que começa a aumentar o desespero dos parentes diante o temor de que as buscas sejam encerradas. Frente a isso, o E3 aglutina o ponto de vista de que as operações de busca precisam continuar na fala de dois afetados, do Prefeito de Mariana que afirma ter pedido, no congresso, o prosseguimento das buscas e de duas fontes dos bombeiros, entre ela, o subtenente Selmo de Andrade, que garantiu: *“Não vamos suspender as buscas. Resgatar os desaparecidos é um compromisso que temos, para dar o mínimo de conforto a essas famílias”*. Além disso, um afetado ainda traz a perspectiva da negligência da empresa em relação às famílias (E7): *“Estão tratando as famílias dos desaparecidos como ninguém, como se fosse um pedaço de carne que está aqui enterrado na lama. Só temos um corpo para ser enterrado e a Samarco está dando as costas para a gente”*.

Novamente manifestam-se enunciadores sobre os riscos ainda existentes em alguns locais (E10), como na região de Bento Rodrigues e em Ponte do Gama, distrito de Mariana em que várias casas ficaram ilhadas, tornando-se uma área de risco, segundo o relato de uma das afetadas que se alinha a esse enunciador: *“Dizem que a área está perigosa. Então, temos que sair”*; e sobre a necessidade de permanência da empresa em Mariana, perspectiva que mais uma vez é trazida por dois manifestantes, e conforme aponta um deles: *“Há 30 anos, Mariana era uma coisa, hoje é outra. A cidade se desenvolveu muito depois da chegada da Samarco. Não temos outra fonte de renda, por isso defendemos a mineração”*.

Assim como nas outras fases, permanece o eixo do drama pessoal. Ele reúne quatro afetados e relatos sobre o dia do desastre, como pode ser observado na fala de uma das vítimas: *“Sabe aquele sereninho que sai das cataratas? Era parecido com aquilo, só que era uma névoa de lama. Aquele trem veio descendo e lambendo as casas todas. Foi coisa de cinco minutos. Estava no chuveiro quando minha filha gritou: ‘Mãe, corre que a barragem arrebentou!’ Peguei a toalha e pedi ajuda ao meu neto para socorrer a dona Doca, que estava dormindo nos fundos. Ele a carregou no colo. Via todo mundo com volta correndo e gritando”*. Nessa fase ainda vemos quatro fontes governamentais trazerem a perspectiva da união de forças entre os dois estados (Minas e Espírito Santo) para propor ações judiciais e medidas de mitigação de impactos (E8), conforme indica a fala do Governador do ES, Paulo Hartung: *“Vamos ampliar a coordenação entre os governos e nossas procuradorias, para que haja maior convergência no campo jurídico”*. A finalidade da união torna-se mais evidente nas palavras do Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, Sávio Souza: *“Se os Estados e municípios acionam isoladamente a empresa, o risco de petições conflitantes é grande, o que pode acabar fortalecendo a mineradora”*.

Com a chegada da lama de rejeitos ao mar os danos ambientais causados com o rompimento passam a ser incontestáveis. Assim, a esfera ambiental é mobilizada em três enunciadores nessa quarta fase. O primeiro traz o ponto de vista de que o dano ambiental causado é irreparável (E2) e é percebida na fala de uma fonte especialista, o doutor em Botânica Reinaldo Duque Brasil, que afirma se tratar de *“um dano irreparável, incalculável. A flora vai ser muito afetada e a fauna aquática nem se fala. Várias espécies vão ser exterminadas”*. O especialista também rebate a estimativa de 10 anos para a recuperação ambiental feita pela Ministra do Meio Ambiente à época: *“Se não foi má-fé, foi uma estimativa desonesta, ou um uso*

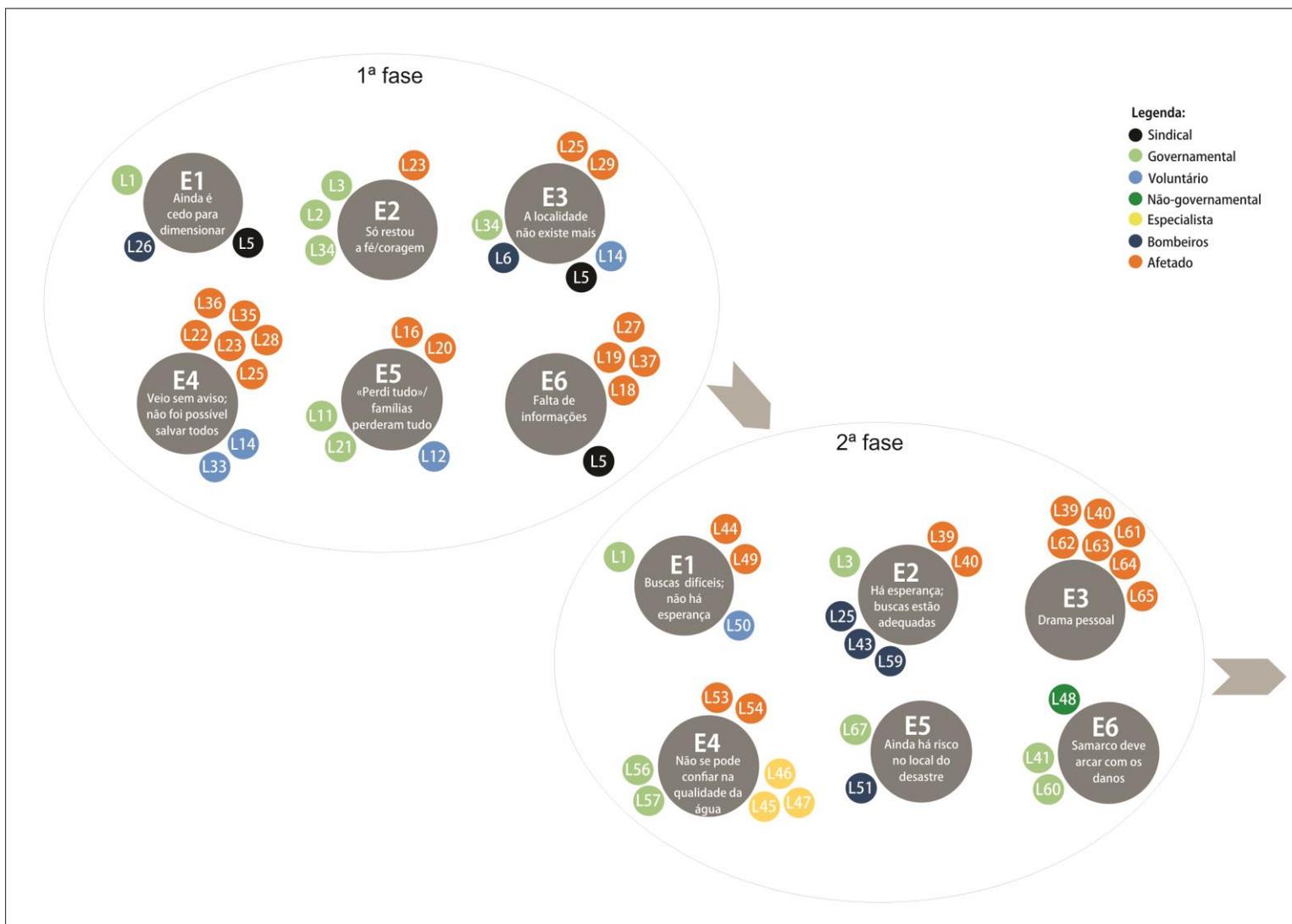
ilusório de um prazo". O segundo coloca a recuperação da bacia do Rio Doce como maior preocupação após o desastre (E7) e é mobilizado por um notável, o fotógrafo Sebastião Salgado e por uma fonte governamental, o juiz Thiago Oliveira, que afirmou que *"a adoção de medidas mitigadoras dos danos é urgente, mas o Rio Doce não é casa da mãe Joana"*. Ainda um terceiro enunciador revela essa perspectiva. Mobilizado pela própria mineradora através de nota, o E11 traz a perspectiva do comprometimento da empresa com as questões ambientais. Em nota, a empresa afirma: *"A operacionalização das ações está sendo feita por companhia internacional especializada em proteção ambiental no mar e rios do Brasil"*

Conforme o esperado, as enunciações sobre consequência não trazem um balanço preciso de danos causados, já que representam um momento em que a extensão do desastre ainda é incerta. Como podemos ver nas Figuras 8, 9 e 10, que demonstram o fluxo de enunciadores sobre os desdobramentos do acontecimento ao longo das quatro fases, a maior parte dos enunciadores está ligada a perdas pessoais, ao desencontro de informações, à permanência de desaparecidos, à contaminação da água e aos danos ambientais causados.

A perspectiva do drama pessoal, na qual são aprofundados os contornos da experiência e em que há o protagonismo das fontes afetadas, aparece de forma bem destacada em todas as fases. Nas duas primeiras, devido à estreita proximidade do acontecimento, as falas das vítimas trazem seus testemunhos, as suas próprias histórias do desastre, contando como o viveram. Nas terceira fase, depois de um intervalo pouco maior de tempo, ganham espaço enunciações que se orientam tanto para a incerteza com relação ao futuro como para a ideia de que é preciso recomeçar a vida, entretanto, na quarta fase volta a ser predominante o testemunho sobre o dia do desastre.

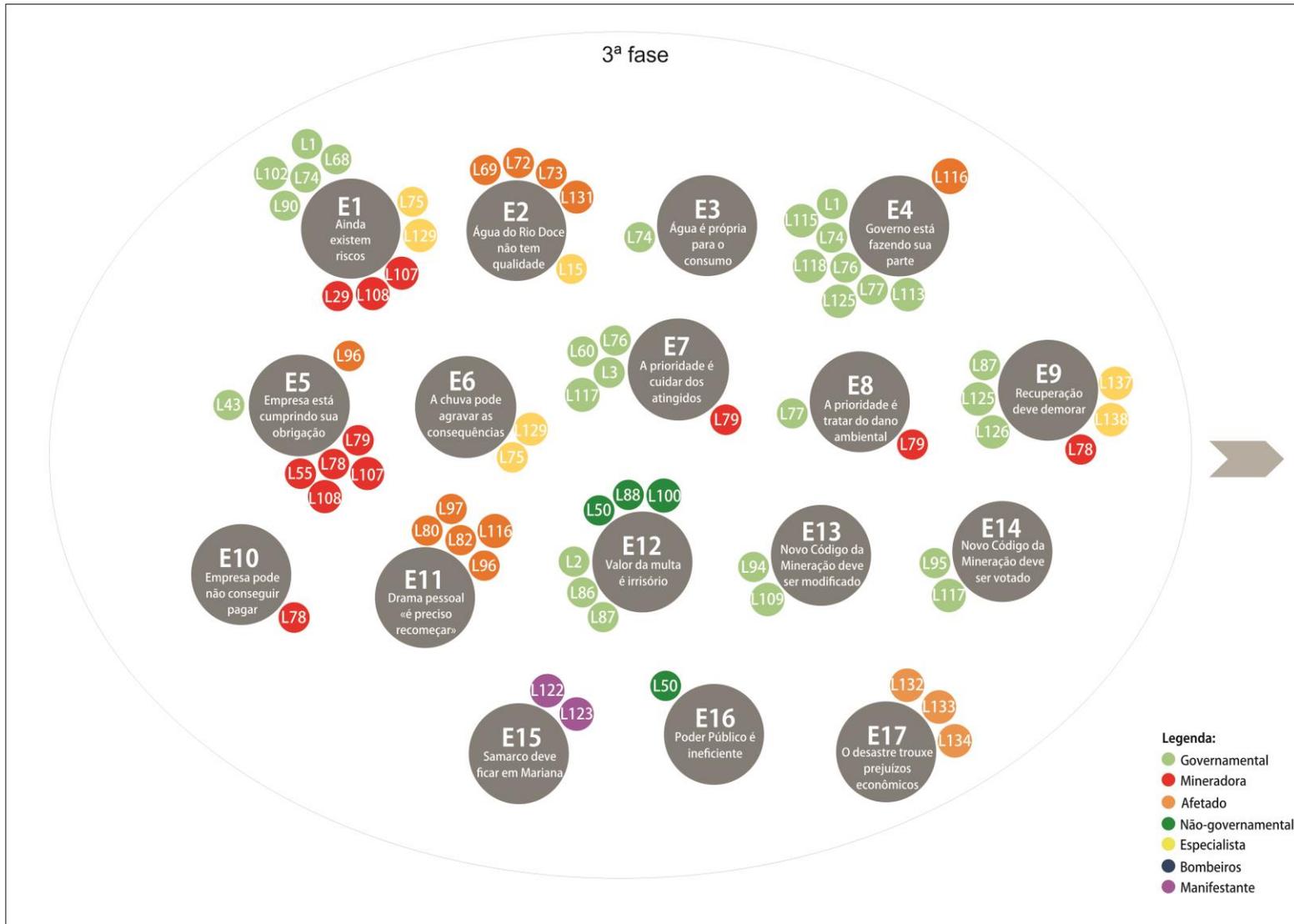
Na primeira fase ganha destaque em quase todos os enunciadores o clima de desorientação diante do inesperado. Um dos enunciadores declara a incapacidade de dimensionar os danos causados e ainda outros revelam a mesma sensação de perplexidade, que pode ser sentida tanto na fala do afetados ao contarem, incrédulos, os momentos vividos e a velocidade da enxurrada de rejeitos que fez desaparecerem localidades por completo, como pelas fontes governamentais que evidenciam votos de fé e esperança.

Figura 8 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos



Fonte: elaborado pela autora

Figura 9 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos



Fonte: elaborado pela autora

Figura 10 - Fluxo de enunciadores sobre desdobramentos



Fonte: elaborado pela autora

Essa perspectiva, trazida na fala de fontes governamentais, desvia daquilo que se espera, já que é delas que deveriam vir definições sobre esse tipo de situação. Entretanto, também é preciso considerar que as fontes governamentais estão vivendo situação repentina assim como os demais e, diante disso e da grande responsabilidade sobre o que falam aos meios de comunicação, não vão além das falas protocolares.

Na segunda fase há uma disputa polarizada com relação à questão dos desaparecidos. Dois enunciadores evidenciam posições opostas sobre as buscas: enquanto um se apoia na esperança de encontrar sobreviventes e destaca o trabalho árduo e eficiente do Corpo de Bombeiros durante os resgates, o outro explora a contrariedade de alguns afetados, que questionam a demora na operação, e a falta de expectativa, posição que é adota, inclusive, pelo governador de Minas Gerais. A incredulidade do político em relação à existência de sobreviventes nos parece ser, ao mesmo tempo, estranha, visto que gera um sentimento de descrença na população, e prudência, já que com o passar dos dias as chances de encontrar pessoas com vida só diminui. Também é nessa fase que aparece pela primeira vez o questionamento da qualidade da água da bacia do Rio Doce, perspectiva que entra em pauta e culmina no corte de abastecimento, voltando a aparecer nas fases seguintes. Outro aspecto que aparece pela primeira vez e que volta à tona nas demais fases é o risco permanente de acidentes no local do desastre. Ainda um último enunciador revela a dimensão de responsabilidade da empresa, indicando sua obrigatoriedade de arcar com os danos e prestar assistência às vítimas.

Dentre as quatro fases, a terceira é a que reúne o maior número de enunciadores que disputam sentidos entre si. Além dos que voltam à tona, como os que tratam da qualidade da água, há o aparecimento de novas disputas polarizadas, como: o valor de multa aplicado à empresa, que na visão de fontes governamentais e não-governamentais é irrisório diante dos danos, enquanto na fala da empresa, é alto e ultrapassa o valor disponibilizado pelo seguro; o novo código da mineração, que na visão de alguns políticos precisa ser alterado, enquanto que para outros deve ser votado sem alterações; e ainda a atuação do poder público, que na fala das fontes governamentais está fazendo sua parte, enquanto que para uma das fontes não-governamentais, é ineficiente. Nesse sentido, a empresa também aparece reafirmando suas ações e cumprimento de obrigações legais. Além disso, alguns dos enunciadores se manifestam sobre os prejuízos causados, como os prejuízos

econômicos e ambientais, a respeito dos quais há a indicação de uma grande demora para a recuperação.

Também aparecem enunciadores que resumem a indicação de ações prioritárias diante do acontecimento que, para a maior parte das fontes governamentais, se resume ao atendimento aos atingidos, algo que também aparece como prioridade da empresa ao lado da mitigação de danos ambientais. Novamente temos um enunciador trazendo a indicação dos riscos que permanecem na área da barragens, entretanto, dessa vez, a situação é agravada pelo período de chuvas que, de acordo com especialistas, pode causar novos rompimentos. Chama a atenção também um último enunciador, acionado por manifestantes que, embora afetados pelo desastre, defendem que a empresa precisa permanecer na cidade, ponto de vista que é justificado em função da dependência de emprego e renda.

A quarta e última fase que marca a chegada da lama ao mar faz com que os problemas ambientais fiquem muito mais evidentes, como percebido em três dos enunciadores, que chamam a atenção para o caráter irreparável do dano, para a importância de se priorizar a recuperação da bacia do Rio Doce, e para as demais ações da empresa com relação ao ambiente. Novamente aparecem enunciadores que mobilizam a esfera do drama pessoal, da necessidade de continuidade das buscas aos desaparecidos e dos problemas com relação à água, que para um dos enunciadores passa por contaminação, enquanto para outro mantém a qualidade. Outra perspectiva que volta a aparecer é a situação de risco enfrentada por algumas localidades, no entanto, fazendo referência a outras regiões que ficaram ilhadas e não ao local em que se localizam as barragens. Esta fase também marca nova manifestação em favor da empresa, o que faz com que apareça, mais uma vez, um enunciador que defende a permanência da mesma em Mariana. Ainda um último enunciador é trazido por fontes governamentais e trata da iniciativa de ação conjunta dos governos para acionar a empresa judicialmente e adotar medidas de mitigação.

4.5 OS ENUNCIADORES E OS CAMPOS PROBLEMÁTICOS

A partir da observação dos enunciadores mapeados em cada um dos eixos em paralelo com os marcos temporais e o que cada um deles representa, percebemos o quanto os desdobramentos do próprio acontecimento produziram modificações na forma como os locutores se posicionavam sobre ele. Tais

modificações na forma de enunciar não só dizem respeito às mudanças na maneira de compreender o evento como estão relacionadas a momentos de interdição, algo que se percebe principalmente no que diz respeito à responsabilização sobre o ocorrido, mas também deixa suas marcas nas denominações e nos desdobramentos. Por exemplo: com relação ao apontamento de causas, vemos as fontes governamentais ligadas às investigações se omitirem nos momentos em que essas estavam em curso, produzindo discursos que, mesmo que não sejam definidores como se espera, não vão além daquilo que essas fontes têm condições de enunciar. Da mesma forma, vemos as denominações acusatórias se esvaziarem nesse mesmo período e as fontes governamentais tergiversarem nos primeiros momentos do desastre, conforme indica Amaral (2013), representando apenas uma postura de esperança.

Observando mais especificamente cada eixo analisando, no primeiro vemos as denominações mais expressivas irem de um polo ao outro: o termo acidente que aparece desde a primeira fase e indica a imprevisibilidade e casualidade do acontecimento, embora não seja substituído e siga aparecendo até a última fase, perde espaço para denominações que indicam a responsabilidade da empresa sobre o acontecimento e que vão se acentuando conforme passam as fases: na terceira é introduzido o termo crime e na quarta surge ainda o termo ecocídio. Após a passagem do caos inicial que marca as primeiras 24 horas e que não deixava evidente a real proporção do acontecimento, desaparecem as denominações que o colocam no mesmo patamar dos eventos naturais. Denominações como desastre, tragédia e catástrofe, em nosso *corpus*, se mostram mais genéricas de acordo com a maneira que são adotadas e aparecem em todas as fases, com especial destaque para a segunda, onde figuram sozinhas, demonstrando ainda um período de instabilidade de sentidos em que denominações mais enfáticas quanto à responsabilidade sobre o acontecimento são evitadas.

Já no segundo eixo acompanhamos os enunciadores sobre causas irem do genérico e nada conclusivo “estamos apurando” ao esvaziamento completo na quarta fase. Nas três fases em que são mobilizados enunciadores sobre causas está presente a perspectiva da apuração, que cumpre a única função de reafirmar o trabalho de investigação, tanto por parte das fontes governamentais como da própria empresa, embora não traga nenhuma pretensão conclusiva. Já na primeira fase temos a presença de um enunciador que indica a provável responsabilidade da

Samarco, evidenciando o campo problemático da negligência da empresa, que já enfrentava problemas na estrutura das barragens há um longo período, conforme demonstram relatórios divulgados pela imprensa.

Mesmo que nas duas primeiras fases já tenhamos indicações de responsabilidade da empresa é na terceira que se concentram o maior número de posições acerca dos motivos que levaram ao rompimento. É nessa fase que se descarta relação do ocorrido com o tremor de terra ocorrido, única hipótese que poderia eximir a responsabilidade da Samarco, e é quando se chega a primeira indicação mais concreta sobre a causa, definida como a liquefação de rejeitos. Além disso, um dos enunciadores atribui o evento aos problemas relacionados à fiscalização, outro importante campo problemático evidenciado com o rompimento e que impulsionou, posteriormente, ações em resposta, como o Projeto de Lei que prevê processos de classificação de risco e de fiscalização mais rigorosos. A quarta fase apresenta o emblemático cenário de não trazer enunciadores sobre causas, o que, em nosso ver, pode se dar pela transferência do foco de atenção das causas para os desdobramentos, como a chegada dos rejeitos ao mar.

No terceiro eixo, que acompanha os desdobramentos do acontecimento vemos pontos de vista diversos a partir da perspectiva de vários setores envolvidos, como os órgãos governamentais, as equipes de resgate do Corpo de Bombeiros, a própria empresa e os afetados que, acionando a dimensão da experiência, dão conta de explicar como foi viver o desastre e como estão se virando em meio ao caos provocado por ele. Em função disso, é esse eixo, dentre os três, que reúne o maior número de fontes afetadas, a quem é reservado esse papel. De uma maneira geral, vemos o drama pessoal das vítimas perpassar todas as fases. Os pontos de vista sobre desdobramentos vão acompanhando as consequências geradas pelo rompimento desde que os rejeitos atingem o Rio Doce até o momento em que chegam ao mar e também são eles que mobilizam um grande número de campos problemáticos evidenciados pelo acontecimento.

O enunciador que congrega a perspectiva do drama pessoal das vítimas e que se apresenta em todas as fases está diretamente relacionado com o campo problemático que expõe a situação de vulnerabilidade dos atingidos, já que, principalmente no caso de Bento Rodrigues, tratam-se de comunidades que já lidavam com os impactos da atividade minerária e que, em função da implantação do empreendimento, passaram a viver em locais de risco. Além disso, a situação de

desfavorecimento econômico e político de grande parte dos afetos é responsável pela perpetuação da situação de vulnerabilidade após o desastre, fazendo com que fiquem apartados das principais discussões e definições sobre o acontecimento, mesmo em nível simbólico, a exemplo da sua grande concentração no eixo dos desdobramentos e baixíssima participação na discussão sobre causas, por exemplo.

Ainda outra perspectiva aparente em todas as fases desse eixo e que se relaciona com o mesmo campo problemático é a discussão sobre a qualidade da água em função do corte de abastecimento. Essa questão evidencia, mesmo que indiretamente, a proporção do risco de contaminação inerente ao empreendimento e que, em uma situação como essa, tornou vulnerável mesmo a população mais afastada. Outros pontos de vista recorrentes nesse eixo dizem respeito às buscas aos desaparecidos. Mesmo que no início haja destaque para a contrariedade e desespero dos parentes, na última fase vemos a defesa da continuidade das buscas, já que, mesmo após o período de dezesseis dias, o número de desaparecidos ainda era muito grande. A existência de um grande número de vítimas nessas condições está relacionada com um dos enunciadores mapeados na primeira fase, que diz respeito à falta de aviso sobre o rompimento e que está imbricado com o campo problemático da negligência da empresa. Mesmo ciente da necessidade de um plano de emergência e da instalação de sinais sonoros, a Samarco assumiu o risco e não cumpriu as exigências que eram solicitadas para o funcionamento do empreendimento.

Esse eixo também congrega enunciadores mobilizados por fontes manifestantes que, na primeira fase, denunciam e condenam a atitude da empresa e nas duas últimas se posicionam em defesa da permanência dela em Mariana. Essa atitude, mesmo que gere estranhamento à primeira vista, aparece justificada na própria fala dos manifestantes e mantém relação com o campo problemático da dependência econômica em relação à mineração na região. Com o passar do tempo, a paralisação das atividades e as sanções sofridas pela empresa instauram um quadro de incertezas sobre a permanência do empreendimento na cidade e geram preocupação em parte da população que admite a situação de dependência de emprego e renda, ou mesmo teme o retrocesso com o fim do complexo.

Ainda alguns enunciadores trazem questões relativas ao valor limitado das multas a serem aplicadas e diretamente ao código da mineração, que volta a ser pauta com o rompimento da barragem. Tais pontos de vista evidenciam o campo

problemático das brechas na legislação, que são percebidas e discutidas em razão do acontecimento e impulsionam ações em resposta, como o próprio projeto de lei mencionado anteriormente. A esfera do dano ambiental, muito presente na última fase, também apresenta relação com o campo problemático das falhas na legislação e fiscalização, já que o imenso dano pode ter sido agravado justamente em função do empreendimento ter sido aprovado, entrado em funcionamento e tendo a licença renovada sem dar conta das condicionantes ambientais.

Outro fator que merece destaque nesse eixo são as manifestações dos afetados que destacam a falta de retorno da empresa nos primeiros momentos após o desastre, situação que também foi vivida e relatada por jornalistas que atuaram na cobertura do acontecimento. Como contam jornalistas da rádio Itatiaia e do próprio Estado de Minas no livro “Vozes e Silenciamentos em Mariana”,

As equipes que participaram da cobertura das primeiras horas do rompimento da barragem confirmam o vácuo de informações deixado pela mineradora Samarco naquele momento inicial. “Naquelas primeiras horas e dias, eles realmente estavam perdidos. Eu lembro que cheguei a parar na porta da filial da empresa que fica na região e pedir para falar com alguém. E não havia ninguém que pudesse esclarecer o que estava acontecendo. Só no dia seguinte é que a empresa veio conversar com a imprensa, dar informações, colocar executivos para falar. Demorou muito”, recorda Edilene [repórter da rádio Itatiaia em Belo Horizonte]. Jociane [subeditora do portal *em.com.br*] confirma a lentidão dos retornos da companhia nas primeiras horas e a reversão desse quadro quando a gestão da crise já estava planejada. Depois de se organizarem para gerir a crise, a informação passou a chegar rápido e de forma bem articulada”, conta a subeditora (ALMEIDA, 2016, p. 113)

Tal trecho demonstra claramente a diferença das fontes da mineradora em relação às demais que, enquanto fontes organizadas e que pertencem a uma grande e destacada empresa com papel central na região, também se colocam de forma favorecida em frente à mídia, ao contrário dos afetados que, em posição de vulnerabilidade, não tem, pelo menos num primeiro momento⁴³, uma forma de organização ou um representante para suas demandas. Nesse caso, enquanto as fontes da empresa também pautam a imprensa, através das coletivas, por exemplo, e expõem sempre manifestações planejadas e controladas, os afetados não

⁴³ Vale dizer que hoje os atingidos pelo desastre produzem, através de um acordo com o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana, o Jornal A Sirene, onde veiculam relatos, denúncias, esclarecimentos e suas próprias demandas. Entretanto a iniciativa só veio em fevereiro de 2016, bem depois da fase analisada nessa pesquisa.

encontram canais de acesso privilegiado, sendo acionados pelo próprio veículo e se manifestando individualmente.

Todas essas questões fazem perceber o quanto as enunciações das fontes estão diretamente ligadas aos campos problemáticos, que não são apenas evidenciados pelo acontecimento como também são interpretados e reinterpretados ao longo da cobertura a partir da perspectiva das fontes acionadas, noção que também sofre impacto direto das denominações atribuídas ao acontecimento. Percebendo os fluxos de enunciadores comparativamente fica clara a influência dos termos utilizados para nomear o acontecimento e dos significados que estas denominações carregam no avanço de sentidos sobre causas e desdobramentos e na reinterpretação dos campos problemáticos passados e futuros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo tem seus códigos éticos, valores compartilhados e procedimentos rotineiros. Dentro de uma lógica interorganizacional (SOLOSKY, 2016) e de uma cultura partilhada, se estabelecem normas que regem o trabalho dos jornalistas dentro das organizações. Todos esses princípios indicam as práticas e a serem adotados com vistas ao plano ideal que inclui, por exemplo, a pluralidade de fontes e de perspectivas acerca do fato coberto. Entretanto, como toda e qualquer produção normativa que se estabelece com base no entendimento teórico e “abstrato/ideal”, esta tende a menosprezar os elementos que constituem o âmbito das práticas.

O trabalho jornalístico, antes de tudo, é um trabalho de diagnóstico e edição da realidade – de transformar acontecimentos vividos em acontecimentos jornalísticos, conferindo a eles, nesse processo, determinada angulação (MEDINA, 1988) que tem como ponto de partida a lógica regimental do veículo jornalístico e sua política editorial. É essa primeira visada sobre a pauta que irá orientar a construção da notícia e/ou cobertura e, entre outros fatores, priorizar determinadas fontes e orientar a atribuição de papéis (AMARAL, 2015) a serem cumpridos por elas. Mas também é preciso lembrar que os acontecimentos são sucedidos por uma teia de sentidos em disputa que evidenciam e movimentam determinados campos problemáticos (QUÉRÉ, 2005).

Assim, se os procedimentos acionados no trabalho de apuração e edição jornalística, como a exposição de versões contraditórias ou conflitantes (COTTA, 2005) e o uso judicioso das aspas (TUCHMAN, 2016), têm o objetivo de isentar e resguardar o jornalista, além de se aproximar da verdade, é preciso admitir a coexistência de variadas perspectivas de um acontecimento, cenário que se complexifica quando o assunto é a cobertura de desastres.

No entanto, a apresentação e o embate de versões conflitantes transposto para o discurso jornalístico não se sustenta como garantia de construção de um conteúdo isento e polifônico. Ao contrário, o processo de produção de notícias deve compreender a complexidade dos campos problemáticos que envolvem o acontecimento e a noção de que as visões trazidas pelas fontes são diversas e sempre ligadas, em maior ou menor grau, a este nível de definições. Problematicar a polifonia no jornalismo, portanto, é mais do que cobrar dele diferentes pontos de

vista, mas compreender os elos e amarras que tais pontos de vista expõem e como o jornalismo, no interior de suas diretrizes e práticas, administra esse cenário.

Analisando os locutores que participam do discurso sobre o desastre através da tipificação de fontes, observamos que há uma movimentação nos papéis atribuídos a elas. Através dessas observações conseguimos compreender quais tipos de fontes vão sendo acionadas com o desenrolar do acontecimento e que funções vão sendo atribuídas. Entretanto, a limitação dessa análise também evidencia a validade da proposta analítica que defendemos, já que o mapeamento nesse nível elementar – embora traga considerações importantes sobre a forma como o jornalismo está construindo o discurso sobre o acontecimento –, não dá conta do conteúdo, dos pontos de vistas mobilizados e nem das motivações dessas manifestações, ficando apartado da discussão sobre a pluralidade de opiniões e ainda mais distante da discussão sobre a diversidade de campos problemáticos mobilizados, perspectiva que confere à tais manifestações o estatuto de “verdades em contexto” justificadas no quadro social do acontecimento. Entender o desastre em Mariana e o passado e o futuro inaugurados por ele, junto dos campos problemáticos que põe em cena, portanto, possibilita compreender os motivos que levam os locutores a posicionarem-se a respeito do acontecimento da forma que o fazem e as motivações para seu deslocamento entre instâncias e entre enunciadores.

Refletindo de forma mais específica sobre as questões relativas à pluralidade e polifonia nesses discursos podemos notar algumas relações na forma com que se dá a mobilização das fontes e aquilo que é convencionado no campo profissional. Percebemos que em algumas instâncias, como a das causas e a dos desdobramentos em fases mais avançadas, os enunciadores situam-se quase que exclusivamente em duas extremidades de enunciação, reduzindo os sentidos possíveis a uma disputa polarizada, o que reforça a ideia canônica do jornalismo de “ouvir os dois lados”, sem considerar as possibilidades de interpretação que envolvem um acontecimento de grandes proporções e que poderiam ser representadas por pontos de vistas alternativos.

Para pensar essas questões e a forma como aparecem as fontes no discurso é preciso levar em conta que a dinâmica das fontes e suas relações com os jornalistas e com os veículos de comunicação, não se dão de forma orgânica. Pelo menos não nesse caso. Mesmo que posteriormente as fontes afetadas, por

exemplo, possam ter se organizado para garantir espaço às suas próprias demandas isso apenas se deu após um longo período. No “momento quente” a única fonte com a capacidade de pautar a mídia através do intermédio de fontes profissionais (TRAQUINA, 2016) e de organizar minimamente o seu discurso era a empresa, o que resulta em formas diferentes de acionamento e nos leva a ponderar que essa forma disparidade de acesso aos *media* interfere, também, na maneira como as fontes são apresentadas e aparecem na cobertura.

Vale destacar que percebemos, em vários momentos, locutores que se posicionam a partir de dois ou mais enunciadores. Embora não tenhamos registrado em nenhum dos casos locutores se posicionando ao mesmo tempo a partir de enunciadores antagônicos, ocorrendo o fenômeno apenas em relação a pontos de vista complementares, percebemos que o alinhamento a um enunciador não impede a concordância com outro, evidenciando a possibilidade de locutores representarem mais de um ponto de vista.

Ainda podemos concluir que a enunciação de alguns locutores rompe com aquilo que se espera a partir do papel que desempenham no quadro social do acontecimento, como é o caso dos afetados que se posicionam a favor da empresa. Na condição de afetados pelo desastre, direta ou indiretamente, espera-se dessas fontes que se posicionem contra o agente que a colocou naquela condição. Ao contrário, em casos como o dos manifestantes a favor da empresa, temos uma fonte que enuncia a partir de uma perspectiva favorável àquele que, em princípio, seria o “outro lado” da questão.

Os campos problemáticos evidenciados pelo acontecimento, como o quadro de dependência econômica da região e, em consequência, de várias famílias que tem na empresa a principal fonte de emprego e renda fornece subsídios para que possamos compreender as motivações desse deslocamento. Entretanto, é justamente ele que nos faz perceber que as declarações dadas pelas fontes, por inúmeras motivações, podem não ser condizentes com a posição ocupada por elas no quadro social do acontecimento. Dizer que uma pessoa afetada pelo desastre posiciona-se a favor de quem o causou também é dizer que a ideia cristalizada de buscar fontes localizadas em determinados papéis bem demarcados (vítima, empresa, especialista) não é garantia de que todos os pontos de vista sobre o acontecimento estarão contemplados.

O mesmo acontece no caso das enunciações de algumas fontes governamentais mapeadas. É comum, no jornalismo, que se atribua um lugar de destaque a esse tipo de fonte já que, via de regra, é ela que tem potencial para fornecer informações concretas e conclusivas, agindo como definidor primário (HALL et al, 2016). No entanto, conforme percebemos, em alguns momentos predomina uma perspectiva que não é necessariamente condizente com aquilo que se espera desse tipo de fonte, mas por vezes revela aquilo que ela está em condições de dizer. Perceber os deslocamentos entre aquilo que se espera de determinada fonte e aquilo que de fato ela mobiliza em sua fala, portanto, nos mostra o quão frágil é a atribuição de papéis como forma de pré-orientar o trabalho jornalístico e acessar os campos em disputa mobilizados pelo acontecimento.

Ainda é necessário ressaltar as especificidades que são reservadas a esse processo no caso de uma cobertura *online*, que se caracteriza pela simultaneidade e, portanto, se constrói como um quebra-cabeça, que só pode ser considerado inteiro se estiver com todas as peças encaixadas. Sendo assim, só podemos considerar o conjunto analisado em cada fase, o que nos impede de tirar conclusões sobre matérias isoladas. Entre as matérias selecionadas no nosso *corpus*, algumas apresentam inúmeras fontes e um único enunciador. Se estivéssemos tratando de matérias publicadas em jornais impressos, em que o conteúdo a ser publicado é estático e irreversível e, conseqüentemente, deve reunir um todo significativo sobre o assunto que está sendo coberto, sem dúvida, estaríamos diante de construções excessivamente monofônicas. Entretanto, é preciso destacar que, embora o conteúdo analisado tenha sido produzido seguindo as lógicas dos meios digitais, estamos observando a cobertura com um certo distanciamento temporal, o que a torna quase tão acaba quanto a impressa na páginas do jornal.

Mesmo que no caso desses discursos fragmentados e que obedecem ao desenvolvimento do próprio acontecimento, não tenhamos essa problemática da monofonia aparecendo de forma tão evidente, o grande número de locutores mobilizados em comparação ao número muito menor de enunciadores que representam, assim como a presença de alguns locutores que mobilizam mais de um enunciador, apontam para o fato de que muitas fontes são consultadas para dar o mesmo ponto de vista sobre os acontecimentos. Nesse sentido, podemos observar que, de uma maneira geral, o acionamento de um número elevado de fontes não resulta necessariamente em uma construção polifônica.

A partir da observação das fontes que enunciam sobre o desastre socioambiental em Mariana, torna-se evidente que o acionamento de fontes se dá de uma forma ritualizada. Da mesma maneira que o uso judicioso das aspas, por exemplo, se constitui no jornalismo como um ritual estratégico de objetividade (TUCHMAN, 2016), acreditamos que a mobilização de várias fontes que, em sua maioria se encontram em diferentes lugares no quadro do acontecimento, se apresentam como um ritual estratégico de polifonia, ancorada em perspectivas teóricas e normativas (como os manuais) que definem pluralidade e imparcialidade com base na representação de dois lados controversos de uma história ou mesmo no volume de fontes consultadas.

Chamamos a atenção, ainda, para o fato de o processo de apuração não pode ser realizado de forma protocolar. A forma convencional de entendê-lo é tributária de uma ideia de fonte que leva mais em conta o seu papel diante do acontecimento que está sendo coberto do que, de fato, sua posição sobre ele. Entretanto, abrir a porta do discurso e compreender que as fontes são indivíduos influenciados pela exterioridade social e que podem ser cindidos em diversos sujeitos (MACHADO; JACKS, 2001), mobilizando diferentes posições, é uma forma de compreensão que vai além das ideias mobilizadas nas teorias do jornalismo para entender o conceito de fonte. Tal perspectiva nos faz perceber que a apuração jornalística precisa ser pensada, planejada e executada tendo em vista o nível dos enunciadores para que possam existir notícias efetivamente polifônicas.

Indo além da problemática da pluralidade de vozes e versões, cabe destacar ainda que a observação dos campos problemáticos que cercam essas enunciações fornecem subsídios muito interessantes para a análise e nos fazem notar que a discussão sobre a polifonia, além de necessitar ser alçada ao patamar dos enunciadores, inaugurando visões sobre essa discussão no jornalismo, precisa considerar também outras questões relacionais, cenário que ganha contornos ainda mais destacados quando se trata dos casos de desastres. Podemos dizer que a discussão sobre polifonia tende a se esvaziar quando não enxergamos todo o entorno de campos problemáticos que cercam o acontecimento porque são eles que mobilizam as fontes e a própria cobertura, e interferem em toda a dinâmica de produção de sentidos.

Embora possamos reconhecer a importância de compreender as formas ritualizadas de apuração realizadas pelo jornalista através das quais se constroem

falsas ideias de polifonia, percebemos também que, ao olhar para a cobertura de um desastre, com todas as suas nuances e possibilidades, é preciso mais. É preciso reconhecer que estes acontecimentos se fazem de imbricações entre campos problemáticos, são atravessadas por afetações múltiplas (que, em certa medida, também interferem na fala das fontes), inauguram novas perspectivas e, ainda, prolongam-se para o passado e para o futuro. Essas perspectivas são devedoras do entendimento dos desastres enquanto acontecimentos, visada que coloca em cena considerações variadas sobre a forma de compreendê-los.

O olhar para os desastres filtrado pela teoria do acontecimento fornece indicações para que avancemos na discussão sobre esse tipo de evento em si e sobre suas coberturas jornalísticas. Compreender os desastres como acontecimentos dotados de um poder de revelação que fazem emergir campos problemáticos, demanda que essa lógica seja transposta pelo trabalho jornalístico. Diante dos desastres, as rotinas produtivas – já desestabilizadas – junto de seus procedimentos rituais de classificação de fontes, de estabelecimento de causas e consequências como forma de evidenciar uma relação de causa-efeito imediata são insuficientes, pois a lógica dos acontecimentos transgride essas noções pré-estabelecidas. O desenrolar dos acontecimentos não é composto apenas de causas que levam a efeitos, mas de causas que levam a outras causas e que promovem um desdobramento no tempo, um prolongamento temporal para o passado e para o futuro. O estatuto das fontes diante dos desastres já vinha sendo questionado por outros autores anteriormente e, agora, avançamos para o entendimento de que esses deslocamentos são orquestrados pelos campos problemáticos do acontecimento, afinal, enquanto pontos de ancoragem do acontecimento na vida social, são eles que movimentam sentidos, impulsionam interpretações e orientam o discurso midiático.

REFERÊNCIAS

- ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo online: em busca do tempo real. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2002. p. 1-12.
- ALMEIDA, Raquel. A voz da imprensa nas primeiras horas da tragédia. In: CALDAS, Graça (Org.). **Vozes e silenciamentos em Mariana: crime ou desastre ambiental**. Campinas, SP: BCCL/UNICAMP, 2017, p. 106-113.
- ALVES, Mariana Carareto. Os desafios para a relação das organizações com a sociedade conectada: Um estudo dos comentários no Facebook da Samarco após o acidente em Mariana (Minas Gerais, Brasil). 2017. 189 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, SP, 2017.
- AMARAL, Luiz. A objetividade jornalística. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- AMARAL, Márcia Franz. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. **Revista Fronteiras (Online)**, 2013.
- _____. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. **Revista Líbero**, v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015. São Paulo: 2015, p. 43- 54
- _____. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. *Revista Contracampo*, n. 26, p. 71-86, 2013.
- AMARAL, Márcia Franz; LOZANO ASCENCIO, Carlos. Palavras que dão a volta ao mundo: a personalização das catástrofes na mídia. **Revista Latinoamericana Comunicación Chasqui**, v. 1, p. 243, 2016.
- _____. Periodismo especializado en desastres medioambientales (PEDMED). In: *Periodismo especializado*. ACCI (Asociación Cultural y Científica Iberoamericana), 2017. p. 123-154.
- ANTUNES, Elton. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, v. 13, n. 1, p. 25-40, 2007.
- ARANTES, Haydêe Sant' Ana; MUSSE, Christina Ferraz. Estado de Minas: Um resgate histórico do jornal dos mineiros. In: *II Encontro Regional Sudeste de História Da Mídia*, 2012, Vila Velha. Anais. Vila Velha: UVV, 2012, p. 109–120. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/0B3BnwqKMhrtcNkRMTm9tWFh5Y3M/view>> Acesso em: 21 set 2017.
- BABO-LANÇA, Isabel. A constituição do sentido do acontecimento na experiência pública. **Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 8-9, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. **Network Journalism**: converging competences of old and new media professionals. 2000. Disponível em: <<http://home.pscw.nl/deuze/pub/9.htm>>_Acesso em: 28 jul 2017

BERGER, Christa. **Campos em confronto**: a terra e o texto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

BERGER, Christa; TAVARES, Frederico. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENNETI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 121-142

BOMFIM, Octavio. A apuração da notícia. **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**. Nº 20. Rio de Janeiro, 1969.

BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas**: estratégias de apropriação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CÂMARA, Marco Túlio P. Para nunca esquecer: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana. 2018. 240 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.

CAMPS, Sibila. **Periodismo sobre catastrofes**: como cubrir catastrofes, emergencias y accidentes en medios de transporte. Paulinas, 1999.

CANAVILHAS, José Messias. **WebJornalismo**: Considerações Gerais Sobre Jornalismo na Web. In: I Congresso Ibérico de Comunicação, Universidade da Beira Interior, Portugal. 1999.

CARNEIRO, Dayana Cristina B. Comunicação Organizacional e Discurso: Disputa de sentidos na *fanpage* da Samarco a partir da ruptura da barragem de Fundão em Mariana-MG. 2017. 320 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2017.

CARVALHO, Douglas Elias. O caso Samarco no Jornal Nacional: narrativa e personagens do maior desastre socioambiental do Brasil. 2018. 116 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

CASTRO, Antônio L. Coimbra de. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília. 1998.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

COSTA, Flavio Ernani. Ciberjornalismo: A retextualização da notícia instantânea no Estado de Minas. 2016. 108 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em

Estudos de Linguagens). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2016.

COTTA, Pery. **Jornalismo**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Rubio, 2005.

DARDE, Vicente William, S. As vozes da Aids na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6399/000529407.pdf>>. Acesso em: 17 de abril de 2017

DAVIES, M. P.; MARTIN, T. Mining Market Cycles and Tailings Dam Incidents. In: **Proceedings of 13th International Conference on Tailings and Mine Waste**, Banff, AB, 2009.

DEUZE, Mark. O jornalismo e os novos meios de comunicação social. **Comunicação e Sociedade**, v 9-10, pp. 15-37, 2006.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1987.

EM recebe prêmio pela cobertura de Mariana. **Estado de Minas**, Minas Gerais. 26 jan 2016. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/01/26/interna_gerais,728323/em-recebe-premio-pela-cobertura-de-mariana.shtml>. Acesso em: 29 jul 2017

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 1991.

ERICSON, Richard V.; BARANECK, Patricia M.; CHAN, Janet B.L. **Negotiating control**: a study of new sources. Toronto: University of Toronto Press. 1989.

FERNANDES, Ana Paula Campos. Vertentes Territorias do Rio Doce: O rompimento da barragem de Fundão e a cobertura jornalística do Diário do Rio Doce. 2017. 130 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território). Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares, MG, 2017.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**: Pistas para percibir el mundo. Paidós, 1993.

FRANÇA, Vera. **Jornalismo e Vida Social**: a história amena de um jornal mineiro. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). **Acontecimento**: reverberações. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FURTADO, Thaís. Formando sujeitos que sabem. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana. **Edição em jornalismo**: ensino, teoria e prática. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 64-77

GANS, Herbert J. **Deciding what's News**: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Nova Iorque: Random House, 1979

GONÇALVES, Emerson Campos. Convergência de mídias: uma análise da união de linguagens em notícias do Portal Uai. 2013. 196p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens), Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.

GONÇALVES, Jurandira Fonseca. Quem fala no jornalismo. In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo Bernardo (orgs.) **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 89-102

HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: TRAQUINA, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Florianópolis: Insular. 2016

JORGE, Thais de Mendonça. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. Editora Contexto, 2008

JORGE, Thaís de Mendonça; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo na Internet: desafios e perspectivas no trinômio formação/universidade/mercado. In: RODRIGUES, Carla. **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, 2009.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Convergência nas redações: mapeando os impactos do novo cenário midiático sobre o fazer jornalístico. In: RODRIGUES, Carla. **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Editora Sulina, p. 57-74, 2009.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 606-622, set./dez. 2015a.

_____. Jornalismo e polifonia: problematizações conceituais e metodológicas. **ALCEU**, v. 16, n.31, p. 155 a 170, jul./dez. 2015b.

LOOSE, E. Jornalismo ambiental em revista: das estratégias aos sentidos. 2010. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/21591>>. Acesso em: 02 nov. 2014

LOZANO ASCENCIO, Carlos. La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los medios de comunicación social (1986-1991). Tesis doctoral. Madrid. Universidad Complutense de Madrid, 1995.

MACHADO, Marcia Benetti. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v.1, n.14, 1-1 janeiro/junho 2006.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. O Discurso jornalístico. Brasília: Compós, 2001. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2001/machado_jacks2001.rtf>. Acesso em 28 jun. 2017. 13 p.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

MANUAL DA REDAÇÃO. Minas Gerais: Estado de Minas.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S.Paulo. 19ª ed. São Paulo: Publifolha, 2013.

MANUAL DE ÉTICA REDACIONAL E ESTILO: organização de Zero Hora. Porto Alegre: L&PM, 1994.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO. 24 ed. São Paulo: Globo, 1997.

MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO O ESTADO DE S. PAULO. 2 ed. São Paulo: Maltese, 1992.

MAROCCO, Beatriz; BERGER, Christa. A dupla falta do editor de jornal, nos livros e nos cursos de jornalismo. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana. **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 17-30

MARTINEZ, Adriana Garcia. A construção da notícia em tempo real. In: FERRARI, Pollyana. **Hipertexto Hipermídia**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13-27

MIANO, Bárbara. Comunicação Organizacional e efeitos pathêmicos do discurso. Caso Samarco: um mar de Lama ou de emoções? 2017. 251 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. Summus Editorial, 1988.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. **News as purposive behavior**: on the strategic use of routine events, accidents and scandals. *American Sociological Review*, 39 (1). 1974

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

OLIVEIRA, Juliana Motta de. Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da boate Kiss. 2016. 172 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo Online, Informação e Memória: Apontamentos para debate. In: Jornadas de Jornalismo Online, Departamento de Comunicação e Artes, Universidade da Beira Interior, Portugal. 2002. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/jol/doc/covilha_palacios.doc>. Acesso em: 28 jul 2017.

PATRÍCIO, Patrícia. Tirando o manual do automático: do mapa objetivo ao território transubjetivo nos caminhos do Jornalismo, 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) Universidade de São Paulo. São Paulo.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PEDROTTI, Janaina Sarah. **Jornalismo em processo: Dinâmicas da cobertura socioambiental na imprensa brasileira**. 2016. 287 p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2016.

PINTO, Ana Estela de Sousa. **Jornalismo diário**: reflexões, recomendações, dicas e exercícios. São Paulo: Publifolha, 2009.

PINTO, Manuel. Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. **Comunicação e Sociedade** 2, Cadernos do Noroeste, Série Comunicação, Vol. 14 (1-2), 2000, p. 277-294

POEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

PUCCININ, Fabiana. **Jornalismo online e prática profissional: Questionamentos sobre a apuração e edição de notícias para web**. Labcom-Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-line, Covilhã, 2003.

QUÉRÉ, Louis. Entre o facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 6, p. 59-76, 2005.

REBELO, José. Prolegómenos à narrativa mediática do acontecimento. **Trajectos**, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, Lisboa, n. 8-9, p. 55-58, 2006.

REJEITADO parecer de 2º turno ao projeto das barragens. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**, Minas Gerais. 09 jul 2018. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2018/07/09_minas_energia_rajeicao_parecer_projeto_barragens.html>. Acesso em: 10 jul 2018

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: Questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular. 2016. p. 51-60

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ROSSI, Michele. Fontes como indicadores de qualidade no produto jornalístico: discussão em matérias sobre o conflito na fazenda Buriti nos jornais O Estado e O Progresso. 2013. 173 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2013.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves dos. Do desastre para o risco: qualidade na cobertura em revistas semanais de informação. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014

SANTOS, Leise Taveira. Narrativas jornalísticas e construção da realidade: O caso Isabella no “tribunal” da mídia. 2012. 188 p. Dissertação (Programa de Pós-

Graduação em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2012.

SANTOS, Manoel Moura dos. Sentidos deslegitimadores e legitimantes do MST no Jornal Nacional. 2004. 134 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2004.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Livraria Minerva Editora. 1997

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

_____. Jornalismo das fontes: a profissionalização da comunicação nas organizações. Revista de Estudos da Comunicação, v. 13, n. 32, p. 245-254, 2012.

SIGAL, Leon V. **Reporters and Officials: the Organization and Politics of Newsmaking**. D.C. Heath and Company: Lexington. 1973

SILVA, Jarbas Vieira da; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. Introdução. In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 23-38

SOLOSKY, John. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalísticos. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular. 2016. p. 133-146

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Ensino de edição em jornais impressos: uma abordagem metodológica. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana. **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p. 31-45

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2012.

_____. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular. 2016. p. 233-246

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular. 2016. p. 111-132

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. Cobertura jornalística sobre desastres no Brasil: dimensões sociopolíticas marginalizadas no debate público. **Disertaciones: Anuario electrónico de estudios en Comunicación Social**, v. 10, n. 2, p. 8, 2017.

WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Giffoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (orgs.). **Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença. 2001.

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO COM OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DIÁRIOS

05/11

- Ocorre o rompimento (15h30) – primeira notícia do EM 21:04
- Inicia-se o resgate
- Jerônimo Castro, diretor Metabase estima: 16 mortos e 40 desaparecidos

06/11

- 00:24 - Funcionário relata tremores às 16h30
- 06:00 - Primeiros documentos: São divulgadas informações do Inventário de Barragem do Estado de Minas Gerais (2014), que apontava alto risco do empreendimento e laudo técnico do Instituto Prístico (2013) que alertava para instabilidade e possibilidade de colapso da estrutura
- 06:00 – Presidente da Samarco divulgou vídeo no dia 5 relatando mobilização da empresa, ainda sem apontar causas
- 06:00 – No dia 5: 1 morte confirmada e pelo menos 10 desaparecidos, Metabase estimava 16 mortes e 35 desaparecidos
- 09:35 - Rejeitos chegaram em Barra Longa
- 11:24 – Rejeitos chegaram na usina de Candonga
- 15:35 – Primeira coletiva de imprensa: barragem passava por obras; 13 funcionários seguem desaparecidos
- 15:56 – 2 mortos e 13 desaparecidos
- 16:35 - 14h15 técnicos fizeram avaliação e não identificaram nenhuma anomalia;
- 17:58 – Informado pela primeira vez o volume de rejeitos: 55 milhões de m³ e 7 milhões de m³ de água, segundo a Samarco.
- 19:10 – relação do desastre com abalos sísmicos é apurada
- 19:25 – Delegacia Especializada em crimes contra o meio ambiente da Polícia Civil de Minas abre inquérito

07/11

- 06:00 – Alerta emitido pelo Serviço Geológico do Brasil: Rejeitos já avançaram 111km e podem chegar ao Espírito Santo
- 06:00 – Estimativas de ontem: 13 trabalhadores desaparecidos (Samarco); 15 operário e entre 10 e 15 moradores de Bento desaparecidos (Metabase). 1 óbito confirmado, segunda morte registrada pode não ter relação com desastre. 500 resgatados ao longo do dia.
- 10:40 – Promotor do MP pedirá suspensão da licença da empresa
- 10:47 – Confirmada segunda vítima fatal
- 13:10 – Corpo de Bombeiros faz buscas em Bento e confirma 23 desaparecidos (13 operários; 10 moradores)
- 13:21 – Rejeitos chegam ao município de Ipatinga, seguindo pela calha do Rio Doce
- 14:04 – 300 pessoas isoladas no distrito de Pedras segundo a Cruz Vermelha
- 16:32 – Sobe para 25 o número de desaparecidos.
- 17:45 – Corpo encontrado na cidade de Rio Doce. Relação com desastre é apurada.
- 18:33 – Número de desaparecidos sobe para 28
- 19:06 – MP do Espírito Santo abrirá inquérito na segunda-feira
- 20:22 – Polícia Civil de Ouro Preto abre inquérito

- 23:16 – Agência Nacional de Águas divulga comunicado em que recomenda suspensão da captação de água do Rio Doce por risco de contaminação.

08/11

- 06:00 – Reunião do MP na manhã do dia 7 definiu: laudo com indicação das causas deve estar pronto em 30 dias;
- 06:00 – Rejeitos não são tóxicos de acordo com pesquisadores da UFOP e UFMG.
- 06:00 – Menino de sete anos teve morte informada pela secretária de educação, mas não confirmada pelo prefeito (corpo não encontrado)
- 06:00 – Lama chegará hoje a Governador Valadares. A cidade e mais 11 podem ter abastecimento de água afetados.
- 09:07 – Lama já passou pela Usina de Baguari e chega à tarde à Governador Valadares,
- 10:11 – Corpo encontrado em Rio Doce é encaminhado para Mariana.
- 11:45 – Governador da coletiva em Mariana: ainda não há indício de causas. Prioridade é encontrar 28 desaparecidos. Não acredita que a causa seja falha no licenciamento ambiental
- 12:26 – Bombeiros encontram corpo na Usina de Candonga
- 12:34 – Exército envia helicópteros para buscas a pedido do governo de Minas
- 13:31 – Governador afirma em coletiva que os 13 operários provavelmente estão mortos
- 14:43 – Serviço Autônomo de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE) de Governador Valadares suspendeu às 13h a coleta de água do Rio Doce.
- 14:55 – Bombeiros encontram corpo perto da Barragem de Fundão
- Primeiras análises do Instituto Mineiro de Gestão de Águas (Igam): turbidez e condutividade elétrica acima do limite legal pela presença de sólido (barro)

09/11

- 10:59 - Governador Valadares interrompe captação de água por conta da lama no Rio Doce
- 11:44 – Primeira manifestação no centro de Mariana (Estudantes da UFOP e Metabase)
- 12:37 - MP determina que Samarco consiga moradia e defina renda mínima mensal para desabrigados
- 14:55 - Cai para 25 número de desaparecidos na tragédia de Mariana.
- 16:24 – Governo de Minas embarga licença da Samarco em Mariana.
- 18: 25 - Atividades da mineradora Samarco em Minas são suspensas após enxurrada
- 19:21 - Terceira vítima de tragédia em Mariana é identificada e 24 ainda estão desaparecidos
- 21:08 - Turbidez de água do Rio Doce está 11 mil vezes superior ao recomendável
- 23:11 - Lama aproxima-se do Espírito Santo e Samarco é intimada a prestar assistência

10/11

- 11:55 - primeira onda de lama chegou à Colatina (ES) na madrugada.

- 11:55 - Três mortes confirmadas, dois corpos passam por análise. 24 desaparecidos.
- 12:48 – 120 animais já foram resgatados em Bento Rodrigues
- 13:32 – Copasa: rompimento afetou abastecimento de 4 cidades
- 13:32 – MPE determina que Samarco pague salário mínimo a desabrigados e dá prazo cinco dias para apresentação de plano de recuperação
- 13:32 – Prefeito de Mariana se diz contra fechamento da Samarco.
- 13:32 – Segunda e terceira vítimas são identificadas. 24 seguem desaparecidos
- 14:00 - Menina de cinco anos é a quarta vítima confirmada. 1 desaparecido é encontrado.
- 14:24 – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, lema/ES intima Samarco a prestar assistência.
- 14:58 – Manifestação de estudantes da Ufop e UFMG
- 18:18 – Primeiras famílias começam a mudar para casas alugadas pela Samarco
- 18:27 – Bombeiros encontram sexto corpo.
- 20:23 – Governador Valadares decreta estado de calamidade pública em função da poluição do Rio Doce
- 22:23 – Santarém e Germano estavam com licenciamento vencido desde 2013 (em processo de revalidação). O de Fundão estaria em dia, informa Semad.

11/11

- 07:49 – Espírito Santo multará Samarco por danos causados.
- 09:10 – Mais três corpos são encontrados
- 10:45 – Acesso a Bento Rodrigues é fechado por risco de rompimento da barragem Germano
- 12:00 – Nova coletiva com Samarco
- 16:37 – Justiça determina que Samarco assuma custos de abastecimento de Governador Valadares
- 19:11 – Prefeitura de Mariana estima dano de 100 milhões entre patrimônio público e privado
- 20:18 – Identificada sexta vítima fatal. 19 ainda estão desaparecidos.
- 21:05 – Ibama multará Samarco em 100 milhões

12/11

- 11:01 – Estudantes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo voltam às aulas em escola municipal de Mariana
- 11:23 – Página de apoio à Samarco gera polêmica no Facebook
- 11:35 – Vazão do Rio Doce diminui e lama fica mais concentrada em Governador Valadares
- 11:36 – Corpo encontrado em Santa Cruz do Escalvado.
- 12:20 – Nova estratégia de busca do Corpo de Bombeiros que recebeu reforço de 65 militares.
- 12:31 – Ministério de Minas e Energia libera 9 milhões adicionais ao orçamento do Departamento Nacional de Produção Mineral para intensificar a fiscalização em 2015 e 2016 de barragens de mineração no quadrilátero ferrífero (e outras medidas)
- 13:56 – Dilma sobrevoa área atingida

- 15:53 – Em coletiva, Dilma afirma que Samarco pagará multa aplicada pelo Ibama e diz que Samarco e suas controladoras são as responsáveis pelo desastre.
- 18:01 - Vale planeja barragem na Grande BH até 15 vezes maior que as duas que romperam
- 18:31 – Manifestantes queimam pneus sobre a linha férrea que transporta minérios da companhia em Governador Valadares em função da interrupção do abastecimento de água
- 19:31 – MPF contratará empresa para contabilizar danos
- 19:37 – Manifestantes ocupam praça de Mariana e fazem caminhada
- 21:01 – Prefeito de Baixo Guandu (ES) ameaça bloquear estrada de ferro da Vale
- 21:07 – Governador do ES entrega proposta de recuperação do Rio Doce
- 21:43 - Justiça determina que Samarco resgate peixes do Rio Doce antes de chegada da lama

13/11

- 09:46 - Governo federal cria comitê para avaliar respostas ao desastre em Mariana
- 10:01 – Análise mostra metais pesados no Rio Doce
- 10:48 – Trecho de ferrovia interditado por prefeito é liberado no Espírito Santo
- 13:18 – Em documento, moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo cobram realocação, pagamento de renda mínima e indenização da Samarco em 30 dias
- 13:21 - Prefeito de Mariana confirma fissura em barragem da Samarco
- 13:30 - Justiça mineira bloqueia R\$ 300 milhões da Samarco
- 14:06 - Sobe para sete o número de mortos na tragédia de Mariana. Ainda 18 desaparecidos.
- 16:17 - Barragem de Germano está abaixo do nível segurança, confirma Samarco
- 17:07 - Prefeito de Mariana vai distribuir dinheiro de doações caso Samarco não pague
- 18:44 - Prefeitura de Valadares diz que Vale enviou água com querosene.
- 19:10 - Bombeiros resgatam mais um corpo em Santa Cruz do Escalvado, na Zona da Mata.
- 21:19 - Sujo de lama, grupo protesta contra a Vale na Grande Vitória
- 21:29 - Índios protestaram em linha férrea de Resplendor.
- 23:53 - Samarco terá 30% de desconto se pagar multas em 20 dias

14/11

- 11:04 - Moradores de Bento Rodrigues aprovam em reunião comissão com seis integrantes para negociar com Samarco e votaram pela reconstrução do povoado.
- 11:35 - Bombeiros cogitam retirar seis nomes da lista de desaparecidos de Mariana pois não são conhecidos pela comunidade.
- 12:03 - Samarco vai pagar um salário mínimo para famílias vítimas da tragédia de Mariana até a próxima sexta-feira.
- 16:06 - Governador anuncia que captação de água no Rio Doce será retomada a partir de segunda-feira.
- 16:22 - Três nomes são retirados da lista de desaparecidos. Número cai para 15.

15/11

- 06:00 - Plano de emergência das barragens de Fundão e Santarém têm falhas.
- 06:00 - Ministério Público estuda ação contra a Samarco.
- 09:59 - Bombeiros resgatam mais um corpo na região de Mariana.
- 12:59 - Moradores de povoado no Vale do Rio Doce fecham BR-381 para exigir água potável.
- 15:15 - Só 15% de barragens com risco fizeram plano de emergência.
- 15:23 - Ibama quer mudar lei para ampliar multas ambientais. Teto é de 50 milhões para cada auto de infração.
- 17:44 - Mais duas famílias recebem imóvel da Samarco nesta segunda-feira. Em nota, empresa disse que já foram localizados 300 imóveis nas zonas urbana e rural de Mariana
- 18:03 - Governador Valadares volta a ter captação de água.

16/11

- 09:01 Cientistas articulam análises autônomas do desastre de Mariana
- 09:31 Sebastião Salgado apresenta a Dilma projeto para recuperação do Vale do Rio Doce
- 09:46 - Moradores vão escolher onde será construído novo Bento Rodrigues. Comissão se reuniu com o prefeito de Mariana nesta segunda pela primeira vez.
- 11:03 - Deputados são escolhidos para investigar tragédia em Mariana. O vice, João Magalhães, além de financiado por mineradoras em campanhas eleitorais, responde a dezenas de processos na Justiça
- 11:32 - Lama das barragens de Mariana chega matando peixes em Aimorés.
- 12:05 - Pesquisadores vão elaborar relatório independente sobre danos ambientais no Rio Doce.
- 12:06 - Samarco afirma que segunda barragem não se rompeu, mas sofreu erosão. Prefeito de Mariana diz que preocupação aumentou, agora com o risco de duas barragens estourarem
- 12:31 - Mais um corpo é resgatado em Mariana. 15 desaparecidos, 7 mortes confirmadas.
- 13:57 - Ministro do Desenvolvimento Agrário promete perdão de dívida para agricultores familiares atingidos por barragem.
- 14:32 - Crianças vítimas da tragédia em Mariana voltam às aulas.
- Bombeiros ainda buscam por 9 funcionários da Samarco e 3 moradores de Bento Rodrigues.
- 16:05 - Polícia faz coleta de material genético de 10 familiares das vítimas desaparecidas em MG.
- 16:21 - Samarco terá de reservar R\$ 1 bilhão para reparação emergencial de danos. Termo de compromisso preliminar foi assinado nesta tarde com MP Estadual e Federal
- 16:53 - Samarco começará a pagar salário mínimo às famílias em dezembro. MP deu o prazo até segunda-feira para a mineradora apresentar um plano definitivo de alocação das famílias.

17/11

- 06:00 - Barragem de Santarém volta a preocupar autoridades. Estrutura pode se romper e causar outro desastre ambiental
- 06:00 - Seguro da mineradora Samarco é questionado na Câmara dos Deputados.

- 06:00 - Recuperar estragos após rompimento de barragem levará anos, admite Vale, que contratou empresa da Bélgica para avaliar extensão do dano.
- 06:00 - Rejeitos de minérios em estado líquido podem ser uma das causas de catástrofe ambiental.
- 08:40 - Mais famílias de Bento Rodrigues deixam hotéis e vão para casas alugadas.
- 09:57 - População de Paracatu de Baixo pede reconstrução de povoado
- 11:11 - Grupo de moradores de Mariana planeja manifestação em defesa da Samarco
- 12:46 - Ação Civil Pública cobra da Samarco indenização de R\$ 10 bilhões.
- 14:01 - Recuperação de barragens ameaçadas em Mariana só ficará pronta no ano que vem.
- 15:41 - Governo de Minas decreta situação de emergência na Região do Rio Doce.
- 17:39 - PF abre inquérito para investigar tragédia com barragem em Mariana.
- 19:49 - Vale diz que laudo descarta querosene em água enviada a Governador Valadares
- 20:02 - Em protesto, grupo de moradores de Mariana defende mineradora
- 21:49 - Samarco não treinou comunidade, dizem moradores e MPE

18/11

- 06:00 - Acesso restrito às barragens da Samarco trava investigação. Local não foi liberado pela defesa civil
- 06:00 - Rejeitos de minério ameaçam "Amazônia marinha".
- 06:00 - Samarco admite que barragens correm risco de rompimento; chuva agrava situação.
- 06:00 - MP exige dados diários sobre estabilidade de barragens
- 06:00 - 'Exemplo' de gestão ambiental, Samarco coleciona histórico de infrações.
- 09:28 - Oito famílias voltam a Bento Rodrigues para buscar pertences.
- 09:49 - Colatina já tem esquema pronto para lama
- 10:24 - Sem aula, cerca de 400 estudantes de Mariana podem ter férias adiadas.
- 12:01 - Colatina recebe da Samarco 30 toneladas de produto para tratar água
- 12:20 - No Espírito Santo, rejeitos da Samarco avançam pela hidrelétrica de Mascarenhas
- 16:47 - Caminhões chegam com móveis que ficarão guardados em contêineres na Samarco até que as famílias sejam relocadas
- 18:58 - Polícia recolhe cópias de projetos da barragem que estourou em Mariana.
- 19:48 - Chegada da lama faz Colatina suspender captação de água do Rio Doce.
- 23:47 - Samarco é multada em R\$ 112 milhões pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente.

19/11

- 06:00 - Samarco eleva estado de alerta da barragem de Santarém para nível 1
- 09:34 - Justiça Federal dá prazo de 24 horas para Samarco impedir que lama chegue ao litoral. Caso não cumpra a determinação judicial, a mineradora terá de pagar multa diária de R\$ 10 milhões
- 09:37 - BHP promete descobrir a causa do rompimento da barragem em Mariana
- 11:06 - Mais cinco famílias voltam a Bento Rodrigues para recolher pertences.

- 11:07 - Prefeito quer que buscas por desaparecidos em Bento Rodrigues continuem.
- 11:33 - Lama chega ao centro de Colatina e equipe de bombeiros tem reforços para distribuir água
- 15:05 - MP quer que Igam disponibilize informações sobre a qualidade da água do Rio Doce.
- 15:49 - Presidente da Samarco consegue habeas corpus para não ser preso.
- 17:15 - Bombeiros localizam restos mortais no Rio Doce.
- 17:19 - Samarco usa boias para conter danos na foz do Rio Doce.
- 17:54 - Helicóptero é solicitado para ajudar em buscas na região de São José do Goiabal. Dois corpos foram avistados num sobrevoo, boiando no Rio Doce.
- 19:19 - MP estuda pedir a prisão do presidente da Samarco.
- 21:42 – Governador de MG cria comissão para tratar de tragédia e responsabiliza Samarco.
- 23:54 - Força-tarefa vai avaliar perdas da agropecuária com tragédia.

20/11

- 09:42 - Batalhão aéreo dos bombeiros auxilia moradores isolados por tragédia em Mariana.
- 11:48 - Samarco descumpriu exigências do Ibama ao construir barragem que rompeu.
- 12:02 Familiares de desaparecidos em tragédia de Mariana pedem que buscas continuem.
- 13:40 Lama de rejeitos afetou pelo menos mil hectares de áreas de preservação permanente.
- 13:54 - Nova ação popular pede o bloqueio de R\$ 2 bilhões da Samarco.
- 14:04 - Bombeiros asseguram que buscas por desaparecidos em Bento Rodrigues vão continuar.
- 18:25 - Em Mariana, carro de som pede retomada das atividades da Samarco.
- 19:01 - Identificado corpo de funcionário da Samarco e mais um encontrado.
- 21:30 - MPF recomenda que Samarco identifique e dê assistência a atingidos na região de Valadares.

21/11

- 06:00 - Sem notícias e desesperados, parentes dos 11 desaparecidos pedem que buscas continuem.
- 06:00 - Após casos de diarreia, nova estação de tratamento de água será feita em Galileia. Mineradora Samarco será a responsável pela construção.
- 06:00 - Valor de mercado da Vale desaba R\$ 13,4 bilhões.
- 10:01 - Juiz determina escoamento de rejeitos
- 11:49 - Manifestantes entregam abaixo-assinado para prefeito pedindo permanência da Samarco em Mariana.
- 17:10 - Rejeitos da barragem da Samarco chegam a Vila de Regência, a 120 quilômetros de Vitória, onde fica a Foz do Rio Doce, e já mancham o Oceano Atlântico

APÊNDICE B - MATÉRIAS PUBLICADAS NA PRIMEIRA FASE

Nº	Título	Data	Horário
M1	Fotos e vídeo: barragem se rompe e enxurrada de lama destrói distrito de Mariana	05/11	21:04
M2	Avalanche de lama destrói distrito de Mariana após rompimento de barragem	05/11	21:23
M3	Com dificuldade de acesso resgate a feridos em Mariana avança na madrugada	05/11	21:31
M4	Bombeiro relata destruição em Bento Rodrigues	05/11	23:25
M5	Funcionário relata que tremores foram sentidos horas antes da tragédia	06/11	00:24
M6	Barragem que rompeu em Mariana era empreendimento de alto risco	06/11	06:00
M7	Empresa admite tragédia com barragens em Mariana e não confirma causas	06/11	06:00
M8	População já inicia rede de solidariedade para ajudar vítimas de tragédia em Bento Rodrigues	06/11	06:00
M9	Relatório indica que 8% das barragens de contenção em Minas não são seguras	06/11	06:00
M10	"Vi minha casa coberta de lama": sobreviventes de tragédia em Mariana relatam cenário de horror	06/11	06:00
M11	Barra Longa é atingida pela lama de rompimento de barragens	06/11	09:35
M12	Sobreviventes resgatados de Bento Rodrigues dão depoimentos emocionados	06/11	09:55
M13	Força tarefa fará varredura em busca de sobreviventes em Bento Rodrigues	06/11	12:33
M14	Operador de retroescavadeira está desaparecido em Bento Rodrigues	06/11	12:49

M15	Professores salvaram alunos de escola em Bento Rodrigues: veja o depoimento	06/11	13:05
M16	Rompimento de barragens destrói também patrimônio histórico em Minas	06/11	15:15
M17	Barragem que se rompeu passava por obras, afirma Samarco	06/11	15:35
M18	"Nossa preocupação é atender desabrigados e localizar vítimas", diz Pimentel	06/11	15:56
M19	Moradores só foram alertados pela mineradora sobre enxurrada de lama por telefone	06/11	16:35
M20	Quantidade de rejeitos despejados por mineradora equivale a quase nove lagoas da Pampulha	06/11	17:58
M21	MP cogita revogação da licença de operação da Samarco	06/11	18:26
M22	Especialistas apuram relação de tremores com desastre em barragens	06/11	19:10
M23	Cerca de 50 animais são resgatados em tragédia em Bento Rodrigues	06/11	19:41
M24	Barra Longa cidade vizinha a Mariana foi tomada pela lama	06/11	19:55
M25	Família faz apelo em busca de criança desaparecida na tragédia em Bento Rodrigues	06/11	20:10
M26	Moradora de Mariana procura marido que trabalhava na barragem	06/11	23:50

APÊNDICE C – MAPEAMENTO DE LOCUTORES NA PRIMEIRA FASE

L	Fonte	Tipo
L1	Fernando Pimentel - Governador de Minas	Governamental
L2	Promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto	Governamental
L3	Duarte Júnior - Prefeito de Mariana	Governamental
L4	Elenice Antunes - voluntária Policlínica	Voluntário
L5	Jerônimo Castro Filho - Diretor Metabase	Sindical
L6	Tenente dos Bombeiros Roberto Dutra	Bombeiros
L7	Andrew Oliveira Gomes - funcionário de terceirizada da Samarco	Mineradora
L8	Andréa Zhouri - Estudos em Temáticas Ambientais UFMG	Especialista
L9	Paulo André Barros - geógrafo Arca Amaserra	Especialista
L10	Ricardo Vescovi - presidente da Samarco	Mineradora
L11	Douglas Couto - assessor da Prefeitura de Mariana	Governamental
L12	Emídio Vieira - encarregado de uma rede de alojamentos em Itabirito	Voluntário
L13	Fabiano, cantor	Notável
L14	Wenderson de Paula, morador de Santa Rita Durão	Voluntário
L15	Ricardo Motta - biólogo, professor UFMG	Especialista
L16	Fernando Santos, morador de Mariana	Afetado
L17	Cleiton Jaques, morador de Mariana	Afetado
L18	Sidney Paula, morador de Mariana	Afetado
L19	Ronaldo Xavier, morador de Mariana	Afetado
L20	Fabiana Sabreira, moradora de Mariana	Afetado
L21	Germano Vieira, assessor do gabinete do prefeito de Barra Longa	Governamental
L22	Altieris Caetano, morador de Bento Rodrigues	Afetado
L23	Marcone Souza, morador de Bento Rodrigues	Afetado

L24	Jefferson Inácio, morador de Bento Rodrigues	Afetado
L25	Adair Mariano, morador de Bento Rodrigues	Afetado
L26	Coronel Luiz Henrique Moreira Comandante-geral do Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L27	Ana Cecília Moraes, moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L28	Paulo Leandro Eleutério, Professor de Educação Física da Escola Municipal de Bento Rodrigues	Afetado
L29	Miriam Guimarães, secretária da Escola Municipal de Bento Rodrigues	Afetado
L30	Arquidiocese de Mariana	Igreja
L31	Germano Silva - gerente geral de projetos e coordenador do plano de ações emergenciais da Samarco	Mineradora
L32	Gilcione Costa - professor da Universidade Federal de Minas Gerais	Especialista
L33	Carla Sassi – veterinária	Voluntário
L34	Fernando Magalhães - Prefeito de Barra Longa	Governmental
L35	Rômulo Fernandes de Almeida, morador de Barra Longa	Afetado
L36	Mariana Denise Monteiro, moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L37	Jaqueline Dutra, moradora de Mariana	Afetado

APÊNDICE D – CITAÇÕES DIRETAS NA PRIMEIRA FASE

Fonte	Enunciações (Citações Diretas)	Pontos de vista sobre causas	Pontos de vista sobre desdobramentos
Fernando Pimentel, Governador de Minas Gerais (L1)	<p>“A Defesa Civil e outros órgãos competentes estão enviando todos os esforços para prestar os primeiros socorros e todo atendimento necessário à população do distrito, ainda de difícil acesso, em razão dos estragos causados pela inundação” (M1)</p> <p>“Nas localidades, não temos ainda o levantamento, aguardamos cadastramento da prefeitura. Nossa preocupação é atender desabrigados e localizar vítimas” (M17)</p>		Ainda não é possível dimensionar
Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça (L2)	<p>“Trata-se de uma tragédia sem precedentes na história de Minas Gerais” (M2)</p> <p>“Nenhuma barragem rompe por acaso” (M6)</p> <p>"Vamos rezar para não haver um grande número de pessoas atingidas" (M6)</p> <p>Afirma que qualquer empreendimento desta natureza “deve levar em consideração a segurança e prevê que elas tenham segurança, mesmo com um evento desta natureza” (M21)</p> <p>“Vamos apurar de maneira transparente e rigorosa quais são as causas desta tragédia para que seja dada uma resposta à comunidade de Mariana e Bento Rodrigues para saber o que de fato houve. Uma barragem, um empreendimento desta natureza e desta magnitude não rompe sem ter</p>	Não foi por acaso; O empreendimento não era seguro; Há falhas no processo de fiscalização	Resta ter fé

	<p>motivo”, disse o promotor” (M21)</p> <p>“O estado tem que fiscalizar e deve se aparelhar. Não somente aprovar licenciamento sem ir ao local, o que infelizmente tem ocorrido”, conta. (M21)</p>		
<p>Duarte Júnior, Prefeito de Mariana (L3)</p>	<p>“Estou muito desnortado, foi uma catástrofe. Todos estão desnortados. Estamos pedindo a Deus para que as pessoas tenham conseguido sair dos locais mais atingidos a tempo” (M3)</p> <p>“Ninguém pode sofrer uma tragédia dessas e não saber onde vai ficar” (M3)</p>		<p>Resta ter fé; Há desabrigados.</p>
<p>Elenice Antunes - voluntária da policlínica de Santa Rita Durão (L4)</p>	<p>"Aqui o atendimento é relativamente mais tranquilo porque é mais para pessoas que estão nervosas e que tiveram escoriações leves. Os mais graves estão indo para Mariana" (M3)</p>		<p>Há feridos.</p>
<p>Jerônimo Castro Filho, um dos diretores do Metabase (L5)</p>	<p>“O que aconteceu foi uma irresponsabilidade” (M3)</p> <p>“Não temos até agora informação sobre as crianças dessa escola. Todas as informações estão sendo sonegadas e ninguém tem agora oficialmente a dimensão desse acidente, mas sabemos que o distrito de Bento Rodrigues não existe mais” (M3 – Sobre escola municipal atingida pelos rejeitos)</p>	<p>Não foi por acaso.</p>	<p>Bento Rodrigues não existe mais; Ainda não há dimensão dos danos; Não há acesso às reais informações</p>
<p>Roberto Dutra, Tenente dos Bombeiros (L6)</p>	<p>“Vi uma cena que, em 30 anos de profissão não tinha visto. Fio um tsunami de lama, árvores e pedras que rompeu da barragem e destruiu toda a comunidade de Bento Rodrigues. E a tragédia emocional é ainda maior que os estragos” (M4)</p> <p>“Vi pessoas abaladas com o estrago e os parentes desaparecidos” (M4)</p>		<p>Bento Rodrigues não existe mais; A tragédia emocional é maior.</p>

	“As vítimas contaram que de repente, no fim da tarde, escutaram um estrondo e logo após viram uma movimentação de terras. Procuraram se proteger como dava, subiram em carros, caminhões, casas e muros” (M4)		
Andrew Oliveira Gomes, funcionário de terceirizada da Samarco (L7)	"Quando olhei para baixo, o chão estava todo rachado" (M5)		
Andréa Zhouri, coordenadora do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA-UFMG) (L8)	“Há falhas no processo de licenciamento e também no monitoramento” (M6)	Há falhas no processo de fiscalização.	
Paulo André Barros, geógrafo da ONG Arca Amaserra (L9)	“As barragens de terra não são seguras. O risco é muito alto” (M6)	As barragens não são seguras.	
Ricardo Vescovi, Presidente da Samarco (L10)	<p>“As autoridades foram devidamente informadas e as equipes responsáveis já estão no local prestando assistência” (M2)</p> <p>“Nós lamentamos profundamente e estamos muito consternados com o que aconteceu, mas estamos absolutamente mobilizados para conter os danos causados por este trágico acidente” (M7)</p> <p>“Entramos em contato com as autoridades, conforme o plano. Em seguida, tivemos o rompimento da Santarém (segunda barragem), que é de água e fica após a barragem de Fundão. Esse rompimento da barragem de rejeitos, em seguida, provoca uma onda que se propaga e atinge a</p>	O empreendimento estava regularizado.	

	<p>comunidade de Bento Rodrigues” (M16)</p> <p>“A obra é natural para operações de rotinas da barragem e o alteamento da barragem de Fundão, que é um alteamento licenciado dentro de todos os protocolos do Estado de Minas Gerais” (M16).</p> <p>“Importante relatar que essas operações das barragens de Fundão e Santarém são regulares, licenciadas, monitoradas dentro do melhor padrão que a gente conhece, dentro do que a técnica preconiza” (M16)</p>		
Douglas Couto, Assessor da Prefeitura de Mariana (L11)	"O mais importante é acolher as famílias que perderam tudo no acidente , por isso a necessidade desse tipo de ajuda" (M8)		Famílias perderam tudo.
Emídio Vieira, encarregado de uma rede de alojamentos em Itabirito (L12)	"Só tenho uma picape e não consigo levar tudo. São mais de 100 colchões e camas que podem ajudar quem perdeu tudo" (M8)		Famílias perderam tudo.
Fabiano, cantor (L13)	Ao saber da tragédia, o cantor Fabiano, da dupla com César Menotti, gravou um vídeo para o EM para prestar sua solidariedade. O cantor é filho de garimpeiro que trabalhou em Bento Rodrigues por muitos anos. "Tenho um carinho enorme por ali, onde passei minha infância. Eu conheci, eu gosto daquele lugar. Tenho momentos maravilhosos de recordação. Estou com um pesar muito grande de ver tudo isso acontecer", frisou o sertanejo. (M8)		
Wenderson de Paula, morador de Santa Rita Durão	"Tivemos que passar por cima de paus que a gente atravessou na lama para resgatar as pessoas. Conseguimos tirar por volta de 20 pessoas. Outras tantas foram retiradas		A cidade não existe mais Não foi possível salvar todos

(L14)	<p>por policiais e bombeiros" (M8)</p> <p>"Fui um dos primeiros a chegar ao local da tragédia. Estava tudo um caos. Só dava pra ver os telhados de algumas casas. A cidade foi destruída" (M8)</p> <p>"Tem muita gente morta. Os moradores devem estar sob o lamaçal" (M8)</p>		
Ricardo Motta Pinto Coelho, biólogo e professor do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da UFMG (L15)	<p>(As barragens) "Não deveriam romper. É um exemplo incorreto, indica que, em muitos empreendimentos, faltam planos ambiental e estrutural. Em Minas, nós já tivemos grandes tragédias, como a ocorrida em São Sebastião das Águas Claras (Macacos), na Região Metropolitana, em Miraf e Cataguases, na Zona da Mata" (M9)</p> <p>"Em alguns casos, é muito comum encontrar mineradoras que estejam com as licenças em dia, há muitas com pendências. A mineração é uma atividade muito importante economicamente, mas precisa de mais fiscalização do ponto de vista ambiental. Elas investem muito em marketing, mas, na verdade, não fazem investimentos em sustentabilidade. Muitas vezes, as mineradoras se comportam como se estivessem acima da lei" (M9)</p> <p>"É preciso reaver muitas práticas do setor de mineração e fazer o monitoramento rigoroso, pois pode haver alta contaminação por zinco, arsênio e outros metais pesados. O governo não está aplicando a legislação, e as mineradoras, então, aproveitam brechas na lei. Há também muita conivência entre mineradoras e municípios. E pior: as mineradoras não têm transparência, sem publicar na internet informações sobre as barragens" (M9)</p>	Há falhas no processo de fiscalização	
Fernando Santos, morador de Mariana	"Perdi tudo, mas, graças a Deus, minha esposa e minha filha		"Perdi tudo"; Moradores ficaram ilhados;

(L16)	<p>estão bem, eu estou bem” (M10)</p> <p>“Eu estava trabalhando, fui avisado e saí correndo. Foram horas de angústia, quase seis. Ficamos ilhados” (M10)</p> <p>“De lá, felizmente consegui falar com minha mulher pelo telefone. Ela estava em outra parte alta, com minha filha. Elas estavam assustadas, mas bem” (M10)</p>		Moradores vivem angústia sem informações sobre parentes
Cleiton Jaques, morador de Mariana (L17)	“Eu e um colega conseguimos abrir uma trilha no meio do mato e subimos. Acho que muita gente escapou desse mesmo jeito. Ao chegar à parte alta, havia por lá cerca de 200 pessoas” (M10)		
Sidney Paula, morador de Mariana (L18)	“Passei oito horas de agonia, sem notícias deles [dos pais]” (M10)		Moradores vivem angústia sem informações sobre parentes.
Ronaldo Antunes Xavier, morador de Mariana (L19)	“Um dos sobreviventes contou que meu irmão estava trabalhando num dos dois tratores que foram arrastados. Até agora, ninguém falou nada para a gente. Fui até a portaria da Samarco e nos direcionaram para cá (a Arena). Fomos ao hospital e nos mandaram de volta. A esposa dele está em estado de choque. Tem dois filhos. Está desesperada” (M10)		Moradores vivem angústia sem informações sobre parentes.
Fabiana Conceição Sabreira, moradora de Mariana (L20)	“Peguei a estrada e estava totalmente interditada por causa da lama. De lá vi minha casa inteiramente coberta. Liguei para meu pai, ele me buscou e fomos por outro caminho” (M10)		“Perdi tudo”;
Germano Vieira, Assessor do gabinete do prefeito de Barra Longa	“A gente já esperava isso. Teve gente que perdeu casas nas comunidades (Gesreira e Barretos, a 16 e 22 quilômetros de Barra Longa, respectivamente). Aqui no centro, quintais, muros derrubados, campos de futebol, derrubaram tudo”		Famílias perderam tudo

(L21)	(M11)		
Altieris Caetano, morador de Bento Rodrigues (L22)	"Teve uma senhora que não quis sair. Foi tentar buscar documentos. Outro senhor se fechou em casa e disse que a água não iria entrar. Não deu pra salvar todo mundo. Pelo menos quatro conhecidos morreram" (M12)		Não foi possível salvar todos
Marcone de Souza, morador de Bento Rodrigues (L23)	"Foi como um filme de terror. Gente gritando, correria. Ouvimos zueira (sic) e muito barulho. Subimos em uma pedra alta e só deu pra ver a lama vindo muito rápido. Só deu tempo de salvar a vida. Não dá pra pensar em pegar nada. Vi gente ficando para trás e que não dava pra ajudar. É um sentimento horrível. Nem sei ao certo quantos morreram e quem são. Agora é Deus que sabe né. Aqui não dá pra ficar mais" (M12)		A "lama" veio rápido e sem aviso; Não foi possível salvar todos; Resta ter fé
Jefferson Inácio, morador de Bento Rodrigues (L24)	"Salvamos umas 12 pessoas. Incluindo três crianças. Tivemos que pular no barro e tiramos as pessoas de dentro da lama. Estávamos tentando socorrer familiares e os bombeiros e a polícia dificultando quando deveriam estar nos ajudando. Disseram que iam nos prender se passássemos. Era nossa família gritando. Tinha gente a poucos metros e fomos nós que pulamos no barro e entramos no meio do mato" (M12)		
Adair Mariano, morador de Bento Rodrigues (L25)	"Quem não acredita em Deus, passou a acreditar depois do que aconteceu aqui. Minha sogra, cunhada e sobrinha estavam numa casa mais pra baixo do que a minha. Minha mulher ficou desesperada e meu filho pegou o carro correndo para salvá-las. Dez minutos atrasado e não tinha dado tempo" (M12) "Aqui agora fica só na lembrança né? Não dá pra morar mais. A cidade foi devastada. Escola, posto médico... Foi tudo pra debaixo da lama. Precisamos (os moradores) de		A "lama" veio rápido e sem aviso; Bento Rodrigues não existe mais

	uma resposta da empresa" (M12)		
Comandante-Geral do Corpo dos Bombeiros, Coronel Luiz Henrique Gualberto Moreira (L26)	<p>Sobre as causas do rompimento: "Será necessário um trabalho muito científico", disse, adiantando que o rompimento das barragens causou um dano ambiental gigantesco. "Os dejetos desceram numa extensão de aproximadamente 30 quilômetros a partir do local do sinistro. Ainda estamos tentando mensurar toda a área afetada" (M13)</p> <p>"Vamos descer ao longo da barragem à procura de pessoas desaparecidas e de possíveis feridos" [...] "Estamos fazendo a recontagem. Acredito que no meio da tarde vamos ter um número exato. Inicialmente, seriam 10 desaparecidos no distrito de Bento Rodrigues e mais 14 funcionários da empresa Samarco. Mas esses números ainda não são os oficiais" (M13)</p> <p>"Os bombeiros estão passando nas comunidades e vendo se alguém ficou para trás. Infelizmente, neste tipo de acidente, é comum as pessoas voltarem para buscarem documentos ou animais de estimação e não conseguirem voltar" (M13)</p>	Ainda é cedo para definir as causas.	Ainda é cedo para mensurar os danos e o número de vítimas.
Ana Cecília Aires Moraes, moradora de Bento Rodrigues (L27)	<p>"Ninguém sabe nada, ninguém diz nada" (M14)</p> <p>Sobre cunhado desaparecido: "Temos esperança. Falei para o meu marido que não devemos desistir. Mas me pergunto: e se ele estiver morto, será que vão encontrar o corpo? É tudo muito ruim, com muito sofrimento" (M14)</p>		Moradores vivem angústia sem informações sobre parentes; Não há retorno e acesso à informações.
Paulo Leandro Freitas Eleutério, Professor de Educação Física da Escola Municipal de	<p>"Foi a noite mais longa da minha vida" (M15)</p> <p>"Foi a conta da gente escapar [sobre aviso dado pelo marido da diretora]. Deixamos a escola e fomos para a parte mais alta. Uns cinco minutos depois ela foi tomada pela lama"</p>		A "lama" veio rápido e sem aviso;

Bento Rodrigues (L28)	(M15) "Mas ele [barulho] foi aumentando e quando resolvi sair para ver o que era vi a diretora gritando para todo mundo sair e um onda de poeira muito grande e muita lama chegando" (M15) "Foi um desespero. As crianças chorando querendo os pais e a gente gritando e mandando correr" (M15)		
Miriam Guimarães, secretária da Escola Municipal de Bento Rodrigues (L29)	"A impressão que eu tinha é que estavam vindo atrás da gente" (M15) "Vimos a água encobrindo a escola e tudo na lama. Ônibus, caminhão os telhados ficaram no meio da lama", descreveu a secretária da escola. "Só via água cobrindo Bento" (M15)		Bento Rodrigues não existe mais
Arquidiocese de Mariana (L30)	"Manifestamos nossa mais sentida solidariedade às famílias que tiveram suas casas e seu bens destruídos e às que choram a morte de seus entes queridos, vítimas dessa catástrofe de proporções incalculáveis" (M16)		
Germano Silva, Gerente-Geral de projetos e coordenador do plano de ações emergenciais da Samarco (L31)	"Não temos condições de afirmar nada neste momento. Estamos iniciando o processo de investigação técnica para chegar as causas" (M17) "A obra que está sendo feita é uma preparação para o alteamento da barragem. A barragem é alteada com o próprio rejeito. Ela possui licenciamento e atende as normas técnicas brasileiras e internacionais. No momento, estávamos construindo um dreno interno" (M17)	Ainda é cedo para definir as causas; O empreendimento estava regularizado.	
Gilcione Costa, professor da Universidade Federal de Minas	"Se pensarmos em uma piscina cuja base fosse um campo de futebol de 90x70 metros, ele teria 10 quilômetros de altura. Assim, se o Mineirão tiver 100 metros de altura, são		

Gerais (L32)	quase 100 estádios” (M20)		
Carla Sássi, veterinária (L33)	<p>“Infelizmente, muitos animais morreram. Um senhor me contou que, só ele, perdeu cinco éguas com potros”. “Teve gente que não aceitou sair de casa sem levar os animais”. “Um poodle e um SRD (sem raça definida) foram encontrados bastante machucados. A nossa equipe fez o atendimento e eles foram encaminhados a uma clínica em Ouro Branco” (M23)</p> <p>“O estrago foi devastador” (M23)</p>		Não foi possível salvar a todos
Fernando Magalhães, Prefeito de Barra Longa (L34)	“E não temos nem R\$ 1. Só temos coragem”. Ele acrescentou que “do distrito de Gesteira, só sobrou a igreja” (M24)		Só resta a coragem; A localidade foi totalmente destruída/não existe mais.
Rômulo Fernandes de Almeida, morador de Barra Longa (L35)	Sobre a chegada dos rejeitos em Barra Longa: “Ninguém falou nada. Eram só boatos” (M24)		A “lama” veio rápido e sem aviso;
Mariana Denise Izabel Monteiro, moradora de Bento Rodrigues (L36)	<p>Sobre o desaparecimento da sobrinha: “Pedimos a colaboração de todos, a família está sofrendo muito” (M25)</p> <p>“Na hora que a lama chegou, meu irmão estava dentro de casa com os dois (os filhos Nicolas, de 2 anos, e Emanuely, de 5). A mãe deles estava na escola. Na hora que ele viu, pegou os dois e saiu correndo para procurar um lugar alto, mas a lama derrubou todo mundo e os meninos se perderam” (M25)</p>		A “lama” veio rápido e sem aviso; Não foi possível salvar a todos
Jaqueline Aparecida Dutra, moradora de	“Não tenho nenhuma notícia sobre o meu marido, que estava trabalhando no ponto mais crítico da barragem” (M26)	Não haviam problemas nas obras	Moradores vivem angústia sem informações sobre parentes; Não há retorno e acesso à

Mariana (L37)	Sobre problemas nas obras realizadas na barragem: “Pelo contrário. Ele ficava espantado de ver que o trabalho era muito bem feito e achava que as obras poderiam terminar antes do prazo previsto para a empreitada. A empresa reforçou a equipe para trabalhar em dois turnos tentando acabar a obra antes da temporada de chuvas” (M26)	da barragem.	informações.
---------------	---	--------------	--------------

APÊNDICE E – QUADROS DE ENUNCIADORES NA PRIMEIRA FASE

Enunciador	Denominação	Locutores
E1	Acidente	L5 (Sindical); L10 (Mineradora); L11 (Governamental); L26 (Bombeiros)
E2	Tragédia	L2 (Governamental); L3 (Governamental); L14 (Voluntário)
E3	Relaciona com causas naturais (Inundação, tsunami de lama)	L1 (Governamental); L6 (Bombeiros)
E4	Irresponsabilidade	L5 (Sindical)
E5	Catástrofe	L30 (Igreja)

Enunciador	Causas	Locutores
E1	Os motivos eram internos: empreendimento inseguro/faltava fiscalização	L2 (Governamental); L8 (Especialista); L9 (Especialista); L15 (Especialista);
E2	Os motivos eram externos: o empreendimento era regular/não haviam falhas	L10 (Mineradora); L31 (Mineradora); L37 (Afetado)
E3	Ainda é cedo para saber	L26 (Bombeiros); L31 (Mineradora)

Enunciador	Desdobramentos	Locutores
E1	Ainda é cedo para dimensionar os danos/vítimas	L1 (Governamental); L5 (Sindical); L26 (Bombeiros);
E2	Só restou a fé/esperança/coragem	L2 (Governamental); L3 (Governamental); L23 (Afetado); L34 (Governamental)
E3	A localidade não existe mais	L5 (Sindical); L6 (Bombeiros); L14 (Voluntário); L25 (Afetado); L29 (Afetado); L34 (Governamental)
E4	Veio sem aviso/não foi possível salvar a todos	L14 (Voluntário); L22 (Afetado); L23 (Afetado); L25 (Afetado); L28 (Afetado); L33 (Voluntário); L35 (Afetado); L36 (Afetado);

E5	"Perdi tudo"/ Famílias perderam tudo	L11 (Governamental); L12 (Voluntário); L16 (Afetado); L20 (Afetado); 21 (Governamental)
E6	Não há retorno/informação sobre vítimas e como proceder	L5 (Sindical) L18 (Afetado); L19 (Afetado); L27 (Afetado); L37 (Afetado);

APÊNDICE F – MATÉRIAS PUBLICADAS NA SEGUNDA FASE

Nº	Título	Data	Horário
M1	Bombeiros chegam ao centro de Bento Rodrigues à procura de corpos	08/11	16:12
M2	O último abraço de um menino antes de ser engolido pela lama em Minas	08/11	17:51
M3	Investigação em Mariana ainda não inclui visita ao local de desmoronamento	08/11	18:49
M4	Rompimento das barragens da Samarco destruiu também peças sacras do barroco mineiro	08/11	00:12
M5	Buscas por desaparecidos em Bento Rodrigues desafiam bombeiros	09/11	06:00
M6	Especialistas alertam sobre perigos à saúde de quem teve contato com a lama em Mariana	09/11	06:00
M7	Ministério Público e OAB preveem punições pelo rompimento das barragens em Mariana	09/11	06:00
M8	Vítimas da tragédia em Mariana levam vida improvisada em hotéis	09/11	06:00
M9	Voluntários salvam animais atingidos pelo rompimento das barragens em Mariana	09/11	06:00
M10	Corpo encontrado em Mariana é de caminhoneiro que trabalhava em mineradora	09/11	08:09
M11	Após internação, prefeito de Mariana divulga vídeo e diz que passa bem	09/11	08:35
M12	Buscas por vítimas de tragédia em Mariana entram no quarto dia	09/11	08:54
M13	Espírito Santo cria comitê de emergência e inicia obra	09/11	09:01
M14	Governador Valadares interrompe captação de água por conta da lama no Rio Doce	09/11	10:59

M15	Manifestantes cobram responsabilização da Samarco por rompimento de barragens	09/11	11:44
M16	Bombeiros se concentram na busca pelo corpo do menino Thiago	09/11	12:22
M17	MP determina que Samarco consiga moradia e defina renda mínima mensal para desabrigados	09/11	12:37
M18	Idosa que vivia há 88 anos em Paracatu conta como escapou da morte após tragédia	09/11	14:24
M19	Moradores buscam o pouco que restou na tragédia de Minas Gerais	09/11	15:55
M20	Governo de Minas embarga licença da Samarco em Mariana	09/11	16:24

APÊNDICE G – LOCUTORES NA SEGUNDA FASE

L	Fonte	Tipo
L38	Leonard Farah, Tenente do Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L39	Geovana Aparecida Rodrigues, moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L25	Coronel Luiz Gualberto Moreira, Comandante-Geral dos Bombeiros de Minas Gerais	Bombeiros
L1	Fernando Pimentel, Governador de Minas Gerais	Governmental
L40	Marcelo Felício, operário da Samarco	Afetado
L41	Rodrigo Bustamante, Delegado Regional de Ouro Preto	Governmental
L42	Leandro Gonçalves de Rezende, mestrando em história na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Especialista
L43	Rubem da Cruz, Major do Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L44	Ana Paula Alexandre, esposa de desaparecido	Afetado
L45	Silvana de Barros Ricardo, infectologista e coordenadora do Serviço de Controle de Infecção do Hospital Mater-Dei.	Especialista
L46	Carlos Starling, infectologista da Sociedade Mineira de Infectologia	Especialista
L47	Apolo Heringer-Lisboa, médico sanitарista, professor e ambientalista	Especialista
L2	Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça	Governmental
L48	Mário de Lacerda Werneck Neto, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/Seção Minas Gerais)	Não-governamental
L49	Marly de Fátima Felício, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L50	Carolina Souza, voluntária na busca de animais	Voluntário
L3	Duarte Júnior, Prefeito de Mariana	Governmental
L51	Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L52	Rodrigo Paneto, secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Linhares	Governmental
L53	Elisângela dos Reis Ferreira, moradora de Colatina	Afetado
L54	Wanderson Rodrigues Motta, morador de Colatina	Afetado

L55	Samarco	Mineradora
L56	Elisa Maria Costa, prefeita de Governador Valadares	Governamental
L57	Walter Leite, gerente-geral da Usina Hidrelétrica de Baguari	Governamental
L58	Eduardo Mogmon, estudante de psicologia da UFOP	Manifestante
L59	Rafael Consendey, Capitão do Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L60	Guilherme de Sá Meneghim, Promotor da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana	Governamental
L61	Efigênia Bento Gonçalves, ex-moradora do distrito de Paracatu	Afetado
L62	Marcelo Lima, ex-morador do distrito de Paracatu	Afetado
L63	Leninha, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L64	Maria Aparecida, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L65	Eliana, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L66	Eva de Souza, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetado
L67	Geraldo Abreu, subsecretário de Estado de Regularização Ambiental	Governamental

APÊNDICE H - CITAÇÕES DIRETAS NA SEGUNDA FASE

Fonte	Enunciações (Citações Diretas)	Ponto de vista sobre causas	Ponto de vista sobre desdobramentos
Leonard Farah, Tenente do Corpo de Bombeiros (L38)	"Uma senhora tentou atravessar pela lama durante a noite para buscar parentes desaparecidos, mas se desesperou e foi afundando na lama. Quando viu o bombeiro, ela desmaiou" (M1)		
Geovana Aparecida Rodrigues, moradora de Bento Rodrigues (L39)	<p>"Minha vida acabou, antes lutava por ele, saía para trabalhar por ele, para lhe dar um futuro. Agora não tem sentido, continuar para que?" (M2)</p> <p>"No momento em que ouviram o barulho da água sua avó se aproximou e o abraçou no quarto, enquanto entrava a avalanche de lama. Aí começou: Jesus, me ajude! Jesus, me ajude... até que não o escutou mais, a lama o havia engolido" (M2)</p> <p>"para Deus nada é impossível", rezou. (M2)</p>		<p>Incerteza sobre o futuro</p> <p>Esperança de encontrar familiar sobrevivente</p>
Coronel Luiz Gualberto Moreira, Comandante-Geral dos Bombeiros de Minas Gerais (L25)	"Trabalhamos até o último minuto na busca de vidas, em nenhum momento vamos trabalhar na busca de corpos" (M2)		Há esperança de encontrar sobreviventes
Fernando Pimentel, Governador de Minas Gerais (L1)	"Não quero tirar a esperança de ninguém, pode ser que consigamos resgatar alguém com vida, mas à medida que vai passando o tempo a esperança vai diminuindo" (M2)		Há pouca esperança de encontrar sobreviventes
Marcelo Felício, operário da Samarco (L40)	"Quando cheguei estava tudo inundado, tive que dar uma volta. Ao chegar estava todo mundo desesperado, tive notícias de que meu irmão, meu cunhado e sobrinha estavam bem, a família de minha esposa também, mas depois me disseram: 'sua mãe não estava		<p>Incerteza sobre o futuro</p> <p>Esperança de encontrar</p>

	<p>na casa de sua irmã" (M2)</p> <p>Sobre a mãe: "Quando soube fechou a porta de casa e saiu correndo, mas como ela estava velhinha a lama a alcançou"(M2)</p> <p>"Se ela estiver viva será uma alegria imensa tê-la novamente, mas se Deus decidiu levá-la espero que esteja em paz, porque foi uma grande mãe, a amo muito" (M2)</p>		familiar desaparecido
Rodrigo Bustamante, Delegado Regional de Ouro Preto (L41)	<p>"Os peritos visitaram os locais dos desabamentos e eu solicitei, informalmente, as plantas das barragens à Samarco" (M3)</p> <p>"A confecção dos novos documentos é vital para que as vítimas tenham acesso aos benefícios que estão sendo colocados à disposição para eles, como direito ao saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e bolsa família" (M3)</p> <p>"Além disso, as informações que vamos registrar nos boletins de ocorrência vão servir para munir de informações as duas ações, uma civil e outra criminal, que o Ministério Público Estadual deve propor para apurar as responsabilidades criminais e as indenizações, tanto aos moradores quando ao meio ambiente, por causa da tragédia" (M3)</p> <p>Sobre corpo encontrado: "Sileno trabalhava na Samarco. O corpo foi identificado a 1h da manhã. Já foi liberado pelos familiares que vão levá-lo para João Monlevade, onde será o enterro" (M10)</p>	Causas estão sendo apuradas; Samarco tem responsabilidade	Samarco deve cumprir exigências/ arcar com danos
Leandro Gonçalves de Rezende, mestrando em história na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	<p>No interior da Capela de São Bento, do fim do século 18/início do 19, agora soterrada, estavam altares e imagens "importantes e de qualidade", diz [...] "Eram peças em estilo joanino, da segunda fase do barroco. Trabalhos de autoria não identificada, mas singelos e benfeitos" (M4)</p> <p>"O altar-mor não tinha policromia, mas era bem harmonioso, de madeira escura. Tudo simples, bem proporcional e bonito",</p>		

(L42)	afirmou. “Bento Rodrigues nos chamou a atenção também pela união das pessoas. Pudemos ver a fé daquele povo, em sua simplicidade. É uma grande lástima o que aconteceu. Perdemos parte de um singelo patrimônio histórico, artístico e religioso, mas perdemos mais, pois essa capela era um lugar de fé para aquela comunidade” (M4)		
Rubem da Cruz, Major do Corpo de Bombeiros (L43)	Sobre a busca de desaparecidos: "Existem situações em que não adianta lançar mil pessoas no terreno. Seguimos uma tática operacional e priorizamos áreas onde há maior probabilidade de encontrarmos. É uma questão tática, não há necessidade de mais gente" (M5)		As buscas estão sendo feitas adequadamente
Ana Paula Alexandre, esposa de desaparecido (L44)	“Só na sexta começamos a receber informações. Eles não dão informação” [...] “A impressão é de que só procuram em um local” (M5)		Buscas não estão adequadas
Silvana de Barros Ricardo, infectologista e coordenadora do Serviço de Controle de Infecção do Hospital Mater-Dei (L45)	<p>Sobre a contaminação da água: “Essa contaminação seria por microorganismos. É sabido com a água vai carregando animais mortos, trazendo alguns de pequeno porte, como ratos (cuja urina causa leptospirose)” (M6)</p> <p>“É difícil mensurar a exposição que ocorreu durante o resgate, mas a contaminação pode ocorrer também através de mucosas, além de feridas. As pessoas têm que ser vacinadas contra tétano” (M6)</p> <p>“Como pode haver contaminação dos sistemas de tratamento, o ideal é que as pessoas que vivam próximas ao rio tomem água fervida ou mineral” (M6)</p> <p>“Os alimentos podem ser contaminados, já que a transmissão é via oral” (M6)</p>		Há risco de contaminação através da água

<p>Carlos Starling, infectologista da Sociedade Mineira de Infectologia (L46)</p>	<p>[...] afirma que o tipo de problema relacionado com o contato com a lama e a água vai depender “do tipo de resíduo que houver”. “A ingestão de produtos químicos pode levar a intoxicações as mais diversas. Além disto, a lama está pegando tudo, e se o sistema de esgoto é comprometido, você tem as contaminações provocadas por micro-organismos de vida livre, como salmonela” (M6)</p>		<p>Há risco de contaminação através da água</p>
<p>Apolo Heringer-Lisboa, médico sanitaria, professor e ambientalista (L47)</p>	<p>“Vai haver uma mortandade enorme de peixe, pássaros e animais terrestres que bebem da água do rio. Não podemos pensar só no ser humano, mas em todas as espécies” (M6)</p>		<p>Há risco de contaminação através da água</p>
<p>Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça (L2)</p>	<p>“Queremos saber o que houve e por que, qual a dimensão das responsabilidades. Trabalhamos com força total para dar as respostas e garantir o ressarcimento à sociedade” (M7)</p>	<p>Causas estão sendo apuradas</p>	
<p>Mário de Lacerda Werneck Neto, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB Minas (L48)</p>	<p>“No momento, coletamos as informações e montamos nossa estratégia. Os valores dos danos são impensáveis, mas, mesmo assim, terão que ser pagos” (M7)</p> <p>“Vamos apurar os fatos como ocorreram e não simplesmente por meio de versões. Queremos a verdade. Houve mortes, então precisamos apurar se foi homicídio” (M7)</p> <p>“São danos causados ao meio ambiente e aos bens culturais, sem falar, principalmente, que houve óbitos. De imediato, podemos dizer que a empresa terá que pagar pelos estragos ambientais” (M7)</p> <p>“Quando recebe o licenciamento para o empreendimento, conferido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a empresa assume o risco presumido, ou seja, se algo der errado, ela é a culpada” (M7)</p>	<p>Empresa tem responsabilidade</p> <p>Causas estão sendo apuradas</p>	<p>Samarco deve arcar com danos</p>

	<p>“Caberá, agora, ao Ministério Público fazer o levantamento, com valores a serem pagos, de todos os problemas ocorridos no trecho atingido”, acrescenta Werneck. “O trabalho não deverá demorar muito, pois o Caoma tem os melhores profissionais. Pode ser que seja aplicada uma multa, mas há possibilidade de se firmar um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre as partes. Infelizmente, não se pode fazer TAC para recuperar a história perdida da comunidade de Bento Rodrigues, muito menos para trazer vidas humanas de volta” (M7)</p> <p>“Como houve mortes, as causas serão apuradas no inquérito criminal que também estará a cargo do MPMG, juntando-se aí as investigações nas áreas civil e penal”, explica Werneck. “No caso específico dos bens culturais, não se pode mensurar valores, pois são de caráter irreversível. A história da comunidade não tem preço e tudo vai depender da apuração do MP” (M7)</p> <p>“Durante o inquérito, serão apuradas todas as responsabilidades, inclusive se houve omissão do Estado”. “É preciso investigar toda a documentação, se houve omissão, dolo. Com o laudo pericial, serão verificados os tipos penais que ocorreram”, afirma. “Além do inquérito do MPMG, pode ser que cada um dos moradores atingidos pelo rompimento da barragem também proponham ações individuais por dano moral e material por tudo que perderam e passaram” (M7)</p>		
Marly de Fátima Felício, ex-moradora de Bento Rodrigues (L49)	<p>“O pessoal está sendo bem solidário. Não podemos reclamar”</p> <p>“Para a gente que está na espera, as buscas estão muito demoradas. A última vez que vi minha mãe foi às 15h30, quando ela saiu da minha casa para ir ao salão na parte baixa de Bento” (M8)</p>		Buscas são demoradas
Carolina Souza, voluntária na busca	<p>Sobre buscas de animais: “É um trabalho muito complicado. Muitos deles são ariscos. Precisamos contar com a ajuda dos</p>		Há dificuldade nas buscas

de animais (L50)	bombeiros" (M9)		
Duarte Júnior, Prefeito de Mariana (L3)	"O que eu queria mesmo é pedir que continuem a se preocupar com as pessoas que estão sofrendo tanto com essa catástrofe . Vamos continuar a dar apoio, dando carinho, vamos continuar a procurar as pessoas que estão desaparecidas. Vamos continuar contando com todos os voluntários" (M11)		Há esperança de encontrar sobreviventes
Corpo de Bombeiros (L51)	"Continua o alerta para que a população não se aproxime da chamada "zona quente", ou áreas de risco. A medida garante a segurança dessas pessoas e evita acidentes como os ocorridos na quinta-feira, quando duas pessoas tiveram que ser socorridas após tentarem se aproximar dos locais", explica a corporação, por meio de nota (M12)		Local ainda é de risco
Rodrigo Paneto, secretário de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Linhares (L52)	Sobre o avanço dos rejeitos: "Faremos uma obra (a partir de amanhã) para que, ao chegar à foz, a mancha siga com mais rapidez e fluidez para o Oceano Atlântico" (M13)		
Elisângela dos Reis Ferreira, moradora de Colatina (L53)	"Como vamos ter certeza de que essa água não vai trazer sujeira e riscos para a nossa saúde?" (M13)		Dúvida sobre a qualidade da água
Wanderson Rodrigues Motta, morador de Colatina (L54)	Sobre a qualidade da água: "A situação já não era boa com a estiagem. Com a lama, o problema só se agrava." (M13)		Dúvida sobre a qualidade da água
Samarco (L55)	A Samarco informou, por meio de nota, que "a expansão da mancha que avança no Rio Doce está sendo permanentemente monitorada" por seus técnicos. (M13)		

<p>Elisa Maria Costa, prefeita de Governador Valadares (L56)</p>	<p>Sobre a interrupção do abastecimento de água: "Agora, a situação mudou e interrompemos completamente. Só temos água reservada até o fim da tarde de amanhã" (M14)</p> <p>"O abastecimento é questão de vida para a nossa população, que tem 280 mil pessoas. Estamos esperando o retorno da empresa para colocar o plano em prática. Se isso não acontecer, a situação vai ficar bastante complicada" (M14)</p>		<p>Há problemas com qualidade da água</p>
<p>Walter Leite, gerente-geral da Usina Hidrelétrica de Baguari (L57)</p>	<p>"A primeira onda tinha mais água do que lama. Hoje, por volta de 9h20, chegou uma onda maior de lama, que deve demorar cerca de seis horas até chegar na cidade de Governador Valadares", afirma o gerente. M14</p>		<p>Há problemas com qualidade da água</p>
<p>Eduardo Mogmon, estudante de psicologia da UFOP (L58)</p>	<p>Sobre manifestação: "para que Mariana não se cale" (M15)</p>		
<p>Rafael Consendey, Capitão do Corpo de Bombeiros (L59)</p>	<p>"A possibilidade de encontrar pessoas vivas é remota, mas os bombeiros têm sempre que acreditar. Há espaços vitais isolados, como dentro de armários, debaixo de Lajes que podem oferecer possibilidade de sobrevivência" (M16)</p>		<p>Há esperança de encontrar sobreviventes</p>
<p>Guilherme de Sá Meneghim, Promotor da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana (L60)</p>	<p>Estabeleceu as exigências que a Samarco terá de cumprir "porque temos mais de 600 pessoas atingidas por essa catástrofe, que estão desabrigadas e totalmente desamparadas, sendo necessária a tomada de providências imediatas para resguardar os direitos dessas pessoas. Então, para que esses direitos sejam resguardados, nós indicamos à empresa várias medidas" (M17)</p> <p>O promotor afirmou que identificar as necessidades de cada família será fundamental "para se ter a real dimensão das perdas e danos de cada pessoa." Quanto ao pagamento de uma renda básica mensal a ser destinado a cada família, o representante do</p>		<p>Samarco deve cumprir exigências</p>

	Ministério Público disse que a medida será decisiva "para o resgate da dignidade dos desabrigados" (M17)		
Efigênia Bento Gonçalves, ex-moradora do distrito de Paracatu (L61)	<p>"A lama levou tudo. Só deu tempo de subir o morro correndo. Eu sou viúva e moro sozinha, mas minha filha me puxou pelo braço e me ajudou a sair quando aconteceu o desastre", disse.</p> <p>"O helicóptero dos bombeiros pousou e avisou todo mundo para deixar o distrito em cinco minutos. Só deu tempo de pegar a bolsa com documentos. Foi a conta de o helicóptero levantar voo" (M18)</p>		Perdi tudo/drama pessoal
Marcelo Lima, ex-morador do distrito de Paracatu (L62)	"Até pensei em levar a TV ou o som, mas não deu tempo. Todo mundo conseguiu sair, mas as criações ficaram para trás" (M18)		Perdi tudo/drama pessoal
Leninha, ex-moradora de Bento Rodrigues (L63)	"Horrível, horrível!" [...] "E agora?" (M19)		Incerteza sobre o futuro/drama pessoal
Maria Aparecida, ex-moradora de Bento Rodrigues (L64)	<p>"Fui buscar a minha bíblia, um travesseiro, meus documentos, uma bolsinha. Quando saímos aquele dia, não deu para levar nada. Foi bom poder voltar, pude alimentar minhas galinhas" (M19)</p> <p>Sobre sua antiga casa: "Não posso morar nela" e "não sabemos onde vamos viver" (M19)</p> <p>"Não quero ficar longe da minha família, dos meus filhos, dos meus netos, queremos ficar juntos, afinal todos nesta cidade eram praticamente parentes" (M19)</p>		Incerteza sobre o futuro/drama pessoal
Eliana, ex-moradora de Bento Rodrigues (L65)	"Não sabemos o que vai acontecer conosco, ninguém diz nada de concreto. Só sabemos que estamos vivos. E daí?" (M19)		Incerteza sobre o futuro/drama pessoal

Eva de Souza, ex-moradora de Bento Rodrigues (L66)	"Assim como destruíram tudo, queremos uma cidade nova para nós" (M19)		
Geraldo Abreu, subsecretário de Estado de Regularização Ambiental (L67)	"É preciso realizar as correções necessárias para que o funcionamento da mina seja retomado", afirmou Abreu (M20)		Ainda há risco no local

APÊNDICE I – QUADROS DE ENUNCIADORES NA SEGUNDA FASE

Enunciador	Designação	Locutores
E1	Catástrofe	L3 (Governamental); L60 (Governamental);
E2	Desastre	L61 (Afetado)

Enunciador	Causas	Locutores
E1	Causas estão sendo apuradas	L41 (Governamental); L2 (Governamental); L48 (Não-Governamental)
E2	Empresa tinha responsabilidade	L41 (Governamental); L48 (Não-Governamental)

Enunciador	Desdobramentos	Locutores
E1	Buscas são difíceis; não há esperança	L1 (Governamental); L44 (Afetado); L49 (Afetado); L50 (Voluntário);
E2	Há esperança de encontrar sobreviventes; Buscas estão sendo feitas adequadamente	L39 (Afetado); L25 (Bombeiros); L40 (Afetado); L43 (Bombeiros); L3 (Governamental); L59 (Bombeiros)
E3	Drama pessoal ("perdi tudo"/ incerteza sobre o futuro)	L39 (Afetado); L40 (Afetado); L61 (Afetado); L62 (Afetado); L63 (Afetado); L64 (Afetado); L65 (Afetado);
E4	Não se pode confiar na qualidade da água	L45 (Especialista); L46 (Especialista); L47 (Especialista); L53 (Afetado); L54 (Afetado); L56 (Governamental); L57 (Governamental)
E5	Ainda há risco no local do desastre	L67 (Governamental); L51 (Bombeiros)
E6	Samarco deve cumprir exigências, prestar assistência e/ou pagar pelos danos	L41 (Governamental); L48 (Não-Governamental); L60 (Governamental)

APENDICE J – MATÉRIAS PUBLICADAS NA TERCEIRA FASE

Nº	Título	Data	Horário
M1	Acordo ambiental de R\$ 1 bilhão da Samarco é um dos maiores do mundo	17/nov	06:00
M2	Após abastecimento ser suspenso, água chega às regiões baixa de Governador Valadares	17/nov	06:00
M3	Barragem de Santarém volta a preocupar autoridades	17/nov	06:00
M4	Comissão Extraordinária das Barragens da ALMG não terá recesso	17/nov	06:00
M5	Diretor da Vale rebaixa valores de seguro de responsabilidade Civil da Samarco	17/nov	06:00
M6	Emoção marca volta à aulas de alunos afetados por rompimento de barragem	17/nov	06:00
M7	Minas tem quase 100 barragens sem fiscalização	17/nov	06:00
M8	Multa baixa e fiscalização frouxa aumentam perigo nas barragens da mineração	17/nov	06:00
M9	Recuperar estragos após o rompimento de barragem levará anos, admite Vale	17/nov	06:00
M10	Rejeitos de minério em estado líquido podem ser uma das causas de catástrofe ambiental	17/nov	06:00
M11	Seguro da mineradora Samarco é questionado na Câmara dos Deputados	17/nov	06:00
M12	Mais famílias de Bento Rodrigues deixam hotéis e vão para casas alugadas em Mariana	17/nov	08:40
M13	População de Paracatu de Baixo pede reconstrução de povoado	17/nov	09:57
M14	Grupo de moradores de Mariana Planeja manifestação em defesa da Samarco	17/nov	11:11
M15	Ação Civil Pública cobra da Samarco indenização de R\$ 10 bilhões	17/nov	12:46
M16	Ministério Público Federal vê ameaça em Paracatu após tragédia	17/nov	13:40
M17	Recuperação de barragens ameaçadas em Mariana só ficará pronta no ano que vem	17/nov	14:01
M18	Deputados querem criar agência para regular e fiscalizar ação de mineradoras	17/nov	14:08
M19	Comissão para as barragens quer que DNPM se transforme em agência nacional	17/nov	16:25
M20	Tragédias em Mariana e Paris polarizam redes sociais	17/nov	16:49
M21	Não é o caso de pedir desculpas', diz diretor da Samarco	17/nov	17:07
M22	Governo de MG decreta situação de emergência em área do Rio Doce	17/nov	17:31
M23	"Não é o caso de desculpas, mas de verificar o que ocorreu", diz diretor da Samarco	17/nov	17:38
M24	Prefeitura de Mariana ainda não contabilizou número de doações	17/nov	18:03
M25	"Grande parte do Congresso é bancado por mineradoras", diz Zezé Perella	17/nov	18:40
M26	Dupla sertaneja Fernando e Sorocaba leva doações a Governador Valadares	17/nov	19:16

M27	Moradores querem construção de 'Novo Bento' entre Mariana e o antigo povoado	17/nov	19:41
M28	Vale diz que laudo descarta querosene em água enviada a Governador Valadares	17/nov	19:49
M29	Em protesto, grupo de moradores de Mariana defende mineradora: "justiça sim, desemprego não"	17/nov	20:02
M30	Estado de Emergência é decretado por desastre em Mariana	17/nov	20:07
M31	"Não temos noção de quanto tempo vai levar para recuperar", diz Dilma	17/nov	20:13
M32	Samarco não treinou comunidade, dizem moradores e MPE	17/nov	21:49
M33	Pimentel: vamos construir plano federativo para recuperação da bacia do Rio Doce	17/nov	22:19
M34	Samarco admite que barragens correm risco de rompimento; chuva agrava a situação	18/nov	06:00
M35	Acesso restrito às barragens da Samarco trava investigação	18/nov	06:00
M36	Exemplo' de gestão ambiental, Samarco coleciona histórico de infrações	18/nov	06:00
M37	Lama de barragens derruba economia e causa prejuízos	18/nov	06:00
M38	Região de lazer tem cenário sombrio após desastre ambiental	18/nov	06:00
M39	Rejeitos de minério ameaçam Amazônia Marinha	18/nov	06:00

APÊNDICE K – LOCUTORES NA TERCEIRA FASE

L	Fonte	Tipo
L2	Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça	Governamental
L68	Mauro Elovitch, Promotor de Justiça	Governamental
L69	Adriana Matias, comerciante em Governador Valadares	Afetada
L70	Valéria Cerqueira, gerente de clube na Ilha dos Araújos	Afetada
L71	Adivam Vunha, morador de Governador Valadares	Afetada
L72	Maria das Graças Soares, moradora de Governador Valadares	Afetada
L73	Rosineia Martins, moradora de Governador Valadares	Afetada
L74	Prefeitura de Governador Valadares	Governamental
L55	Samarco	Mineradora
L75	Gerson Ângelo Campera, perito especialistas em solos e aposentado do Instituto de Criminalística	Especialista
L76	Agostinho Patrus Filho, deputado e presidente da Comissão Extraordinária das Barragens	Governamental
L77	Léo Portela, vice-líder do governo (MG)	Governamental
L78	Luciano Siani, diretor-executivo de finanças da Vale	Mineradora
L79	Vale	Mineradora
L80	Maria Auxiliadora Mol, ex-professora de Paracatu de Baixo	Afetada
L81	Cássia Miriam de Souza, mãe de alunos realocados para a Escola Municipal Dom Luciano	Afetada
L82	Elisabete Ferreira, ex-professora de Bento Rodrigues	Afetada
L83	Lucimar Maria Silveira Silva, cozinheira da escola de Bento Rodrigues	Afetada
L84	João Maria Medeiros de Oliveira, presidente do Sindicato das Agências de Regulação Nacionais (Sindiagências)	Não-governamental
L85	Hernani Mota de Lima, professor da Escola de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop)	Especialista
L86	Marilene Ramos, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	Governamental

L87	Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente	Governamental
L88	Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental	Não-governamental
L89	Nilo Dávila, Coordenador de campanhas do Greenpeace Brasil	Não-governamental
L90	Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad)	Governamental
L91	Fonte anônima (próxima aos trabalhos de investigação do MP).	Anônima
L92	Carlos Barreira Martinez, coordenador do Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos (CPH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Especialista
L93	Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP) - (Relatório)	Especialista
L94	Leonardo Quintão, deputado federal e relator do Novo Código da Mineração	Governamental
L95	Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados	Governamental
L96	Adriano Marcos Arcanjo, ex-morador de Bento Rodrigues	Afetada
L97	Maria Geralda, ex-moradora de Paracatu de Baixo	Afetada
L3	Duarte Júnior, prefeito de Mariana	Governamental
L98	Edson Teotônio, ex-moradora de Paracatu de Baixo	Afetada
L99	Funcionário da empresa Gênium Placas (que fez as camisas para manifestação Pró-Samarco)	Não-governamental
L100	Pedro Eduardo, advogado da Associação de Defesa de Interesses Coletivos (ADIC)	Não-governamental
L101	Associação de Defesa de Interesses Coletivos (ADIC)	Não-governamental
L102	João Macedo, vereador de Paracatu	Governamental
L103	Felipe Faria de Oliveira, promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)	Governamental
L104	Dickran Berberian, engenheiro e professor da Universidade de Brasília (UnB)	Especialista
L105	Kinross Gold Corporation, multinacional canadense que explora a área de Paracatu	Mineradora
L106	Rafaela Baldi Fernandes, especialista em Barragens	Especialista
L107	José Bernardo, geotécnico da Samarco	Mineradora
L108	Kleber Terra, diretor de operações e infraestrutura da Samarco	Mineradora
L109	Sarney Filho, deputado e relator da proposta de tornar o DNPM em agência reguladora	Governamental

L110	Marcos Américo, professor do programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)	Especialista
L111	Ana Luiza Mano, psicóloga do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática (NPPI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Especialista
L112	Celso Figueiredo, doutor em Comunicação e professor de Mídias Sociais da Universidade Presbiteriana Mackenzie	Especialista
L113	Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Governamental
L114	Estado de Minas Gerais	Governamental
L115	Rodrigo Gomes Ferreira, controlador geral do município (Mariana)	Governamental
L116	Eliana Carmo Viana, moradora do Distrito de Pedras (Mariana)	Afetada
L117	Zezé Perrella, senador	Governamental
L118	Wilder Moraes, senador e presidente da sub-comissão de Mineração	Governamental
L119	Sorocaba, cantor	Notável
L120	Fernando, cantor	Notável
L60	Guilherme Sá Meneghim, Promotor da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana	Governamental
L121	Leide de Oliveira, professora em Mariana	Manifestante
L122	Poliana Aparecida de Freitas, organizadora de manifestação pró-Samarco	Manifestante
L123	Joicy Freitas, laboratorista química na Samarco	Manifestante
L124	Ronilson Edelman de Sales Caldeira, tenente-coronel da Polícia Militar	Governamental
L125	Dilma Rousseff, presidente da República	Governamental
L126	Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente	Governamental
L1	Fernando Pimentel, governador de Minas Gerais	Governamental
L127	Paulo Hartung, governandor de Espírito Santo	Governamental
L128	Rosilene Gonçalves da Silva, ex-moradora de Bento Rodrigues	Afetada
L29	Germano Lopes, gerente-geral de Projetos e Estruturas da Samarco	Mineradora
L129	Fernando Pires, geólogo	Especialista
L130	Joaquim Pimenta de Ávila, consultor do MPMG e especialista em geotecnia de barragens	Especialista

L43	Rodrigo Bustamante, delegado regional de Ouro Preto (responsável por Mariana)	Governamental
L50	Mário de Lacerda Werneck Neto, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais	Não-governamental
L131	Eduardo Paulo Brant, diretor-presidente da Cenibra (fábrica de celulose)	Afetada
L132	Gilson Gomes, diretor do Sindicato Rural de Mariana	Afetada
L133	Leandro Tancredo, presidente do Distrito Industrial de Governador Valadares	Afetada
L134	Ronaldo Tuzzi, enteado do dono de embarcação turística de Santa Cruz do Escalvado	Afetada
L135	Zé do Baú, morador de Santa Cruz do Escalvado	Afetada
L136	Charles Chaulim, morador de Santa Cruz do Escalvado	Afetada
L137	André Ruschi, diretor da Estação de Biologia Marinha Augusto Ruschi, de Aracruz (ES)	Especialista
L15	Ricardo Motta Pinto Coelho, biólogo do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais	Especialista
L138	Marcos Freitas - Coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais	Especialista

APÊNDICE L - CITAÇÕES DIRETAS NA TERCEIRA FASE

Fonte	Enunciações (Citações Diretas)	Pontos de vista sobre causas	Pontos de vista sobre desdobramentos
Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Promotor de Justiça (L2)	“A totalidade do dano ambiental é imensurável. Digamos que se trata apenas de uma primeira parcela” (sobre a quantia de 1mi a ser paga) M1		Dano é imensurável
Mauro Elovitch, Promotor de Justiça (L68)	<p>Até agora, dependíamos da boa vontade da empresa; agora temos um termo jurídico assinado e uma destinação para conta específica, que não tem a ver com o caixa único da União. A multa que o Ibama aplicou, por exemplo, não significa nada, pois vai para a vala comum” (em referência ao fato de que o valor recolhido pelo governo federal não é vinculado à recuperação do desastre, podendo ser usado para outros fins). M1</p> <p>“Obviamente, não vamos colocar em risco a vida das pessoas de nossa equipe, que tem experiência em perícia e foi fazer a coleta até onde julgou seguro, com a liberação da Defesa Civil.” (sobre acesso à barragem Germano). M35</p>		Local do desastre ainda é inseguro
Adriana Matias, comerciante em Governador Valadares (L69)	“Não vou filtrar essa água para fazer meus sucos, igual eu fazia antes do problema do Rio Doce. Ainda não tenho confiança suficiente para isso. Vou continuar com água mineral”, afirma, reclamando que o líquido está mais branco que o normal e com cheiro de cloro. Por outro lado, o alívio. “Só de poder dar uma descarga, tomar um banho e fazer a limpeza das coisas, melhora demais.” M2		Água do Rio Doce não tem qualidade
Valéria Cerqueira, gerente de clube na	explicou que havia um rodízio, usando o líquido de uma piscina para limpar a outra. “Por conta disso,		

Ilha dos Araújo (L70)	conseguimos manter o clube funcionando. Agora, a situação vai se normalizar” M2		
Adivam Vunha, morador de Governador Valadares (L71)	“Voltou ontem (domingo). Nós demos sorte porque muitos moradores viajam bastante e alguns estudantes foram embora, diminuindo o consumo e evitando o desabastecimento” M2		
Maria das Graças Soares, moradora de Governador Valadares (L72)	“Mesmo assim, você acha que vou beber uma água dessas? Ela veio amarelada, não tem jeito” (sobre a água que chegou, em quantidade mínima, na sua casa). M2		Água do Rio Doce não tem qualidade
Rosineia Martins, moradora de Governador Valadares (L73)	na fila de distribuição de água mineral “Estou aqui desde as 8h30. Somos sete pessoas onde moro e está todo mundo dizendo que a água não presta” M2		Água do Rio Doce não tem qualidade
Prefeitura de Governador Valadares (L74)	<p>“Não há como distribuir água para toda a população sem a garantia de que a água tem condições ideais para consumo humano. O abastecimento só foi reestabelecido quando tivemos a garantia de que era possível tratar a água. Portanto, a água que começou a chegar às torneiras é potável e de qualidade, sim” M2</p> <p>Segundo a prefeitura, a situação das barragens da Samarco em Mariana, “ainda é instável e outros prejuízos podem ser causados ao Rio Doce”. Em nota, informa ainda que junto com o Ministério Público “mantém o contato permanente com a empresa responsável pra garantir que a obra se efetive o mais rápido possível” e que o Rio Suaçuí Grande passará a ser segundo manancial responsável por abastecer a cidade. M2</p>		<p>Água é de qualidade;</p> <p>Local do desastre ainda é inseguro;</p> <p>Governo está fazendo sua parte</p>
Samarco (L55)	<p>o maciço remanescente de Santarém está íntegro, “mesmo estando parcialmente erodido” M3</p> <p>Em nota, a empresa informou que “está, e sempre esteve, em constante diálogo com os órgãos públicos,</p>		<p>Empresa está cumprindo suas obrigações;</p> <p>A situação das barragens está sob controle;</p>

	cumprindo e arcando com suas obrigações”. M36		
Gerson Ângelo Campera, perito especialistas em solos e aposentado do Instituto de Criminalística (L75)	<p>“Não há nenhum tipo de obra que resolva depois que aparecem os sinais de ruptura. A solução seria retirar o rejeito de lá. Mas o volume é extremamente elevado” M3</p> <p>“A chuva vai para as barragens e pressiona as paredes. Se chover cinco dias sem parar, não sei o que pode acontecer”, diz. “Todo esse rejeito que está lá entope o rio e pode esparramar para os afluentes no sentido inverso ao do curso da água. Ninguém sabe para onde vai isso”, alerta. “Estou preocupado com essa previsão [de chuva], pois não existe nada que seja feito a curto prazo para minimizar a situação, a não ser o monitoramento. Essas barragens não têm mais os drenos funcionando da mesma forma de quando foram executadas” M34</p> <p>Gerson explica que, sem drenos, a água tende a subir e a passar sobre a barragem, causando erosões e originando aberturas como as que estão aparecendo no dique do Germano. “São rachaduras causadas por essa movimentação de água e adensamento de material não drenado”, diz. Segundo o especialista, além do aumento de risco de rompimento, a chuva pode comprometer o próprio trabalho da Samarco de reforçar as estruturas. “Tenho minhas dúvidas se vão conseguir fazer o trabalho nesse prazo”, observa. M34</p>		Local do desastre ainda é inseguro; A chuva pode agravar as consequências;
Agostinho Patrus Filho, deputado e presidente da Comissão Extraordinária das Barragens (L76)	“Queremos saber deles – e vamos chamar os órgãos ambientais também – de que forma estavam fiscalizando e monitorando as barragens. E não só essas, sabemos que há cerca de 700 barragens, sendo um representativo número de rejeitos e muitas delas de alto risco” M4	Fiscalização é duvidosa;	Governo está cobrando da empresa; A prioridade é cuidar dos atingidos;

	<p>“Vamos cobrar das empresas o atendimento dessas pessoas, com moradia digna e um plano de realocação, porque muitos perderam seus familiares, seus bens, pequenos negócios, plantações, animais. Em um segundo momento vamos ver também a questão ambiental” M4</p> <p>“Se tivéssemos feito CPI ela paralisaria os trabalhos em 6 de dezembro, que é a data que está se enxergando como fim dos trabalhos legislativos. Já essa continua e nada impede que, em fevereiro, possamos instalar uma CPI. O que não podemos é ficar esse período crítico sem atuação” (sobre a criação da comissão especial em vez da CPI). M4</p>		
Léo Portela, vice-líder do governo (MG) (L77)	<p>Representantes da comissão da ALMG e da Câmara dos Deputados se reuniram com o governador Fernando Pimentel (PT), que prometeu colaborar com as investigações. No encontro, o petista sugeriu que um integrante do grupo de Brasília possa participar da coordenação interministerial que vai acompanhar a situação. “Fomos exigir celeridade na apuração dos fatos, nas reparações e punições. A reconstituição do dano ambiental também é uma das prioridades”, afirmou o vice-líder do governo, deputado Léo Portela (PR). M4</p>		<p>Governo está cobrando da empresa; Dano ambiental é prioridade</p>
Luciano Siani, diretor-executivo de finanças da Vale (L78)	<p>seguro de responsabilidade civil da Samarco é insuficiente para cobrir as indenizações e multas ambientais, disse o diretor-executivo de Finanças da Vale, Luciano Siani. O montante a ser pago a título de reparação foi apontado pelo executivo como “a grande incógnita para o futuro da empresa” M5</p> <p>“Em relação à responsabilidade civil, o seguro é bem inferior à multa que o Ibama aplicou” M5</p>	<p>Definição de causas deve demorar;</p>	<p>Samarco pode não ter como pagar multas e indenizações;</p> <p>Samarco fará/está fazendo sua parte;</p> <p>Recuperação deve demorar;</p>

	<p>Vale é “uma empresa independente, com patrimônio próprio para responder às autoridades”. M5</p> <p>“O obstáculo para que a Samarco volte a operar está mais ligado às discussões com a sociedade do que a meios técnicos”, disse. M5</p> <p>disse também que a conclusão sobre as causas do acidente deve levar “muitos meses”. “A Samarco acaba de contratar uma empresa renomada da Bélgica para avaliar a extensão do dano e a extensão dos esforços necessários para limpar o rio. Acreditamos que vai levar vários anos para uma limpeza completa, considerando ainda que qualquer trabalho terá que ser aprovado pelas autoridades competentes” M9</p> <p>“Precisamos convencer a sociedade de que podemos operar de forma segura e que podemos limpar os danos. Este é o primeiro passo a ser dado”, afirmou Siani, repetindo o discurso feito pelo presidente da Vale, Murilo Ferreira, de que o retorno das operações da Samarco depende do “desejo da sociedade”. M9</p>		
Vale (L79)	<p>A Vale destacou que a prioridade no curto prazo é mitigar os “graves efeitos do acidente, com foco em várias frentes, como a realocação das pessoas e os danos ambientais” M5</p> <p>"Estes vagões transportam somente água há quatro anos e nunca transportaram querosene. A Vale entregou a água em Governador Valadares, em local acordado com a prefeitura" M28</p> <p>"A empresa também está prestando apoio à prefeitura</p>		<p>A empresa está fazendo sua parte; Cuidar dos atingidos e dos danos ambientais são prioridade;</p>

	de Governador Valadares e à Samarco com a liberação de área de sua faixa de domínio para a construção de uma nova adutora que vai levar água à comunidade. A Vale reitera seu compromisso de dar todo o suporte necessário à Samarco e as comunidades para mitigar as consequências dos eventos ocorridos em Mariana no último dia 5" . M28		
Maria Auxiliadora Mol, ex-professora de Paracatu de Baixo (L80)	"Estou muito emocionada. São momentos difíceis que estamos vivendo. Temos pesadelos diários. Nasci e fui criada lá, por isso é muito triste", disse. "Tudo que passou não vamos esquecer mais, mas vai ser muito bom recomeçar tudo aqui nesta escola", completou. M6		Drama pessoal: não há como esquecer o sofrimento; É preciso recomeçar;
Cássia Miriam de Souza, mãe de alunos realocados para a Escola Municipal Dom Luciano (L81)	"Muita alegria poder ver todos. O meu filho mais novo, não queria vir. Disse que preferia a escola que estava antes. Mas expliquei que não tinha como voltar e que os coleguinhas deles estariam aqui, e ele entendeu", comentou. M6		
Elisabete Ferreira, ex-professora de Bento Rodrigues (L82)	"Pretendemos recomeçar, porque a vida continua. Tirar a lembrança nunca vamos conseguir. Mas temos que mostrar a eles que tudo passa e que temos que continuar a vida." M6		Drama pessoal: não há como esquecer o sofrimento; É preciso recomeçar
Lucimar Maria Silveira Silva, cozinheira da escola de Bento Rodrigues (L83)	Sobre as crianças: "A gente fica com alegria de olhar que estão bem. Deus deu uma chance para todos sobreviverem" M6		
João Maria Medeiros de Oliveira, presidente do Sindicato das Agências de Regulação Nacionais (Sindiagências) (L84)	"A mineração brasileira está abandonada. Faltam recursos materiais, tecnológicos, financeiros e humanos ao DNPM. Na fiscalização isso é ainda mais grave, porque os fiscais, sem diárias, transporte e equipamentos, ficam mais nas sedes do que em campo" M7 "Atualmente, os fiscais reclamam que só podem fazer suas vistorias por amostragem, sem condições de ir a	A fiscalização é falha;	

	<p>todos os empreendimentos para avaliar a segurança. Quando vemos um número elevado desses fora do plano, seja por questões técnicas ou falta de registro, concluímos que a própria listagem é somente uma amostragem” M7</p>		
<p>Hernani Mota de Lima, professor da Escola de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) (L85)</p>	<p>a barragem da Samarco seguia rigorosamente as mais modernas e mundialmente disseminadas técnicas construtivas. “Isso mostra que mesmo seguindo à risca essas orientações, é preciso reforçar a segurança, usando outras técnicas mais modernas e que tornam ainda mais difíceis os rompimentos”, disse. M7</p> <p>acredita que a liquefação possa ter sido a causa, mas pondera que no momento isso não é mais que uma hipótese. “Não há dados ainda que a comprovem. A única informação que tenho pelos dados é que a barragem não trazia sinais de ruptura”, disse M10</p> <p>“As barragens foram construídas dentro das técnicas de engenharia internacionalmente adotadas. O ocorrido serviu para que essas técnicas sejam revistas e passem por mais garantias de segurança com utilização de tecnologia mais avançada”, afirma. M36</p>	<p>A Samarco cumpria regras/técnicas de segurança;</p> <p>As causas ainda não podem ser definidas;</p>	
<p>Marilene Ramos, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (L86)</p>	<p>“O valor de R\$ 50 milhões está estabelecido há muitos anos, sem reajuste”, criticou. M8</p>		<p>O valor de multa é irrisório;</p>
<p>Carlos Minc, ex-ministro do Meio Ambiente (L87)</p>	<p>“É preciso mudar a lei (de Crimes Ambientais), porque o teto da multa precisa ser corrigido, especialmente para acidentes como o de Mariana. Isso já deveria ter sido feito” M8</p>		<p>O valor de multa é irrisório;</p> <p>Recuperação deve demorar</p>

	<p>“Nesse caso, a mineração deverá fazer obras pra dragar a lama, filtrar a água, reflorestar, entre outras. Essa responsabilidade está prevista no artigo 225 da Constituição Federal, que define a obrigatoriedade de reparar e reconstituir o meio ambiente”, disse. Para esse processo, o ex-ministro estima que sejam necessários entre 10 e 15 anos. “Mas, para reconstituição de todo o ecossistema será preciso pelo menos um século”, estima. M8</p>		
Maurício Guetta, advogado do Instituto Socioambiental (L88)	<p>“o valor de R\$ 50 milhões é irrisório para acidentes de grandes proporções, como o rompimento da Barragem do Fundão e seus desdobramentos”. Ele acrescenta que, além de mudanças para reajustar o valor, “a legislação deveria permitir ao órgão aplicador da sanção a possibilidade de majorar o valor da multa, para que a penalidade alcance a finalidade que é prevenir acidentes”. M8</p>		Valor da multa é irrisório
Nilo Dávida, Coordenador de campanhas do Greenpeace Brasil (L89)	<p>lembra que apenas a reparação não é o suficiente. “É preciso investir muito mais em fiscalização e evitar esse tipo de acidente” M8</p>	A fiscalização é falha;	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Semad) (L90)	<p>“A Semad trabalha, prioritariamente, nos processos que não apresentam defesa, para que não ocorra a prescrição de processos, que ocorre em cinco anos” M8</p> <p>“O local do desastre não foi liberado pela Defesa Civil. Por isso, as equipes não puderam chegar próximo às barragens” M35</p>		Local do desastre é inseguro;
Fonte anônima (próxima aos trabalhos de investigação do MP) (L91)	<p>“A liquefação dos rejeitos sólidos, provocada por algo que já estava errado na estrutura, é a causa mais próxima para explicar o que ocorreu no dia do desastre.” M10</p>	A causa pode ser a liquefação de rejeitos;	
Carlos Barreira Martinez, coordenador	<p>avalia que esse tipo de desastre pode ter ocorrido por vários fatores acumulados ao longo dos anos. Ele</p>	Causas inda estão sendo estudadas;	

do Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos (CPH) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (L92)	<p>acrescenta que esse tipo de solo é muito misturado com água. Porém, alerta que é preciso cuidado para não fazer afirmativas levianas. “O momento agora é de estudar e juntar equipes, conjuntos de opiniões.” M10 (exemplo de "justificativa" para o recorte das aspas. Pq colocaram essa fala entre aspas e não a explicação sobre o solo?)</p> <p>“Catástrofes como a de Mariana não são acidentes. Qualquer obra de engenharia implica em risco. O que temos de fazer é diminuir esse risco, acompanhando as estruturas.” M16</p>	Há falta de acompanhamento das estruturas (fiscalização);	
Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP) - (Relatório) (L93)	<p>Na tarde em que a barragem se rompeu, seis tremores de terra foram registrados na região pela Rede Sismográfica Brasileira, entre 13h01 e 15h59. O mais intenso deles, às 14h13, foi de 2,6 pontos de magnitude. Relatório do Centro de Sismologia da Universidade de São Paulo (USP) concluiu que, “normalmente, tremores de magnitude 3 ou menores não causam danos diretamente a estruturas e construções e são sentidos apenas levemente”. M10</p>	As causas não foram tremores de terra;	
Leonardo Quintão, deputado federal e relator do Novo Código da Mineração (L94)	<p>“É preciso que os recursos sejam colocados hoje para serem gastos em 2016” M11</p> <p>Segundo Quintão, o relatório do novo código, que está pronto para ser votado, terá de ser alterado depois da “fatalidade de Mariana”. M11</p>		O novo Código da Mineração deve ser modificado
Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados (L95)	<p>“alguma coisa tem que ser feita” em relação ao Código de Mineração. “Provavelmente pedir a urgência regimental dos líderes e levar para o plenário e colocar o relatório em votação para poder decidir isso. Acho que tem que decidir sim e à luz dessa situação que está aí”, disse. M11</p>		O novo Código da Mineração deve ser votado
Adriano Marcos Arcanjo, ex-morador de	<p>“A gente saiu do hotel, que estava sem espaço. Já estamos em casa, que é melhor para recomeçar a vida”</p>		Drama pessoal: a vida precisa recomeçar;

Bento Rodrigues (L96)	M12 "A Samarco prometeu que, até arrumar, ela vai ajudar a gente com aluguel, salário. A gente pretende terminar de arrumar os documentos e conseguir emprego" M12		Samarco vai auxiliar no recomeço;
Maria Geralda, ex-moradora de Paracatu de Baixo (L97)	"A gente nasceu lá [Paracatu de Baixo], foi criado, conhece todo mundo e queremos ficar lá mesmo, mas em segurança. Nós queremos um terreno mais alto. Todo mundo quer voltar" M13		Drama pessoal: a vida precisa recomeçar
Duarte Júnior, prefeito de Mariana (L3)	"Nosso objetivo é dar celeridade ao processo para que as cerca de 300 pessoas possam saber onde vão morar" M13		Cuidar dos atingidos é prioridade;
Edson Teotônio, ex-moradora de Paracatu de Baixo (L98)	"Lá não tem água, luz, sobrou quase nada, só as casas mais altas. No centro está tudo na lama ainda, tentaram abrir um caminho, mas não dá pra voltar" M13		A localidade não existe mais;
Funcionário da empresa Gênium Placas (que fez as camisas para manifestação Pró-Samarco) (L99)	"Uma pessoa comprou várias camisas e vai doar para os moradores de Bento Rodrigues participarem da manifestação" [pró-Samarco] M14		
Pedro Eduardo, advogado da Associação de Defesa de Interesses Coletivos (ADIC) (L100)	"Essas associações são constituídas em todo Brasil. Umhas tem mais recursos e entram com ações mais efetivas, e outras menores, que não tem tantas condições, entram com ações civis públicas e coletivas que têm relevância. Como a Adic entendeu que há uma ação com grande comoção da causa, entrou com a medida" M15 "A multa que o Ibama aplicou, de R\$ 250 milhões, é de caráter punitivo. Não é compensatória, não indeniza o dano. Por isso pedimos a aplicação da medida independentemente da apuração da culpa da Samarco, pois ela é responsável pela barragem que causou o dano" M15		Valor da multa é irrisório;

Associação de Defesa de Interesses Coletivos (ADIC) (L101)	A associação pediu, ainda, que a mineradora seja condenada por dano moral coletivo, com valor estipulado pela juíza, “pela dor e sofrimentos causados aos atingidos pelo rompimento da barragem, incluindo aqueles que tiveram o abastecimento público da água interrompido”. M15		
João Macedo, vereador de Paracatu (L102)	“O clima em Paracatu, principalmente entre os moradores da Lagoa, região localizada ao lado da mineradora, é de medo”, disse. M16		Ainda há riscos;
Felipe Faria de Oliveira, promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) (L103)	vai solicitar dados acerca das estruturas “Assim, poderemos priorizar uma atuação direcionada às situações mais emergenciais”, afirmou o promotor. M16 afirmou não haver condições, no momento, de afirmar que a barragem de Germano, a única das três da Samarco em Bento Rodrigues que não se rompeu, está ou não segura. "Hoje o MPE não pode fazer afirmações conclusivas sobre isso" M19 "Isso já está sendo investigado" (sobre a não previsão de treinamento à comunidade no plano de emergência da Samarco) M32	As causas ainda estão sendo investigadas;	
Dickran Berberian, engenheiro e professor da Universidade de Brasília (UnB) (L104)	“Temos os melhores consultores técnicos nessa área. Essas estruturas praticamente não se rompem por aqui. Mesmo assim, é necessário fiscalização, tanto da parte de concreto, como da de solo.” M16	Estruturas são adequadas; Fiscalização é falha	
Kinross Gold Corporation, multinacional canadense que explora a área de Paracatu (L105)	garante implementar “procedimentos rigorosos de manutenção, monitoramento e resposta a emergências, incluindo inspeções diárias e acompanhamento mensal por instrumentos e análise de dados.” “A Kinross afirma que tem a segurança das comunidades locais, dos funcionários e do meio ambiente como prioridades em suas operações”, afirma a nota.	Fiscalização é periódica/adequada	

	<p>De acordo com o documento, a Kinross é “periodicamente inspecionada por engenheiros especializados e credenciados que projetaram as barragens, por representantes da comunidade, órgãos reguladores estaduais e federais e auditores internos e externos.” Além disso, peritos independentes também inspecionam as estruturas a cada três anos, segundo informações da empresa. “Controles e monitoramentos garantem e atestam a estabilidade da estrutura da barragem e a qualidade da água devolvida ao ambiente”, informa. M16</p>		
<p>Rafaela Baldi Fernandes, especialista em Barragens (L106)</p>	<p>“A legislação vigente diz que a população deve ter conhecimento da matriz de comunicação desse planejamento, isto é, ser informada caso algo de errado aconteça durante as atividades normais da barragem. É previsto, ainda, por lei, treinamentos com comunidade, prefeitura e corpo de bombeiros, no caso hipotético de um evento de emergência”. M16</p>		
<p>José Bernardo, geotécnico da Samarco (L107)</p>	<p>“Em Santarém, nós estamos com um cronograma de aproximadamente 90 dias para transportar todo material, terminar a abertura dos acessos, que estão sendo feitos, e fazer o preenchimento da erosão, o nivelamento da crista da barragem e recuperação da extremidade, de modo a aumentar o nível de segurança” M17, M23 e M34</p> <p>“Com o esvaziamento (do Fundão), a Selinha (um dos três diques) sofreu a erosão. O atendimento é emergencial, e vamos reparar a partir do pé. Desenvolvemos uma rota para chegar lá, mas o material que está presente no interior da barragem não está consolidado. É um material formado pela poupa de rejeitos”, explicou. “Esse aterro de blocos de rocha será</p>		<p>Local do desastre ainda é inseguro; Empresa está cumprindo sua obrigação</p>

	<p>construído de baixo para cima, para escorar o dique. Vai durar 45 dias, aproximadamente." M17, M23 e M34</p> <p>"Diferentemente do contexto do Fundão, o problema maior está ligado à erosão, e não propriamente à estabilidade da barragem", disse o engenheiro. (sobre a barragem Germano) M34</p>		
<p>Kleber Terra, diretor de operações e infraestrutura da Samarco (L108)</p>	<p>"A gente teve um evento trágico. A Samarco também está envolvida neste evento trágico e estamos muito solidários e muito sofridos com tudo que aconteceu. Nós também, nós somos funcionários desta empresa. Não acho que seja o caso de desculpa, acho que é o caso de verificar claramente o que aconteceu. Nós somos parte do processo, foi muito sofrido para todo mundo. A Samarco está fazendo seu maior esforço". M17 , M23 e M34</p> <p>"não é o caso de pedir desculpas à população" [...] "ainda é hora de discutir os efeitos de médio e longo prazo". "Estamos muito solidários e sofridos com tudo o que aconteceu. Operamos com técnicas de monitoramento de barragens que são referência, portanto, não podemos dizer que a tragédia poderia ter sido evitada". M21</p> <p>A empresa... garantiu que "não está poupando recursos" para investigar as causas. M21</p> <p>"Todas as obras estão ocorrendo em paralelo, mas estamos priorizando a contenção de Selinha e a Barragem de Santarém, mas vamos trabalhar todas as estruturas para que o coeficiente de segurança fique acima de 1,5" M34</p>	<p>Samarco está apurando as causas; Não houve falha da empresa; monitoramento era adequado</p>	<p>Samarco está cumprindo sua obrigação; O local do desastre ainda é inseguro</p>
<p>Sarney Filho, deputado e relator da proposta</p>	<p>"Vai poder ter muito mais liberdade", resumiu o deputado sobre o provável futuro do DNPM. M18</p>		<p>Desastre deve modificar o novo Código da Mineração</p>

de tornar o DNPM em agência reguladora (L109)	<p>Sobre o novo código da mineração: Ele afirmou que a proposta que tramita na Câmara "privilegia a atividade minerária em detrimento da sociedade e do meio ambiental". De acordo com Zeca Sarney, se aprovado como está o novo código, não vai evitar outros crimes ambientais. "Precisamos mudar o foco, privilegiar a questão socioambiental. E quanto antes a gente fizer isso, no calor dessa tragédia, mais chance a gente tem para aprovar (mudanças no código mineral)", avaliou Sarney Filho. M18</p> <p>"O departamento hoje está sucateado e não cumpre a legislação" M19</p>		
Marcos Américo, professor do programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) (L110)	<p>"É muito fácil ser pseudopolitizado nas redes sociais. Basta dar um 'like', compartilhar, e ler uma piadinha na aba ao lado e está tudo certo. Dá a impressão de que você se importa. Parece simpático", afirma Américo. M20</p> <p>"Se a discussão acontece na vida real, o enfrentamento é mais complexo. Na rede, existem figuras que se apoiam no anonimato. É muito fácil, no calor do momento, postar. Se arrepender, apaga", disse Américo. M20</p>		
Ana Luiza Mano, psicóloga do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática (NPPI) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (L111)	<p>"As pessoas tendem a acreditar que a internet é uma ferramenta atrás da qual podem se esconder. Isso não significa que todo mundo é bandido, nada do tipo. O que significa, segundo John Suler (autor de O efeito da desinibição online, de 2004), é que o efeito da desinibição online produz um ambiente em que você se crê anônimo" M20</p>		
Celso Figueiredo, doutor em	<p>"As redes sociais, em especial o Facebook, são espaços da polêmica. A cada semana tem uma</p>		

Comunicação e professor de Mídias Sociais da Universidade Presbiteriana Mackenzie (L112)	polêmica nova. Na semana passada, era o 'nude' da (Gabriela) Pugliesi. Na semana que vem, terá outra", afirmou o especialista. M20		
Sávio Souza Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (L113)	"Neste momento, toda nossa atenção está voltada para as vítimas. Todas as medidas emergenciais necessárias para amparar a população atingida serão tomadas" M22		O governo/instituições estão fazendo sua parte; Cuidar dos atingidos é prioridade
Estado de Minas Gerais (L114)	A situação de emergência pode ser decretada em casos de "alteração grave e intensa das condições de normalidade em um determinado município, Estado ou região, em função de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta". M22		
Rodrigo Gomes Ferreira, controlador geral do município (Mariana) (L115)	"Ainda assim estamos recebendo das pessoas que já haviam se mobilizado para entregar as doações. O povo atingido pela tragédia , que está hospedado em hotéis ou casa de parentes, se identificam nos centros de apoio e podem selecionar e levar o quiser" M24		O governo está fazendo sua parte
Eliana Carmo Viana, moradora do Distrito de Pedras (Mariana) (L116)	"A situação está muito difícil, mas o atendimento (de distribuição de donativos) está sendo bem prestado", disse. M24		Drama pessoal; O governo está fazendo sua parte
Zezé Perrella, senador (L117)	sobre marco regulatório: "Grande parte do congresso é bancado por mineradoras, sim, e por isso que as coisas não andam. (As empresas) doaram porque tem seus interesses e as coisas não andam justamente por isso" M25 "Nós queremos que aumente os royalties para os estados mineradores. O que se paga é muito pouco. O pessoal está preocupado com emprego, mas o que eles repassam para prefeituras é muito pouco. Por que		O novo código da mineração deve ser votado; Cuidar dos atingidos deve ser prioridade;

	vocês acham que o marco emperrou? Porque nós queremos que eles paguem mais royalties”, afirmou Perrella. “Conversei com senador Anastasia, vou falar com senador Aécio para que nós coloquemos nossas emendas de bancada a favor das vítimas da tragédia ”, prometeu. M25		
Wilder Moraes, senador e presidente da sub-comissão de Mineração (L118)	“Na semana que vem teremos audiência pública, em Brasília. Vamos convidar a comunidade, a Samarco e vários envolvidos no processo para que isso não aconteça no Brasil, pois temos centenas de barragens, algumas até pior.” M25		O governo está fazendo sua parte
Sorocaba, cantor (L119)	"Quando soubemos da necessidade, não hesitamos em ajudar. Entramos em contato e, graças a Deus, deu tudo certo. Foi uma forma de ajudarmos o nosso país", disse Sorocaba. "Estivemos recentemente na cidade para a apresentação do Loop 360 e, assim como o Brasil, estamos muito comovidos", completou. M26		
Fernando, cantor (L120)	"Parabenizamos a Luisa Mell pela iniciativa, já que quem deveria olhar para essa tragédia não se mexe. Ajudamos como podemos", disse o parceiro, Fernando. "Todos nós estamos em oração para que essa situação se resolva o quanto antes." M26		
Guilherme Sá Meneghim, Promotor da 2ª Promotoria de Justiça de Mariana (L60)	Essa reunião é para fazer um contato com as comunidades atingidas e para construção de uma decisão coletiva dos critérios para levar os atingidos para as casas que serão alugadas pela empresa. A ideia é tirar dos hotéis e levá-las para as residências” M27		Cuidar dos atingidos é prioridade
Leide de Oliveira, professora em Mariana (L121)	“Fui professora em uma escola da Samarco durante 9 anos. Hoje, ela pertence à Arquidiocese de Mariana. Foram os melhores anos de trabalho da minha vida” M29		
Poliana Aparecida de Freitas, organizadora de manifestação pró-	“Quero Justiça, mas a Samarco deve ficar” M29		Samarco deve ficar

Samarco (L122)			
Joicy Freitas, laboratorista química na Samarco (L123)	"Estamos supernervosos; temos filhos, escolas para pagar; estamos apreensivos. A empresa está errada, mas não é justo fechá-la. Serão muitos empregos perdidos" M29		Samarco deve ficar
Ronilson Edelman de Sales Caldeira, tenente-coronel (L124)	"É através do decreto que os municípios poderão ter acesso aos recursos do estado e aos recursos federais, tanto financeiros quanto de ajuda humanitária" M30		
Dilma Rousseff, presidente da República (L125)	"Não temos a noção de quanto tempo vai levar para recuperar (o ecossistema da bacia do Vale do Rio Doce)" M31 "A recuperação do rio é algo que nós temos que tomar como questão objetiva e é a única forma de reforma." M31 "Esses três procuradores vão avaliar a arquitetura jurídica de todos os problemas e sobretudo desse plano de recuperação do Rio Doce. Essa é uma questão que é muito importante. A partir daí podemos dar exemplo de ação federativa no sentido da recuperação de uma das mais importantes bacias hidrográficas." M31		A recuperação deve demorar; O governo está fazendo sua parte
Izabella Teixeira, Ministra do Meio Ambiente (L126)	disse que o tempo para reestruturar o ecossistema não seria inferior a "uma década". M31		Recuperação deve demorar;
Fernando Pimentel, governador de Minas Gerais (L1)	"Nós estamos começando a tratar com a questão de longo prazo. Vamos construir um plano federativo para reconstruir a bacia do Rio Doce" M31 "A situação ainda é uma situação de emergência na região. Tanto é verdade que nós não permitimos que a população não retornasse para os locais de origem". Apesar disso, ele disse que "não há risco imediato" M31 "Está sendo feito trabalho de enrocamento. Vai ser		O governo está fazendo sua parte; O local do desastre ainda é inseguro;

	<p>colocado no total 500 mil metros cúbicos de pedra e o risco que existe hoje já está diminuído", afirmou. "Mas, evidentemente, a situação ainda é de emergência tanto que não permitimos que a população retornasse (às casas)." M33</p> <p>"O monitoramento das barragens está sendo feito diariamente", reforçou o governador. M33</p> <p>"lamenta profundamente a perda de vidas humanas", o impacto inicial da tragédia já foi superado e é preciso trabalhar em questões de longo prazo. "Tomamos junto com o governo federal todas as medidas necessárias, não tem nenhuma providência que não tenha sido tomada" M33</p> <p>"Vamos transformar tragédia numa lição" M33</p> <p>"Teremos de construir um instrumento que dê suporte a esse plano de recuperação, seja ele um fundo, seja ele um cronograma de ressarcimento. Ainda não temos esse desenho definido" M33</p> <p>"Essa parte está bem coberta" (sobre alojamento de famílias). M33</p> <p>"O município mais afetado que foi Governador Valadares já teve abastecimento restabelecido, ainda faltam três ou quatro" M33</p>		
Paulo Hartung, governador de Espírito Santo (L127)	"Nós precisamos cobrar responsabilidade da Samarco, nesse acidente ambiental mais grave do nosso país talvez", disse. M31	Empresa tem responsabilidade	
Rosilene Gonçalves da Silva, ex-moradora de Bento Rodrigues	"A lama veio rolando como se fosse um tambor de 15 a 20 metros de altura" [...] "Se vocês não acreditam em milagre, podem passar a acreditar" M32		

(L128)	<p>Em Bento Rodrigues comentaram que a Samarco "estava sempre fazendo remendos na barragem" M32</p> <p>"Uma amiga minha ouviu porque na empresa em que trabalha tinha um rádio comunicador" [...] "Entre todo mundo ficar sabendo que a lama estava chegando e o distrito ser atingido não se passaram mais que 10 minutos. É ou não um milagre?" M32</p> <p>Ficou um tempo sem contato com a filha. "Só encontrei no ginásio" M32</p> <p>"O lugar onde construíram as barragens era nosso local de lazer. Íamos para lá ver os bichos e as plantas. Chegaram, compraram a área, nos proibiram de frequentá-la e construíram as represas." M32</p>		
Germano Lopes, gerente-geral de Projetos e Estruturas da Samarco (L29)	"Existe o risco, e nós, para aumentar a segurança, estamos fazendo as ações emergenciais necessárias" (sobre a situação da barragem Santarém M34		O local do desastre ainda é inseguro;
Fernando Pires, geólogo (L129)	"Se houver um período de chuvas prolongado e com pancadas fortes, o melhor é retirar todas as pessoas dos locais próximos e restringir o acesso, pois o risco de fato existe" [...] "O fator tempo é crítico. Já se perdeu muito tempo antes do rompimento, lamentavelmente. Agora não se pode perder mais", alerta. M34		O local do desastre ainda é inseguro; Chuva pode agravar os riscos
Joaquim Pimenta de Ávila, consultor do MPMG e especialista em geotecnia de barragens (L130)	"Soltar um laudo leva, no mínimo, de seis meses a um ano. Na barragem que rompeu no Canadá, em agosto do ano passado, o relatório preliminar só foi emitido em janeiro, ou seja cinco meses depois." M35	Deve demorar para que as causas sejam estabelecidas	
Rodrigo Bustamante, delegado regional de Ouro Preto	"Tudo que foi exigido pela Polícia Civil foi realizado pela Samarco" M35		Empresa está cumprindo sua obrigação

(responsável por Mariana) (L43)			
Mário de Lacerda Werneck Neto, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais (L50)	<p>“[Mineração] É uma atividade de alto risco. Por isso, a empresa deve produzir relatórios constantes e estar sob o crivo das autoridades. Quando há desvios, estes devem ser imediatamente revisados e as multas só ocorrem porque foram detectados descumprimentos das exigências” M36</p> <p>“[Samarco] Era uma das referências entre as mineradoras. Por zelar por tudo, tinha-se a impressão de que buscava sustentabilidade. Mas um dano como esse mostra, no mínimo, negligência no que diz respeito à segurança de pessoas que poderiam ser atingidas”, disse. M36</p> <p>“Só o Ibama tem R\$ 2 bilhões de infrações para cobrar, dos quais só cobrou R\$ 140 milhões. Em um universo desses, os R\$ 9 milhões anunciados pela presidente Dilma (para investimento em fiscalização) são irrisórios. O poder público é preguiçosos e ineficiente. Nem quando tem dinheiro a receber trabalha”, critica. M36</p>	Empresa foi negligente	Valor de multa é irrisório; Poder público é ineficiente
Eduardo Paulo Brant, diretor-presidente da Cenibra (fábrica de celulose) (L131)	“Estamos analisando diariamente a água do rio, mas ainda não há condições ou perspectivas para a retomada da atividade” M37		Água não tem qualidade
Gilson Gomes, diretor do Sindicato Rural de Mariana (L132)	“Estamos ainda trabalhando no levantamento de quantos animais foram perdidos com o desastre da Samarco” M37		Desastre trouxe prejuízos econômicos
Leandro Tancredo, presidente do Distrito Industrial de Governador Valadares (L133)	“Este ano, já tivemos que arcar com a alta da energia (50%), o aumento dos combustíveis, a crise na economia e agora esse desastre no Rio Doce”, lamentou. M37		Desastre trouxe prejuízos econômicos
Ronaldo Tuzzi,	“A lama chegou aqui por volta das 6h de 6 de		Desastre trouxe prejuízos

enteado do dono de embarcação turística de Santa Cruz do Escalvado (L134)	novembro (a barragem se rompeu por volta das 17h do dia anterior)” M38 “A embarcação tem capacidade para 30 pessoas. Não sei mais quando voltará a navegar na represa”, lamenta o rapaz. M38		econômicos
Zé do Baú, morador de Santa Cruz do Escalvado (L135)	disse ser difícil ver a nova paisagem na represa. “Destruí tudo”, lamentou. M38		
Charles Chaulim, morador de Santa Cruz do Escalvado (L136)	“O coração da gente dói. Eu ia todo fim de semana. Agora, quem vai numa ‘podriqueira’ daquela?”, pergunta. M38		
André Ruschi, diretor da Estação de Biologia Marinha Augusto Ruschi, de Aracruz (ES) (L137)	os efeitos da catástrofe chegarão também ao Oceano Atlântico, onde deságua o rio, gerando um “ desastre internacional ”. M39 “O impacto na região marinha vai ser dezenas de vezes maior do que o que está ocorrendo ao longo do Rio Doce. O desastre no mar é crime internacional . É como se tivesse destruindo não o Rio Doce, mas o Rio Amazonas”, afirma Ruschi. M39 “O litoral do Espírito Santo é a ‘Amazônia marinha’ do mundo. A região conta com uma grande biodiversidade que ajuda a processar a energia solar e filtra 15% do gás carbônico do planeta. Temos ali o maior banco de algas, calcário e corais do mundo”, diz o pesquisador. M39 “Se retirarem a lama do fundo do rio, os danos vão demorar 100 anos para ser recuperados. Se não, o meio ambiente vai demorar 1.500 anos para voltar ao que era antes da tragédia ”, afirma. M39		Recuperação deve demorar
Ricardo Motta Pinto	“Isso [contaminação do Rio Doce] pode gerar um		Água não tem qualidade;

Coelho, biólogo do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais (L15)	problema de saúde pública, a partir do momento em que as pessoas se alimentarem de peixes ou produtos de hortas cultivadas em áreas próximas do rio, também sujeitas à contaminação”, explicou. M39		Há risco de contaminação
Marcos Freitas - Coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (L138)	<p>"Foi o maior acidente da história da mineração no mundo em volume de material, ainda que não em número de mortes, normalmente usado para medir a gravidade de tragédias como essa." M39</p> <p>Danos: "São difíceis de dimensionar. Primeiro, temos de considerar a área de um raio de 30 quilômetros das barragens onde houve uma grande destruição, atingindo a fauna e flora de forma agressiva. As espécies foram mortas tanto por asfixia quanto por envenenamento. Depois, a poluição atingiu toda a Bacia do Rio Doce, o leito e as margens." M39</p> <p>Tempo para recuperação: "É difícil prever. Será preciso um esforço de todos os órgãos e elaborar um projeto bem planejado. Primeiro, é necessário cuidar da qualidade da água, para garantir o abastecimento das cidades e a dessedentação de animais. Depois, vêm as outras etapas de recomposição da fauna e da flora. É preciso avaliar também o aspecto da contaminação do solo." M39</p>		A recuperação deve demorar

APÊNDICE M – QUADROS DE ENUNCIADORES NA TERCEIRA FASE

Enunciador	Denominação	Locutores
E1	Acidente/ Acidente Ambiental	L79 (Mineradora); L87 (Governamental); L88 (Não-Governamental); L89 (Não-governamental); L127 (Governamental); L138 (Especialista)
E2	Evento/ Evento trágico	L79 (Mineradora); L108 (Mineradora)
E3	Desastre	L90 (Governamental); L114 (Governamental); L132 (Afetado); 133 (Afetado)
E4	Catástrofe	L92 (Especialista)
E5	Fatalidade	L94 (Governamental)
E6	Tragédia	L108(Mineradora); L115 (Governamental); L117 (Governamental); L120 (Notável); L1 (Governamental); L137 (Especialista); L138 (Especialista)
E7	Desastre Internacional/Crime Internacional	L137 (Especialista)

Enunciador	Causas	Locutores
E1	A fiscalização é falha/duvidosa	L76 (Governamental); L84 (Não-governamental); L89 (Não-Governamental); L92 (Especialista); L104 (Especialista);
E2	Definição das causas deve demorar/ainda não podem ser definidas / ainda estão sendo apuradas	L78 (Mineradora); L85 (Especialista); L92 (Especialista); L103 (Governamental); L108 (Mineradora); L130 (Especialista);
E3	Causa pode ser a liquefação de rejeitos	L91 (Anônima);
E4	A causa não foi o tremor de terra	L93 (Especialista)

E5	Fiscalização e monitoramento são periódicos/adequados	L105 (Mineradora); L108 (Mineradora);
E6	Estruturas das barragens são adequadas	L04 (Especialista);
E7	Não houve falha da empresa q a tragédia não era evitável	L108 (Mineradora);
E8	Empresa tem responsabilidade/ foi negligente	L127 (Governamental); L50 (Não-Governamental);

Enunciador	Desdobramentos	Locutores
E1	O local do desastre ainda é inseguro/ ainda existem riscos	L68 (Governamental); L74 (Governamental); L75 (Especialista); L90 (Governamental); L102(Governamental); L107 (Mineradora); L108 (Mineradora); L1 (Governamental); L29 (Mineradora); L129 (Especialista);
E2	Água do Rio Doce não tem qualidade	L69 (Afetado); L72 (Afetado); L73 (Afetado); L131 (Afetado); L15 (Especialista)
E3	Água é própria para o consumo	L74 (Governamental)
E4	As instituições do governo estão fazendo sua parte/ estão cobrando a empresa	L74 (Governamental); L76 (Governamental); L77 (Governamental); L113 (Governamental); L115 (Governamental); L116 (Afetado); L118 (Governamental); L125 (Governamental); L1 (Governamental);
E5	Empresa está cumprindo sua obrigação/ fará sua parte	L55 (Mineradora); L78 (Mineradora); L79 (Mineradora); L96 (Afetado); L107 (Mineradora); L108 (Mineradora); L43 (Governamental);
E6	A chuva pode agravar as consequências	L75 (Especialista); L129 (Especialista);
E7	A prioridade é cuidar dos atingidos	L76 (Governamental); L79 (Mineradora); L3 (Governamental); L113 (Governamental); L117 (Governamental); L60 (Governamental);
E8	A prioridade é tratar do dano ambiental	L77 (Governamental); L79 (Mineradora);
E9	Recuperação deve demorar	L78 (Mineradora); L87 (Governamental); L125 (Governamental); L126 (Governamental); L137 (Especialista); L138 (Especialista)
E10	Empresa pode não ter como pagar multas e indenizações	L78 (Mineradora);
E11	Drama pessoal: não há como esquecer o sofrimento; é preciso recomeçar	L80 (Afetado); L82 (Afetado); L96 (Afetado); L97 (Afetado); L116 (Afetado);

E12	O valor da multa é irrisório	L86 (Governamental); L87 (Governamental); L88 (Não-Governamental); L100 (Não-Governamental); L50 (Não-Governamental);
E13	O novo código da mineração deve ser modificado	L94 (Governamental); L109 (Governamental);
E14	O novo código da mineração deve ser votado	L95 (Governamental); L117 (Governamental);
E15	Samarco deve permanecer em Mariana	L122 (Manifestante); L123 (Manifestante);
E16	Poder Público não faz sua parte / é ineficiente	L50 (Não-Governamental);
E17	O desastre trouxe prejuízos econômicos	L132 (Afetado); L133 (Afetado); L134 (Afetado);

APÊNDICE N – MATÉRIAS PUBLICADAS NA QUARTA FASE

Nº	Título	Data	Horário
M1	Após caso de diarreia, nova estação de tratamento de água será feita em Galileia	21/11	06;00
M2	"Ecocídio" atinge área de preservação maior que perímetro da Avenida do Contorno	21/11	06;00
M3	Sem notícias e desesperados, parentes dos 11 desaparecidos pedem que buscas continuem	21/11	06;00
M4	Valor de mercado da Vale desaba R\$13,4 milhões	21/11	06;00
M5	Vídeo: moradores fazem viagem virtual a Bento Rodrigues, com o Google Street View	21/11	06;00
M6	Sebastião Salgado diz que acredita na sobrevivência do Rio Doce	21/11	09;00
M7	Minas e Espírito Santo usam modelo dos EUA em ação articulada contra Samarco	21/11	10;00
M8	Juiz determina escoamento de rejeitos: "O Rio Doce não é a casa da mãe Joana"	21/11	10;01
M9	Manifestantes entregam abaixo-assinado para prefeito pedindo permanência da Samarco em Mariana	21/11	11;49
M10	Publicado decreto que cria força-tarefa para avaliar efeitos de rompimento de barragem	21/11	14;27
M11	Bombeiros retomam buscas na região onde três corpos foram encontrados	21/11	09;34
M12	Apesar de não atingidas, casas ficam isoladas em Ponte do Gama e região vira área de risco	22/11	06;00
M13	Depois da tragédia, vídeo torna Bento Rodrigues conhecida mundialmente	22/11	06;00
M14	"É uma visão aterradora", diz educador ambiental sobre chegada da lama ao mar	22/11	06;00
M15	Retomada do equilíbrio do ecossistema Rio Doce levará anos ou até décadas	22/11	06;00

APÊNDICE O – LOCUTORES NA QUARTA FASE

L	Fonte	Tipo
L139	Marimárcia Gonçalves Santos, secretária de Saúde de Galileia	Governamental
L140	Reinaldo Duque Brasil, doutor em botânica, professor da UFJF	Especialista
L141	Maria Imaculada Carvalho de 55 anos, perdeu o irmão	Afetado
L46	Ana Paula Alexandre (téc seg do trabalho) - marido está desaparecido	Afetado
L142	Pedro Galdi, analista de investimento da WhatsCall Consultoria	Especialista
L143	Terezinha, trabalhava em Bar em Bento Rodrigues	Afetado
L144	José do Nascimento, o Zezinho do Bento, de 70	Afetado
L145	Diego Henrique Alves, 27, motorista, perdeu a casa	Afetado
L146	Rosa Maurília Gomes, aposentada, perdeu a casa em Bento	Afetado
L147	Gilberto Occhi, Ministro da Integração Nacional	Governamental
L148	Sebastião Salgado, fotógrafo	Notável
L127	Paulo Hartung, governador do Espírito Santo	Governamental
L1	Fernando Pimentel - Governador de Minas	Governamental
L113	Sávio Souza Cruz, Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais	Governamental
L149	Thiago Albani Oliveira, juiz da Vara da Fazenda Pública, Registros Públicos e Meio Ambiente de Linhares	Governamental
L55	Samarco	Mineradora
L3	Duarte Júnior - Prefeito de Mariana	Governamental
L150	Roger Daher, Técnico de manutenção da Samarco	Manifestante
L151	Isabel Sales Souza, moradora de Mariana	Manifestante
L152	Secretário Tadeu Martins Leite, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru)	Governamental
L51	Corpo de Bombeiros	Bombeiros
L153	Valdemira Inácio Vieira Arantes, de 92 anos, conhecida como Tita - moradora de Ponte do Gama	Afetado
L154	Selmo de Andrade, Subtenente dos Bombeiros	Bombeiros

L155	Keila Vardeli Fialho Santos, presidente da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues	Afetado
L156	Sócia de Keila, 1	Afetado
L157	Sócia de Keila, 2	Afetado
L158	Neuza da Silva Santos, cunhada de Keila	Afetado
L159	Maria Félix de Souza Santos, sogra de Keila	Afetado
L160	Carlos Sangalia, educador ambiental do Projeto Tamar de proteção às tartarugas marinhas	Não-governamental
L161	Tereza Cristina Almeida Silveira, vice-presidente da Associação de Defesa e Desenvolvimento de Ferros	Não-governamental

APÊNDICE P – CITAÇÕES DIRETAS NA QUARTA FASE

Fonte	Enunciações (Citações Diretas)	Pontos de vista sobre causas	Pontos de vista sobre desdobramentos
Marimárcia Gonçalves Santos, secretária de Saúde de Galileia (L139)	<p>“As pessoas de baixa renda e de pouca instrução passaram a consumir água retirada de cisternas e córregos de qualquer jeito, sem tratamento. Daí, surgiram esses casos (de diarreia e vômito)” M1</p> <p>De acordo com a secretária, somente na quinta-feira 15 pessoas apresentaram o problema. “Esse número já é alto diante da nossa capacidade de atendimento”, alegou Marimárcia. Ela relatou que a estrutura local se resume a um pequeno hospital, que se equivale a um posto de saúde. Porém, a preocupação maior é com um possível o aumento dos casos, já que o estoque de soro reidratante e fisiológico, que era pequeno, acabou. “Comuniquei o fato à Secretaria de Estado de Saúde, que ficou de nos ajudar”. M1</p>		Água contaminada
Reinaldo Duque Brasil, doutor em botânica, professor da UFJF (L140)	<p>“Se não foi má-fé, foi uma estimativa desonesta, ou um uso ilusório de um prazo” (sobre estimativa -da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira - de 10 anos para recuperação das áreas afetadas). M2</p> <p>Classifica a catástrofe como um "ecocídio" M2</p> <p>Uma das principais unidades de conservação afetadas pela lama foi o Parque Estadual do Rio Doce. “Um refúgio de várias espécies de peixes e com trecho de mata atlântica preservada. É a unidade de conservação mais importante da bacia”, destaca Reinaldo. M2</p> <p>“Os portugueses tinham muito medo dos indígenas e cometeram um genocídio”, relembra o professor. M2</p>		O dano ambiental é irreparável

	<p>“É um dano irreparável, incalculável. A flora vai ser muito afetada e a fauna aquática nem se fala. Várias espécies vão ser exterminadas”, afirma Reinaldo M2</p> <p>Reinaldo pontua que após a matança dos índios teve início do ciclo da madeira e do gado. “A ideia era limpar as paisagens e com o tempo o Rio Doce se tornou um rio moribundo pelo histórico projeto de devastação. O que aconteceu com a chegada dessa lama foi o capítulo final de um ecocídio”, avalia o professor. M2</p> <p>“É um prejuízo grande tanto para o solo quanto para recursos hídricos e a biodiversidade” M15</p> <p>“No município de Resplendor, os krenak são tribos remanescentes dessa região do Rio Doce. Para eles, o rio é uma entidade sagrada: watu. O modo de vida dessa tribo foi completamente arrasado”, ressalta. M15</p>		
Maria Imaculada Carvalho de 55 anos, irmão está desaparecido (L141)	“Queremos um enterro digno para os nossos parentes”, disse, emocionada. M3		As buscas aos desaparecidos precisam continuar
Ana Paula Alexandre (téc seg do trabalho) - marido está desaparecido (L46)	“Perdemos vidas. Bens materiais a gente recupera, mas vidas, não. Estão tratando as famílias dos desaparecidos como ninguém, como se fosse um pedaço de carne que está aqui enterrado na lama. Só temos um corpo para ser enterrado e a Samarco está dando as costas para a gente” M3		As buscas aos desaparecidos precisam continuar; Samarco é negligente com as famílias
Pedro Galdi, analista de investimento da WhatsCall Consultoria (L142)	“As perdas [financeiras] são reflexo do fato de não se saber quanto a empresa vai sofrer com o acidente ” M4		
Terezinha, trabalhava em Bar em Bento Rodrigues (L143)	“Antes de ir embora, eu ainda olhei o quarto da minha mãe e pensei que aquela seria a última vez que eu faria aquilo; foi tudo muito rápido” [...] “No último sábado, tinha umas 400 pessoas, em um campeonato de truco;		Drama pessoal: perdemos tudo

	parecia até que era uma despedida. Se tivesse acontecido naquele dia, ia ser uma tragédia ainda maior” M5		
José do Nascimento, o Zezinho do Bento (L144)	“Fui eu que plantei essa árvore e ela já estava muito maior do que isso aí. Quando a gente estava escapando da cidade, no meio da correria, eu vi que ela estava ‘inteirona’ lá; fiquei com a impressão de que ela queria me dizer alguma coisa” M5		
Diego Henrique Alves, 27, motorista, perdeu a casa (L145)	“Quando completaram dois meses que a gente tinha terminado de pagar, a lama veio e levou tudo. E era uma casa do jeito que eu queria, tinha uma garagem que cabia meu carro, minha moto; tinha a varandinha para minha menina brincar; três quartos, uma sala, uma cozinha, uma área de lavar, uma área coberta para secar roupa; foi tudo”. M5		Drama pessoal: perdemos tudo
Rosa Maurília Gomes, aposentada, perdeu a casa em Bento (L146)	“Todo mundo no Bento se conhece. Todos nasceram, foram criados, se casaram, criaram famílias, casaram as famílias. A comunidade todinha quer uma outra vila igual”. Com 77 anos, ela deposita esperanças em “começar uma nova vida, mas todo mundo unido, como era no antigo Bento. Não é bom assim?” M5		É preciso recomeçar;
Gilberto Occhi, Ministro da Integração Nacional (L147)	“Não há risco de contaminação do rio, não há metais pesados no rio. Queremos garantir à população que a água tem qualidade normal e está sendo abastecida de maneira normal” M5		A água não está contaminada
Sebastião Salgado, fotógrafo (L148)	Defende a criação de um fundo exclusivo para a recuperação do rio que deverá ser constituído por BHP e Vale “Tenho muito medo de haver uma espécie de varejo desses fundos e quem sabe numa hora qualquer esses fundos, que deveriam ser para reconstituir uma bacia destruída, passe a ser um recurso para constituir praças públicas e ser plataforma de político. Tenho muito medo.” O fotógrafo defende ainda uma ação emergencial de atendimento às populações ribeirinhas que estão com problemas de abastecimento de água.		Recuperação da bacia do Rio Doce é a principal preocupação

	<p>“Para essa parte da população [pescadores e indígenas] vamos ter que encontrar um plano imediato. A proposta que nós temos deve ser concluída a médio e longo prazo, você não recupera uma bacia em menos de 15 ou 20 anos”, disse. “Depois que o fundo for constituído a gente pode pensar na colaboração internacional tanto técnica quanto financeira para reconstrução da bacia”, ressalta.</p> <p>Sobre a recuperação das nascentes da região, ele disse que o Instituto Terra, ONG da qual é fundador, pode começar o reflorestamento dessas áreas a partir de outubro do próximo ano, período de chuvas. “O instituto tem o maior viveiro de plantas nativas do estado de Minas Gerais e pode iniciar o plantio e a preparação dos técnicos que vão trabalhar nessa recuperação a longo prazo. M6</p> <p>“As autoridades vão agora trabalhar na criação do fundo”, disse o fotógrafo, para quem a criação do mecanismo de financiamento tem de ser feita “imediatamente”. M7</p>		
Paulo Hartung, governador do Espírito Santo (L127)	"Vamos ampliar a coordenação entre os governos e nossas procuradorias, para que haja maior convergência no campo jurídico" M7		Os órgãos dos governos estão trabalhando em conjunto
Fernando Pimentel - Governador de Minas (L1)	NOTA: "o permanente diálogo entre os governos para os trabalhos de indenização e recuperação dos danos ambientais, sociais e humanos causados pelo rompimento da barragem" M7		Os órgãos dos governos estão trabalhando em conjunto
Sávio Souza Cruz, Secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais (L113)	“Se os Estados e municípios acionam isoladamente a empresa, o risco de petições conflitantes é grande, o que pode acabar fortalecendo a mineradora” M7		Os órgãos dos governos estão trabalhando em conjunto
Thiago Albani Oliveira, juiz da Vara da	"A adoção de medidas mitigadoras dos danos é urgente, mas o Rio Doce não é casa da mãe Joana" [...]		Recuperação do Rio Doce é a principal preocupação

Fazenda Pública, Registros Públicos e Meio Ambiente de Linhares (L149)	O juiz encerra a decisão frisando que “qualquer plano de ação elaborado pela Samarco para o Rio Doce neste Município, incluindo sua foz, deve ser submetido aos órgãos ambientais, que face a gravidade do problema devem analisar conjuntamente as soluções apresentadas de forma célere, preferencialmente através de um comitê para este fim específico, informando as ações a serem executadas pela Samarco, pois a adoção de medidas mitigadoras dos danos é urgente, mas o Rio Doce não é casa da mãe Joana" [...] Em sua decisão, o juiz destacou que “o pedido principal da presente demanda é garantir que a lama expelida com o rompimento da barragem em Minas Gerais – que já passou por diversos municípios – passe sem retenções por Linhares, o último município antes de a lama atingir o mar”. M8		
Samarco (L55)	“A operacionalização das ações está sendo feita por companhia internacional especializada em proteção ambiental no mar e rios do Brasil” M8		Samarco está tratando do prejuízo ambiental
Duarte Júnior - Prefeito de Mariana (L3)	"Para nós de Mariana é um momento muito difícil porque temos um grande número de desaparecidos. Sem que as famílias encontrem, o ciclo não fecha. Fui ao Congresso Nacional pedir que as buscas continuem na maior tragédia ambiental do país e maior derramamento de lama do mundo" M9		As buscas aos desaparecidos precisam continuar
Roger Daher, Técnico de manutenção da Samarco (L150)	"Caso ela [Samarco] feche, haverá muito desemprego", avalia. M9		A Samarco deve permanecer em Mariana
Isabel Sales Souza, moradora de Mariana (L151)	"Há 30 anos, Mariana era uma coisa, hoje é outra. A cidade se desenvolveu muito depois da chegada da Samarco. Não temos outra fonte de renda, por isso defendemos a mineração" M9		A Samarco deve permanecer em Mariana
Secretário Tadeu Martins Leite, da Secretaria de Estado	“A proposta do governador é centralizar as demandas e evitar a fragmentação de iniciativas e ações que poderiam enfraquecer o efeito das medidas” M10		O governo está fazendo sua parte

de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru) (L152)			
Corpo de Bombeiros (L51)	"Estes locais recebem prioridade, uma vez que nossos estudos a respeito da movimentação da lama apresentam um padrão de deslocamento de objetos, o que reforça a possibilidade de encontrar desaparecidos", diz o comunicado. [...] "A empresa Samarco providencia estes deslocamentos a partir do centro de Mariana até a sede, onde está o posto de comando" M11		A busca por desaparecidos é prioridade/deve continuar
Valdemira Inácio Vieira Arantes, de 92 anos, conhecida como Tita - moradora de Ponte do Gama (L153)	"Nasci em Águas Claras e me mudei para cá quando tinha 1 ano e pouco. Dizem que a área está perigosa. Então, temos que sair", afirmou Tita, como é conhecida na região. "Vou para Mariana, mas não gosto de lá", completa a mãe, que guarda na memória a aproximação do lamaçal. "Tocamos as galinhas, as vacas, mas foi muita coisa embora." M12		Existem localidades em risco
Selmo de Andrade, Subtenente dos Bombeiros (L154)	"Não vamos suspender as buscas. Resgatar os desaparecidos é um compromisso que temos, para dar o mínimo de conforto a essas famílias" M12 "Sentimos odor, levamos os nossos cães para que possam sinalizar onde devemos intensificar a procura", diz o subtenente. M12		As buscas devem continuar
Keila Vardeli Fialho Santos, presidente da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (L155)	"Antes da lama, nunquinha que teria esse tanto de gente assistindo. Nem eu mesma tinha visto..." - sobre vídeo de tevê local de Bento. M13 "No vídeo, ela ainda estava na cor antiga, vermelha. Essa gravação é recente, deste ano. A gente tinha acabado de investir todo o dinheiro de um prêmio de R\$ 100 mil do Banco Santander e da universidade Unisol para adequar as instalações às regras da Vigilância		Bento Rodrigues ainda é local de risco

	<p>Sanitária. Estava tudo certinho” M13</p> <p>“Na sexta-feira, a gente tentou ir a Bento, mas estava chovendo e a Defesa Civil não liberou, porque podia ser perigoso. Vamos tentar de novo” (buscar o que restou na associação). M13</p> <p>“Naquele dia, veio vindo um poeirão vermelho. Parecia que a gente estava sendo abraçada pelo inferno. A lama fez um redemoinho vindo do chão e arrastou um ônibus. Uma grávida de 4 meses estava rodando embaixo de um pneu, que arrancou parte dos cabelos dela. Sobreviveu, mas perdeu o bebê no caminho do hospital. Daria um filme de terror, mas pensando bem, acho que ninguém iria querer assistir” M13</p>		
Sócia de Keila, 1 (L156)	“Gente, olha ali a casa de Henrique”, diz uma. “O gramado estava verdinho...”, completa. M13		
Sócia de Keila, 2 (L157)	“Nossa igreja centenária... Não sobrou nada, meu Deus”, exclama outra. M13		
Neuza da Silva Santos, cunhada de Keila (L158)	“Será que um dia a gente vai conseguir fazer funcionar nossa associação, do jeitinho em que estava, com tudo certo?”, sonha alto Neusa, encarando as amigas com olhar interrogador. M13		
Maria Félix de Souza Santos, sogra de Keila (L159)	<p>“O problema maior são os pés da pimenta, que a gente plantava no quintal de casa. Em menos de cinco minutos, a lama subiu e levou tudo. Olhei para trás e não vi mais minha casa” [...] “Foi tudo embora. Depois do que passei naquele dia, nada me assusta mais” M13</p> <p>Caso ressurgir ou não a associação, Maria Félix jamais revela o segredo da receita da geleia. “Segredo a gente não conta”, afirma ela, exatamente como fez no vídeo de sucesso na internet. M13</p> <p>“Sabe aquele sereninho que sai das cataratas? Era</p>		Drama pessoal: Perdemos tudo

	<p>parecido com aquilo, só que era uma névoa de lama. Aquele trem veio descendo e lambendo as casas todas. Foi coisa de cinco minutos. Estava no chuveiro quando minha filha gritou: 'Mãe, corre que a barragem arrebentou!'. Peguei a toalha e pedi ajuda ao meu neto para socorrer a dona Doca, que estava dormindo nos fundos. Ele a carregou no colo. Via todo mundo com volta correndo e gritando", recorda dona Maria. M13</p> <p>Do alto do morro, ela ainda viu uma cena difícil de esquecer, quando a sobrinha Sônia, de 36 anos, tentava pular a janela da própria casa, de muro alto: "Ela se salvou por pouco. Quando pôs a mão no muro, o muro quebrou com a lama e ela foi sendo empurrada uns 300 metros pela onda, segurando um sobrinho de 9 anos pelas mãos e com o filho de 15 anos puxando-a pelos cabelos. Foi uma sensação horrível", desabafa Maria M13</p> <p>Maria menciona o caso do homem que perdeu cerca de R\$ 60 mil, que ficavam guardados em uma caixa escondida em um cômodo secreto da casa. Era o marido dela, José Barbosa, que poupava para comprar um carro. "Era o sonho dele, sabe? Mas eu fico pensando: de que adiantou passar a vida inteira com medo de ser roubado e a porta do quarto sempre trancada a chave? Foi tudo embora..." M13</p>		
<p>Carlos Sangalia, educador ambiental do Projeto Tamar de proteção às tartarugas marinhas (L160)</p>	<p>Sobre a chegada da lama ao mar: "É uma visão aterradora. As pessoas aqui de Regência estão revoltadas, principalmente os jovens, porque são envolvidos com a conservação ambiental que é parte de seu futuro aqui" M14</p>		
<p>Tereza Cristina Almeida Silveira, vice-presidente da Assoc. de Defesa e Desenvolvimento de Ferros (L161)</p>	<p>"Cerca de 90% das espécies do Doce são encontradas no Santo Antônio [afluente]" M15</p> <p>"O rio [Santo Antônio] adquiriu importância ainda maior depois desse crime ambiental."</p>		

APÊNDICE Q – QUADROS DE ENUNCIADORES NA QUARTA FASE

Enunciador	Denominação	Locutores
E1	Ecocídio	L140 (Especialista)
E2	Acidente	L142 (Especialista)
E3	Tragédia/Tragédia Ambiental	L143 (Afetado); L3 (Governamental)
E4	Crime Ambiental	L140 (Não-governamental)

Enunciador	Desdobramentos	Locutores
E1	Há contaminação da água	L139 (Governamental);
E2	O dano ambiental é irreparável	L140 (Especialista);
E3	As buscas aos desaparecidos precisam continuar	L141 (Afetado); L46 (Afetado); L3 (Governamental); L51 (Bombeiros); L154 (Bombeiros);
E4	Samarco está sendo negligente com as famílias	L46 (Afetado)
E5	Drama pessoal: perdemos tudo / é preciso recomeçar	L143 (Afetado); L145 (Afetado); L146 (Afetado); L159 (Afetado);
E6	A água não está contaminada	L147 (Governamental);
E7	A recuperação do Rio Doce/da bacia é a principal preocupação	L148 (Notável); L149 (Governamental);
E8	Os órgãos dos governos estão unindo forças / fazendo sua parte	L127 (Governamental); L1 (Governamental); L113 (Governamental); L152 (Governamental);
E9	Samarco deve permanecer em Mariana	L150 (Manifestante); L151 (Manifestante)
E10	Ainda existem localidades em risco	L153 (Afetado); L155 (Afetado);
E11	Samarco está tratando do prejuízo ambiental	L55 (Mineradora)